

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Suzanne Borela

**MULHERES E COVID-19: A MOBILIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EM  
UMA NARRATIVA JORNALÍSTICA FEMINISTA INTERSECCIONAL DA  
PANDEMIA NO BRASIL**

Santa Maria, RS  
2022



Suzanne Borela

**MULHERES E COVID-19: A MOBILIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EM UMA  
NARRATIVA JORNALÍSTICA FEMINISTA INTERSECCIONAL DA PANDEMIA NO  
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Márcia Franz Amaral

Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Carolina D.

Escosteguy

Santa Maria, RS

2022

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001*

Borela, Suzanne

Mulheres e Covid-19: a mobilização de experiências em uma narrativa feminista interseccional da pandemia no Brasil / Suzanne Borela.- 2022.

221 p.; 30 cm

Orientadora: Márcia Franz Amaral

Coorientadora: Ana Carolina D. Escostesguy

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2022

1. Narrativa Jornalística; 2. Estudos Culturais 3. Epistemologias Feministas 4. Experiência 5. Covid-19 I. Franz Amaral, Márcia II. D. Escostesguy, Ana Carolina III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Tese de Doutorado**

**MULHERES E COVID-19: A MOBILIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EM  
UMA NARRATIVA JORNALÍSTICA FEMINISTA INTERSECCIONAL DA  
PANDEMIA NO BRASIL**

elaborada por  
**SUZANNE BORELA**

**Aprovada em 13 de abril de 2022.**

Como requisito parcial para obtenção do título de  
**Doutora em Comunicação**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Márcia Franz Amaral, Dra. (UFSM)**  
Presidente/Orientador

---

**Ana Carolina D. Escosteguy, Dra. (UFRGS)**  
Coorientadora

---

**Márcia Veiga da Silva, Dra. (UNISINOS)**

---

**Rayza Sarmiento, Dra. (UFPA)**

---

**Mariana Selister-Gomes, Dra. (UFSM)**

---

**Milena Freire de Oliveira-Cruz, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, 13 de abril de 2022.

NUP: 23081.051946/2022-09 Prioridade: Normal  
Homologação de ata de banca de defesa de pós-graduação  
134.332 -Bancas examinadoras: indicação e atuação

### COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
1	Folha de aprovação _ Para versão final impressa	Folha de Aprovação Doutorado Suzanne Borela - todas à distância.pdf

### Assinaturas

09/05/2022 17:51:55

MARIANA SELISTER GOMES (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

06.09.13.00.0.0 -CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCSO

09/05/2022 18:05:37

ANA CAROLINA DAMBORIARENA ESCOSTEGUY (Pessoa Física)

Usuário Externo (378.\*\*\*.\*\*\*\_\*\*)

09/05/2022 18:19:31

MARCIA FRANZ AMARAL (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

06.31.00.00.0.0 -DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - DCCOM

09/05/2022 20:40:37

MILENA CARVALHO BEZERRA FREIRE DE OLIVEIRA-CRUZ (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

06.10.01.00.0.0 -CURSO PG-E EM ESTUDOS DE GÊNERO - EEG

11/05/2022 14:22:39

Márcia Veiga da Silva (Pessoa Física)

Usuário Externo (714.\*\*\*.\*\*\*\_\*\*)

12/05/2022 09:27:28

RAYZA SARMENTO DE SOUSA (Pessoa Física)

Usuário Externo (946.\*\*\*.\*\*\*\_\*\*)

Código Verificador: 142446

Código CRC: 9258428

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.htm>



## AGRADECIMENTOS

Agradeço sempre à minha família por me dar todo suporte e estrutura necessária para ir em busca de meus objetivos. Especialmente pelo apoio financeiro e emocional, nestes longos quatro anos de Doutorado.

A meu irmão Davi da Silva Soares (*in memoriam*) por ser minha força, minha luz, meu anjo, e a quem dedico esta pesquisa.

À minha querida mãezinha, Suzana Silva, por nunca desistir de mim, e pela sua incrível bondade, compreensão, carinho e incentivo constante. A meu padrasto Leodeonir Soares, por sua generosidade a apoio sem fim. A meu pai, Carlos Alberto Borela, por ser sempre meu porto seguro. Aos meus irmãos, primas/os, e a aos familiares que entenderam minha ausência e nunca deixaram de torcer por mim.

Às minhas amigas pelas conversas, pelos conselhos, por me animarem nos dias difíceis, e por serem mulheres incríveis que me inspiram.

À minha Coorientadora Profa. Dra. Ana Carolina Escosteguy, que me acompanhou desde o primeiro semestre como orientadora oficial, por partilhar tanto conhecimento e sabedoria. Por me apresentar novos horizontes de pesquisa. Pela paciência e compreensão, e por me fazer acreditar que posso ir além. Por nunca estar distante, mesmo com a mudança de vínculo institucional. Agradeço pelo companheirismo, pela inspiração, e por me guiar tão generosamente nesta caminhada.

À profa. Dra. Marcia Franz Amaral, pela carinhosa acolhida sempre que precisei, e por generosamente assumir minha orientação quando foi preciso. Agradeço pelos conselhos, pelas oportunidades de aprendizagem, pelas excelentes contribuições e pela confiança em nosso processo de pesquisa.

Às professoras Márcia Veiga da Silva, Milena Freire de Oliveira-Cruz, Mariana Selister-Gomes e Rayza Sarmiento de Sousa, pela leitura atenciosa, pelas generosas contribuições, e por fazerem parte deste momento tão importante que é a conclusão da pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, por mais uma vez fazer parte da minha história, e pela sua excelente estrutura de universidade federal que oportuniza e incentiva tantas pesquisadoras e pesquisadores deste país. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, aos professores/as, aos colegas e a secretaria do curso, sempre disponível e resolutive.

À Capes, pelo financiamento que possibilitou a realização desta pesquisa de doutoramento.



quero pedir desculpas a todas as mulheres  
que descrevi como bonitas  
antes de dizer inteligentes ou corajosas  
fico triste por ter falado como se  
algo tão simples como aquilo que nasceu com você  
fosse seu maior orgulho quando seu  
espírito já despedaçou montanhas  
de agora em diante vou dizer coisas como  
*você é forte* ou *você é incrível*  
não porque eu não te ache bonita  
mas porque você é muito mais que isso.  
(Rupi Kaur, 2017)



## RESUMO

### MULHERES E COVID-19: A MOBILIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS EM UMA NARRATIVA JORNALÍSTICA FEMINISTA INTERSECCIONAL DA PANDEMIA NO BRASIL

AUTORA: Suzanne Borela

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Márcia Franz Amaral

COORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Carolina D. Escosteguy

Esta pesquisa propõe um estudo cultural do jornalismo a partir de perspectivas epistemológicas dos Estudos Culturais Feministas e Estudos da Narrativa Jornalística. Investiga-se os conteúdos da Especial Covid-19, cobertura jornalística realizada pela organização de mídia independente Gênero e Número - em parceria com Revista Azmina, Ênois e data\_labe – a partir da coleta de 49 reportagens, publicadas durante o primeiro ano da pandemia, de março de 2020 a março de 2021. O objetivo é compreender como se configura uma narrativa feminista interseccional em uma cobertura jornalística da pandemia do Coronavírus no Brasil. A base teórica está assentada nos Estudos Culturais Feministas, indicando a experiência como uma categoria analítica (GRAY, Ann, 1997; SCOTT, Joan, 1999; BACH, Ana María, 2014). Também incorporamos as contribuições da perspectiva interseccional, ou seja, consideramos como raça, classe, territorialidades e outras categoriais sociais atravessam as questões de gênero, construindo experiências posicionadas e oferecendo novas abordagens para os estudos do jornalismo. E recuperamos reflexões sobre a narrativa, lançadas por Paul Ricoeur (1994), articuladas aos estudos de jornalismo. Nesse âmbito, destaca-se a inspiração em movimentos da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística (MOTTA, Luiz, 2013). A partir de todas essas bases, construímos uma Análise Feminista da Narrativa Jornalística. Esta nos indica que a Especial Covid-19 apresenta a narrativa da pandemia com base em cinco grandes temas: *Desigualdades/Vulnerabilidades; Trabalho, Saúde, Maternidade e Violência contra a mulher*. Para isso, faz uso de estratégias comunicativas específicas, nomeadas como de *posicionalidade* e de *identificação*. Além disso, os principais campos problemáticos revelados pela narrativa, sejam eles *reconhecidos ou ressignificados*, estampam as desigualdades sociais do país, e como as mulheres e seus atravessamentos de raça, classe, territorialidade, sexualidade, etnia são mais afetadas pela crise sanitária e suas consequências sociais, culturais e econômicas. A análise feminista da narrativa jornalística nos permitiu observar práticas transformadoras a partir de um conhecimento situado vinculadas a princípios jornalísticos consagrados e frequentes no campo do jornalismo, que conferem à Covid-19 - Cobertura Especial um modo diferenciado e inovador de produzir conhecimento e informação qualificada e plural. Produzir novas narrativas a partir de vozes e vivências silenciadas é um passo decisivo no combate às desigualdades de gêneros e seus atravessamentos, pois a esfera simbólica pode produzir nova compreensão social com um horizonte para a equidade, amparada na produção de conhecimento advinda do campo do jornalismo, especialmente no que diz respeito às narrativas sobre mulheres.

**Palavras-chave:** Narrativa jornalística. Estudos Culturais. Epistemologias Feministas. Experiência. Covid-19.



## ABSTRACT

### **WOMEN AND COVID-19: THE MOBILIZATION OF EXPERIENCES IN AN INTERSECTIONAL FEMINIST JOURNALISTIC NARRATIVE OF THE PANDEMIC IN**

BRAZILAUTHOR: Suzanne Borela  
ADVISOR: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Márcia Franz Amaral  
CO-ADVISOR: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ana Carolina D. Escosteguy

This research proposes a cultural study of journalism from the epistemological perspectives of Feminist Cultural Studies and Journalistic Narrative Studies. The contents of the Covid-19 Special, journalistic coverage carried out by the independent media organization *Gênero e Número* - in partnership with *Revista Azmina*, *Énois* and *data\_labe* - are investigated, based on the collection of 49 reports, published during the first year of the pandemic, from March 2020 to March 2021. The objective is to understand how an intersectional feminist narrative is configured in a journalistic coverage of the Coronavirus pandemic in Brazil. The theoretical basis is based on Feminist Cultural Studies, indicating experience as an analytical category (GRAY, Ann, 1997; SCOTT, Joan, 1999; BACH, Ana María, 2014). We also incorporate contributions from the intersectional perspective, that is, we consider how race, class, territoriality and other social categories cross gender issues, building positioned experiences and offering new approaches to journalism studies. And we recover reflections on the narrative, launched by Paul Ricoeur (1994), articulated to journalism studies. In this context, the inspiration in movements of the Pragmatic Analysis of Journalistic Narrative (MOTTA, Luiz, 2013) stands out. From all these bases, we built a Feminist Analysis of Journalistic Narrative. This tells us that the Covid-19 Special presents the narrative of the pandemic based on five major themes: Inequalities/Vulnerabilities; Work, Health, Maternity and Violence against women. For this, it makes use of specific communication strategies, named as positionality and identification. In addition, the main problematic fields revealed by the narrative, whether recognized or resignified, show the country's social inequalities, and how women and their crossings of race, class, territoriality, sexuality, ethnicity are most affected by the health crisis and its consequences. social, cultural and economic. The feminist analysis of journalistic narrative allowed us to observe transformative practices based on situated knowledge linked to established and frequent journalistic principles in the field of journalism, which give Covid-19 - Coverage Especial a differentiated and innovative way of producing knowledge and qualified information and plural. Producing new narratives from silenced voices and experiences is a decisive step in the fight against gender inequalities and their crossings, as the symbolic sphere can produce a new social understanding with a horizon for equity, supported by the production of knowledge arising from the field of journalism, especially with regard to narratives about women.

**Keywords:** Journalistic narrative. Cultural Studies. Feminist Epistemologies. Experience. Covid-19.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A tríplice mimese / Círculo hermenêutico de Paul Ricoeur .....	67
Figura 2: Seção "Covid 19, Cobertura Especial .....	93
Figura 3: Página inicial do site da Revista AzMina .....	97
Figura 4: Página Inicial do site do data_labe.....	98
Figura 5 Página inicial do site da Escola de Jornalismo Énois .....	100
Figura 6: Quadro dos quatro movimentos metodológicos aplicados .....	114
Figura 7 Profissionais que trabalham na cobertura Especial Covid-19.....	115
Figura 8: Critérios de separação das reportagens por eixos .....	119
Figura 9: Exemplo de fala em destaque de uma fonte especializada .....	140
Figura 10: Exemplo de destaque de fala de fonte especializada .....	140
Figura 11: Exemplo de fala de fonte testemunhal .....	140
Figura 12: Fala em destaque de fonte testemunhal .....	141
Figura 13: Destaque de fala e foto de fonte testemunhal .....	142
Figura 14: Destaque de fala e foto de fonte testemunhal .....	142
Figura 15: Foto divulgada de fonte testemunhal .....	142
Figura 16: Exemplo de imagem de fonte especializada .....	143
Figura 17: Exemplo de destaque de imagem de fonte especializada .....	143
Figura 18: Reportagem 4 – Maternidade, 18/06/20.....	152
Figura 19: Reportagem 8, Trabalho, 08/05/20 .....	153
Figura 20: Reportagem 5, Trabalho, 02/04/20 .....	153
Figura 21: Infográfico interativo – autonomia das leitoras/es.....	154
Figura 22: Foto de capa de reportagem .....	164
Figura 23: orientação repassada pela cobertura covid-19 .....	172
Figura 24 Conexão de campos problemáticos da narrativa.....	192



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
<b>1 O JORNALISMO PELO OLHAR DOS ESTUDOS CULTURAIS FEMINISTAS: ALTERNATIVAS EPISTEMOLÓGICAS PARA PENSAR ESSA RELAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
1.1 ESTUDOS EM JORNALISMO, GÊNERO E FEMINISMO NO BRASIL: MAPEANDO PESQUISAS, IDENTIFICANDO TENDÊNCIAS .....	32
1.2 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS FEMINISTAS PARA A ANÁLISE DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS.....	41
<b>1.2.1 A experiência como categoria teórico-analítica.....</b>	<b>45</b>
<b>1.2.2 O engendramento das categorias sociais .....</b>	<b>50</b>
<b>2 JORNALISMO, NARRATIVA E ACONTECIMENTO .....</b>	<b>59</b>
2.1 O JORNALISMO COMO NARRATIVA: PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES ...	60
<b>2.1.1 A composição da intriga e a tríplice mimese em Paul Ricoeur .....</b>	<b>66</b>
2.2 QUANDO O ACONTECIMENTO SE TORNA JORNALÍSTICO.....	69
<b>2.2.1 Cronologia do coronavírus no Brasil: do primeiro paciente à primeira pessoa vacinada.....</b>	<b>70</b>
<b>2.2.2 Jornalismo e acontecimento .....</b>	<b>73</b>
<b>3 NARRATIVAS EM PERSPECTIVA DE GÊNERO: A COBERTURA JORNALÍSTICA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL.....</b>	<b>83</b>
3.1 O JORNALISMO BRASILEIRO NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.....	83
3.2 “ESPECIAL COVID-19”: A COBERTURA JORNALÍSTICA COLETIVA E COLABORATIVA.....	90
3.2.1 G&N E O JORNALISMO EM PERSPECTIVA DE GÊNERO .....	94
<b>4 ARTICULANDO MÉTODOS E EPISTEMOLOGIAS ENTRE JORNALISMO E FEMINISMOS.....</b>	<b>10</b>
1	
4.1 ANÁLISE FEMINISTA DA NARRATIVA JORNALÍSTICA.....	101
<b>4.2.1 Uma proposta metodológica .....</b>	<b>104</b>
4.3 SELEÇÃO E DEFINIÇÃO DO CORPUS: AS REPORTAGENS PUBLICADAS EM G&N NA SEÇÃO "COVID-19 - COBERTURA ESPECIAL".....	114

<b>5 COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUINDO NARRATIVAS: A PERSPECTIVA FEMINISTA E INTERSECCIONAL NA COBERTURA “ESPECIAL COVID-19”</b> .....	<b>117</b>
5.1 DESIGUALDADES, TRABALHO, SAÚDE, MATERNIDADE E VIOLÊNCIA: A COMPOSIÇÃO DA INTRIGA E SEUS EIXOS TEMÁTICOS .....	117
5.2 ESTRATÉGIAS DE POSICIONALIDADE E IDENTIFICAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS.....	124
5.2.1 Estratégias de posicionalidade na narrativa da Especial Covid-19 .....	125
5.2.2 Estratégias de identificação na narrativa da Especial Covid-19 .....	159
5.3 OS CAMPOS PROBLEMÁTICOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL.....	170
5.3.1 Campos problemáticos reconhecidos e ressignificados .....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	203
APÊNDICE 1 – QUADRO DE REPORTAGENS/DIVISÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS.....	213
APÊNDICE 2 – TABELAS DE PROFISSIONAIS QUE ASSINAM AS REPORTAGENS DA COBERTURA ESPECIAL COVID-19 CONFORME EIXO TEMÁTICO.....	219





## INTRODUÇÃO

A pandemia mundial do Coronavírus fez com que diversos campos problemáticos já existentes em nosso país viessem à tona com maior clareza, especialmente pela via dos meios de comunicação. Em março de 2022 completamos dois anos convivendo com a Covid-19. A pandemia mundial, decretada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, trouxe inúmeros desafios para as diferentes áreas e setores do nosso país. Frente à crise sanitária que se instaurou no Brasil, e que passado 24 meses alcançou a triste marca 654.556 óbitos, além das mais de 29 milhões de pessoas confirmadas com a doença, muitos problemas conhecidos pela população (mas também esquecidos por governantes e imprensa em geral) foram agravados e bateram mais forte na porta dos responsáveis. Como o jornalismo<sup>1</sup>, uma instituição que informa, que busca a verdade dos fatos, que tem o compromisso com a realidade e sua sociedade, lida com uma pandemia a este nível? Como noticiar uma crise sanitária que desafia até mesmo a vida dos profissionais que cobrem a mesma? Procuramos encontrar algumas respostas neste trabalho ao nos dedicarmos a análise de uma cobertura específica, com narrativas feministas e interseccionais - a Especial Covid-19, coordenada pela organização de mídia independente Gênero e Número. Deste modo, partimos das perguntas anteriores, para nos inserirmos no ventre daquilo que aqui nos interessa há muito tempo: encontrar onde e como estão postas as questões de gênero e suas intersecções, e as pautas feministas no jornalismo brasileiro contemporâneo.

A relação Jornalismo/Feminismos e Estudos de Gênero é um interesse e uma inquietação antiga, que segue esta doutoranda desde sua graduação. Inserida primeiramente naquilo que conheci como “Estudos da Mulher na Mídia”, questionava as representações impostas pelo jornalismo em relação à imagem das mulheres. O que conheci inicialmente como “estereótipo e representação”, eram as bases das minhas brigas com capas e reportagens de revistas destinadas ao público feminino. “De que importa os hobbies e os planos sobre casamento se a matéria é sobre a profissão?” “Porque dizer que apesar de morar na periferia tem gosto por leitura e conhece música clássica?” “Então quer dizer que só a maternidade e o casamento é que completa uma mulher?”. Nunca esqueço as primeiras indignações.

Ainda no mestrado, no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, me deparei com o desafio de estudar um tema ainda pouco visível

---

<sup>1</sup> Nesta pesquisa quando falamos em “jornalismo” estamos nos referindo a ele enquanto campo e instituição. Já quando adotamos a expressão “jornalismo independente” estamos nos referindo às práticas e produções realizadas por organizações de mídia independentes, ou seja, iniciativas que surgiram a partir de financiamentos coletivos, ou que possuem outra forma de sustentabilidade, diferente do jornalismo hegemônico e tradicional.

e sem muitos aportes no campo do jornalismo, os estudos de gênero e feministas. Embora a universidade seja referência no país por grupos de pesquisa, revistas e um centro específico que contempla tais estudos (o Instituto de Estudos de Gênero – IEG), no POSJOR tais estudos começavam timidamente a chegar em 2015. Deparei-me com as primeiras autoras feministas e com o termo Interseccionalidade ao cursar disciplinas e participar de cursos e palestras de programas em outras áreas do conhecimento, como Literatura, História e Estudos Multidisciplinar. Esse é um desafio ainda presente não apenas na Pós-graduação, que aos poucos vem ofertando disciplinas que trabalham questões feministas, de gênero e culturais – a exemplo do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM), mas principalmente dos cursos de graduação em jornalismo e comunicação, em que disciplinas assim aparecem como optativas, portanto, não obrigatórias. Não podemos negar que a nova geração vem se posicionando e se interessando cada vez mais cedo em relação a essas mesmas questões, e esse movimento reflete na exigência e mobilização para disciplinas interdisciplinares, plurais e com um viés social e político mais aguçado. Aos poucos, as/os estudantes de graduação vão descobrindo interesses de pesquisa e construindo suas identidades, e a academia é um lugar fundamental para esse amadurecimento social e intelectual.

A primeira lição que aprendi, ainda com o exemplo de minha mãe, é que posso questionar o mundo e assumir o lugar que eu achar de direito. Talvez por nunca ter vivido na tal “família tradicional”, com certeza por ter sido criada por minha mãe e minha tia, as mulheres da casa, as chefes da família. Tenho o privilégio de ter tido o apoio necessário para ir em busca dos meus sonhos. Apesar de ter sido criada por essas duas mulheres incríveis, tive a presença e apoio de meu pai ao longo de todo esse caminho que ainda percorro. Mesmo com dificuldades, chego a um Doutorado, a terceira vez em uma Universidade Pública, segunda tendo minha pesquisa apoiada pela Capes. Mas, eu faço parte de um número de mulheres privilegiadas - mulher, branca, heterossexual, com acesso e condições para educação, saúde e trabalho. Esse é um tipo de privilégio que só nos damos conta quando passamos a conhecer o que são as questões de gênero e a importância da interseccionalidade. Damo-nos conta de que a nossa “normalidade”, a vida das “mulheres brasileiras” noticiadas pela maioria da imprensa tradicional, não tem nada de normal, não tem nada de igual, não tem nada de representacional. Essa é apenas uma das portas abertas pelos estudos feministas.

Esse é um choque que gera incômodo, que mexe com todas as nossas certezas, que exige de nós um novo olhar e um novo posicionamento de vida. Quem são as mulheres que não estão nas notícias? Onde estão as mulheres negras nas universidades e nos grupos de

pesquisa? Quais suportes na área da saúde as mulheres de periferia recebem? Esse é um choque necessário. Aprendi que não posso falar por elas, mas posso humildemente inserir a minha voz ir em busca de legitimidade e valorização desta pesquisa dentro de um campo que, como já constatou Márcia Veiga da Silva (2010)<sup>2</sup>, tem gênero e é masculino: o jornalismo. E todos esses questionamentos, que tiveram início há muito tempo por diferentes movimentos e pesquisadoras, tem seu desenrolar aqui neste trabalho por causa de um acontecimento específico: a pandemia do Coronavírus no Brasil, e a cobertura jornalística colaborativa com foco em gênero, raça e territorialidades.

Refletir sobre o jornalismo em tempos de difusão de tecnologias digitais requer acionar perspectivas que problematizam as relações culturais e suas implicações na sociedade, especialmente se considerarmos que a mídia está inserida em processos sociais e culturais mais amplos, que resultam em tensões e contradições (COULDRY, Nick 2012). Os estudos feministas e de gêneros, articulados às categorias culturais, étnicas, profissionais, geracionais, ou de classe, por exemplo, são cada vez mais relevantes para compreender a prática jornalística, as “novas mídias” e os modos de produção/recepção/circulação de informação na sociedade. Isabel Travancas (2010) destaca a importância de refletir sobre o fazer jornalístico, especialmente levando em consideração o atual contexto<sup>1</sup> social do país. Na mesma perspectiva, pensar em “como se constrói a notícia, quais são seus critérios, como são definidos e em que medida eles são cumpridos ou não, [...] parece uma discussão importante num momento de profundas transformações no jornalismo com a entrada em cena das mídias digitais” (TRAVANCAS, Isabel, 2010, p. 83). As<sup>3</sup> jornalistas constroem suas identidades profissionais influenciadas por diferentes contextos, experiências, contradições e relações sociais. Se tratando de Brasil, como observa Isabel Travancas (2010), ainda é muito intensa a relação da jornalista com sua profissão, fator esse que influencia diretamente “na criação de um estilo de vida e de uma visão de mundo particulares. Visão de mundo e estilo de vida que interferem na seleção e elaboração das notícias” (TRAVANCAS, Isabel, 2010, p. 84). O papel desempenhado pelo jornalismo contribui para o entendimento dos sujeitos sobre a realidade, bem como atua na formação de subjetividades e identidades.

---

<sup>2</sup> Com objetivo de contribuir com a visibilidade de autoras mulheres e suas pesquisas, sejam elas do campo da comunicação, jornalismo, estudos feministas ou outros, optamos neste trabalho por escrever seus nomes junto ao sobrenome referenciado nas citações diretas e indiretas. Para padronizar o trabalho e não fugir às normas, essa decisão se estende para todas as autoras e autores citados nesta tese.

<sup>3</sup> Neste trabalho buscamos nos posicionar desde muito cedo. Por isso, adotamos o feminino como substantivo universal para descrever pessoas e coisas das quais falamos. Mantemos a regra de Português, que prevê o uso do substantivo feminino, mas nos distanciamos da regra universal que usa “o sujeito”. Aqui adotamos as profissionais, as jornalistas, e assim por diante.

Se a realidade é construída socialmente, então os meios de comunicação, e o jornalismo em si, são peças importantes nesse processo de construção. Nem sempre é possível identificar essa pluralidade de experiências e visões de mundo no campo hegemônico do jornalismo. Há pouco espaço para discutir questões de gênero em grandes veículos de comunicação. Quando assuntos ligados a essa temática permeiam a produção de conteúdo na mídia hegemônica, eles aparecem separados como editoriais, cadernos específicos ou revistas segmentadas. Em compensação, há uma forte onda no jornalismo que utiliza a palavra “gênero” como proposta para novos modelos, ou novos olhares dentro da mídia impressa, televisiva, digital e etc., mas seu significado pouco é explorado. Diferentes plataformas ainda apresentam dificuldades em tratar temas que são componentes essenciais das relações de gênero e suas interseccionalidades.

Raquel Paiva (2015, p.75) argumenta que há um reconhecimento de que “a produção jornalística sofreu uma mutação substancial a partir da midiaticização e da frenética circulação de informações produziu uma busca por refletir a prática jornalística e, conseqüentemente, apresentar novas possibilidades de olhar um fato”. Com os avanços tecnológicos e as potencialidades da internet, surge uma brecha para a produção de conteúdo jornalístico que procura independência do campo hegemônico, seja em caráter editorial, financeiro ou cultural. Há uma emergência de veículos alternativos digitais que buscam uma transformação, tanto nas práticas de produção como no resultado final, ou seja, a própria notícia. Roseli Fígaro (2014, p. 34) observa que “a convergência entre mídias e a transmidiação emergem como práticas de interação e produção discursivas que transgridem as formas tradicionais de produzir e ler a notícia”. Ainda, segundo a autora, há uma mudança no consumo que precisa ser levada em consideração, pois ela altera significativamente o papel do jornalismo na contemporaneidade. Para ela:

O jornalismo, portanto, está em mudança, pode perder seu papel potencial de mediador da esfera pública midiaticizada, com uma agenda de discussão que pauta os cidadãos no cenário local, regional e global, para consolidar-se como oferecedor de informações conforme o critério de perfil do consumidor. Há aí uma transformação em curso, alterando o papel social do jornalismo e a sua relevância como forma discursiva de amálgama do contrato social. Mudança no valor de uso. (FÍGARO, Roseli, 2015, p.27).

Emergem, nesse contexto, as organizações de mídias (e *startups*) independentes de jornalismo, que atuam a partir do financiamento coletivo e com nichos temáticos direcionados a públicos específicos. Essa prática também convoca as profissionais jornalistas a assumir

novas atribuições e práticas. A independência no campo jornalístico pode ter diferentes significados conforme o contexto e espaço em que está inserido. As mídias independentes criam um distanciamento do campo hegemônico, não apenas nas rotinas de produção ou nas práticas, mas possibilitam “um jeito diferente de fazer o jornalismo, onde as regras do mercado e da indústria convencional não aprisionariam a criatividade e a liberdade autoral dos produtores” (ASSIS, Evandro, *et. al.*, 2017, p. 7). Ainda, para os autores, só é possível afirmar a independência real de um meio ao estudar e analisar os seus contextos.

Ao refletirmos sobre a produção jornalística é imprescindível considerar que “a vida em sociedade se dá através das diferenças, e estes profissionais estão intermediando relações entre diversos grupos e categorias sociais” (TRAVANCAS, Isabel, 2010, p.85). Assim, torna-se importante repensar quem são os sujeitos políticos envolvidos nesse espaço da produção, e mais: quem está falando em nome de quem? Em que condições? Com quais limitações? Enfrentando quais tipos de opressão? Ainda, precisamos considerar que ao pensar em identidade, não podemos levar em conta “apenas trajetórias e projetos conscientes e lineares” (*ibidem*), especialmente em um campo tão atravessado por relações culturais, históricas e de poder, como é o jornalismo. Quando produzido por grupos e questões específicas, como por exemplo o jornalismo produzido por feministas, os conteúdos e a própria informação tornam-se também uma estratégia de ação política. (WOITOWICZ, Karina; PEDRO, Joana, 2010). Tais práticas independentes surgem como alternativas para repensar os modos de fazer jornalismo, considerando sua responsabilidade social e sua função de contribuir para uma visão (e reflexão) da realidade, especialmente ao olharmos para produções que abordam questões identitárias e de gênero em sua essência e profundidade, questões estas tão esquecidas na mídia hegemônica.

Na mídia independente contemporânea, o foco passa a ser a visibilidade, o espaço para a pluralidade de identidades e para temas excluídos e antes relegados às margens. A perspectiva de gênero (e interseccionalidades como raça e geração, por exemplo), e as reflexões levantadas pelos movimentos feministas, influenciaram o surgimento de alguns portais noticiosos e iniciativas de mídia que produzem jornalismo a partir de propostas diferenciadas e inovadoras, e que também têm o financiamento coletivo como ponto central para sua existência. Em 2016, a Agência Pública realizou um projeto que teve como objetivo mapear as iniciativas de jornalismo independente no Brasil. No “Mapa do Jornalismo Independente”, aparecem oito iniciativas que têm como proposta a produção de conteúdo jornalístico a partir de temáticas e questões de gênero. Entre elas, encontram-se a organização

de mídia independente “Gênero e Número (G&N)”, responsável pela produção do objeto empírico desta pesquisa, a Cobertura Especial COVID -19.

As novas organizações de mídia passam a figurar também nas pesquisas acadêmicas, especialmente na área da comunicação. Muitos estudos, inclusive, se apropriam de outras áreas do conhecimento, buscando uma aproximação teórica entre campos distintos para dar conta dos novos fenômenos comunicacionais. Esse caminho interdisciplinar marca também o aparecimento (e a atual continuidade) dos Estudos de Gênero e Feministas no campo da comunicação. Tais estudos contribuem justamente para repensar as formas de representação das subjetividades, buscando desmistificar estereótipos e dar visibilidade para identidades plurais, e proporcionar reflexões mais profundas sobre o aspecto patriarcal e heteronormativo, na busca por rompê-lo. E é nesse contexto que nos inserimos.

Ao propormos nesta pesquisa a substituição da ideia de objetividade jornalística por diferentes formas de “experiência”, especialmente experiências de mulheres, buscamos alcançar novas contribuições e visadas à discussão de gênero no jornalismo contemporâneo. As epistemologias feministas contribuem para repensarmos os modos de analisar a produção jornalística, proporcionando reflexões inovadoras para a construção metodológica. Ao assumir um ponto de vista situado, ou seja, um olhar feminista para uma produção jornalística, acrescentamos às nossas discussões instrumentos importantes para repensar a narrativa sobre as mulheres e a própria prática jornalística. A categoria experiência nos permite olhar tanto para as produtoras quanto para as personagens do jornalismo, identificando novos modos de produzir conhecimento. Neste sentido, também coloca em foco a importância de pensar as relações de poder e desigualdades não apenas pelas experiências de gênero, mas por questões de raça, classe social, geração e outras categorias que se interseccionam nesse processo. Assim, nos aproximamos de uma perspectiva de construção social, trazendo a interseccional como categoria teórica e analítica, sobretudo via contribuições das metodologias e epistemologias feministas acionadas neste trabalho. Afinal, nos lembra Sandra Harding, o trabalho realizado do ponto de vista feminista deve ser sempre interseccional.

Deste modo, não nos estendemos na teorização acerca do conceito de gênero, mas refletimos as relações de poder e a produção de conhecimento pelo viés do engendramento dos marcadores sociais que constituem as experiências dos sujeitos, especialmente das mulheres.

Essas são contribuições que incorporamos a esta tese com o objetivo de realizar uma análise feminista da narrativa jornalística colaborativa sobre a pandemia do Coronavírus no Brasil.

Tomando essas ideias como balizas, assumimos que uma análise cultural do jornalismo pressupõe compreender a narrativa noticiosa como uma prática significativa, situada em um horizonte multidimensional, atravessado por relações de poder que afetam a prática jornalística. Incidem nesse tipo de análise as condições sociais de produção e estratégias produtivas das organizações jornalísticas, bem como sua estrutura político-financeira, as ideologias profissionais em ação e as respectivas equipes (os/as jornalistas) com suas subjetividades particulares e perspectivas sociais e, também, as condições e práticas de consumo/recepção (HALL, Stuart, 1993). Contudo, priorizamos a análise das narrativas jornalísticas, produto das condições de produção, do tipo de organização midiática e dos/as respectivos/as produtores/as e seus mapas referenciais. Porém, sem desconhecer o peso dos demais elementos.

Assumimos a narrativa a partir dos estudos da linguagem, inspiradas especialmente nas reflexões de Paul Ricoeur, e de autores brasileiros que seguem esta mesma perspectiva. Deste modo, buscamos ultrapassar o entendimento da narrativa como mera modalidade textual, gênero linguístico ou organização de discurso. Nesse sentido, a narrativa é compreendida como um lugar contínuo de produção de sentido, pois ao narrar ordenamos o caos, tornamos a experiência apreensível, inteligível e acessível, e produzimos novos conhecimentos e vivências. Ao narrar estamos sempre criando novas experiências. É na narrativa que acionamos dimensões temporais de presente, passado e futuro, e através dela despertamos sentidos diferentes em cada sujeito, de acordo com o tempo vivido e com o reconhecimento do mundo de cada um. É pela narrativa jornalística que o acontecimento é dotado de sentido, de valores e de referências.

O papel da jornalista na escolha do que deve ser notícia é imprescindível, pois é ela que dá vida ao acontecimento e o faz porque a reconhecemos como alguém capacitada para tal tarefa. Deste modo, o acontecimento jornalístico está inserido em uma “ordem dos sentidos, de grande complexidade – não apenas pelos procedimentos exigidos para que um fenômeno se transforme em acontecimento, mas também pelos quadros de referência que ajuda a legitimar” (BENETTI, Márcia et. al, 2010, p. 149). A construção desses sentidos resulta na materialização do discurso jornalístico, e sua apresentação é o produto final do processo de apuração, reconhecimento e relato dos fatos.

O jornalismo atua na construção de sentidos, reafirma normas culturais e “pretende explicar os modos de ser e estar no mundo” (VEIGA DA SILVA, Márcia, 2014, p. 63) aos sujeitos. O jornalismo também reproduz as hierarquias de gêneros presentes na sociedade, contribuindo para as assimetrias e desigualdades, ou seja, “o masculino, mais valorizado, no topo” (VEIGA DA SILVA, Márcia, 2014, p. 244). Abalar essa lógica existente no campo exige das profissionais jornalistas que criem novas possibilidades de práticas de produção, para que novos sentidos sejam despertados, postos em circulação e inseridos na sociedade. Neste caminho, os veículos de mídia independente, alternativos, colaborativos, comunitários e outros que surgem no ambiente online, podem contribuir significativamente para abalar as lógicas hegemônicas do campo e propor novas maneiras para o fazer jornalismo.

A perspectiva de gênero e a inserção de pautas feministas surgem como potencialidades no jornalismo, especialmente para meios que pretendem explorar diferentes temáticas a partir de um viés contra-hegemônico. Essa transformação (ou tentativa), no entanto, não ocorre sem conflitos, pois “a própria definição do que é o enfoque de gênero no jornalismo não é definitiva, oscilando entre uma especialização ou uma visão transversal, sendo essa última a que parece ser mais valorizada” (COSTA, Jéssica, 2018, p. 195). Por isso, a reflexão sobre o desenvolvimento das questões de gênero e pautas feministas no campo do jornalismo continua tão importante, especialmente para compreendermos as novas configurações narrativas das produções noticiosas em rede.

Por acreditarmos que a cobertura proposta por essas organizações de mídia independentes busca uma transformação a partir da configuração de uma narrativa feminista e interseccional, de um fenômeno tão complexo e ao mesmo tempo tão difundido pela imprensa brasileira, como é a pandemia do Coronavírus no Brasil, é que escolhemos o projeto “Covid-19 – Cobertura Especial” como corpus desta tese. A iniciativa partiu da organização de mídia Gênero e Número, e conta com a parceria de outras três organizações, sendo elas: Revista Azmina, Énois e data\_labe. O projeto tem como objetivo produzir conteúdo de forma colaborativa e coletiva sobre a pandemia, mantendo o foco em gênero, raça e territorialidades. De março de 2020, quando foi lançada, a março de 2021, a Cobertura Especial contabilizou 49 reportagens. Os conteúdos são disponibilizados nos sites e portais das quatro organizações envolvidas, mas é em G&N que ganham mais destaques, já que as reportagens ocupam uma seção demarcada, e são organizadas cronologicamente. A produção coloca em foco as experiências de mulheres durante a crise sanitária que atingiu o país. As reportagens são produzidas no formato multimídia, com conteúdos que fazem uso de diversos recursos de linguagem, como base de dados, infográficos, links para outros sites, imagens, vídeos e

áudios. A produção de reportagens com bases de dados é uma característica da Gênero e Número, percebida também na configuração da especial Covid-19. As temáticas mais visíveis são sobre populações vulneráveis, questões de saúde, trabalho, violência, maternidade e outras.

Partindo do pressuposto de que a experiência das mulheres, tanto das profissionais quanto das personagens narradas, tem potencial para transformar a construção narrativa jornalística, nosso problema de pesquisa se constitui em: *como são configuradas as narrativas jornalísticas feministas e interseccionais da pandemia do Coronavírus no Brasil?*

Para trabalharmos em nosso problema de pesquisa, definimos os seguintes objetivos:

a) Objetivo geral

Analisar as narrativas jornalísticas feministas interseccionais na “Cobertura Especial Covid-19”.

b) Objetivos Específicos

- 1) Identificar quais são os principais eixos temáticos da narrativa;
- 2) Analisar estratégias de posicionalidade e identificação acionadas pelas instâncias narrativas;
- 3) Reconstituir campos problemáticos da narrativa feminista interseccional sobre a pandemia;

Para alcançar as reflexões e objetivos propostos, em diálogo com nosso problema de pesquisa, estruturamos esta tese de doutorado em cinco capítulos, sendo os primeiros de ordem teórica, e os últimos de ordem analítica e de discussão de resultados. No primeiro capítulo nos propomos a pensar sobre as contribuições possíveis dos Estudos Culturais Feministas para os estudos da narrativa jornalística, especialmente por olharmos para uma cobertura especial sobre a pandemia do Coronavírus no Brasil. Para isso, recuperamos pesquisas influenciadas pelo viés dos estudos feministas sobre a agenda midiática, refletindo sobre como as questões de gênero e suas interseccionalidades alteram e criam tensões nas produções e práticas jornalísticas. Importantes autoras figuram na nossa construção teórica como Ann Gray, Joan Scott, Isabel Díaz, Ana Mari Bach, Rayza Sarmiento, Ana Carolina Escosteguy, Márcia Veiga da Silva, entre outras. Apresentamos ainda a importância de eger

a experiência como categoria de análise, especialmente por colocar em destaque a experiência de mulheres, sejam elas jornalistas, fontes e/ou personagens das narrativas em questão. Por fim, abordamos as categorias sociais como componentes indispensáveis para analisar as narrativas feministas sobre o Covid-19 no Brasil, ou seja, classe, raça, geração, entre outras, especialmente pela importância de considerar a pluralidade de identidades e as diferentes experiências vivenciadas pelas mulheres.

O capítulo dois apresenta o jornalismo pela perspectiva da narrativa, influenciada pelas reflexões do Paul Ricoeur, e de autores nacionais que seguem e dão continuidade as discussões propostas por esse autor, permitindo assim que repensemos o papel do jornalismo como produtor de conhecimento. Consideramos a relação intrínseca entre narrativa, tempo e experiência, compreendendo a produção jornalística a partir da composição da intriga e da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. Neste capítulo também introduzimos nossa reflexão sobre o papel do acontecimento no campo do jornalismo, para compreendermos como se dá a configuração narrativa de uma pandemia e sua configuração como acontecimento jornalístico. Iniciamos com uma cronologia do coronavírus no Brasil, construída a partir de títulos de reportagens de veículos de comunicação do país, e seguimos com os estudos de Louis Queré (2005), que compreende o acontecimento como uma espécie de ruptura, uma ação que interrompe a continuidade da experiência, ao mesmo tempo em que provoca distintas modalidades dessa mesma experiência. No encerramento do capítulo, discutimos sobre a importância de aplicar lentes de gênero na cobertura jornalística da pandemia do Coronavírus, tendo em vista que existem diferentes realidades provocadas por um mesmo acontecimento.

No capítulo 3 apresentamos nossas considerações iniciais sobre a crise sanitária mundial - a pandemia do Coronavírus, e sobre as narrativas divulgadas pelos meios de comunicação, mostrando algumas particularidades e focando em uma cobertura que consideramos diferenciada em relação aos meios hegemônicos, proposta por organizações independentes de mídia. Também ressaltamos algumas iniciativas de instituições e entidades ligadas à prática, pesquisa e ensino do jornalismo, apresentando Guias e Manuais elaborados com o objetivo de contribuir e ajudar as/os profissionais atuantes na cobertura jornalística da pandemia no país. Depois, apresentamos e comentamos a iniciativa de um grupo de organizações independentes de jornalismo para a produção de informação colaborativa, coletiva, com foco em gênero e interseccionalidades, sobre a pandemia, a “Cobertura Especial COVID-19”, escolhida como nosso objeto empírico de pesquisa. Ao fim do capítulo, justificamos nossa escolha pela organização principal do projeto, a Gênero e Número, e

apresentamos brevemente as organizações parceiras de produção, são elas: Revista Az Mina, data\_labe e Énois.

No quarto capítulo damos continuidade ao nosso modo de pensar a narrativa jornalística posicionadas em um viés feminista, que questiona a forma de produção do conhecimento e suas bases e valores, como imparcialidade, neutralidade e objetividade. Deste modo, apresentamos a nossa proposta metodológica para análise da cobertura especial, elaborada com base nos movimentos propostos por Motta (2013) em sua “Análise Pragmática da Narrativa Jornalística”, e especialmente nas contribuições epistemológicas feministas abordadas nos capítulos anteriores. Depois da nossa explanação sobre os passos e processos metodológicos, apresentamos o *corpus* de pesquisa e mais detalhes sobre organização das reportagens analisadas. Por fim, no quinto capítulo, apresentamos os resultados da análise da narrativa sobre a pandemia do Covid-19, refletindo sobre como a perspectiva feminista e interseccional atravessa as histórias contadas por essa produção jornalística. Também neste capítulo identificamos quais temáticas ajudam a construir a narrativa da cobertura especial Covid-19 sobre o Coronavírus no Brasil; quais estratégias comunicativas estão presentes na configuração narrativa; quais interseccionalidades são destacadas e problematizadas pela cobertura; quem são as fontes e as personagens; quais experiências ajudam a construir as histórias das mulheres durante a pandemia no país, e quais os campos problemáticos expostos e revelados pela cobertura especial.

A pesquisa nos permitiu observar possíveis práticas transformadoras a partir de um conhecimento situado, que pode ser concebido como jornalismo feminista interseccional. Ao analisar a narrativa proposta pela cobertura Especial Covid-19, encontramos pistas que demonstram como o jornalismo pode colaborar com as discussões sobre mulheres e suas interseccionalidades, não apenas em coberturas especiais de acontecimentos extremos, mas nas histórias cotidianas que permeiam a produção jornalística nacional. Concluímos que uma prática guiada por posicionalidades específicas, que toma a experiência como ponto de partida, e considera o engendramento das categoriais sociais, pode ser um ponto de transformação no jornalismo no que diz respeito às narrativas sobre as mulheres



## **1 O JORNALISMO PELO OLHAR DOS ESTUDOS CULTURAIS FEMINISTAS: ALTERNATIVAS EPISTEMOLÓGICAS PARA PENSAR ESSA RELAÇÃO**

De início, em “*1.1 Estudos em comunicação, gênero e feminismo no Brasil: mapeando pesquisas, identificando tendências*”, apresentamos uma breve reflexão teórica que recupera pesquisas sobre a influência das pautas feministas na agenda midiática, e sobre como as questões de gênero alteram e criam tensões nas produções e práticas jornalísticas. A partir desta perspectiva, apostamos em um caminho que consideramos produtivo por trazer um olhar complexo para o fenômeno que nos interessa – as narrativas jornalísticas feministas e interseccionais na cobertura da pandemia do Coronavírus no Brasil, – e por compreender que a partir de um determinado enquadramento teórico-metodológico saiam possibilidades analíticas muito ricas, isto é, do caminho dos Estudos Culturais Feministas, explanado no item “*1.2 Contribuições dos Estudos Culturais Feministas para a análise das narrativas jornalísticas*”.

A intervenção feminista no campo dos estudos culturais permitiu que uma nova agenda de pesquisas fosse aberta, com a construção de novos objetos de estudos e de diferentes reflexões teóricas. Recuperamos dos Estudos Culturais Feministas a categoria experiência, e a propomos como categoria analítica capaz de nos dar a compreensão de como os sujeitos experimentam o mundo social, em “*1.2.1 A experiência como categoria analítica*”. Adotar uma epistemologia feminista, e assim substituir a ideia de objetividade na pesquisa por diferentes formas de “experiência”, pode vir a trazer maiores e novas contribuições à discussão de gênero no jornalismo contemporâneo.

Ainda, adotamos a compreensão da pluralidade de identidades, que ilumina e traz para o debate as potencialidades de olhar para o engendramento das categorias sociais – gênero, raça, classe, geração e entre outras, especialmente na cobertura jornalística de fenômenos que se tornam tão específicos – a pandemia do Coronavírus – quando no contexto brasileiro, conforme discutimos no item “*1.2.2 O engendramento das categorias sociais*”. Consideramos essas categorias analíticas e teóricas como elementos ricos tanto para os Estudos Culturais Feministas quanto para o campo do jornalismo. E é dentro desses parâmetros que se localiza esta pesquisa. Deste modo, ao adotarmos uma perspectiva feminista, e algumas de suas bases teórico-metodológicas, para compreender as narrativas da cobertura jornalística em questão, consideramos possível realizar uma conexão entre os campos, de modo que resulte em uma produção de conhecimento qualificada, plural e situada tanto nos estudos de gênero e feministas quanto no do jornalismo.

## 1.1 ESTUDOS EM JORNALISMO, GÊNERO E FEMINISMO NO BRASIL: MAPEANDO PESQUISAS, IDENTIFICANDO TENDÊNCIAS

O desenvolvimento dos estudos que problematizam as formas de representação e destinação dos papéis sociais da mulher na sociedade, principalmente na instância midiática, está diretamente ligado aos contínuos movimentos sociais e políticos que, ao longo das décadas, trouxeram ativamente as questões feministas para o campo social e acadêmico. Das investigações sobre a dimensão ideológica às problematizações sobre a construção de uma determinada feminilidade (e/ou masculinidade), é possível identificar diversas estratégias midiáticas que tem por objetivo reforçar identidades pré-estabelecidas e aceitas socialmente, que interpelam os sujeitos envolvidos no processo comunicacional. Do mesmo modo, pesquisas contemporâneas demonstram a importância de pensar as relações de poder, especialmente existentes nas relações de gênero, raça, classe e outras categorias sociais, que geram práticas misóginas, racistas e sexistas, tanto na produção de conteúdos midiáticos quanto no exercício da profissão, por exemplo, em áreas como jornalismo ou publicidade. Para Márcia Veiga da Silva (2019, p.11), no jornalismo a visibilidade feminina “vem há tempos sendo tema de questionamentos e análises no espectro acadêmico – mas é a partir de uma democratização da problemática feminista que, percebemos, a imprensa passa a se pensar e repensar como reprodutora de representações violentas”.

Ao traçar a trajetória do feminismo brasileiro, Céli Regina Pinto (2003) apresenta as tendências que se expressavam e que ainda estão presentes no movimento. Uma das manifestações em destaque diz respeito ao feminismo acadêmico no Brasil. Neste âmbito, que ganha força significativa principalmente a partir dos anos 1970, com reuniões e produções no contexto das universidades, as teóricas feministas passam a produzir conhecimento sobre as temáticas relacionadas às mulheres, difundidos em revistas especializadas, teses e dissertações, além do surgimento de associações nacionais de diversas áreas do conhecimento que passaram a incorporar o debate feminista. Os núcleos de estudos feministas e de gênero, que surgiram em universidades brasileiras (principalmente a partir dos anos 1980) com o objetivo de trazer para a estrutura acadêmica a problematização e debate de tais temáticas, contribuíram diretamente no aumento da produção de conhecimento dos intitulados Estudos das Mulheres.

No campo da Comunicação, os estudos feministas marcam presença principalmente a partir dos anos 1990, com foco na problematização sobre as construções identitárias e a reprodução de estereótipos nos diversos meios de comunicação, como telenovelas, produções

publicitárias e produtos jornalísticos, e nas tradicionais revistas femininas do país. Nos estudos de mídia brasileiros, conforme indica Ana Carolina Escosteguy (2019, p.2) “a disseminação da categoria gênero vai ocorrer a partir dos anos oitenta, embora no contexto dos estudos de mídia, durante os anos setenta e oitenta, tenha sido o uso do termo mulher uma marca dessa época”. Ao analisar a vinculação entre os estudos culturais feministas e os de comunicação e mídia, especialmente situados entre 1974 e 1991, Ana Carolina Escosteguy (2020, p.12) identifica um comprometimento “com uma perspectiva feminista que reivindica a afirmação de mulheres como sujeito político e do conhecimento, ainda que posteriormente tenham se multiplicado outros desdobramentos, tais como aqueles vinculados aos estudos LGBTQ+”. No Brasil, os estudos interseccionais, que consideram outras categorias além de gênero, como raça, etnia, geração e classe social, ganham mais força com as tecnologias de informação e comunicação. A partir dos anos 2000 é possível perceber que outras vertentes de pensamento permeiam a agenda dos estudos de mídia e mulheres, desde discussões pós-feministas, que recuperam valores mais tradicionais, a uma diversidade de questões que se juntam às pautas feministas. (ESCOSTEGUY, Ana Carolina, 2019). Na contemporaneidade, diversas experiências digitais de ativismo, especialmente em veículos alternativos, surgem para romper as representações e estereótipos identitários tão presentes na mídia tradicional. Ao analisar a trajetória dos estudos com perspectiva de gênero na comunicação, em específico abordagens *queer*, trans, gays e lésbicas em teses e dissertações do campo no período de 1972 até 2015, Tainan Tomazetti (2019) constatou que até os anos 1990 não foram encontrados trabalhos atravessados por tais temáticas. Ainda, o autor observou que ao longo da década de 1990 quatro pesquisas foram elaboradas associando comunicação a temas com foco na homossexualidade masculina. A abordagem *queer*, contudo, chega ao campo da comunicação apenas em 2004.

Nessa perspectiva, Rayza Sarmiento (2017) traz importantes contribuições para pensar os estudos de mídia e gênero no Brasil. Ao debater os estudos sobre jornalismo, e sua relação com estudos feministas e de gênero, a autora destaca alguns fatores pelos quais se torna necessário pensar a prática jornalística através de uma perspectiva feminista de estudos de mídia. Rayza coloca em evidência pesquisas sobre as revistas femininas, em que as produções “reforçavam mitos sobre a feminilidade, como atuavam ao influenciar as mulheres no que diz respeito a questões de moda, beleza, saúde, bem como seu papel histórico de acompanhar as mudanças ocorridas” (SARMENTO, Rayza, 2017, p. 57). Outro ponto relevante a ser observado nas produções em jornalismo, destaca a autora, é a diferença de visibilidade em relação a homens e mulheres nas produções. Para elucidar, ela traz resultados da Global

Media Monitoring Project<sup>4</sup> (GMMP) que, ao analisar um dia de notícias em 144 países, comprovou que “a presença de mulheres nas notícias chegou a 24% em 2015, após ter sido de 21% em 2005 e 17% em 1995” (SARMENTO, Rayza, 2017, p.68). O Projeto monitorou 22.136 matérias publicadas, transmitidas ou tuitadas por 2.030 veículos diferentes, com um total de conteúdos escritos ou publicados por 26.010 jornalistas, além de incluir na pesquisa 45.402 pessoas que foram citadas ou usadas como fonte (ROSS, Karen, et. al, 2016).

Ainda sobre o mesmo relatório, Karen Ross et. al (2016, p.1, tradução nossa), sinalizam que o que os dados demonstram não é apenas um problema de visibilidade, pois “quando as mulheres estão presentes, suas contribuições são muitas vezes confinadas ao domínio do privado, pois falam como cidadãos, em vez de especialistas e em histórias sobre saúde, mas não sobre política”. Deste modo, concluem as autoras, as mulheres são duplamente marginalizadas, “tanto em termos de volume quanto de segregação na categoria de notícias, apresentando-se com mais frequência em histórias consideradas menos importantes ou prestigiosas em termos de valor de notícia” (ROSS, Karen, et.al, 2016, p. 4, tradução nossa). Ao observarmos a cobertura jornalística de eventos extremos, como a pandemia, por exemplo, essa exclusão torna-se ainda mais clara. Especialmente no acionamento de “fontes oficiais”, as vozes autorizadas a falar são, em grande parte, a dos homens.

Não é exagero afirmar que há 20 anos o movimento feminista fazia um grande esforço para conseguir pautar suas causas na mídia noticiosa. A relutância em divulgar e discutir temas considerados polêmicos relacionados às mulheres, e suas implicações públicas e privadas, acompanhava a rotina produtiva dos meios de comunicação hegemônicos. Mesmo nos espaços da imprensa feminina, como caso das revistas especializadas para mulheres, essa visibilidade não deixou de ser ambígua, como discute Dulcília Buitoni (2014, p. 41), pois era “um instrumento de democratização da moda, trouxe informações sobre sexo, contribuiu para a revolução sexual e todavia sugere a colocação de próteses como uma grande conquista de beleza e de identidade”. Ainda é possível perceber que muitos conteúdos jornalísticos não dão conta da complexidade de fenômenos sociais atravessados por questões como machismo, racismo e heteronormatividade. Conforme destaca Márcia Veiga da Silva (2019):

---

4 No Brasil há um relatório chamado “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” (2017), resultado de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a organização independente de mídia Gênero e Número, o qual apresenta dados e casos sobre o assédio enfrentado por mulheres no exercício da profissão.

No Brasil, as desigualdades sociais são marcadamente de raça, de gênero e de classe, colocando às margens gigantescas parcelas da população a partir de sistemas de classificação e hierarquização de diferenças cujas desigualdades se forjam na cultura, nos sistemas simbólicos, em que a linguagem se constitui central. Nesse sentido, o jornalismo vem operando enredado às tramas de poder-saber, reproduzindo valores dominantes a partir das lentes de uma racionalidade excludente. (MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Márcia, 2019, p. 12).

O cenário atual nos permite refletir e problematizar a inserção do debate feminista no jornalismo, especialmente no Brasil. Conforme Rosalind Gill e Katie Toms (2019, p. 99, tradução nossa), a visibilidade crescente das pautas feministas pode ser vista com otimismo, e a “mídia noticiosa tem sido fundamental para isso, não apenas relatando campanhas feministas, [...] mas também centrando o feminismo como um tópico de discussão”. Entretanto, argumentam, essa visibilidade mediada não implica na transformação da própria mídia em feminista. Outro fator importante é o surgimento de portais noticiosos alternativos, que possibilitam à construção noticiosa seguir um posicionamento feminista, especialmente em coberturas de acontecimentos que transformam a agenda midiática e passam a ganhar visibilidade diária nos noticiários. Eventos extremos ou desastres normalmente seguem um eixo temporal na cobertura jornalística, em que as marcações de passado, presente e futuro definem a configuração narrativa. Fugir dos termos específicos, das fontes consideradas oficiais e das notícias de caráter mais técnico que seguem um cronograma de atualização diária é um desafio as/aos jornalistas e meios de comunicação. Inserir uma perspectiva feminista na construção de notícias sobre um acontecimento, como é o caso do Coronavírus no Brasil, considerando suas intersecções de gênero, classe e raça, por exemplo, pode ser uma proposta inovadora com potencial para desvelar as diferentes causas e impactos do fenômeno em uma comunidade plural, que vivência diferentes experiências, como é o contexto da população brasileira. As lentes de gênero permitem o tensionamento das narrativas-padrão presentes na mídia hegemônica, colocando em foco a ligação entre as estruturas sociais, culturais e econômicas, trazem visibilidade e representatividade para as diferentes identidades, muitas das quais não se reconhecem nem se identificam com a produção de conhecimento hegemônica do jornalismo.

Ao refletir sobre a construção da perspectiva de gênero em um portal de notícias independente de Florianópolis, Santa Catarina (identificado na pesquisa como *Portal de Notícias Feministas*), Jéssica Gustafson Costa (2018) apresenta importantes considerações sobre possíveis tensionamentos e rupturas dessa lógica hegemônica do jornalismo. De acordo com a autora, essa proposta de produção jornalística oportuniza a ressignificação do conceito de objetividade a partir de saberes corporificados e localizados. Para Jéssica Costa (2018,

p.200), a perspectiva de gênero adotada pelo Portal promove possibilidades práticas e reflexivas, novas e transformadoras ao jornalismo, “indicando a potencialidade do campo para a produção de outros sentidos sobre a sociedade em direção à transformação social”.

Contudo, mesmo com todas as contribuições do movimento feminista para repensar as pautas e a produção noticiosa relacionada às mulheres, ainda é possível visualizar nos meios de comunicação hegemônicos uma postura altamente sexista, especialmente no jornalismo convencional, em que as mulheres sofrem banalização, ofensas e são julgadas por sua aparência e competência (GILL, Rosalind; TOMS, Katie, 2019). Ao refletir sobre os corpos que “pesam” no jornalismo, Márcia Veiga da Silva (2013), ressalta como os valores hegemônicos e hierarquias de gênero se fazem presentes entre as/os profissionais de uma redação de jornalismo, e como tais fatores influenciam tanto nas escolhas das pautas quanto de qual jornalista será responsável por sua produção. A autora recupera dados coletados durante sua pesquisa de campo, que deu origem a dissertação de mestrado “*Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*” (2010), para discutir os fatores que levaram a demissão de uma jornalista por suas características corporais, consideradas fora do padrão estético aceitável. Márcia Veiga da Silva (2013, p.107), ao retomar as principais reflexões de seu trabalho, destaca que elas levam a conclusão de que “as normas que excluem Quitéria na empresa são as mesmas que nutrem o universo de valores de nossa sociedade produzindo desigualdades. Foi também neste tempo de pesquisa que concluí que o jornalismo que vivenciei é masculino”. Também, como os valores da heteronormatividade estão tão presentes no âmbito social, que muitas/os profissionais passam a adotá-los como o padrão a ser seguido, o “normal” e aceitável. Afirma:

Por incrível que pareça, Quitéria não apenas foi muitas vezes colocada em posição de desigualdade no programa – principalmente na ocupação do mesmo cargo e funções de seu colega Samuel – por conta de convenções de gênero que participavam da hierarquia de valores, mas também ela partilhava destes mesmos valores. Por ser ela também **sujeito da cultura**, talvez Quitéria sequer perceba isso. (VEIGA DA SILVA, Márcia, 2013. p. 99, grifos nossos)

Especialmente em publicações femininas, a imagem corporal continua sendo um dos valores mais essenciais na escolha das pautas. Para Dulcília Buitoni (2014, p.42) elas são “importantes disseminadoras de que a imagem precisa se ajustar às normas contemporâneas de saúde e beleza. O discurso da imprensa feminina é fundamentalmente de sugestões normativas, de receituário para todo tipo de ação humana”. A autora destaca também que:

A luta contra o espartilho de 1900 transformou-se em submissão à tecnologia de modelagem do corpo. O espartilho podia ser retirado a qualquer hora; o silicone não. Apesar de todas as conquistas das mulheres ocidentais, quase todas as revistas ainda continuam as mesmas. (BUIIONI, Dulcília, 2014, p. 43)

De modo semelhante, identificam GILL, Rosalind; TOMS, Katie (2019), permanece na mídia tradicional e hegemônica uma postura sexista, com foco na aparência feminina e em seu valor sexual, em reportagens com textos e imagens que geram humilhação às mulheres. “Mesmo quando a beleza e a conveniência das mulheres em questão são ostensivamente elogiadas ou comemoradas, esse tipo de conteúdo é sexista: trata-se da prática do poder de gênero” (GILL; Rosalind; TOMS, Katie, 2019, p. 103, tradução nossa), enfatizam as autoras.

O desenvolvimento das discussões midiáticas proporcionadas pelas conquistas feministas também acompanha um processo de mudanças e surgimento de novas tecnologias. Desde o início dos anos 2000 é possível observar um “florescimento do ativismo digital feminista” (GILL, Rosalind; TOMS, Katie, 2019). Esse feminismo contemporâneo e mediado pelas novas tecnologias digitais deu ao movimento um caráter de “tendência”, especialmente em espaços da indústria criativa, também reconhecidos como “feminismo popular”. Alguns marcos dessa “nova” visibilidade do feminismo podem ser encontrados em discursos de celebridades, que em determinados momentos levantam a bandeira feminista, declarando publicamente seu apoio às causas do movimento. Produções de programas e séries populares como “Girls” e “Orange is the New Black” – assim como a produção brasileira “Coisa mais linda” – além de campanhas e manifestações organizadas online, são exemplos que ilustram a “economia de visibilidade” do feminismo (GILL, Rosalind; TOMS, Katie, 2019), ou seja, a inserção de suas pautas em diversos eventos e produtos comunicativos que despertam interesse da mídia noticiosa. Tal visibilidade também traz consigo uma problematização acerca do espaço ocupado pelo feminismo na mídia, ou seja, quais feminismos realmente ganham essa visibilidade?

É claro que as visibilidades feministas são profundamente moldadas por classe, raça e deficiência - e também por sexualidade e idade. Refletindo os valores da grande mídia de maneira geral, é muito mais fácil para as feministas brancas, de classe média e alta, chamar a atenção dos jornalistas, do que para as negras / mulheres de cor, classe trabalhadora ou mulheres com deficiência. (GILL, Rosalind; TOMS, Katie, 2019, p. 102, tradução nossa).

As autoras questionam ainda o alcance dessa produção noticiosa, e a importância de refletir sobre quem está consumindo as pautas feministas, além do público “educado e de classe média” da mídia tradicional. Os motivos pelos quais pautas consideradas “amenas”

figuram mais na mídia hegemônica do que causas levantadas por mulheres negras e de classe trabalhadora, por exemplo, tem relação direta com questões políticas e econômicas dos veículos de comunicação de onde os conteúdos são produzidos. Embora o Brasil não tenha dados tão específicos sobre as produções noticiosas, em alguns veículos de comunicação é perceptível que quando se trata de “fontes oficiais” ou “experts” no assunto em pauta, a presença de homens é mais constante e quantitativamente maior que a de mulheres. Em relação à prática, o “jornalismo foi incorporando fontes, pautas, novos contextos de atuação do movimento feminista, embora alguns retratos permaneçam.” (SARMENTO, Rayza. 2017, p. 159).

Não podemos negar que o movimento feminista trouxe problematizações mais complexas para agenda midiática, especialmente sobre as representações dos papéis sociais das mulheres. Contudo, a crescente visibilidade midiática do feminismo não é suficiente para que desafios enfrentados pelas mulheres nas esferas sociais e culturais deixem de existir. Mesmo em reportagens que abordam questões como violência contra a mulher e estupro, causas tão problematizadas e reivindicadas pelos feminismos, existem suposições que tais coberturas tendem a ser sexista, machista e classista. Para Rosalin Gill e Katie (2019, p. 103, tradução nossa) “os duplos padrões sexuais são difundidos nas reportagens e, mesmo durante os processos judiciais em que a mídia mostra um forte viés em relação à culpa do agressor, ainda haverá relatos brutais de roupas, comportamento, consumo de álcool etc.”. As autoras compreendem o sexismo como uma força estruturadora das notícias, e destacam que assim como o feminismo se tornou uma tendência, “o mesmo acontece com o sexismo e a misoginia em todas as suas variantes de classe, racistas” (GILL, Rosalin; TOMS, Katie, 2019, p. 112, tradução nossa) e homofóbicas.

A desigualdade e formas de opressão sexistas e misóginas também alcançam o âmbito da prática profissional. No Brasil, o relatório “Mulheres no Jornalismo Brasileiro”, produzido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, ABRAJI, em parceria com a organização de mídia independente Gênero & Número, demonstra como mulheres jornalistas enfrentam cotidianamente a discriminação de gênero no exercício da profissão. A pesquisa foi realizada no ano de 2017 e contou com a resposta ao questionário online de 477 mulheres jornalistas, que atuam em 271 veículos diferentes, dos quais “40% são jornais, 16% veículos nativos digitais, 16% televisão, 9,9% revistas, 8,2% rádio, 2,5% agências de notícias, 7,1% outros e 0,4% não sabem /não responderam” (Relatório Mulheres no Jornalismo Brasileiro, 2018, s/p). Os resultados da pesquisa revelam que na prática diária do jornalismo brasileiro as discussões feministas ainda não avançaram. De acordo com o relatório:

**73 %** das jornalistas que responderam à pesquisa afirmam **já ter escutado comentários ou piadas de natureza sexual sobre mulheres no seu ambiente de trabalho**. **92,3 %** das jornalistas que responderam a pesquisa afirmaram **ter ouvido piadas machistas em seu ambiente de trabalho**. **46 %** das jornalistas que responderam a pesquisa apontaram que **as empresas onde trabalham** não possuem canais para receber denúncias de assédio e discriminação de gênero. **64%** das jornalistas que responderam a pesquisa **já sofreram abuso de poder ou autoridade de chefes ou fontes**. Das jornalistas que responderam a pesquisa **83,6 %** já sofreram **algum tipo de violência psicológica nas redações**. **65%** das jornalistas que responderam a pesquisa afirmaram **ter tido sua competência questionada ou visto uma colega ter a competência questionada por colegas ou superiores**. **70,4 %** das jornalistas que responderam a pesquisa admitiram **já terem recebido cantadas que as deixaram desconfortáveis no exercício da profissão**. **70,2 %** das jornalistas que responderam a pesquisa afirmaram que já presenciaram ou tomaram conhecimento de uma colega sendo assediada em seu ambiente de trabalho. **1 em cada 10** jornalistas que responderam a pesquisa **já receberam, no exercício do trabalho, propostas ou demandas por favores sexuais em troca de algum benefício profissional ou material**. **59 %** das jornalistas que responderam a pesquisa **presenciaram ou tomaram conhecimento de uma colega sendo assediada no exercício de sua profissão por uma fonte**. **17,3%** das jornalistas que responderam a pesquisa alegaram **já ter sofrido algum tipo de agressão física no exercício da profissão**. **75,3 %** das jornalistas que responderam a pesquisa admitiram **já ter ouvido, no exercício do trabalho, um comentário ou elogio sobre suas roupas, corpo ou aparência que as deixaram desconfortáveis**. (RELATÓRIO MULHERES NO JORNALISMO BRASILEIRO, 2018, s/p, grifos dos autores).

Os resultados da pesquisa tornam visível que tanto a desigualdade de gênero quanto a postura sexista, misógina e machista de diversos meios de comunicação ultrapassam a publicação de conteúdos e alcançam a prática profissional do jornalismo. As discussões sobre os tipos de assédio e violência contra as mulheres perpassam tanto o campo prático do feminismo como o campo teórico.

No que diz respeito à comunicação, e mais especificamente no jornalismo, a produção de conhecimento sobre a agenda midiática e as práticas comunicativas que abordam gênero e feminismo vêm avançando, especialmente com o apoio de teorias e metodologias interdisciplinares. Contudo, os estudos de jornalismo têm um longo caminho pela frente para conquistar um lugar nas discussões mais complexas sobre as desigualdades de gênero e suas implicações no campo social. Segundo um estudo realizado por Monica Martinez, Cláudia Lago e Mara Coelho de Souza Lago (2016, p.1), que investigou a “relação entre os estudos de gênero e a pesquisa em Jornalismo no Brasil”, a partir de uma análise “centrada nos trabalhos apresentados desde o primeiro encontro anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em 2003, até 2014, que foram rastreados pela palavras-chave gênero”, as pesquisadoras/es desta área no país ainda atuam de forma tímida, sem que haja uma reflexão crítica em relação às epistemologias e metodologias usadas nas pesquisas que levam

em conta o fator gênero. As autoras indicam ainda que notam “uma presença emergente de pesquisas que, contudo, até o presente ainda não dialogam com a sólida tradição dos estudos de gênero no país em outras áreas do conhecimento” (ibidem).

Outro estudo analisa como a perspectiva interseccional aparece em pesquisas que abordam o jornalismo a partir dos estudos de gênero, (LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelin; THAMANI, Manuela, 2018), tendo como base dois periódicos brasileiros, (Brazilian Journalism Research e Estudos de Jornalismo e Mídia), considerados os principais dedicados à área dos Estudos de Jornalismo. Entre 2015 e 2018, as autoras encontraram 15 trabalhos<sup>5</sup> ao buscarem pela palavra “gênero”. A perspectiva interseccional, entretanto, nem sempre aparece, sendo pano de fundo de alguns, ou mesmo ignorada por outros. As autoras não negam o crescimento de pesquisas com a temática gênero no campo do jornalismo, inclusive destacam que muitas estão apoiadas no campo dos estudos de gênero. Contudo, ressaltam, “é ainda necessário que as/os pesquisadoras/es reconheçam que existam multiplicidades nesse objeto de pesquisa, ampliem a mirada interseccional na construção das narrativas acadêmicas” (LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelin; THAMANI, Manuela, 2018, p. 12).

Pensar de modo interseccional significa olhar para as diferentes posições ocupadas pelos indivíduos, e especialmente pelas mulheres, ou seja, as implicações que categorias de classe, raça, geração, além de gênero, trazem para a produção de conhecimento. Mais que incorporar o jornalismo nos estudos feministas e de gênero, é preciso que passamos a compreendê-los como campos conectados, interligados por diferentes fatores e situações. Tão importante quanto mostrar que o jornalismo tem gênero – e ele é masculino (VEIGA DA SILVA, Márcia, 2010), é refletir e propor novos modos de olhar para esse campo com o objetivo de construir conhecimento plural e situado, principalmente na cobertura de acontecimentos e situações extremas, que resultam em consequências diversas para população em questão. É preciso ser plural para dar visibilidade as diferentes identidades e considerar a complexidade dos fatos, tanto na prática jornalística quanto na produção de notícias. E situado, para valorizar as vozes e as experiências dos sujeitos antes marginalizados e descredibilizados, seja na prática profissional ou na escolha de quem irá compor as notícias, para seguir em busca de uma produção de conhecimento que atenda todas as demandas específicas da realidade social.

---

<sup>5</sup> De acordo com as autoras, a desproporção em relação aos trabalhos encontrados nos dois periódicos, EJMS e BRJ, é justificada pelo Dossiê específico sobre Gênero e Jornalismo publicado por Brazilian Journalism Research em abril de 2018.

## 1.2 CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS FEMINISTAS PARA A ANÁLISE DE NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

A produção de conhecimento sobre as formas de pensar a sociedade, a cultura e o poder vêm permeando os campos teóricos e políticos ao longo das últimas décadas, movidos por transformações que ocorrem principalmente no âmbito social. Os modos de compreender a construção de identidades e de gênero são explorados de diferentes maneiras entre campos de estudos, entre eles os Estudos Culturais Feministas, e geram discussões importantes e relevantes para serem incorporadas por diferentes áreas, como a do Jornalismo.

Os Estudos Culturais, que têm sua origem no início dos anos 60, em Birmingham, na Inglaterra, trouxeram a cultura como elemento norteador para refletir os posicionamentos dos sujeitos frente às indústrias culturais, ou seja, a sua interação com a realidade proposta pela difusão massiva de bens culturais. A partir da institucionalização do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Inglaterra, em 1964, os estudos passaram a problematizar a cultura contemporânea, as práticas e as formas culturais das instituições, assim como sua relação com a sociedade (ESCOSTEGUY, Ana Carolina 2010). Ainda, conforme Ana Carolina Escosteguy (2010), há nos estudos um deslocamento da ideia de cultura elitista, que dá espaço às investigações sobre a cultura popular, buscando compreender seu viés político e as ações dos meios massivos. Segundo Ana Carolina Escosteguy (2010):

A multiplicidade de objetos de investigação também caracteriza os estudos culturais. Resulta da convicção de que é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança social. A ausência de uma síntese completa sobre os períodos, enfrentamentos políticos e deslocamentos teóricos contínuos de método e objeto faz com que, de forma geral e abrangente, o terreno de sua investigação circunscreva-se aos temas vinculados às culturas populares e aos meios de comunicação de massa e, posteriormente, a temáticas relacionadas com as identidades, sejam elas sexuais, de classe, étnicas, geracionais etc. (ESCOSTEGUY, Ana Carolina. 2010, p. 35)

Os questionamentos sobre a produção e reprodução cultural das identidades de gênero transformaram-se em discussões mais aprofundadas e principalmente em tópicos de pesquisas entre as feministas acadêmicas. De acordo com Ana Carolina Escosteguy (1998), alguns pontos do feminismo foram centrais e influenciaram uma ruptura teórica decisiva com poder de alterar práticas no campo dos Estudos Culturais:

a abertura para o entendimento do âmbito pessoal como político e suas consequências na construção do objeto de estudo dos Estudos Culturais; a expansão da noção de poder que, embora bastante desenvolvida, tinha sido apenas trabalhada

no espaço da esfera pública; a centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão da própria categoria 'poder'; a inclusão de questões em torno do subjetivo e do sujeito; (ESCOSTEGUY, Ana Carolina, p.3, 1998)

A intervenção do feminismo nos estudos culturais reorganizou a agenda de pesquisas do campo, possibilitando a inserção de novos objetos de estudos e reflexões teóricas. Ainda conforme a autora, “o feminismo é apontado por Stuart Hall como uma ‘interrupção’ que alterou uma prática acumulada em estudos culturais no início dos anos 1970, causando um ‘ruído teórico’” (ESCOSTEGUY, Ana Carolina, 2016, p. 63). Stuart Hall (2003) indica que houve pelo menos duas interrupções no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham (CCCS), a primeira com o feminismo e a segunda com o surgimento da problemática em torno das questões de raça. Para o autor, “a intervenção do feminismo foi específica e decisiva para os estudos culturais (bem como para muitos outros projetos teóricos). Introduziu uma ruptura. Reorganizou o campo de maneiras bastante concretas” (HALL, Stuart, 2003, p. 208). A metáfora usada por Stuart Hall para indicar a entrada do feminismo nos Estudos Culturais causou constrangimentos e reações de muitas teóricas feministas, pois desconsiderava a trajetória anterior de muitas intelectuais que vinham lutando por espaços, inclusive dentro do próprio CCCS. Para ele:

Sabe-se que aconteceu, mas não se sabe quando nem onde se deu o primeiro arrombamento do feminismo. Uso a metáfora deliberadamente: chegou como um ladrão à noite, invadiu; interrompeu, fez um barulho inconveniente, aproveitou o momento, cagou na mesa dos estudos culturais. (HALL, Stuart, 2003, p.209)

A declaração do autor demonstra não só a resistência em assumir o desenvolvimento do feminismo nos Estudos Culturais, como uma posição patriarcal (ESCOSTEGUY, Ana Carolina, 2016), motivos pelos quais muitas feministas se posicionaram contra a declaração do intelectual. Tanto na prática política quanto no debate teórico, as feministas reivindicavam o reconhecimento de seus trabalhos e a ocupação de espaços, “entre elas Angela McRobbie, a própria Charlotte Brunsdon, Dorothy Hobson, entre outras – para inserir na discussão da época, centrada especialmente em torno do marxismo e da problemática de classe, a dimensão de gênero” (ESCOSTEGUY, Ana Carolina, 2016, p. 63).

Um dos marcos mais visíveis dessa “interrupção”, foi a coletânea *Women take issue* (Women’s Studies Group, 1978), produzida pelo Grupo de Estudos de Mulheres, fundado em 1974 dentro do CCCS. Para Stuart Hall (2003, p. 209), esse foi o primeiro “ataque surpresa” do feminismo, “pois as mulheres não só tomaram conta do livro publicado naquele ano, como também iniciaram uma querela”. Embora a inserção do debate feminista nos Estudos

Culturais não tenha ocorrido, em primeiro momento, de maneira totalmente harmoniosa, o olhar feminista na perspectiva dos Estudos Culturais trouxe contribuições e intervenções ao campo e, sobretudo, “o feminismo coloca questões sobre identidade de volta à agenda dos estudos culturais” (HOLLOWS, Joane, 2005, p. 20, tradução nossa). Segundo Isabel Díaz (2009, p.418), uma das grandes contribuições do feminismo para os Estudos Culturais é “a naturalidade com que se aceita atualmente que não é possível compreender uma sociedade e sua cultura, as mudanças sociais que estão ocorrendo, sem analisar as relações de gênero que nela se estabelecem”. O entendimento do “popular” é um dos pontos de encontro entre os dois campos de estudo, que pode contribuir para a reflexão epistemológica de pesquisas que se desafiam a cruzar as fronteiras e buscar aportes interdisciplinares. Discutido principalmente nos Estudos Culturais, o entendimento do popular como um lugar de luta pode ser muito produtivo para os estudos feministas, pois, nessa perspectiva, “masculinidade e feminilidade não são identidades ou categorias culturais fixas, mas os significados de masculinidade e feminilidade são construídos e reconstruídos em condições históricas específicas” (HOLLOWS, Joane, 2005, p. 25, tradução nossa).

Antologias como *Women Take Issue: Aspects of Women's Subordination (1978)* e *Off-Centre: Feminism and Cultural Studies (1991)* destacam um trabalho intelectual construído a partir de uma perspectiva feminista que questiona a construção social e o papel do gênero na sociedade. Conforme Isabel Díaz (2009, p. 433, tradução nossa), a partir desses trabalhos “as feministas não se concentraram apenas em documentar a opressão das mulheres, mas começaram a desenvolver teorias mais gerais para explicar o como e o porquê da subordinação das mulheres”.

Com isso, os estudos feministas passaram a ampliar suas questões, refletindo sobre o modo como gênero opera politicamente nas sociedades, além de complexificar a discussão sobre o poder. O gênero como novo elemento do feminismo – ou dos feminismos – proporcionou, também, a desconstrução dos papéis feminino e masculino, naturalizados a partir de características biológicas e essencialistas. Ainda, quando se observa o gênero como uma categoria teórica-epistemológica, é possível compreendê-lo “como um princípio fundante e constitutivo do social, impregnado pelo conceito de poder [...] Ou seja, gênero diz respeito a uma forma de conceber e de produzir conhecimento sobre o mundo social (BONETTI, Aline, 2012, p. 7). À luz dessa perspectiva, o gênero passa a ser assumido como categoria que atribui sentido a organização da vida social, além de considerar a relação com o poder de forma ampla e profunda, que antecede até mesmo às próprias práticas e convenções de gênero. (BONETTI, Aline, 2012). Jéssica Costa (2018, p. 13) destaca que os “Estudos de Gênero

contribuem com outras formas de olhar o mundo, principalmente ao apostarem na localização dos sujeitos coletivos e na valorização do contexto histórico, cultural, social e temporal que estão implicados em toda a produção de conhecimento”.

A inserção do debate sobre o gênero implicou na necessidade de o feminismo repensar o sujeito que representa: a categoria “mulher” e sua identidade definida. As editoriais de *Off-Centre*, conforme relata Isabel Díaz (2009), afirmavam que:

O desafio, tanto teórico quanto politicamente, consiste em saber se as feministas podem se manter unidas pelo que têm em comum em relação às estruturas sociais patriarcais opressoras sem negar as diferenças muito reais que existem entre as mulheres e as especificidades que resultam em diferentes formas de opressão (DÍAZ, Isabel, 2009, p. 434).

As teorias feministas passaram a pensar o gênero a partir de um caráter interseccional, que abarca diferentes categorias e aspectos que configuram situações e experiências específicas, além de considerar o gênero como um importante elemento que constitui as relações sociais. No processo de produção do conhecimento científico, umas das características centrais das epistemologias feministas é a valorização das experiências cotidianas das mulheres. Conforme Ana María Bach (2014), no contexto das novidades introduzidas nas ciências sociais e humanas, não houve um reconhecimento de que quem produz conhecimento é uma pessoa sexuada, ou seja, há um apagamento de que as mulheres também são responsáveis por fazer ciência. As epistemologias feministas surgem como afrontes propositais a essa perspectiva, e por isso foi preciso mostrar que as mulheres podem e devem fazer parte do conhecimento (BACH, Ana María 2014). Ainda:

As principais contribuições da filosofia feminista e, em particular, das epistemologias feministas consistem em reconhecer que os sujeitos do conhecimento são seres encarnados, sexuados e, portanto, fisicamente / psicologicamente e socialmente situados, para os quais a reivindicação de sujeito abstrato e universal conhecimento, como foi (e é) concebido pela tradição ocidental, se torna insustentável (BACH, Ana María, 2014, p.41, tradução nossa).

As epistemologias feministas passam a assumir um papel central nos estudos de gênero. Para Donna Haraway (1995, p, 16), “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”. Assim, em uma perspectiva histórica e social, pode-se dizer que o entrecruzamento entre os Estudos Culturais e as Teorias Feministas tornou-se fundamental para analisar, na esfera simbólica, as construções de identidades e as desigualdades de gênero provenientes das

relações de poder, a partir de um conhecimento situado, que valoriza as experiências das mulheres. Relações essas que se tornam ainda mais visíveis e problemáticas em acontecimentos específicos e singulares, como é o caso da pandemia do Coronavírus no contexto brasileiro.

O desafio do jornalismo em perspectiva de gênero é ampliar suas lentes para que consiga refletir sobre as consequências e impactos desse acontecimento nas relações de poder e desigualdades que atinge tantas mulheres no âmbito brasileiro. Romper com a objetividade pura, tanto na pesquisa quanto no jornalismo, e apostar em um *ponto de vista feminista*<sup>6</sup> (HARDING, Sandra, 2009), para que as diferentes experiências, especialmente as subalternas, façam parte da construção do conhecimento, pode ser um caminho produtivo e potencial para transformar as narrativas e práticas jornalísticas contemporâneas na cobertura de eventos limites. Ou, como bem descreve Donna Haraway (1995, p.18), “objetividade feminista significa, simplesmente, saberes localizados”, tais como os que buscam apresentar a cobertura em análise neste trabalho.

### **1.2.1 A experiência como categoria teórico-analítica**

O conceito de experiência vem sendo utilizado por autoras (es) em diferentes campos do conhecimento ao longo das últimas décadas. Apesar da discussão ao seu redor, tanto considerando seus pontos positivos como negativos, compreendemos que não há uma definição única ou absoluta para a experiência. O conceito vem sendo explorado de diversas formas, como por exemplo em estudos que têm foco em suas possibilidades de ação, temporalidade, reflexão e transformação, caminho esse que pretendemos seguir. Não temos neste trabalho o objetivo de reconstituir a longa trajetória do conceito, incluindo suas controvérsias, mas buscamos a partir dele descobrir novas e diferentes miradas epistemológicas para o tema que aqui abordamos. Para isso, tomamos como ponto de partida as discussões presentes nos campos que nos interessam, e dos quais buscamos nos inserir ao tratar da experiência, os campos da comunicação e dos estudos feministas.

Ao adotar uma epistemologia feminista é imprescindível considerar a centralidade das experiências de distintas mulheres que contribuem com os processos de produção do

---

<sup>6</sup> “O compromisso político da teoria do ponto de vista feminista não é o da visão geral de que o conhecimento cria poder social e o poder social permite a produção do tipo de conhecimento que esses poderes precisam. É também um compromisso com as maneiras particulares pelas quais essas relações de conhecimento / poder operam, entre outros lugares, em agendas públicas e contextos disciplinares”. (HARDING, Sandra, 2009, p. 196, tradução nossa).

conhecimento, ou seja, nesta pesquisa não somente produtoras pesquisadoras e jornalistas, mas principalmente a experiência de mulheres que protagonizam histórias na narrativa em questão. Essa perspectiva se contrapõe à noção do sujeito universal, e constrói novos sentidos no processo de ressignificação da objetividade a partir da categoria experiência. Para Ana María Bach (2014), é preciso:

partir da experiência de grupos oprimidos, considerando que as pessoas são situadas, sexuadas, sujeitas a direitos que as protegem e emancipam, e que as emoções influenciam o saber e são o motor do saber, enquanto o poder e o saber estão indissociavelmente ligados, entre as principais características. Então, falar de epistemologia feminista é falar de uma perspectiva ou ponto de vista feminista [...] (BACH, Ana María, 2014, p. 44, tradução nossa).

Para Jéssica Costa (2018, p. 49), “a teorização feminista foi sendo construída, não superando todas as desigualdades oriundas da produção de saber, mas trazendo novas formas de olhar sobre o mundo, recontando histórias, corrigindo falhas, apontando novos caminhos”. Contrapondo-se a ideia de universalidade do sujeito, e também de identidades fixas e essencializadas, as epistemologias feministas colocam em evidência as “experiências das mulheres”. A categoria da experiência passa a ser vista como produtora de conhecimento científico a partir da valorização de experiências cotidianas, inclusive a própria participação da pesquisadora em campo.

Ann Gray (1997, p.88, tradução nossa) compreende que tanto os estudos culturais quanto os feministas “identificaram a incapacidade dos conceitos e teorias existentes de explorar e explicar os assuntos de seu estudo: a vida e a experiência das mulheres e as formas e modos de vida populares emergentes”. Portanto, apresentar a experiência como categoria capaz de observar os objetos de análises dos Estudos Culturais Feministas, levando em consideração principalmente os estudos sobre identidades ou mesmo o consumo cultural dos meios de comunicação, e mostrar certas semelhanças entre esses campos, pode contribuir para a reflexão de novas perspectivas teóricas e metodológicas para pesquisas.

Contudo, algumas limitações do uso da categoria experiência devem ser superadas. Entre elas, destaca Joan Scott (1999), é tomar como ponto de partida para a produção de conhecimento a experiência dos sujeitos como evidência incontestável. Ao assumir essa perspectiva, “questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, constituídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada - acerca da linguagem (ou discurso) e história – são postas de lado” (SCOTT, Joan, 1999, p. 4). A autora assinala a necessidade de considerar os processos de

linguagens (e discursos) que posicionam os sujeitos e suas experiências, especialmente quando tratamos de diferenças (identitárias). Para ela:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. (SCOTT, Joan, 1999, p. 5).

Um dos pontos em comum, central tanto nos Estudos Culturais quanto nos Estudos Feministas, destaca Ann Gray (1997, p. 89, tradução nossa) é a “preocupação de ambos os campos por grupos marginalizados e silenciados como um elemento constitutivo forte em seu desenvolvimento intelectual e político”. A autora afirma ainda a importância de reconhecer a experiência como categoria capaz de nos dar a compreensão de como os sujeitos experimentam o mundo social e, ainda, a partir dela perceber que existem outros conhecimentos que são reprimidos e/ou negados (GRAY, Ann, 1997). Para Joane Hollows (2005, p. 20, tradução nossa) ambos os campos têm explorado cada vez mais as conexões possíveis entre teoria e experiência e “focam na análise das formas de poder e opressão e nas políticas de produção de conhecimento na academia e na sociedade em geral”. A autora sinaliza ainda que as análises das relações de poder, em especial as que tratam da cultural popular, bem como a subjetividade que está em jogo, devem sempre ser estudadas e pensadas historicamente.

A experiência é constantemente reiterada no processo comunicativo, portanto, também pela consciência dos sujeitos, tendo em vista que, como seres humanos, não temos controle daquilo que nos afeta, que nos atravessa e se coloca à nossa frente diariamente. O jornalismo pode ativar o potencial transformador da experiência através do seu compartilhamento em notícias, reportagens e conteúdos os quais nos identificamos e consumimos, ou seja, “por meio da comunicação social e das múltiplas possibilidades de transação que esta lhes oferece” (LANA, Lígia et.al, 2014, p.147). Deste modo, é preciso reconhecer que as experiências, “se não podem jamais ser substituídas ou mesmo apreendidas em sua totalidade pelas narrativas que delas fazemos, também jamais podem ser mantidas em estado vivo ou de latência se delas não tecemos narrativas” (CARVALHO, Carlos A. de; LAGE, Leandro; 2014, p. 158).

São as experiências reais que marcam a singularidade dos indivíduos, pois toda experiência é compartilhada. Deste modo, podemos identificar um duplo movimento na compreensão do caráter da experiência, ou seja:

Identificamos na experiência uma certa *impessoalidade*; uma vez que não se pode atribuir uma experiência a uma pessoa, pois a experiência ocorre continuamente precedendo a distinção entre sujeito e objeto. Dessa forma, a experiência só se torna pessoal por meio de um processo de narração e apropriação, ou seja, em um momento secundário, quando o indivíduo a toma para si e abandona “seu estatuto de ‘fator’”, extraíndo a si mesmo “do agente integrado que a produziu.” [...] Percebe-se aqui um duplo movimento: por um lado, o caráter objetivo da experiência se apresenta, afastando-a “do domínio interno ou subjetivo” e, por outro, revela-se a força da experiência para agenciar os indivíduos, que “ativa e desenvolve sua capacidade de discernimento e escolha. (LANA, Lígia et.al, 2014, p.147).

Refletir, portanto, sobre perspectivas dos Estudos Culturais Feministas no campo do Jornalismo, exige compreender as semelhanças, mas também resistir a algumas tradições de ambos os campos. Pensar em uma proposta metodológica atravessada pelo conceito de experiência é um rompimento, mas também um passo além da fronteira, que pode trazer um novo propósito a algo tão reivindicado pelo Feminismo. Pois, “se os regimes epistemológicos de áreas disciplinares não podem acomodar problemas de pesquisa sugeridos por dados gerados a partir da experiência das mulheres, então algo deve ser feito para questionar e desafiar esses regimes” (GRAY, Ann, 1997, p. 94, tradução nossa). As formas de “manter a ‘experiência’ como uma categoria central é rica tanto para o feminismo quanto para os estudos culturais” (GRAY, Ann, 1997, p. 91, tradução nossa), bem como para o campo do jornalismo.

É importante também salientar que a experiência não é neutra, especialmente quando se trata de gênero. Por isso, compreender o gênero como elemento constitutivo da experiência (GRAY, Ann, 1997) torna possível dar visibilidade às subjetividades e histórias ocultas, escondidas e/ou ignoradas, como ocorre em muitos estudos de mídia. Tão importante quanto o gênero é a posicionalidade, ou seja, um modo de compreender o mundo que depende efetivamente do lugar e do modo como estamos posicionadas histórico e socialmente, um modo de saber baseado em um ponto de vista (GRAY, Ann, 1997) que, no entanto, não é único. Ana María Bach (2014) reflete sobre como o conhecimento é limitado conforme a posicionalidade de uma pessoa. Para ela, é o que acontece em “sociedades organizadas hierarquicamente nas quais as atividades e experiências cotidianas de grupos oprimidos permitem percepções de como a sociedade funciona e que não são registradas pela perspectiva do grupo dominante” (BACH, Ana María, 2014, p.46, tradução nossa). Por isso, acrescenta a autora, o trabalho científico de uma pesquisa de ponto de vista feminista é tornar visível a superfície ideológica das relações sociais, que tantas vezes são consideradas naturais e sem questionamentos.

No caso do jornalismo, as profissionais possuem um modo direcionado de ver o mundo, a partir das regras e convenções do próprio campo. Ao subverter esse olhar restrito a valores e normas cristalizados, novos modos de apreender a realidade e construir conhecimento a partir do jornalismo tornam-se possíveis. Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019, p. 16), ao sugerirem a subjetividade como categoria necessária para prática jornalística, reforçam que ela “possui uma potência transformadora/reparadora que pode ajudar a empreender movimentos urgentes no pensar e no fazer jornalísticos”. Concordamos com a autora sobre a necessidade de formas potentes e transformadoras para o ‘fazer jornalismo’, e acreditamos que a produção de conhecimento que percebe e significa as diferentes experiências pode ser um caminho. Do ponto de vista das narrativas de pautas feministas, Jéssica Costa (2018, p. 195) argumenta que “ao propor ampliar os olhares e vozes, se valoriza o potencial do jornalismo feminista, demonstrando que os temas trazidos impactam de diferentes formas a vida de distintas mulheres”.

A posicionalidade é um aspecto que aflora com a categoria da experiência e abre caminhos diversos para pensar as subjetividades e seus lugares de fala. Essa é uma das singularidades de uma epistemologia feminista que traz contribuições únicas para o campo do jornalismo, principalmente por situar seus estudos a partir de uma posição: a de mulheres. As produções de conhecimento partem de uma posição, mas não se fixam a ela, pois podem trazer compreensões sobre a pluralidade dos sujeitos. Seguindo essa perspectiva, é possível questionar a construção de conhecimento, entendida como “processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal, e a busca de novos parâmetros da produção do conhecimento” (RAGO, Margaret, 1998, p.10). Ou seja, um movimento epistemológico que aponta para “a superação do conhecimento como um processo meramente racional: [...] incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão” (RAGO, Margaret, 1998, p. 11).

É preciso considerar ainda que todas as pesquisas partem de algum lugar, de um campo específico de conhecimento, e isso também determina o caminho das análises e estudos. Ann Gray (1997) indica que a posicionalidade pode ser entendida como uma epistemologia do conhecimento situado, ou seja, a posição que um sujeito ocupa confere a ele um modo específico de saber sobre o mundo. A autora argumenta que “a medida em que o intelectual está preparado para investigar, sua posicionalidade é o que está em jogo para um uso genuinamente reflexivo e radical da categoria ‘experiência’” (GRAY, Ann, 1997, p. 99, tradução nossa).

Por fim, sinalizamos alguns aspectos importantes na reflexão sobre o uso de perspectivas epistemológicas dos Estudos Culturais Feministas para um estudo sobre jornalismo. Retomamos a categoria da experiência como ponto de partida central para compreender os processos de subjetivação do ponto de vista cultural, histórico e social. Desse modo, é possível refletir criticamente sobre as construções identitárias, principalmente em se tratando de gênero. Destacamos esse aspecto por compreender que mesmo situado em um determinado ponto de vista – ou em uma posicionalidade – nenhum discurso (ou pessoa) é neutro nem mesmo original, mas carrega consigo marcas de uma determinada cultura e sociedade, marcas essas que não podem ser ignoradas em análises e, portanto, substituir a ideia de objetividade na pesquisa por diferentes formas de “experiência” pode vir a trazer maiores e novas contribuições ao campo. Como exemplo, Ann Gray (1997) cita a riqueza de dados que uma pura e simples entrevista pode obter se for uma ferramenta de análise escolhida.

Outro fator importante é destacar nas formas de experiências o lugar de fala, tanto da pesquisadora quanto da pesquisada (seja ele grupo, sujeito, produto cultural ou midiático), incorporando a interseccionalidade no debate sobre as identidades, ou seja, o que cada categoria de raça, etnia, classe social, religião, etc., carrega consigo e atribui na construção identitária e de gênero. Deste modo, “o primeiro passo adiante é entender a ‘experiência’ como uma categoria não unificada, que pode ser mobilizada de várias maneiras, para diferentes propósitos e com diferentes resultados epistemológicos” (GRAY, Ann, 1997, p. 99).

Assim, pode-se pensar a categoria experiência a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que mobiliza diferentes questionamentos e discussões e que, portanto, torna possível à pesquisa transitar entre dois campos tão diferentes, embora compartilhe algumas semelhanças, como são os Estudos Culturais Feministas e o Jornalismo, rompendo barreiras, resistindo a regimes epistemológicos e acima de tudo, gerando conhecimento compartilhado e científico.

### **1.2.2 O engendramento das categorias sociais**

As produções intelectuais e práticas do desenvolvimento dos movimentos feministas, especialmente os questionamentos acerca do papel da mulher nos âmbitos social, cultural, político e econômico, fizeram avançar o debate e trouxeram problematizações complexas sobre os espaços denominados públicos e privados. Outro fator importante que passou a

integrar os estudos feministas foi a inserção do conceito de gênero para debater, principalmente, questões de opressão e subordinação feminina, violência, identidade e o que é entendido cultural e socialmente por feminino e feminilidade. Além disso, o conceito de gênero possibilitou pensar fatores interseccionais, ou seja, categorias que se entrecruzam para além do fator gênero, como raça, etnia, geração, classe social e entre outras. Conforme destaca Joan Scott (1995, p. 78) “a desigualdade de gênero tem a ver com outras desigualdades”.

Ana María Bach (2014, p. 47) ressalta que segundo Sandra Harding, “o trabalho que é realizado do ponto de vista feminista, deve ser sempre interseccional.”. Deste modo, ao estudar temas como a opressão das mulheres nas “esferas públicas ou privadas”, por exemplo, leva-se em consideração que isso acontece também por fatores que vão além do sexo e gênero. Consideramos que essa perspectiva apresenta grande potencial para pensar as narrativas jornalísticas de eventos e acontecimentos específicos, especialmente por trabalhar a pluralidade dos sujeitos e as implicações despertadas por diferentes experiências.

No cenário internacional dos estudos feministas, diversas autoras desenvolveram pesquisas que consideravam o engendramento das categorias sociais, ou seja, partiam de uma perspectiva interseccional para refletir sobre as diferentes experiências e formas de opressão sofrida pelas mulheres, em decorrência de sua raça, etnia, classe e outros marcadores, além da sua condição de gênero. Para Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015, p. 44), “hoje, em grande parte da literatura, é a noção da interseccionalidade que tende a condensar a presença de formas múltiplas e articuladas de opressão”. O conceito de interseccionalidade (inicialmente discriminação interseccional) surge com Kimberlé Crenshaw a partir do “reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto direitos humanos, no âmbito internacional, do mesmo modo como a discriminação racial é condenada como uma violação de direitos humanos” (COSTA, Jéssica, 2018, p.34). Ao colocar o termo em evidência, Kimberlé Crenshaw possibilitou a compreensão de que é a combinação das categorias estruturantes, como gênero e raça, que coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Em 1981, Angela Davis traz em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, um levantamento histórico sobre a articulação entre o movimento feminista e o movimento negro, no cenário de luta pelos Direitos Civis e fim da escravização. Mesmo sem utilizar o termo “interseccionalidade”, Angela Davis (2016) apresenta de forma clara a importância dessa perspectiva ao demonstrar que a emancipação de mulheres negras e brancas só seria possível a partir de uma aliança entre as lutas, pois a opressão acontecia em diferentes configurações, e de modo mais cruel para as mulheres negras. O marcador de classe também é incluído no

debate proposto pela autora ao discutir a vida das mulheres operárias. Para ela, a exploração acontecia de modo muito específico, tanto por serem mulheres quanto por serem trabalhadoras.

No Brasil, um trabalho que apresenta uma perspectiva de tipo interseccional já em meados dos anos 1970, mesmo sem nomeá-la desse modo, é o livro “*Cultura de Massa e Cultura Popular - Leituras Operárias*”, de Ecleia Bosi. Ao refletir sobre os problemas da cultura de massa e o desaparecimento da manifestação da cultura popular, a autora apresenta uma realidade diferente e nova, no contexto dos estudos brasileiros da década de 70, que tem como foco central a prática da leitura da classe operária. Com o objetivo de compreender os hábitos de leituras de 72 operárias, ou seja, “se a cultura impressa atingia, de algum modo, a mulher que trabalha em uma fábrica de periferia de São Paulo” (BOSI, Ecleia, 1986, p. 25), o trabalho reflete sobre os problemas da cultura de massa a partir de uma perspectiva que considera questões de gênero e classe, e o entrelaçamento dessas categorias para a temática.

Para o jornalismo, não só é importante como necessário repensar as pautas feministas, acompanhando as mudanças contemporâneas e considerando os diferentes fatores que atravessam diariamente a vida de mulheres e dos sujeitos por ele narrados. Em acontecimentos extremos, como o caso da pandemia do Coronavírus no contexto brasileiro, pensar o engendramento dessas categorias é essencial para conseguir avaliar e refletir sobre os problemas e as consequências desse fenômeno para diferentes sujeitos.

Kimberlé Crenshaw (2004, p. 9) destaca que “todas as pessoas sabem que têm tanto uma raça quanto um gênero, todas sabem que têm experiências de interseccionalidade”. Conforme a autora, a interseccionalidade diz respeito às formas como ações específicas geram opressões em torno de determinadas categorias, constituindo o desempoderamento. Ou seja:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, Kimberlé, 2004, p. 177).

O termo intersecção é usado pela autora como metáfora, justamente para indicar como os vários eixos de poder são constituintes do espaço social, político e econômico, provocando diferentes estratégias de desempoderamento. Não se trata de enumerar, listar ou hierarquizar todas as desigualdades possíveis, mas sim de “estudar aquelas manifestações e identidades

que são decisivas em cada contexto e como elas são incorporadas pelos sujeitos para lhes dar um significado temporário” (BACH, Ana María, 2014, p.49).

O final da década de 1990 marca a emergência dos estudos das múltiplas categorias articuladas à categoria gênero, sobretudo no campo dos estudos feministas. Na década de 2000, a utilização dessas categorias está amplamente difundida (PISCITELLI, Adriana, 2008). Entretanto, “assim como aconteceu com o conceito de gênero, essas categorias adquirem conteúdos diferentes segundo as abordagens teóricas das autoras que com elas trabalham” (PISCITELLI, Adriana, 2008, p. 263). Para Adriana Piscitelli (2008), ao assumir diferentes categorias como proposta de trabalho, é possível incorporar ao estudo ferramentas analíticas para desvendar a articulação e existência de múltiplas desigualdades e diferenças. Nesta perspectiva, pautas clássicas do movimento feminista ganharam reflexões mais complexas e interseccionais, que levam em conta as condições de vida e as diferentes experiências das mulheres, entre elas, a discussão sobre trabalho e direitos reprodutivos.

Ao refletir sobre a luta de classes feministas e o papel das mulheres no mercado de trabalho, bell hooks<sup>7</sup> (2019) traz à tona um debate interseccional que é fundamental para o movimento feminista, seja ele acadêmico ou ativista: as diferentes situações vivenciadas por mulheres quando passamos a considerar não só as questões de gênero, mas de classe, de raça e outras categorias tão importantes. Conforme bell hooks (2019), desde o início a questão do trabalho foi um ponto forte de luta dentro do movimento feminista. No entanto, a possibilidade e a reivindicação para chegar ao mercado de trabalho que para algumas feministas (brancas, intelectuais e com privilégios de classe) era o ideal de liberdade, de que assim seriam economicamente autossuficientes, não era tão ideal assim para mulheres de classe trabalhadora. As “mulheres da massa”, como coloca bell hooks, já estavam no mercado de trabalho por necessidades maiores, como o sustento da família, e percebiam que a baixa remuneração não proporcionava a elas a liberdade almejada. Ainda, de acordo com a autora, “trabalhar por salários baixos não libertava mulheres pobres da classe trabalhadora da dominação masculina” (hooks, bell, 2019, p. 81).

Ainda na contemporaneidade, em que mulheres já conquistaram posições importantes no mercado de trabalho, graças às reivindicações constantes dos movimentos feministas, a discriminação de gênero continua. Mesmo a autosuficiência econômica, tão almejada por muitas mulheres, não está livre de problemas. De fato, ela contribui muito para que as

---

<sup>7</sup> O nome bell hooks é citado em letra **minúscula** por respeito a escolha da própria autora, que o utiliza desta forma como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, e que representa seu desejo de dar destaque ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa, além de ser um pseudônimo adotado para homenagear sua bisavó.

mulheres não fiquem presas a relacionamentos em que haja a dominação masculina, enquanto outras ainda são economicamente dependentes de seus parceiros, mesmo que incorporem um pensamento feminista. Entretanto, destaca bell hooks (2019), nem todo trabalho é libertador. Uma das realidades compartilhadas entre mulheres autossuficientes é o fato de passarem por longas jornadas de trabalho e, ainda assim, assumirem outras jornadas em suas casas para darem conta de todo trabalho doméstico. Do mesmo modo, mulheres que trabalham como donas de casa enfrentam dificuldades quando em uma relação de dominação masculina patriarcal, já que são mais propensas a viverem isoladas, deprimidas e com altos níveis de stress (hooks, bell, 2019). Todos esses fatores tornam-se ainda mais problemáticos em situações de isolamento e distanciamento social, como foi o ano de 2020 no Brasil, devido à pandemia do Coronavírus. As dificuldades enfrentadas por tantas mulheres, sejam no mercado de trabalho ou no próprio lar, indicam cada vez mais a necessidade de um feminismo preocupado com as condições de trabalho, com a criação de carreiras e empregos mais bem remunerados para mulheres, e um olhar do jornalismo que paute essas demandas na cobertura narrativa dos acontecimentos, sejam eles singulares ou rotineiros.

Pensar de forma interseccional requer levar em consideração as múltiplas identidades, suas relações de poder e manifestações possíveis na estrutura social, assim como a problemática da consubstancialidade, também acionada por muitas pesquisadoras feministas, que trata com mais afinco das relações entre sexo e classe (Danièle Kergoat) ou, ainda, sexo, classe e raça (Kimberlé W. Crenshaw). Ambos os conceitos têm em comum “a proposta de não hierarquização das formas de opressão” (HIRATA, Helena, 2014, p. 63). Pesquisar sob esse viés pode trazer abordagens produtivas e resultados impactantes, já que essa perspectiva busca compreender as práticas sociais de mulheres e homens frente à divisão social do trabalho, levando em conta as dimensões de classe e de gênero e, ainda, podendo-se considerar a dimensão raça. De acordo com Fernanda Carrera (2020, p. 2)<sup>8</sup> os dois conceitos podem ser compreendidos como “semelhantes ou comparáveis, uma vez que o direcionamento sobre noções de classe e ‘sexo’ deste último [consubstancialidade], advindo do feminismo materialista, diferem vigorosamente da visão interseccional sobre estas categorias sociais”.

---

<sup>8</sup> Sobre a diferença e semelhança entre os conceitos de Interseccionalidade e Consubstancialidade, Fernanda Carrera argumenta ainda que o “berço epistêmico nas duas perspectivas influencia diretamente na alocação de esforços teóricos a respeito das categorias identitárias colocadas em problematização. Enquanto a noção de consubstancialidade nasce sob a lógica marxista das relações de produção, compreendendo a raça como mais um lugar de disputa material e ideológica dentro das estruturas de classe, o conceito de interseccionalidade emerge como fundamento metodológico para dar visibilidade às opressões vividas por mulheres negras” (CARRERA, Fernanda, 2020, p.3).

Muitos estudos problematizam a divisão social do trabalho observada pelo viés das questões de gênero. Ao mobilizar as categorias de raça e classe, essa problemática tende a aumentar. No entanto, é necessário compreender as dimensões simbólicas e históricas, por exemplo, das relações de trabalho em uma determinada sociedade, realizando uma conexão entre essas categorias com elementos e dados que permitam uma análise mais complexa e que fortaleçam a discussão a partir de um ponto de vista situado, ou seja, de uma epistemologia feminista. No Brasil, indica Helena Hirata (2014, p. 64), “as mulheres brancas e negras têm trajetórias duradouras nas ocupações de menor prestígio e de más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas”, mas quando se trata do desemprego, ambas estão “sub-representadas”. Chegar a conclusões como essas só é possível graças à ligação entre categorias analíticas. Em situações de crise econômica, onde as demissões aumentam em muitos setores – também uma das consequências do Covid-19 no Brasil –, é essencial analisar os impactos do desemprego na vida das mulheres de acordo com suas condições de classe, raça, nacionalidade, geração e outros marcadores. Na cobertura jornalística, não basta abordar a relação do mercado de trabalho e das mulheres em tempos de crise econômica, por exemplo. Ao generalizar esse discurso, a narrativa acaba excluindo e negando às diferenças e vulnerabilidades de muitas mulheres, que vivem realidades e experiências diferentes a partir de um acontecimento como o desemprego.

O que as pesquisas que seguem uma perspectiva interseccional podem indicar são as profundas desigualdades estruturais de uma sociedade, por exemplo, quando a dimensão do trabalho é vista não só pelas relações de poder que envolvem questões de gênero, mas também de raça e classe. Assim, o uso dessas categorias durante um movimento de análise relacional, e também apostando em um ponto de vista situado (epistemologia feminista), torna possível avançar na produção de conhecimento sobre a interdependência e dinâmica das relações sociais, e, principalmente, avançar na luta contra as diferentes, e interligadas, formas de opressão (HIRATA, Helena, 2014).

A inserção do debate sobre classe na pauta feminista abriu espaço também para a reflexão sobre raça, tornando mais aparente o poder e a necessidade de se pensar em intersecções de gênero. bell hooks (2019, p. 69) demonstra como inicialmente as mulheres de classe, sejam elas de posições privilegiadas ou trabalhadoras, tinham mais voz do que as mulheres negras, ou seja, “elas eram minoria dentro do movimento, mas a voz da experiência era a delas”. A chamada “reforma feminista” trouxe a igualdade social para mulheres dentro de uma estrutura existente como objetivo principal, o que contribuiu para que o patriarcado da

supremacia branca ganhasse mais poder, já que exclui da pauta as questões ligadas à raça. Para muitas mulheres negras/não brancas, os benefícios do feminismo reformista, tanto econômicos quanto em ações afirmativas raciais, despertou ainda mais o medo de que esse feminismo poderia aumentar “o poder branco”.

Por isso, bell hooks (2019, p. 73) reflete sobre a necessidade de “um movimento feminista radical de base”, ou seja, que traga não só as forças de um movimento inicial do passado, mas os ganhos das reformas atuais, que ofereça questionamentos significativos e que dê início a uma educação para que as mulheres se conscientizem e seja críticas e, especialmente, que mulheres de classe privilegiadas, as que são ouvidas pela mídia e sociedade, possam atuar em conjunto para beneficiar principalmente as mulheres da massa, da classe trabalhadora, e assim consigam mostrar como a força do feminismo é importante e necessária a todas as mulheres.

Em todos os aspectos dos movimentos feministas a solidariedade passa a ser uma questão fundamental. É partir disso que podemos mencionar um feminismo global, que busca, como destaca bell hooks (2019, p. 76) “se estender e alcançar lutas globais para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão”. Para a autora, a resistência sempre pode encontrar brechas, margens, lugares e pessoas, mesmo nos piores contextos de dominação. O ato de olhar é desafiador, nos diz a autora: “Eu não só vou olhar. Eu quero que meu olhar mude a realidade” (hooks, bell, 2019b, p. 216). Assim foi a trajetória das mulheres negras dentro do feminismo brasileiro: desafiadora, avassaladora, chegou para mudar realidades.

Ao “enegrecer o feminismo”, as mulheres negras colocaram na agenda pautas específicas e lutas que eram muito particulares do grupo ao qual elas pertenciam. Ao tornar-se sujeito político, elas desencadearam novos olhares e mostraram como aquele movimento que tinham uma “identidade branca, ocidental, da formulação clássica do feminismo” (CARNEIRO, Sueli, 2019, p. 273), era insuficiente, tanto em sua prática teórica quanto política, para dar conta das diferentes expressões e identidades de mulheres em uma sociedade multirracial e pluricultural como o Brasil. O combate ao racismo entra como prioridade na prática política dessas mulheres dentro do movimento feminista. Segundo Sueli Carneiro (2019, p. 274), “essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarita histórica, uma vez que a ‘variável’ racial produziu gêneros subalternizados”, tanto em relação à identidade das mulheres quanto às masculinidades subalternizadas. Foi, e continua sendo, graças a esse olhar posicionado das mulheres negras que os movimentos feministas brasileiros encontram sustentação e força para discutir pautas

tão importantes para identidades e realidades específicas, questões que vão além das dissimetrias de gênero e suas relações de poder.

Como podemos observar, temáticas clássicas do feminismo alcançam hoje um novo patamar no debate quando demonstram que categorias sociais, como raça e classe social, por exemplo, alteram as formas de opressão e desigualdades. As conquistas das lutas feministas em relação às questões do trabalho e saúde, demonstram a importância de articular a categoria raça à de gênero, pois propostas universalistas tornaram-se frágeis no contexto brasileiro, especialmente por deixar de fora a realidade das mulheres negras, já que são elas que enfrentam os maiores obstáculos para chegar ao mercado de trabalho.

É preciso levar em consideração questões específicas que perpassam a trajetória das mulheres negras, como o acesso à educação. Para Sueli Carneiro (2019), quando cruzamos os dados de raça e gênero, notamos que a expansão das mulheres no mercado de trabalho ocorreu de forma diferente, ou seja, os ganhos do movimento feminista não foram tantos assim. Em relação à educação das mulheres negras, acrescenta, mesmo quando elas “conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho” (CARNEIRO, Sueli, 2019, p. 277). No que diz respeito às questões de saúde, a diferença de acesso é permeada por questões raciais e econômicas. No jornalismo, a visibilidade de pautas sobre direitos reprodutivos das mulheres, que abordem a complexidade e os fatores sociais e econômicos, e não apenas as implicações jurídicas do fato, ainda é uma luta dos movimentos feministas.

Assim como enegrecer o feminismo é dar lugar a esse olhar posicionado das mulheres negras, para que elas possam contar suas próprias histórias, suas lutas e suas realidades, considerar categorias como classe e geração é fundamental para as discussões contemporâneas sobre as desigualdades de gênero. Um estudo interseccional deve olhar para situações em que um tipo de discriminação interage com outras formas de discriminação, configurando assim uma situação única. A interseccionalidade pode ser utilizada como “uma ferramenta analítica para estudar e entender como a categoria de gênero se cruza com outras identidades e como diferentes interseções contribuem para experiências únicas de opressão e privilégios, como estar nas margens ou no centro” (BACH, Ana María, 2014, p.51).

É preciso considerar que para além de um objetivo comum, há diferenças e situações específicas nas questões levantadas pelos movimentos feministas. E são exatamente essas diferenças, essas experiências singulares e coletivas, que podem nos levar a uma discussão complexa sobre pautas feministas na agenda midiática, e sua importância na produção do

conhecimento pelo jornalismo contemporâneo brasileiro, especialmente na cobertura de situações e eventos extremos, como está sendo a pandemia do Coronavírus no Brasil.

## 2 JORNALISMO, NARRATIVA E ACONTECIMENTO

Problematizar o jornalismo pela perspectiva da narrativa possibilita repensar seu papel como produtor de conhecimento, além de recuperar questões esquecidas pelos estudos que consideram a narrativa apenas como modalidade textual ou gênero informativo. Deste modo, é possível explorar os complexos processos desse fenômeno comunicacional, bem como considerar os aspectos sociais, históricos e culturais da atividade. Ao narrar, sempre produzimos novas experiências. É pela narrativa dos acontecimentos que atribuímos sentido ao mundo, damos vida aos sujeitos a quem descrevemos e com os quais pretendemos falar.

Neste capítulo nos propomos a refletir sobre o jornalismo a partir de duas dimensões: a narrativa e o acontecimento. Iniciamos a reflexão no item 2.1 “O jornalismo como narrativa: perspectivas e potencialidades”, com a posição de que olhar para o jornalismo e compreendê-lo como narrativa significa “enfrentar o dilema de saber que o discurso que obedece a lei de se referendar no real é também estruturado – e tecido – a partir do simbólico” (RESENDE, Fernando, 2011, p. 7). Compreendemos assim que a narrativa do jornalismo se inscreve no presente com marcas aparentes de suas dimensões simbólicas, éticas e temporais.

Dando continuidade, com o item 2.1.1 “A composição da intriga e a tríplice mimese em Paul Ricoeur”, nos propomos a pensar o jornalismo a partir das reflexões acerca da narrativa do filósofo francês Paul Ricoeur (1994), considerando sua relação intrínseca com o tempo e a experiência. Nosso propósito é seguir no caminho de diferentes autores que buscam novos modos de olhar para o jornalismo, tendo em vista que este não é estático nem inerte as transformações culturais e sociais dos contextos em que está inserido. Nesse sentido, nosso esforço tem um caráter epistemológico, pois ao considerar a experiência e o tempo como categorias centrais para compreender a configuração narrativa do jornalismo – sob a perspectiva da tríplice mimese de Ricoeur, que considera os mundos da jornalista, do texto e do leitorado – buscamos oferecer um novo modo de compreensão do jornalismo como fenômeno cultural e produtor de conhecimento.

Por fim, no item 2.2 “Quando o acontecimento se torna jornalístico”, nos propomos a pensar os desafios que um acontecimento considerado extremo traz ao campo do jornalismo, e os principais problemas de sua cobertura. Iniciamos com a “2.2.1 Cronologia do coronavírus no Brasil”, construída a partir de títulos de reportagens de veículos de comunicação do país, e continuamos a discussão sobre o acontecimento em si ser compreendido como uma espécie de ruptura, uma ação que interrompe continuidade da experiência, em “2.2.2 Jornalismo e acontecimento”. Para Louis Queré (2005), ele provoca modalidades diferentes de experiência.

Quando falamos de situações-limites, como desastres ambientais, atentados terroristas e pandemias, entendemos que é preciso repensar as narrativas configuradas pelo jornalismo. Um acontecimento como a pandemia do Coronavírus, Covid-19, aciona diferentes tempos e diferentes sentidos. De modo geral, os acontecimentos inesperados são os mais importantes, e também os que configuram intrigas mais complexas, que excluem ou jogam luz nos campos problemáticos que têm à sua disposição.

Para encerrar esse tópico, demonstramos a importância de aplicar lentes interseccionais na cobertura jornalística da pandemia do Coronavírus, tendo em vista que existem diferentes realidades provocadas por um mesmo acontecimento, e assim a narrativa ganha potencialidade ao olhar, de modo mais sistemático, para as diversas experiências e tempos que tem a sua disposição.

## 2.1 O JORNALISMO COMO NARRATIVA: PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES

Narramos para dar sentido à vida, para compreender o mundo e configurar realidades e experiências. Compreender a narrativa como um fenômeno heterogêneo, que se institui em um jogo de trocas, de agenciamento e reconhecimento, do outro e de si mesmo, permite-nos ampliar as reflexões sobre os propósitos da comunicação, superando percepções estabilizadas e possibilitando novas visadas aos fenômenos comunicacionais. As contribuições do filósofo Paul Ricoeur sobre narrativa (e sua relação intrínseca com o tempo e a experiência) clareia nosso caminho de pesquisa para compreender um modo específico e ao mesmo tempo muito peculiar de contar a vida cotidiana: o jornalismo.

Com Ricoeur assumimos a narrativa a partir dos estudos da linguagem, ou seja, buscamos ultrapassar seu entendimento como mera modalidade textual, gênero linguístico ou organização de discurso. As narrativas “têm a forma dos diferentes relatos que contam histórias. São sempre uma ‘resposta’, ou melhor, um ‘em resposta’ que articula e enreda acontecimentos, qualidades, objetos, outros relatos e outras histórias” (ANTUNES, Elton, 2013, p. 197, destaques do autor), são elas mesmas experiências que nos constituem enquanto sujeitos. Elas também podem ser entendidas como “dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2005, p. 4). Para Paul Ricoeur (1994, p. 116), “contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas”. A narrativa é um lugar contínuo de produção de sentido. Ao narrar damos ordem ao caos, produzimos outros conhecimentos e vivências, tornamos a experiência humana

apreensível, acessível e inteligível, e, portanto, estamos também sempre criando outras experiências.

Pensar a narrativa articulada às noções de experiência e tempo vai ao encontro das reflexões do autor, que a associa a ideia de intriga e considera-a como um modo de configurar a experiência do mundo, de compreendê-lo, e de comunicar-se com outros sujeitos. É o tempo, e suas dimensões, que permite esse ato de narrar, de dar sentido e tornar as experiências inteligíveis, pois o “mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 15). O tempo e a “tessitura da intriga” são para Ricoeur os elementos centrais da narrativa, pois “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 85). Narrar, nos diz Carlos Alberto Carvalho (2012, p. 173), é uma ação permanente de atualização, “é a capacidade de tornar a atualidade mais do que um momento que logo em seguida se perderá da memória”.

A discussão sobre o tempo e seus significados de Paul Ricoeur é inspirada pelas obras de Santo Agostinho e Aristóteles, que encontram a reflexão sobre o tecer da intriga. O filósofo deixa claro que não há consenso entre os dois autores sobre as dimensões do tempo e sua relação com a intriga, além disso há uma dificuldade – especialmente em Santo Agostinho – de definir o que é o tempo. Ainda assim, a partir de Paul Ricoeur podemos compreender que “há dimensões do tempo que vão além das cronológicas, a exemplo das dimensões psicológicas, capazes de tornar tempos cronológicos semelhantes distintos para pessoas diferentes, posto que cada um esteja vivenciando experiências de mundo particulares” (CARVALHO, Carlos Alberto, 2010, p. 4). Conforme argumenta Paul Ricoeur (1994, p. 26), “narramos as coisas que consideramos verdadeiras e predizemos acontecimentos que ocorrem tal como os havíamos antecipado”. O tempo é algo fundamental para pensarmos as narrativas no campo jornalístico, visto que a produção de informação exige um esforço constante para alcançar, relacionar e configurar as dimensões temporais. No jornalismo, configuramos narrativas do presente com uma forte influência de um tempo passado, ao passo em que almejamos alcançar explicações de um tempo por vir. São experiências que articulam modos temporais distintos, e no ato de narrar ganham sentido. No entanto, o tempo narrado desperta em cada sujeito experiências e sentidos diferentes, que vão de acordo com o tempo vivido de cada um, bem como seu reconhecimento (ou não) do mundo em narração.

O tempo “somente faz sentido como parte da memória da humanidade, como o que pode ser resgatado, mas também como o que pode, em alguma medida, ser previsto”

(CARVALHO, Carlos Alberto, 2010, p. 4). É pela memória que o tempo se torna plausível e explicável, pois são nas narrativas que o tempo passa a existir. Compor a intriga é dispor de modo ordenado o que antes era só fragmento, é tornar concreta uma determinada história, compartilhando e criando novas experiências, pois ela integra, “completa os eventos múltiplos e dispersos e assim esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 10). Toda experiência, defende Ricoeur, possui uma estrutura pré-narrativa, por isso algumas histórias “pedem” para ser narradas. Para ele: “se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 91). O ato de narrar, por sua vez, não é neutro nem estável. Narramos por um propósito, narramos para comunicar algo a alguém, para estabelecer relações, para oferecer um determinado modo de apreender o mundo. Conforme Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 196), “nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa. Quer atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido”. Ainda, quem narra “investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2005, p. 3).

A narrativa institui uma relação de troca que não se encerra nela mesma. Na tessitura da intriga, no agenciamento dos fatos, ela posiciona os sujeitos no mundo, e transforma o modo como estes enxergam a vida (em suas dimensões temporais de passado, presente e futuro) e sua própria identidade. Ao compartilhar um determinado saber sobre o mundo, a narrativa não só expressa valores, normas e regras reconhecíveis (ou não), como também configura novas realidades e deixa aberto um espaço para que novas experiências aflorem, tornando possível também o florescer de novas narrativas. Este processo de prefiguração, configuração e reconfiguração da narrativa é o que compõe a intriga e o círculo hermenêutico proposto por Paul Ricoeur. Partindo dessa perspectiva, é possível problematizar as narrativas do jornalismo a partir das mediações, dos agenciamentos e dos sujeitos ativos no circuito comunicativo que produz a informação, e um conhecimento situado.

Os estudos que consideram o jornalismo como narrativa, na produção bibliográfica brasileira, apresentam novos modos de olhar para esse fenômeno comunicacional e cultural, especialmente influenciados pelas reflexões do filósofo francês Paul Ricoeur (ANTUNES, Elton, 2013; CARVALHO, Carlos Alberto, 2006; 2012; LEAL, Bruno, 2013; MOTTA, Luiz Gonzaga, 2005; 2013; RESENDE, Fernando, 2009; 2011 entre outros). Os autores que se dedicam a explorar essa perspectiva buscam superar uma compreensão da narrativa apenas como modalidade textual, “abordadas como o resultado de um conjunto de técnicas, que se

articula a estratégias de pauta, apuração, entrevista etc., sendo um momento – o final – do processo de produção de informação” (LEAL, Bruno, 2013, p. 25). Portanto, compreender o jornalismo à luz das narrativas nos permite problematizar suas dimensões temporais, simbólicas, éticas e principalmente seus processos de mediação.

A partir da compreensão da tríplice mimese, a narrativa constitui uma relação que envolve ações de um “produtor” e de um “receptor”, mediada pela configuração textual. Entre os gestos de prefiguração (mimese I) e de reconfiguração (mimese III), “um mundo textual se apresenta, dinâmico e aberto. Nesse momento, tanto a narratividade extrapola os limites de uma única notícia, como o lugar do analista se aproxima daquele do receptor, em um processo de refiguração” (LEAL, Bruno, 2013, p. 40). Se partirmos da premissa que no ato de narrar atribuímos sentidos à experiência e reconhecemos nosso tempo, “os sujeitos e seus espaços de narrar se tornam a problemática crucial no universo da comunicação e do jornalismo”. (SCHWAAB, Réges, 2014, p. 32). Segundo Luiz Gonzaga Motta (2013), o jornalismo configura representações da realidade sucessivamente, pois é através dele que diariamente tomamos conhecimento do que se passa no mundo. Para o autor:

A força narrativa dos enunciados jornalísticos estaria menos nas qualidades narrativas intrínsecas do texto das notícias e reportagens ou no confronto entre o estilo descritivo e o narrativo, mas principalmente no entendimento da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de domar o tempo, de mediar a relação entre um mundo temporal e ético (ou intratemporal) pré-figurado e um mundo refigurado pelo ato de leitura. (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013, p.2)

É no processo narrativo que o jornalismo aciona a produção e a disputa de sentidos, principalmente por estar enraizado em dimensões éticas e culturais próprias ao campo. Narrar, nessa perspectiva, é uma luta constante pela manutenção de sentidos pré-existentes, mas também sempre construção de novos. Ao narrar, os jornalistas travam uma luta contra a perda de memória, ao mesmo tempo em que configuram esquecimentos e exclusões.

Os acontecimentos ganham vida quando são narrados, mas também são constituídos por relações de poder, por disputa de sentidos e diferentes modos de interpretação e ação, os quais ultrapassam a experiência. No jornalismo, as narrativas constituem ações que sustentam seus processos e produtos culturais, a partir de experiências mediadas e comunicacionais. Para além da sua materialidade, como a construção de notícias ou reportagens, “as narrativas constituem metaforicamente um conjunto de saberes sobre nós mesmos e nossos mundos, abrindo outros desafios teóricos e metodológicos em sua exploração” (CARVALHO, Carlos Alberto; LAGE, Leandro, 2014, p. 160). Aliás, a própria construção identitária é feita narrativamente, quando buscamos responder quem somos – ou responder “quem é o outro”? –

configuramos descritivamente nossas marcas enquanto sujeitos, articulando qualidades, experiências e acontecimentos. “Nossa identidade é uma narrativa que continuamente escrevemos e reelaboramos” (LEAL, Bruno, 2013, p. 29), característica essa que é perceptível nas histórias contadas pelo jornalismo, e faz parte de um modo de narrar muito específico e necessário da prática. O que não nos impede de problematizá-la, pois as estratégias narrativas escolhidas para descrever os sujeitos dizem muito sobre o papel exercido pelo jornalismo, especialmente no que diz respeito à reprodução de estereótipos e desigualdades, visto que as subjetividades em destaque podem determinar identidades aceitáveis, criando (ou reproduzindo) hierarquias e dicotomias, como bem/mal, certo/errado e etc. Do mesmo modo, o potencial da narrativa pode contribuir para que um novo modo de contar alcance a prática jornalística, buscando a inclusão de sujeitos às margens, das minorias que antes não tinham espaço, não por suas características corporais e subjetivas, mas por suas experiências, sua relação com os acontecimentos e os tempos vividos.

Nesse sentido, considerar o jornalismo como narrativa não é negar seu valor enquanto correspondente da realidade, especialmente na concepção de notícias. Para Elisabeth Bird e Roberto Dardenne (1999, p. 265) essa perspectiva introduz “uma outra dimensão às notícias, dimensão essa na qual as ‘estórias’ de notícias transcendem suas funções tradicionais de informar e explicar”. O ato de produzir narrativas implica tanto um gesto de memória quanto de exclusão, pois “o contar de uma estória exclui, por conseguinte, todas as outras ‘estórias’ que nunca são contadas” (BIRD, Elisabeth; DARDENNE, Roberto, 1999 p.277).

As reflexões acerca do jornalismo como narrativa nos permitem repensar tanto as qualidades estéticas de um fazer jornalístico, quanto seu papel como fenômeno cultural na configuração de realidades mediadas. Além disso, as noções de tempo e experiência tornam-se essenciais para compreender o circuito comunicativo que atravessa toda produção jornalística. Uma configuração temporal que aparece em cada experiência, em suas dimensões de passado, presente e futuro, e experiências coletivas que na individualidade acionam tempos distintos. Essa relação impacta não só na produção de informação e na construção narrativa, como no próprio entendimento. Ao recorrer às experiências, ao relembrar momentos ou criar expectativas de um tempo futuro, construímos novas formas de ver o mundo, novos conhecimentos situados e compartilhados a partir da narrativa. A partir da tríplice mimese, passamos a apreender a prática jornalística em sua totalidade e amplitude, não visando um fim que se encerra na construção textual, mas explorando sua relação com um produtor e um receptor/leitor, a partir do ato de interpretação e do despertar de novas experiências. Esses

movimentos de análise são possíveis se superarmos alguns parâmetros ainda muito caros ao campo, como por exemplo, a neutralidade e a objetividade.

Refletir sobre a narratividade do jornalismo implica considerar que existe uma construção textual que ultrapassa a notícia ou reportagem, pois nesse processo são acionadas outras relações, que envolvem principalmente uma prefiguração da experiência e suas dimensões temporais. O jornalismo como narrativa admite um mundo prefigurado, repleto de valores, regras e normas que influenciam seus modos de ser e agir. Deste modo, considerarmos que cada profissional de jornalismo além de ser guiado por dimensões éticas e culturais próprias do campo, também tem seu agir no mundo moldado por suas experiências e pelas narrativas que consome e nas quais está inserido. Isso não significa dizer que seu compromisso com a “verdade” dos fatos – característica que se funda em uma perspectiva científica e positivista sobre a produção de conhecimento – seja deslocado ou esquecido. Mas, considerar a tessitura da intriga requer a compreensão de que não há uma verdade absoluta, de que não é possível apenas refletir a realidade social, pois esta não é fixa ou estável.

Para Bruno Leal (2013, p. 46), “a realidade não é única e sequer unívoca: cada um transita, no seu cotidiano, por diferentes realidades e há certezas e relações possíveis em cada uma delas que não são transponíveis para as demais”. Um dos grandes potenciais da narrativa é justamente o poder de atribuir à experiência um papel configurador na transposição dos acontecimentos do mundo social para a composição textual. São as estratégias narrativas que interpelam os sujeitos à interpretação e reconfiguração de um determinado saber. O jornalismo como narrativa produz sentido, dá forma ao mundo, apreende o tempo a partir da experiência, e, por isso, pode ser considerado como produtor de conhecimento. Para Fernando Resende (2009, p. 36), “pensar, (re)conhecer e analisar as narrativas jornalísticas à luz de sua tessitura pode ser um caminho tanto para se conhecer o jornalismo quanto o seu próprio fazer”.

Neste trabalho consideramos a experiência e o tempo como fatores cruciais para compreender a configuração narrativa jornalística em perspectiva de gênero. Associada à tríplice mimese de Paul Ricoeur, tomamos essas categorias como centrais na análise, por considerar sua presença ativa em todos os momentos do “círculo saudável”, ou seja, na dimensão da ação do (a) jornalista, com as marcas de um mundo prefigurado (*mimese I*), no mundo do texto em sua função configuradora e essencialmente de mediação simbólica (*mimese II*), e na interpretação e reconfiguração narrativa que alcança o mundo do leitor (*mimese III*) e gera novas narrativas a partir das experiências compartilhadas. Assim, adotamos a ideia de espiral, e não círculo vicioso, articulando os estudos sobre narrativa aos

estudos do jornalismo e aos estudos feministas e de gênero, superando a noção de linearidade na produção de informação, para considerar seu caráter relacional e dialógico.

Compreender, portanto, o jornalismo como narrativa e lugar de produção de conhecimento, implica considerar seu papel dinâmico e sua articulação constante de estratégias de poder, em que as representações e mediações são indissociáveis (RESENDE, Fernando, 2009). Contudo, esse olhar narrativizante para o jornalismo exige de nós a compreensão da composição da intriga e dos momentos da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. Assim, será possível enxergar com clareza a dinamicidade e as relações (e mediações) estabelecidas pelo jornalismo em suas narrativas com perspectiva feminista e interseccional.

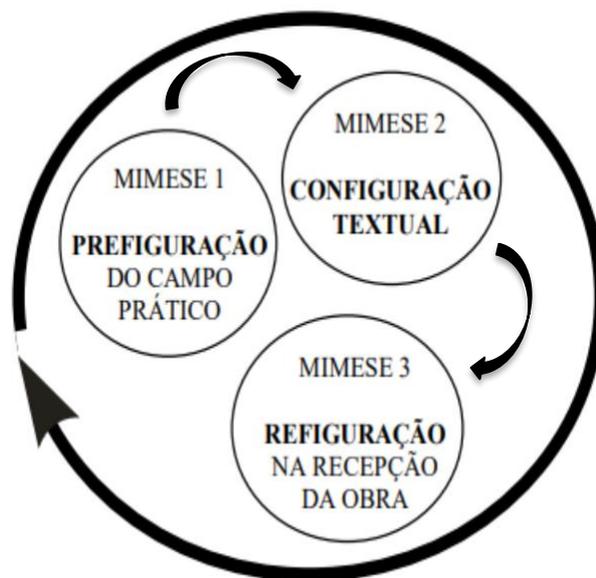
### **2.1.1 A composição da intriga e a tríplice mimese em Paul Ricoeur**

Ao refletir sobre a tessitura da intriga, Paul Ricoeur relaciona a narrativa à tríplice mimese, condição responsável por estabelecer a relação entre três mundos: o do autor, o do texto e o do leitor. Afinal, “narrar é compor intrigas” (LEAL, Bruno, 2013, p. 34). Para ele, a noção de intriga se configura pela imitação e representação da ação, pois existe “uma quase identificação entre as duas expressões: imitação ou representação da ação e agenciamento dos fatos” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 59). É pela tessitura da intriga, ou organização dos fatos, que a síntese do heterogêneo é promovida, permitindo a integração de ações e fatos temporalmente dispersos na totalidade de uma história. Uma narrativa é sempre uma trajetória, o “tecer da intriga é dispor elementos – temporais, funcionais, atributivos – diferentes. [...] ao dispor, ao configurar, uma narrativa ‘soluciona’ relações, problemas, situações complexas, articulando-as de modo a produzir um todo” (LEAL, Bruno, 2013, p.34, destaques do autor). Toda narrativa, torna inteligível a experiência social a partir de uma “*mise em intrigue*”, constituída pela tríplice mimese que diz respeito a prefiguração do campo prático, a configuração textual do mesmo, e a reconfiguração pela recepção. “A imitação ou a representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 60). Imita, representa e produz novos sentidos, novos fatos, mas nem por isso é, ou poderia ser, o reflexo fiel da realidade, não é espelhamento do real.

O processo mimético chama atenção para dimensões éticas que estão implicadas no ato de narrar, além de tornar concreta a relação entre tempo e intriga. Para Ricoeur (1994, p. 87) há um universo de sentidos éticos e culturais que antecede a narrativa, ou seja, “seguimos,

pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado, pela mediação de um tempo configurado”. Ou seja:

Figura 1: A tríplice mimese / Círculo hermenêutico de Paul Ricoeur



Deste modo, a mimese I diz respeito a nossa pré-compreensão do mundo prático, guiada por dimensões éticas, representa o mundo social em sua complexidade. Esse mundo prefigurado da mimese I é percebido a partir de três dimensões: estruturais, simbólicas e temporais. Na explicação de Carvalho:

A primeira diz respeito, imediatamente, às próprias formas narrativas mais caras a uma determinada sociedade, compreendendo um conjunto de regras consideradas pertinentes a um bom modo de narrar, ou a uma tradição narrativa. A segunda dá conta de um conjunto de mitos, crenças, valores, questões éticas e morais, enfim, uma ampla gama de manifestações típicas da cultura, enquanto a última é articuladora de sentidos ao remeter às diversas possibilidades de que a temporalidade, cronológica ou de outra natureza, é portadora. (CARVALHO, Carlos Alberto, 2012, p. 175).

A compreensão da intriga está interligada a um conhecimento prévio do mundo, suas fontes simbólicas, suas estruturas inteligíveis e seu caráter temporal (RICOEUR, Paul, 1994). Segundo Paul Ricoeur (1994, p. 92, destaques do autor) “o termo símbolo – ou melhor, medição simbólica – assinala o caráter *estruturado* de um conjunto simbólico”. Ainda sobre a mediação simbólica, o autor afirma:

Em função das normas imanentes de uma cultura, as ações podem ser estimadas ou apreciadas, isto é, julgadas segundo uma escala de preferência moral. Recebem assim um *valor* relativo, que faz dizer que tal ação *vale* mais que tal outra. Esses graus de valor, atribuídos primeiros às ações, podem ser estendidos aos próprios agentes, que são tidos como bons, maus, melhores ou piores. (RICOEUR, Paul, 1994, p. 96, destaques do autor).

Essa pré-compreensão do mundo, que atingi na mimese I um caráter estruturador e regulador de um conjunto simbólico de ações, nos permite refletir sobre o conceito de neutralidade no campo jornalístico. Com a perspectiva de Paul Ricoeur, percebemos nesse mundo prefigurado a existência de valores, regras e normas que são presentes no imaginário social e fazem parte da constituição dos sujeitos, que as reconhecem a partir das narrativas postas em circulação. O jornalismo, como campo e instituição, possui suas próprias regras e valores, seus códigos e sua ética, mas não está inerte à essa compreensão prévia de mundo, e, portanto, compartilha suas dimensões simbólicas e seus julgamentos frente às ações do cotidiano, mesmo que implicitamente.

Ao observarmos a mimese II percebemos que a tessitura da intriga assume sua função de mediação, conectando o antes do texto ao depois do texto, em um processo relacional. É o ato de configuração, a presença marcante de um narrador que constitui a mimese II, além de seu caráter profundamente mediador. Neste nível ficam visíveis as operações, pois no próprio campo textual a intriga exerce “uma função de integração e, nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar, fora desse próprio campo, uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e, se ousar dizer, a pós-compreensão da ordem da ação e de seus traços temporais” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 102-103). Para Ricoeur, há três motivos pelos quais a intriga se torna mediadora: 1) porque faz a mediação entre incidentes ou acontecimentos individuais e a totalidade de uma história; 2) porque compõe ao mesmo tempo fatores diversos tão heterogêneos; e 3) por seus caracteres temporais que permitem a “síntese do heterogêneo” (RICOEUR, Paul, 1994).

É na mimese III que encontramos o papel decisivo e ativo do sujeito leitor, é o momento de reconfiguração da narrativa. Nas palavras de Paul Ricoeur (1994, p. 110): “a narrativa tem seu sentido pleno quando é restituída ao tempo do agir do padecer em mimese III”. Entretanto, o processo mimético não se encerra em seu terceiro movimento. Não há um “círculo vicioso”, mas pode haver, no ato da análise narrativa, um “círculo saudável”, pois segundo o autor, “que a análise seja circular, não é contestável, mas que o círculo seja vicioso pode ser refutável” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 112). Pela dinamicidade da intriga, não há nesse processo um ponto de partida ou encerramento, por isso a noção de espiral cabe tão bem

a compreensão narrativa. É na mimese III que a narrativa alcança sua plenitude, mas é também a partir dela que novas narrativas são geradas, ela é chegada e também partida. É graças a tessitura da intriga, e ao papel de mediação exercido pela mimese II entre a experiência prática e a compreensão narrativa, que é possível dar sentido ao mundo, e ao mesmo tempo permitir sempre a emergência de novos sentidos, diferentes interpretações e o surgimento de novas tessituras. Pois, para Paul Ricoeur (1994, p. 118), “seguir uma história é atualizá-la na leitura”.

Ainda, na mediação da mimese I com a mimese III, propõe Paul Ricoeur, que se estabelece o “círculo hermenêutico”, “não somente pela razão em si de que é mimese II que permite ao mundo prefigurado a reconfiguração, ato essencialmente interpretativo, como também pelo fato de que as narrativas são formas privilegiadas de tomada de conhecimento do mundo” (CARVALHO, Carlos Alberto, 2012, p. 177). É tarefa da hermenêutica a preocupação de reconstruir “o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um ator, a um leitor, que a recebe e assim muda o seu agir” (RICOEUR, Paul, 1994, p. 86). Para ele, a mediação entre tempo e narrativa só é constituída pela relação construída pelos tempos miméticos.

Podemos, nesse sentido, compreender que toda narrativa é um agir em relação aos acontecimentos, e que “a representação narrativa não é em momento algum espelhamento, reflexo, mas um gesto criador de realidades, de mundos, de entendimentos” (LEAL, Bruno, 2013, p. 35). O círculo saudável a que se refere Ricoeur pode ser um modo construtivo de enxergar e problematizar a narrativa jornalística em perspectiva de gênero, especialmente a cobertura de um acontecimento específico, de modo que os três mundos, da autora, do texto e da leitora, possam ser compreendidos a partir da tessitura da intriga, e da relação intrínseca do acontecimento narrado com o tempo e a experiência.

## 2.2 QUANDO O ACONTECIMENTO SE TORNA JORNALÍSTICO

O acontecimento é algo que rompe com a normalidade do tempo e da história. Por isso, antes de iniciar a discussão proposta neste item, compartilhamos uma linha do tempo construída a partir de títulos e linhas de apoio de notícias e reportagens de diversos veículos e organizações de comunicação do Brasil sobre a pandemia do coronavírus. A cronologia a seguir pretende contar uma história, que marca não somente esse acontecimento na memória da humanidade, mas também um atravessamento no desenvolvimento desta tese de doutorado. Para aqueles e aquelas que vivenciaram nosso tempo de pandemia da Covid-19 no Brasil, as

manchetes a seguir podem fazer reviver momentos de angústias e incertezas, mas também de esperança, reconstituindo suas experiências a partir das vivências pessoais e compartilhadas. E, para aqueles que em um tempo futuro resgatarão a história do Coronavírus em nosso país a partir da pesquisa em comunicação, a linha do tempo que traçamos abaixo os fará perceber que a experiência também é configurada pelo tempo passado, e pode acionar o compartilhamento dos mesmos sentimentos e emoções, ainda que você não tenha vivido a época deste acontecimento. Se a experiência é a categoria central deste trabalho, aqui vai o primeiro teste de sua aplicabilidade, e também da sua importância como potencial transformadora de um campo sempre em evolução, o jornalismo.

### **2.2.1 Cronologia do coronavírus no Brasil: do primeiro paciente à primeira pessoa vacinada**

#### **FEVEREIRO 2020**

“Coronavírus: primeiro caso é confirmado no Brasil. O que fazer agora?”

Homem de São Paulo é o primeiro caso confirmado de infecção por covid-19 no país. Veja o que muda na prevenção e no diagnóstico do Coronavírus.  
(SAÚDE ABRIL, 26 fevereiro de 2020).

“Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença”

Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de coronavírus em São Paulo. O homem de 61 anos deu entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, com histórico de viagem para Itália.  
(UNASUS, 27 de fevereiro de 2020).

#### **MARÇO / 2020**

Sobe para 200 o número de casos de coronavírus no Brasil  
Em um dia, houve um aumento de 79 casos confirmados, mais de 65% de avanço dos registros. Ainda há 1.913 casos suspeitos no país.  
(EL PAÍS, 15 de março)

1ª morte por coronavírus no Brasil e mais notícias da tarde de 17 de março  
A primeira pessoa a morrer por conta do coronavírus é um homem de 62 anos  
(CNN BRASIL, 17 de março 2020).

Trabalhadoras informais temem não ter como alimentar os filhos em crise do Coronavírus  
Maioria em trabalhos informais, mulheres perdem renda e ainda não têm acesso a benefício anunciado pelo governo federal;  
(ESPECIAL COVID-19, GN, 24 de março de 2020).

#### **ABRIL / 2020**

48% dos casos de Covid-19 no primeiro mês da doença no Brasil foram entre pessoas de 20 a 39 anos, aponta pesquisa  
 O primeiro caso de coronavírus no país foi reportado em 25 de fevereiro. Até 25 de março, foram registrados 1.468 casos; 10% precisaram de hospitalização. (G1- O GLOBO, 29 de abril de 2020).

Pandemia dificulta acesso a contraceptivos no sistema de saúde  
 Com gestantes no grupo de risco para a covid-19, ginecologistas recomendam evitar a gravidez, mas mulheres relatam cancelamento de inserção de DIU e desabastecimento de camisinhas acende alerta da ONU  
 (ESPECIAL COVID-19, G&N, 20 de abril de 2020).

### **MAIO/2020**

Brasil ultrapassa a marca de mil mortes diárias por coronavírus  
 País registrou 1.179 novos óbitos em 24 horas; Covid-19 é hoje a maior causa de mortalidade no país  
 (FOLHA UOL, 19 de maio de 2020).

Ausência de dados raciais compromete combate à covid-19 nas periferias  
 Ministério da Saúde recorre à Justiça para não divulgar dados de cor/raça relacionados à covid-19; favelas do Rio de Janeiro montam painel próprio para monitorar avanço da doença na periferia  
 (ESPECIAL COVID-19, G&N, 14 de maio de 2020).

### **JUNHO /2020**

Covid-19: Brasil bate marca de 1 milhão de casos confirmados  
 País tem 48.954 mortes em função da doença e 507.200 se recuperaram  
 (AGÊNCIA BRASIL, 19 de junho de 2020).

Na pandemia, redes feministas se tornam ainda mais fundamentais para as mulheres que abortam na América Latina  
 Ativistas de Argentina, Colômbia, Chile e Equador contam como o acesso ao aborto legal ficou mais difícil e o que fazem para acompanhar mulheres que desejam interromper uma gravidez  
 (ESPECIAL COVID-19, G&N, 17 de junho de 2020).

### **JULHO 2020**

Jaqueline Goes: cientista que sequenciou o genoma do coronavírus trabalha em dobro por ser mulher e negra: Pesquisadora baiana e pós-doutoranda diz que não quer ser a única mulher negra a conquistar esse patamar e espera que outras também possam se destacar. (ALMA PRETA, 01 de julho de 2020).

Quatro mulheres negras à frente de pesquisas sobre a covid-19:

Elas não chegam a um quarto das docentes do ensino superior no país e representam apenas 2,6% das bolsistas; em conversa com a Gênero e Número, quatro pesquisadoras explicam seus trabalhos e contam como conseguiram se inserir neste universo. (ESPECIAL COVID-19, 10 de julho de 2020).

#### **AGOSTO 2020**

Quem já pegou covid-19 deve seguir usando máscara e álcool gel? Se as pesquisas confirmarem a reincidência da doença, caso não deve mudar medidas de segurança para toda a população. (Brasil de Fato, São Paulo, 13/08/20).

#### **SETEMBRO 2020**

Educadores de 142 escolas da rede estadual do RS já foram contaminados pela covid-19. (Brasil de Fato, Porto Alegre, 01/10/20)

#### **OUTUBRO 2020**

Covid-19: impacto na vida de trabalhadoras da limpeza urbana  
Nos últimos meses ao menos 2,2% do quadro de funcionários foi contaminado pela Covid-19, havendo a recuperação de 2,1% e 1 óbito. Entretanto, as trabalhadoras acreditam que os números ainda estão subnotificados. (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA 02 de outubro de 2020).

#### **NOVEMBRO 2020**

Mesmo sem previsão de vacina, população das periferias diminui prevenção ao coronavírus. (Alma Preta – Cotidiano, 09/11/20).

#### **DEZEMBRO 2020**

2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBT+ (Gênero e Número, 30/12/20)

#### **JANEIRO 2021**

Rapidez com que chega aos pulmões pode tornar nova cepa mais contagiosa  
Mutações da Covid-19 começou no Reino Unido e já se espalhou por mais de 30 países e chegou inclusive no Brasil (CNN Brasil, 05/01/21)

Mônica Calazans e vacina: felizes e ansiosas, mas com os pés no chão  
Estamos emocionadas, esperançosas e ansiosas por nossas doses, mas com os pés atrás e bem no chão. Sabemos que o mundo é diferente da ponte pra cá. (Nós, mulheres da periferia, 18/01/21)

#### **FEVEREIRO 2021**

Risco de morrer de covid-19 no Brasil foi mais de 3 vezes maior que no resto do mundo em 2020, calcula economista. (BBC News Brasil, 03/02/21)

**MARÇO 2021**

Brasil tem 30.484 mortes por Covid-19 em fevereiro, 2º maior número em toda a pandemia  
Três estados tiveram recordes de mortes; colapso no sistema de saúde, antes restrito ao  
amazonas, agora atinge várias partes do país.  
(G1– O Globo, 01/03/2021).

1ª vacinada no Brasil: Quem me ataca não tem coragem de estar na linha de frente. (CNN  
Brasil, 17/03/2021).

**2.2.2 Jornalismo e acontecimento**

A maneira como realizamos nossas escolhas, julgamos coisas/situações/pessoas, e o modo como agimos é fortemente influenciado por aquilo que nos acontece, ou sabemos que aconteceu a alguém. Isso porque reconhecemos nos acontecimentos os efeitos que eles provocam ou já provocaram na sociedade em um determinado momento histórico. Resgatamos essas informações por meio de nossas experiências pessoais e coletivas, com o mundo ao nosso redor e, principalmente, com as experiências compartilhadas nos veículos de comunicação.

O acontecimento em si pode ser compreendido como uma espécie de ruptura, uma ação capaz de interromper um estado qualquer e a continuidade da experiência, mas que só é apreensível quando afeta sujeitos e por eles é afetado. “O acontecimento o é porque irrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece” (FRANÇA, Vera, 2012, p.13). Eles estão inseridos em nossas vivências, passam a constituir nossas experiências, sejam individuais ou coletivas, suscitando sentidos e buscando respostas. Para Louis Quéré (2005) existem acontecimentos de diversas naturezas, da ordem do cotidiano aos mais marcantes, que despertam experiências inesquecíveis, e podem causar rupturas ou inícios. Ainda, é possível diferenciar “os acontecimentos em função do seu poder de afectar os seres e de impregnar as situações de qualidades difusas que as individualizam” (QUÉRÉ, Louis, 2005, p.1). O autor reflete também sobre o caráter inaugural do acontecimento, já que ele dá início a um determinado processo, “marca também o fim de uma época e o começo de outra” (QUÉRÉ, Louis, 2005, p.3). Ao introduzir o novo, o acontecimento tem o poder de mudar o mundo e as coisas tal qual as conhecemos. O autor acredita no poder hermenêutico do acontecimento, que de alguma maneira busca “estabelecer figuras de um regime de temporalidade – uma passagem de um passado para um presente que o acontecimento teria como que cindido” (QUÉRÉ, Louis, 2007, p.31). Ao convocar o passado, o acontecimento transforma nosso olhar e nos faz questionar de onde veio, quais são

suas causas, como não o percebemos antes. Do mesmo modo, ele nos faz pensar e planejar um futuro, e a partir de um novo modo de olhar para seus desdobramentos, o acontecimento faz agir (FRANÇA, Vera, 2012). Trata-se, portanto, “de acrescer à relação tempo e acontecimento para além do pontual, homogêneo, linear e contínuo, outras figuras da temporalidade” (QUÉRÉ, Louis, 2007, p.36).

Para compreender um acontecimento é preciso que haja um saber resgatado pela experiência, uma memória que acione um horizonte de possibilidades e crie uma expectativa em relação as suas consequências. Não é apenas pela continuidade – um contexto preexistente –, que o reconhecemos, mas especialmente pela sua descontinuidade. Os acontecimentos inesperados, como as catástrofes e crimes ambientais, provocam surpresa e afetam a experiência especialmente porque rompem com a sua continuidade. É preciso que seja reconhecido para que possa ser inserido em um contexto de temporalidade, em suas dimensões causais. É nesse sentido, afirma Louis Quéré (2005, p. 5), que “restauramos a continuidade no momento em que a ruptura se manifestou, ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível”.

O acontecimento provoca modalidades diferentes de experiência, destaca Louis Quéré (2005). Ao ser apreendido como um “fim”, situamos sua explicação em uma trama causal, que admite uma temporalidade linear – teve um início, uma duração e um encerramento. O descrevemos a partir de suas circunstâncias, atribuindo valores, sentidos e buscando contextos prévios para que sua compreensão se torne possível, e para que possamos dá-lo como concluído. Enquanto inscrito em uma temporalidade, como “fato no mundo”, o acontecimento desperta modalidades particulares de experiência, conforme explica Louis Quéré (2005):

Acontecimento que pode ter sido percebido segundo diferentes pontos de vista. E que pode, até, não ter constituído o mesmo acontecimento para todos os que a ele assistiram. Enfim, o acontecimento foi, sem dúvida, dotado de um certo valor e de uma determinada significação, qualificado como acontecimento insignificante ou marcante, eventualmente revestido de um sentido que não tinha à partida. Terá podido tocar sujeitos, individuais ou colectivos, fazer vítimas e sobreviventes, provocar, nos indivíduos e nas colectividades, sensações, emoções e reacções, satisfazer ou desiludir, alegrar ou horrorizar, satisfazer ou desesperar, aterrar ou traumatizar, alterar as “vivências” para o bem ou para o mal, resolver a situação das pessoas ou colocar-lhes novos problemas. (QUÉRÉ, Louis, 2005, p. 13)

Quando um acontecimento é origem e projeta novos sentidos sobre o mundo, então passamos a apreendê-lo como “começo”. Já não buscamos mais situar suas causas e significados em contextos pré-definidos, pelo contrário, o acontecimento faz surgir novas

possibilidades interpretativas para iluminar o que está por vir, além de indagar o que o terá precedido. Na perspectiva de iniciar algo, é o acontecimento que passa a “esclarecer o seu contexto, a modificar a inteligência de acontecimentos ou de experiências anteriores, a revelar uma situação com os seus horizontes, a descobrir uma paisagem inesperada de acções e de paixões” (QUÉRÉ, Louis, 2005, p.13).

Sejam acontecimentos cotidianos ou que rompem com a “normalidade social” de forma complexa, a maneira como são narrados – ou configurados –, a escolha por manter certos discursos e excluir outros, provoca diferentes efeitos de sentido na sociedade.

É, portanto, muito mais do que um facto que pode ser dotado de sentido ou de um valor por um sujeito, em função dos possíveis prévios de um contexto: é, ele próprio, portador ou criador de sentido. Transporta consigo as condições de sua própria inteligência. Transforma o campo dos possíveis daqueles que atinge. Abre um horizonte de sentido, em particular introduzindo novas possibilidades interpretativas, relativas tanto ao passado como ao presente e ao futuro. [...] o acontecimento não se produz no tempo: da tempo a ver (QUÉRÉ, Louis, 2005, p. 69).

Assim, o acontecimento é capturado em sua dimensão temporal e construído pelo jornalismo com uma adequação de sentidos e nomeações. Nesse processo, a dimensão de repercussão também é fundamental, pois é através dela que o acontecimento jornalístico ganha visibilidade. Ao transformá-los em narrativas, eles passam a existir em outra dimensão. Segundo Louis Quéré (2012), o acontecimento coexiste através de uma dupla vida. A primeira, de ordem existencial, é aquilo que nos afeta, que nos acontece e transforma nossa experiência. Na sua vida primeira, “ou seja, acontecendo e se inserindo na nossa experiência, podem se dar em qualquer espaço da vida social, em qualquer instituição ou campo de vivência” (FRANÇA, França, 2012, p. 16). Contudo, nunca teremos a certeza de um lugar definido para o acontecer dos fatos, ou seja, do acontecimento que pode afetar uma experiência coletiva, que pode romper com a normalidade. Além disso, nos diz Louis Quéré (2005), atrelar a temporalidade do acontecimento à sensação de fluxo contínuo (início, meio e fim) é mera ilusão. Romper com essa dimensão temporal linear é uma característica que pode ser colocada em prática no campo do jornalismo, pois ao narrar e configurar os acontecimentos, diferentes temporalidades são articuladas, “constituindo problemáticas relativas a cada uma delas e a seu conjunto” (LAGE, Leandro, 2014, p. 88).

Quando construímos narrativas em torno dos acontecimentos, então eles adquirem sua vida simbólica. A segunda vida é o acontecimento transformado em discurso, em representação. No campo do jornalismo, é a partir das experiências e de seus conhecimentos prévios que os profissionais “lidam com o porvir, tecendo narrativamente um quadro de

expectativas relativas à realização do acontecimento” (LAGE, Leandro, 2014 p. 85). No jornalismo, o acontecimento passa a existir dentro de uma trama, inscrito em uma intriga, onde ganha novos enquadramentos, enredos e elementos, que buscam situá-lo e dar-lhe início e um fim. Ao refletir sobre esse processo, Leandro Lage (2014, p.79) ressalta que “parte dos acontecimentos contemporâneos que nos afetam e dos quais tomamos conhecimento nos chega através das mediações jornalísticas, isto é, a partir de narrativas configuradas no interior dessa instância social de interação”. Ainda, segundo o autor, a atualidade também pode ser compreendida como um tempo narrativamente configurado e capaz de abrigar outros tempos. Portanto, “negar ao jornalismo um caráter temporal, ou mesmo confiná-lo a uma única temporalidade, é negar sua dimensão de narratividade” (LAGE, Leandro 2014, p.83).

De acordo com Louis Quéré (2007), é o jornalismo que assegura a identificação de um acontecimento, ao arquiteta-lo no e com o discurso. “À percepção de algo que perturba uma ordem opõe-se, pelo relato jornalístico, um enredamento de causas, propósitos, motivos, agentes” (QUÉRÉ, Louis, 2007, p. 30). É na dimensão simbólica que o acontecimento potencialmente alcança as marcas do vivido e a experiência de quem o narra. Ao inseri-lo em uma costura que resgata seus precedentes e inaugura novas projeções, a narrativa atua para ordenar sentidos e significações, e reduzir suas discontinuidades. No jornalismo, esse caminho é percorrido especialmente em configurações narrativas de eventos extremos, mas nunca ocorre da mesma maneira, já que cada situação desperta experiências distintas e faz-nos agir de modos diferentes. “As características próprias de cada desastre, entretanto, inserem diferentes desafios aos profissionais, impõem determinadas dificuldades e se constituem como experiências únicas de trabalho” (AMARAL, Márcia; SOUZA, Elise; RAMOS, Julia, 2019, p. 8).

Na narrativa jornalística, o acontecimento posto em intriga tem um poder de esclarecimento, que permite desvelar campos problemáticos de uma dada situação, ou seja, “um conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida (em termos de causas e consequências, de tipos de agentes e de tipo de razão de agir) e cujo tratamento é encarado em termos de alternativas relativamente definidas” (QUÉRÉ, Louis, 2013, p.27). Narrado, ele estabelece diferenciações e oposições, revela contrastes e gera alternativas de respostas aos questionamentos que levanta. O jornalismo assume o papel de organizador do caos. É tarefa da narrativa jornalística a relação temporal e espacial do acontecimento, na busca pelas causas que ajudem a iluminar os fatos. De acordo com Márcia Amaral, Elise Souza e Julia Ramos (2009, p.2) “quanto mais complexo e problemático é o acontecimento, mais disputas se estabelecem em seu entorno”.

Entretanto, o acontecimento não apenas revela diferentes campos sociais problemáticos, precedentes a seu aparecimento, como também abrem novos horizontes e estabelece outros campos problemáticos. No entendimento de Louis Quéré:

Se a maior parte dos acontecimentos se inscreve em campos problemáticos já constituídos, que perduram enquanto os problemas e as respectivas causas se mantêm, também novos campos problemáticos se constituem com a emergência de acontecimentos, nomeadamente a partir do trabalho realizado em torno deles, explicitando o que está em causa, no âmbito da regulação política das condições de viver-conjuntamente numa colectividade (QUÉRÉ, Louis, 2005, p. 21).

Ainda, de acordo com o autor, um problema pode ser constituído por uma multiplicidade de elementos, que em uma relação de integração se conectam com outros problemas. A trama da vida de um indivíduo ou coletividade é também constituída, em um momento específico ou em temporalidades diferentes, por campos problemáticos da ordem dos acontecimentos que tocam esferas sociais – problemas de saúde, de segurança pública, de trabalho ou família, entre outros (QUÉRÉ, Louis, 2005).

São esses fatores que as narrativas jornalísticas, umas mais outras menos, buscam explorar. Se os acontecimentos inesperados são os mais importantes, também são os que jornalisticamente configuram intrigas mais complexas, que excluem ou jogam luz nos campos problemáticos que têm à sua disposição. As catástrofes e desastres ambientais (Tsunamis, Rompimento de Barragens), os atentados terroristas e as chacinas (11 de setembro) e as pandemias (Coronavírus) podem ser considerados como grandes acontecimentos, e até mesmo extremos, ou seja, são aqueles que além de romper com a normalidade cotidiana, são descontínuos, pois mudam a forma de ver a vida e o mundo a partir de seu surgimento, e afetam coletivamente uma sociedade, mesmo que de formas diferentes, resgatando e iluminando campos problemáticos conectados. Nesse sentido, “o papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas” (QUÉRÉ, Louis, 2005, p.22). Tais acontecimentos possuem um poder muito grande de afetação, “pois só existem porque destroem, mas ao mesmo tempo desvelam problemas sociais, ambientais e econômicos” (AMARAL, Márcia, 2020, s/p).

Mas, toda escolha é um viés, uma opção que causa inclusão ou exclusão. Na composição da intriga pela narrativa jornalística, isso não é diferente. O poder de afetação do acontecimento está diretamente relacionado com a experiência e o vivido. Sua compreensão também parte de processo subjetivo, que em situações extremas, limites, torna-se ainda mais presente na narração. Subjetiva, mas não somente individual. A experiência por si só pode ser

adquirida coletivamente, mesmo o sujeito estando só. Questões como maternidade e trabalho, por exemplo, atingem diferentes mulheres, mesmo que com dimensões distintas. Com a nova rotina estabelecida pela pandemia atual, muitas mulheres estão sendo sobrecarregadas, já que culturalmente é relegado a elas o trabalho do lar e da criação dos filhos, por exemplo. Enquanto o trabalho em modelo “home office” parece funcionar para os homens, algumas mulheres enfrentam os desafios de desdobrar-se em muitas para dar conta não apenas das atividades profissionais, mas da turbulenta rotina instituída pelo Coronavírus. Esse, no entanto, é apenas um dos tantos cenários que a pandemia do Covid-19 descortinou. Para as mães solas, chefes de família, os problemas e desafios são outros, e ainda maiores. A crise sanitária que atingiu o mundo acentuou as vulnerabilidades vivenciadas por muitas mulheres, especialmente mulheres negras, desempregadas e trabalhadoras informais. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva em abril de 2020, 45% das empregadas domésticas do Brasil perderam o emprego, sendo dispensadas de seus trabalhos sem nenhuma remuneração. Embora o Governo Federal tenha destinado o Auxílio Emergencial – um recurso que visa contribuir com o sustento de trabalhadoras informais durante a pandemia – em um valor diferente às mães solo, o dinheiro não é suficiente para cobrir os gastos com necessidades como alimentação e a manutenção do lar, que envolve despesas de água, luz e internet. Essas são situações em que a experiência passa a ser coletiva, e as mulheres conseguem se enxergar uma na história da outra, sem perder suas subjetividades e as marcas da sua experiência individual. Assim, novas experiências, coletivas e compartilhadas, surgem da narração das histórias individuais.

Um acontecimento como a pandemia do Coronavírus aciona diferentes tempos e diferentes sentidos. Por isso, também nos apoiamos na noção de que “reduzir a indeterminação do acontecimento não significa estabelecer uma única determinação como muitas vezes parece querer um modelo de jornalismo atualmente dominante” (ANTUNES, Elton, 2007, p.31). Para Vera França (2012, p.19) o retrato de uma sociedade também pode ser visto pelas lentes dos acontecimentos em pauta, pois são elas que nos mostram a “sociedade naquele momento; do seu conjunto de valores, da maneira como vive, exprime e cobra o cumprimento desses valores”. Os problemas e desafios que atingem o campo do jornalismo não são apenas de ordem teórica e profissional, não nos dizem apenas das suas configurações, mas especialmente de um contexto social e político, e todos os jogos de poder e sentidos que trazem consigo.

Em entrevista ao objETHOS, Observatório de Ética Jornalística, no início da pandemia, Márcia Amaral (2020) comenta que diferentes fatores conferem complexidade a

um acontecimento limite, e os sentidos vão se mobilizando ao longo de sua história. Márcia Amaral discute os principais aspectos da cobertura do Coronavírus no Brasil, indicando campos problemáticos e desafios para o jornalismo que surgem a partir desse acontecimento limite. Dentre eles:

O temor do coronavírus gerou visibilidade para alguns campos problemáticos já existentes que agora parecem estar sendo alçados a “problemas de todos”, como a importância e fragilidade do SUS e a falta de estrutura do sistema de saúde das pequenas cidades. De alguma maneira, tem se atravessado na cobertura temáticas como o papel do Estado na crise, o desemprego, o trabalho informal, a falta de água e de saneamento. A desigualdade social saltou na cara do jornalismo tradicional, mas de maneira ainda muito tímida, pois ainda está enquadrada como um problema gerencial, e não estrutural. Falta na cobertura a abordagem de sociólogos, urbanistas, antropólogos e sanitaristas que dê conta de debater os problemas históricos do país. (AMARAL, Márcia, 2020, ENTREVISTA AO OBJETHOS, s/p).

Outros aspectos problemáticos ficam mais visíveis com a cobertura jornalística de tal fenômeno. Para a autora, as questões de gênero ainda estão acobertadas por essas narrativas, quando ao defender o isolamento, por exemplo, “percebe-se que é totalmente ignorado o papel das mulheres que agregam funções de dona de casa, trabalhadora, compradora de mantimentos, mãe e cuidadora dos idosos, enfermos e vulneráveis” (AMARAL, Márcia, 2020, s/p).

Há campos problemáticos muito antigos, que mesmo na cobertura de uma pandemia mundial ainda surgem tímidos ou inexistentes. O Coronavírus clareou ainda mais os problemas sociais enfrentados pelo Brasil, e estampou as desigualdades de gênero, raça e classe, para aqueles que ainda as ignoram ou desmerecem. Questões sobre as condições de trabalho, diferença salarial e ocupação de cargos e profissões por mulheres, tópicos problematizados pelos movimentos feministas há muito tempo, tornam-se ainda mais visíveis frente à crise sanitária que se instalou no país. Quando falamos em isolamento social, por exemplo, estamos falando sobre uma opção que se torna inviável para muitas mulheres, enquanto que para outras pessoas pode ser considerada privilégio. Isso porque, em nossa sociedade os trabalhos e tarefas relacionados ao cuidado, fundamentais para a manutenção da sociedade e das nossas rotinas, são exercidos principalmente por mulheres.

Seja exercido em suas casas (o cuidado exaustivo do lar e da família, não reconhecido como trabalho e, portanto, não remunerado), nas comunidades onde estão inseridas ou nos trabalhos informais que exercem, as mulheres enfrentam diferentes problemas nessa dimensão. Sobrecarga de trabalho, sobrecarga emocional, sobrecarga física. Para o CFEMEA, Organização não governamental Feminista e Antirracista, a pandemia do Covid-19 coloca em

pauta a necessidade da coletividade, e de repensar a vida em sociedade. “Cuidar é um trabalho duro, árduo, emocionalmente exigente, tenso, que sobrecarrega muito mais as mulheres do que os homens nesta sociedade patriarcal em que vivemos” (OUTRAS PALAVRAS, 2020, s/p)<sup>9</sup>. Nos subempregos, ou mesmo atuando em áreas profissionais como educação, serviços gerais e saúde e assistência, as mulheres (maioria entre os trabalhadores/as), enfrentam condições precárias, má remuneração e desvalorização. De acordo com dados da pesquisa “Perfil da Enfermagem no Brasil”<sup>10</sup>, realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem, Cofen, e pela Fundação Oswaldo Cruz, a Fiocruz, 85% dos profissionais da área da saúde (enfermeiras e técnicas de enfermagem), são mulheres. Em relação à pandemia do Coronavírus, os dados do “Observatório de Enfermagem”, site implantado pelo Cofen para o acompanhando da pandemia, indicam que em um ano de pandemia, completo em 11 de março de 2021, foram confirmados 49.240 mil casos de profissionais infectados pelo vírus no Brasil. Do total de positivados, 656 foram à óbito. Esse número torna-se ainda mais chocante e problemático quando aplicamos lentes de gênero: 85% dos casos reportados são de profissionais mulheres (mais de 49 mil casos reportados), e dos 656 óbitos ocorridos, 573 eram mulheres, o que representa 68% do total de registros do primeiro ano de pandemia no Brasil.

Outro campo problemático descortinado pela pandemia do Coronavírus diz respeito à vulnerabilidade das mulheres grávidas e puérperas. Até junho de 2020 as mortes maternas no Brasil em decorrência do Covid-19 representavam 77% dos casos mundiais. Um estudo publicado no *International Journal of Gynecology and Obstetrics*<sup>11</sup>, elaborado por pesquisadoras brasileiras que analisaram dados do sistema monitoramento do Ministério da Saúde, o SIVEP-Gripe (Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe), e divulgado pelo Cofen, relata que durante o período do estudo, 978 mulheres grávidas e no pós-parto foram diagnosticadas com Covid-19 no Brasil. Para as autoras, alguns fatores como a baixa qualidade do atendimento pré-natal, as disparidades raciais no acesso aos serviços de saúde, a violência obstétrica, a falta de recursos para serviços de emergência, e os obstáculos

---

<sup>9</sup> O texto produzido pelo CFEMEA, intitulado “O cuidado e o feminismo em tempos de pandemia”, foi publicado no site “Outras Palavras – Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo”, em 20 de abril de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/o-cuidado-e-o-feminismo-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 12.ago.2020.

<sup>10</sup> Pesquisa “Perfil da Enfermagem no Brasil”. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/blocoBr/QUADRO%20RESUMO\\_Brasil\\_Final.pdf](http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/blocoBr/QUADRO%20RESUMO_Brasil_Final.pdf). Acesso em: 13.ago.2020.

<sup>11</sup> “The tragedy of COVID-19 in Brazil: 124 maternal deaths and counting”, de Maira L. S. Takemoto, Mariane de O. Menezes, Carla B. Andreucci, Marcos Nakamura-Pereira, Melania M.R. Amorim, Leila Katz e Roxana Knobel.

para o acesso aos cuidados de saúde impostos pela pandemia são os principais motivos para o aumento da taxa de mortalidade no Brasil. O estudo também destaca que 22,6% das mulheres que foram a óbito não foram admitidas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), e que em 14,6% dos casos fatais, nenhum suporte ventilatório foi oferecido à paciente (COFEN, 2020).

Os dados expostos acima dizem respeito a histórias de vidas de muitas mulheres. Histórias individuais que devido à pandemia do Coronavírus tornam-se coletivas. A maioria dessas pautas não são novidades para o jornalismo brasileiro. Questões relacionadas ao trabalho, a maternidade, e à saúde, por exemplo, são temas que o feminismo tenta trazer para a agenda midiática há muitas décadas. A Covid-19 não só acentuou essas desigualdades sociais, culturais e econômicas, como também provoca o jornalismo sobre seu papel fundamental de informar e de contribuir para a construção social da realidade. Se a realidade é esta posta pelos dados de tantos estudos, onde está sua narração no jornalismo contemporâneo? Essas pautas estão aparecendo nas coberturas jornalísticas sobre o Coronavírus, que invadem nossas vidas diariamente?

Pensar a narrativa de acontecimentos extremos no jornalismo contemporâneo, como é o caso da cobertura da pandemia do Coronavírus no Brasil, requer romper determinadas barreiras que predominam não só os estudos de jornalismo, como também o entendimento de suas práticas. As características desse acontecimento talvez sejam um novo despertar para o jornalismo como um todo, especialmente na prática profissional, um sinal de que novos caminhos precisam ser traçados e novos modos de contar histórias e apresentar personagens e realidades devem surgir, para além de um nicho específico de produção de conteúdo e informação – como é o caso das organizações independentes e feministas.



### **3 NARRATIVAS EM PERSPECTIVA DE GÊNERO: A COBERTURA JORNALÍSTICA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL**

A pandemia do Coronavírus descortinou diversos problemas vivenciados pela sociedade brasileira. Para o jornalismo, isso quer dizer que novas pautas passam a figurar em capas de jornais, em chamadas de televisão, rádio e entre os assuntos mais trabalhados nas plataformas online. Neste capítulo apresentamos o contexto da pandemia, e de uma crise sanitária mundial, pela produção jornalística no Brasil, mostrando algumas particularidades e focando em uma cobertura diferencial: a das organizações independentes. No item 3.1, “*O jornalismo brasileiro na pandemia do Coronavírus*” apresentamos um breve relato de como esse acontecimento passou a ser apresentado pelos meios de comunicação, e como essa nova realidade mudou a rotina da produção de informação no país. Também destacamos iniciativas de instituições e entidades ligadas à prática, pesquisa e ensino do jornalismo, que elaboraram Guias e Manuais com objetivo de contribuir com e ajudar as/os profissionais que estão atuando na cobertura jornalística da pandemia.

Depois das contextualizações iniciais sobre o tema, partimos para a apresentação do nosso objeto de estudo, no item “3.2 *“Especial Covid-19”: a cobertura jornalística colaborativa e em perspectiva de gênero, raça e territorialidades*”. O projeto chamou-nos atenção por aparentemente se diferenciar da cobertura jornalística da pandemia do Coronavírus proposta pela mídia hegemônica, ao propor uma perspectiva interseccional na configuração narrativa do acontecimento em questão. Deste modo, comentamos a iniciativa realizada a partir da união de um grupo de veículos de jornalismo independente para a produção de informação colaborativa e coletiva sobre a pandemia, a “COVID-19, Cobertura Especial”. No item final, “3.2.1 *GN e o jornalismo em perspectiva de gênero*”, falamos sobre nossa escolha pela organização principal do projeto, a Gênero e Número, e apresentamos brevemente as parceiras de produção da Cobertura Especial, que se uniram nessa iniciativa para realizar uma cobertura jornalística com foco em gênero e suas interseccionalidade, são elas: Revista Az Mina, data\_labe e Énois.

#### **3.1 O JORNALISMO BRASILEIRO NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

Em fevereiro de 2020 o Brasil vivenciou o primeiro fato diretamente ligado a um novo vírus que vinha causando grande preocupação, principalmente pela sua rápida disseminação e crescente número de pessoas infectadas em outros países do mundo: o Coronavírus. A cidade

de Wuhan, na China, foi considerada o primeiro lugar de epicentro dessa doença. No dia 9 de fevereiro de 2020, 39 cidadãos brasileiros que moravam em Wuhan foram repatriados por duas aeronaves da Força Área Brasileira. Após chegarem em seu país nativo, eles ficaram em quarentena por 14 dias em Goiás, na Base Área de Anápolis, onde pousaram. No dia 26 deste mesmo mês, o primeiro caso importado do Coronavírus foi confirmado no Brasil: um homem de 61 anos, que havia retornado recentemente da Itália, um dos primeiros países mais afetados pelo crescente registro do vírus entre a população.

Naquele momento, o Coronavírus já havia ganhado a atenção de muitos veículos de comunicação do país, que acompanhavam sua evolução no mundo e sua chegada ao Brasil. Em 11 de março do mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia mundial do Coronavírus. Na época, o Brasil estava com 52 casos confirmados: 6 por transmissão comunitária e 46 casos importados de outros países. No dia 12 de março de 2020 o Brasil registra o seu primeiro óbito: a diarista Rosana Urbano, de 57 anos, moradora de uma das regiões mais pobres de São Paulo. Ainda, até essa data, o Governo já havia anunciado algumas ações de enfrentamento ao Coronavírus, como por exemplo, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (máscaras, óculos e luvas) para profissionais da saúde, um programa de prevenção veiculado na TV aberta em todo território nacional, a convocação de Médicos para o programa Mais Médicos, e o reforço na Atenção Primária de saúde, para evitar que a população procure Hospitais que possuem circulação da doença. Também no mês de março, o Brasil registra o primeiro óbito em decorrência do Coronavírus.

A partir desse momento, compreendemos que dá-se início a cobertura jornalística daquilo que tornou-se um acontecimento para o campo: a pandemia do Coronavírus. Diversas empresas de comunicação (rádio e jornais), mas especialmente portais e organizações online, começaram a registrar um aumento significativo de acessos aos conteúdos, bem como o crescimento de audiência nos telejornais brasileiros. Frente às determinações de isolamento social, e em algumas capitais brasileiras de *lockdown* (na tradução simples, fechamento total), a cobertura jornalística ganhou novos olhares e trouxe para suas narrativas diferentes abordagens de pautas e campos problemáticos existentes, mas também jogou luz aos problemas que vinham surgindo frente à crise sanitária que se instaurou no país.

Dentre os serviços essenciais, ou seja, serviços que não podiam parar em meio à pandemia, pois são necessários para manter o funcionamento do país, está o jornalismo. Na lista inicial determinada pelo governo federal estavam: assistência à saúde, assistência social, segurança pública, defesa nacional, transporte, telecomunicações e internet, fornecimento de água, coleta de esgoto e lixo, fornecimento de energia elétrica e gás,

iluminação pública, serviços de entrega, serviços funerários, controle de substâncias radioativas, vigilância sanitária, prevenção e controle de pragas, serviços postais, fiscalização ambiental, fornecimento de combustíveis e atividades médico-periciais.

A pandemia do Coronavírus evoluiu exponencialmente no Brasil durante os meses seguintes a seu reconhecimento. Em julho de 2020, o país já era considerado novo epicentro da doença, devido ao grande número de pessoas infectadas e de óbitos registrados. Em novembro o Brasil ocupava o 2º lugar no triste ranking mundial, com mais de 110 mil mortes, e mais de 1 milhão e 600 mil infectados pela doença.

Em março de 2021, com um ano de pandemia, ainda enfrentávamos o avanço exponencial de contaminação por coronavírus, e o aumento de número de mortes a cada dia no país por covid-19 trazia uma nova preocupação – uma nova variante do vírus chegou colocando abaixo as poucas certezas que tínhamos. Muitos relatos de profissionais médicos divulgados pela mídia mostravam que não eram apenas os grupos considerados de risco (idosos e pessoas com doenças graves) que estavam na mira do vírus, mas cada vez mais jovens e adultos saudáveis, sem comorbidades, com quadros clínicos avançando rapidamente, levando muitos à óbitos. O primeiro ano da pandemia foi marcado pelo colapso na área da saúde no Brasil. Faltou medicamentos, faltou oxigênio, faltou leitos em hospitais e profissionais preparados, faltou ações dos governos, faltou tudo o que não podia faltar.

Por outro lado, a notícia da primeira pessoa vacinada no país, horas após a Anvisa liberar a vacina produzida nacionalmente, a Coronavac, trouxe esperança a uma nação. Mônica Calazans, mulher, negra e enfermeira, foi quem recebeu a primeira dose da vacina contra a covid-19 em janeiro de 2021, na cidade de São Paulo. Esse acontecimento mudou a narrativa de muitas organizações jornalísticas. O ano de 2021 foi marcado por disputas entre vacinas, campanhas pró/contra, incertezas sobre a aplicação das mesmas, novas cepas do vírus, flexibilização de medidas de segurança e, conseqüentemente, aumento de casos e óbitos, mas também de esperança de um futuro de imunização e combate à covid-19. Tais disputadas foram fortemente atravessadas por questões políticas, sociais e históricas, o que ocasionou, de certo modo, diversos e diferentes enquadramentos noticiosos relacionados à pandemia e a campanha de vacinação nacional.

Esse contexto desafiou ainda mais o jornalismo, não só pela sua prática diária limitada, com equipes reduzidas e cenário de demissões em vários veículos de comunicação, como também pelos aspectos políticos, sociais e sanitários trazidos à tona pela pandemia. Dentre os principais desafios enfrentados pelos profissionais jornalistas no

cumprimento de seus deveres, especialmente nos primeiros meses, estão a dificuldade no acesso das informações oficiais e os ataques e hostilizações sofridos, especialmente por parte do Governo.

As notícias diárias sobre o Coronavírus mudaram também a programação de muitas emissoras de Televisão, que inseriram quadros específicos para tratar do Coronavírus, construindo tramas narrativas que partem desde explicações científicas sobre a doença, até suas consequências no âmbito social e econômico. Segundo Michel Ribeiro (2020, s/p), as mídias tradicionais retomaram seu protagonismo a partir da cobertura jornalística da pandemia, recuperando também o caráter de confiabilidade das notícias, especialmente por “grande parte da população, em condição de isolamento social, perceber que redes como Facebook, Instagram e WhatsApp potencializaram a disseminação de Fake News durante a crise do novo Coronavírus”. Esse *acontecimento extremo* reforça regras e conhecimentos básicos do campo do jornalismo necessários para a sua cobertura, mas principalmente provoca os profissionais. Só situá-lo no tempo e no espaço, procurar suas causas, imaginar suas consequências futuras, seguir os dois lados da história e inserir fontes determinadas, não basta. A pandemia do Coronavírus não é apenas uma crise sanitária a ser narrada pelo jornalismo, pois ela atravessa os campos social, econômico, jurídico, ambiental e toda complexidade que o fenômeno instaura no país, especialmente levando em considerando as singularidades e a diversidade social característica do Brasil.

Ou seja, não é apenas retomar os princípios básicos de apuração dos fatos, o leque de fontes e cuidado redobrado com a confiabilidade informação que o jornalismo precisa. Nesse sentido, Michel Ribeiro destaca:

Tanto quanto opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, o papel social do jornalismo contemporâneo é o de combater a silenciosa rede de notícias falsas que se prolifera e confunde o público num momento tão delicado em que vivemos. Além de ir fundo na busca da verdade, vale ressaltar a importância do trabalho intelectual na conscientização da população para que todos tenham acesso a informações claras, concisas e de qualidade. É justamente a palavra ‘qualidade’ que difere o trabalho jornalístico sério da superficialidade de publicações instantâneas (RIBEIRO, Michel, 2020, s/p).

Ainda neste contexto do jornalismo cumprir seu papel frente à sociedade e ao acontecimento, instituições lançam projetos e iniciativas para colaborar com a cobertura da pandemia, especialmente por se tratar de um fenômeno singular que traz mais perguntas do que respostas. Destacamos alguns exemplos. O primeiro trata-se de um curso oferecido pelo Centro Knight de Jornalismo nas Américas da Universidade do Texas, em Austin, em parceria

com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas, com o tema “Jornalismo na Pandemia: Cobertura da Covid-19 agora e no futuro”. O treinamento foi realizado em maio de 2020, de modo online e gratuito, e teve como pauta os conhecimentos necessários para realizar uma cobertura jornalística da pandemia, além de abordar os impactos e consequências na economia, saúde e outros setores da sociedade. Ministrado pela jornalista de ciência e palestrante Maryn Mckenna, o curso foi dividido em módulos que abordaram *a)* as pandemias e desastres do século XX; *b)* a cobertura do novo Coronavírus nos dias atuais, seus impactos econômicos e na saúde, e a liberdade de imprensa; *c)* vacinas, testes e tratamentos; e *d)* o período pós-vírus, como a pandemia mudou a história do mundo e os caminhos de agora em diante. Maryn Mckenna é jornalista, com publicações em veículos como The New York Times Magazine, The New Republic, National Geographic, Mother Jones, Newsweek, NPR, Smithsonian, Scientific American, Slate, The Atlantic, Nature e The Guardian.

O segundo exemplo é o manual “Periodismo em tiempos de #Covid19, Guía Latinoamericano de Cobertura”, do projeto Voces del Sur (VDS), que conta com dez organizações da sociedade civil que defendem a liberdade de expressão. São elas: Fórum de Jornalismo (FOPEA) da Argentina, Associação Nacional de Imprensa (ANP) da Bolívia, Fundamedios, do Equador, Comitê de Expressão Livre (C-Libre) de Honduras, Peru e Venezuela com o Instituto de Imprensa e Sociedade (Ipys), Centro de Arquivos e Acesso à Informação (Cainfo) do Uruguai, a Fundação Violeta Barrios de Chamorro da Nicarágua, Fundação Demos da Guatemala e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Abraji, no Brasil. Para o guia, o jornalismo assume um papel fundamental no “gerenciamento de crises de saúde e alertas globais, como o atualmente em andamento em torno do coronavírus. O trabalho da mídia influencia a geração de confiança na população; mas, também, não se comunicar adequadamente produz desconfiança e medo” (GUÍA LATINOAMERICANA DE COBERTURA, 2020, p. 3). Por isso, o projeto Voces del Sur criou o Guia com o objetivo de ser um conteúdo livre para consulta dos profissionais jornalistas que estão na linha de frente da cobertura da pandemia do Coronavírus. A imprensa latino-americana, relata o Guia, vem multiplicando esforços, e:

Algumas mídias se adaptaram ao teletrabalho para garantir a proteção de seus jornalistas. Em situações de emergência e crise, a imprensa tem a responsabilidade de denunciar sem cair em especulações ou declarações que podem alarmar o público e gerar pânico coletivo. Você precisa criar manchetes precisas, criar histórias contextualizadas e usar imagens corretas para divulgação. Existem questões locais que, com diretrizes claras, influenciam a sociedade e, ao mesmo tempo, combatem o

fenômeno de desinformação. (PERIODISMO EM TIEMPOS DE #COVID19 - GUÍA LATINOAMERICANA DE COBERTURA, 2020, p. 3).

No contexto acadêmico, observamos outro exemplo de guia elaborado pelo Observatório da Ética Jornalística (objETHOS<sup>12</sup>), o “Guia de Cobertura Ética da Covid-19”. O material, disponibilizado em formato PDF e para download gratuito no site do objETHOS, reúne recomendações que contribuem na busca por coberturas éticas e responsáveis do Coronavírus. O guia está dividido em quatro partes: Apresentação; Cuide da Informação; Cuide das Fontes; e Cuide de Si. No decorrer das páginas, o projeto chama a atenção para aspectos práticos, sinalizando as formas que julgam mais adequadas, humanas e equilibradas para a produção e transmissão de informação no contexto da pandemia. Conforme diz o Guia, “Entendemos que noticiar a maior pandemia do nosso tempo é complexo e desafiador. Isso requer coragem e sensibilidade, firmeza e empatia, sem nunca renunciar ao rigor de apuração e à capacidade narrativa” (Guia da Cobertura Ética da Covid-19, 2020, p. 4).

Em âmbito nacional, observamos alguns movimentos tanto da mídia hegemônica quanto dos portais de jornalismo independentes para transformar a cobertura habitual e individual, em narrativas coletivas e compartilhadas entre si. É o caso do “Consórcio de veículos de imprensa”, uma parceria que une os seguintes veículos de comunicação: G1, O Globo, Extra, O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e UOL. Em junho de 2020, eles passaram a trabalhar de forma colaborativa com o objetivo de reunir informações dos 26 estados brasileiros, mais Distrito Federal, para divulgar à população a evolução do Coronavírus no país, atualizando o número de óbitos provocados pela Covid-19, números de casos confirmados e recuperados, dos testes negativos e outras informações referentes à pandemia.

Embora parte do jornalismo brasileiro, através de diferentes veículos de comunicação hegemônicos, tenham adotado novas estratégias e novos caminhos para construir a cobertura da pandemia do Coronavírus, nas muitas narrativas em torno do primeiro ano do acontecimento são os números que assumem o papel principal nas informações. O número de óbitos, o número de casos confirmados, o número leitos clínicos e de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) disponíveis, a ocupação crescente nos Hospitais, os valores e recursos

---

12 O objETHOS é uma realização do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (POSJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. O projeto tem como objetivo realizar o acompanhamento e monitoramento da ética praticada por jornalistas e meios de informação. Sua equipe é formada por pesquisadores experientes de cinco reconhecidas universidades brasileiras (UFSC, UFF, UFPR, UFPel e UFBA), e por pesquisadores em formação, em nível de doutorado, mestrado e graduação. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/expediente/>. Acesso em: 10.ago.2020.

destinados às ações de enfrentamento da doença, a falta desses mesmos valores e suas consequências, entre outras coisas. Do ponto de vista do discurso jornalístico, tais informações são essenciais para a construção de notícias e reportagens, e para a compreensão da pandemia por parte da população que acompanha sua evolução. Aos poucos, jornais e portais noticiosos vão percebendo que por trás dos números há pessoas, há histórias, há vivências e experiências diferentes, que não podem ser generalizadas e suas consequências apresentadas como absolutas para a população brasileira. Márcia Amaral (2020) observa que há um certo redirecionamento em relação à cobertura da grande mídia:

Mesmo que essas grandes empresas de comunicação tenham apoiado o projeto do governo e suas medidas econômicas, obrigam-se agora a dar um passo atrás e a defender, por exemplo, verbas para a pesquisa e a cobrir parte das vulnerabilidades sociais no Brasil. Por um lado, temos uma cobertura direcionada totalmente às classes média e alta, até porque, no caso da covid-19, há uma camada da população que pode se proteger mais do que as demais. Aí cabe o discurso de que não contrair o vírus só depende de nós, ou seja, há culpabilização antecipada dos futuros afetados. Há uma grande dificuldade tanto do jornalismo como da comunidade científica de elaborar um discurso que leve em conta as experiências da maioria da população. [...] Ainda de maneira incipiente, e também não sabemos por quanto tempo, algumas matérias jornalísticas passam a abordar a dura realidade das zonas periféricas, das comunidades indígenas e dos marginalizados de maneira geral. Mas tratam-se de matérias sobre essas comunidades, e não de matérias para estas comunidades. (AMARAL, Márcia, 2020, s/p)

Para a autora, a cobertura da pandemia do Covid-19 traz ao jornalismo uma grande oportunidade não só de encarar os problemas do país, como também de encontrar formas originais para debatê-los e enfrenta-los. É seguindo essa perspectiva, de transformação e novas visadas narrativas, que observamos uma iniciativa de produção de informação colaborativa, mas, dessa vez, trata-se de portais e organizações independentes e em rede: a “Covid-19: cobertura especial” que privilegia o enfoque de gênero e suas interseccionalidades. O projeto é uma iniciativa da *startup* Gênero e Número, e conta com a participação de Revista AzMina, data\_labe e Énois. A cobertura especial “Covid-19” tem como foco a produção de informação sobre a pandemia a partir de categorias sociais, como classe, gênero e raça. E esta pesquisa tem como foco as narrativas produzidas por essa cobertura. Nosso trabalho tem como base para análise os conteúdos produzidos e divulgados por essa iniciativa durante o primeiro ano da pandemia do Coronavírus no Brasil, de março de 2020 a março de 2021. Nosso interesse se insere no acontecimento a partir da vivência da crise sanitária/pandemia e seus impactos na vida em curso de diferentes mulheres no Brasil. E, neste primeiro ano, as vivências e experiências foram muitas, e as narrativas sobre elas também.

### 3.2 “ESPECIAL COVID-19”: A COBERTURA JORNALÍSTICA COLETIVA E COLABORATIVA

A produção jornalística independente no Brasil não é uma prática recente, mas é inegável que tais iniciativas passaram a ter mais visibilidade com os avanços tecnológicos e a difusão online. Especialmente após as manifestações de 2013, que reuniram milhares de brasileiras/os através de protestos organizados pelas redes sociais, as organizações de mídia e portais de notícias mudaram suas formas de produzir e interagir com o público, ficando mais evidente sua atuação na sociedade e na produção de informação. Há uma emergência de veículos alternativos digitais que buscam uma transformação, tanto nas práticas de produção como no resultado final, ou seja, a própria notícia. Roseli Fígaro (2014, p. 34) observa que “a convergência entre mídias e a transmidiação emergem como práticas de interação e produção discursivas que transgridem as formas tradicionais de produzir e ler a notícia”.

O conceito de jornalismo independente vem figurando como objeto de estudo de diversas pesquisas no campo da comunicação. Não há, contudo, uma definição consensual sobre a prática, mas sim reflexões que indicam quais as diferenças e modos de configuração desta forma de jornalismo, conforme demonstra Vanessa Oliveira (2021) ao realizar, em sua tese de doutorado, uma revisão sobre o termo jornalismo independente. Segundo a autora:

Silva (2017), ao olhar especificamente para o fenômeno do jornalismo independente no Brasil, delimita uma forma para essa prática, em relação aos seus conteúdos. Destaca um conjunto de bandeiras, valores e compromissos éticos específicos, como direitos humanos, direito à cidade, pluralidade, igualdade de gênero, questão racial, democratização da mídia, empoderamento feminino e até uma crítica à globalização. [...] Já Patrício e Batista (2017) entendem a independência dos nativos digitais justamente pelo viés da independência econômica, a partir da sua autossustentabilidade, e também por não possuírem vínculo com os grandes grupos midiáticos (OLIVEIRA, Vanessa, 2021, p.98 -100).

Nesse contexto, as organizações de mídias (e *startups*) independentes de jornalismo, atuam a partir do financiamento coletivo e com nichos temáticos direcionados a públicos específicos. A produção jornalística viabilizada através do financiamento coletivo (ou *crowdfunding*<sup>13</sup>) possui o caráter investigativo como característica essencial, além de ser, em grande maioria, regionalizada e tematizada.

---

<sup>13</sup> O crowdfunding é um elemento significativo do processo de midiatização contemporâneo e possui sempre uma base cultural, conforme indicam Saad e Felitti (2015). Ainda, “seja como uma modalidade de financiamento cultural – já que a maioria das proposições origina-se deste campo, seja como movimento de base coletiva, é quase que direta a relação entre crowdfunding e cultura” (SAAD; FELITTI, 2015, p. 117). A prática também convoca o profissional jornalista a assumir novas atribuições e experiências.

A independência no campo jornalístico pode ter diferentes significados conforme o contexto e espaço em que está inserido. As mídias independentes criam um distanciamento do campo hegemônico, não apenas nas rotinas de produção ou nas práticas, mas possibilitam “um jeito diferente de fazer o jornalismo, onde as regras do mercado e da indústria convencional não aprisionariam a criatividade e a liberdade autoral dos produtores” (ASSIS, Evandro, *et. al.*, 2017, p. 7), em coberturas de fenômenos específicos, essa característica se sobressai ainda mais. Ainda, para os autores, só é possível afirmar a independência real de um meio ao estudar e analisar os seus contextos (ASSIS, Evandro, *et.al*, 2017).

A perspectiva de gênero (e interseccionalidades como raça e geração, por exemplo), e as reflexões levantadas pelos movimentos feministas, influenciaram o surgimento de alguns portais noticiosos e iniciativas de mídia que produzem jornalismo a partir de propostas diferenciadas e inovadoras, e que também têm o financiamento coletivo como ponto central para sua existência. A Agência Pública, Agência de Jornalismo Investigativo sem fins lucrativos, realizou um levantamento com o objetivo de mapear as organizações de jornalismo independente ativas no Brasil. O resultado revelou 79 organizações presentes em 12 estados brasileiros, quase metade concentrados no estado de São Paulo. Do total, “32 têm caráter comercial, e 47 são sem fins lucrativos. Dos 57 veículos que possuem alguma forma de financiamento, 35 mencionaram fontes de renda variadas e 22, somente uma. As 22 outras organizações ainda não contam com financiamento” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016)<sup>14</sup>. Ainda conforme a Pública, de 2013 para 2014, a fundação de novas organizações saltou de cinco para 18 (*ibidem*).

Durante a realização da pesquisa, a Pública estabeleceu critérios para selecionar quais organizações comporiam o Mapa do Jornalismo Independente no Brasil, e selecionou apenas as que iniciaram no ambiente online, não ligadas a grandes organizações de mídia, políticas ou empresas, e que fossem fruto de projetos coletivos. Além disso, o levantamento não incluiu Blogs, pois a Pública os considerou como iniciativas individuais de tom pessoal, que se afastam da prática jornalística, e não tem como objetivos tornarem-se organizações autossustentáveis. Das 79 iniciativas mapeadas, sete são descentralizadas, fator ligado a sua criação em rede, e não possuem apenas um local de fundação, ou seja, reúnem integrantes de diferentes estados e até países.

Entre as 79 organizações de jornalismo independente mapeadas pela Agência Pública, oito trabalham especificamente com a produção de informação a partir de perspectivas de

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 12.mai.2020

gênero e feministas. São elas: Think Olga; Revista Capitolas; Portal Catarinas; Nós, mulheres da periferia; Gênero e Número; Revista Az Mina; Cientista que virou mãe e Lado M. Ao refletir sobre as propostas de discursos localizados, baseados em práticas discursivas que possuem sua maneira própria de dizer algo, Gabriela Schander e Daiane Bertasso (2019, p.1) entendem que “veículos jornalísticos com perspectiva de gênero constroem diferentes leituras afirmadas nas escolhas que envolvem o processo de produção, como as questões dos valores-notícia, as subjetividades e o próprio fazer jornalístico”. Na busca por abalar as normas e regras hegemônicas do campo, que criam desigualdades ao desconsiderar as reflexões sobre as questões identitárias e de gênero, surgem novos posicionamentos no modo de fazer jornalismo, especialmente no meio digital.

Durante a pandemia do Coronavírus, muitos desses portais e organizações de mídia buscaram inserir uma nova perspectiva na cobertura jornalística deste que é considerado um acontecimento extremo, e que tem ocupado as capas de jornais de todo país desde que teve início, em março de 2020. Um exemplo é a união de um grupo de veículos de jornalismo independente que lançou um projeto de produção de informação colaborativa e coletiva sobre a pandemia, a cobertura “Especial Covid-19,”. Gênero e Número, Revista Az Mina, data\_labe e Énois se uniram nessa iniciativa para realizar uma cobertura jornalística com foco em gênero e suas interseccionalidades. Os conteúdos são distribuídos em Newsletter e reportagens especiais repostadas nos sites das organizações participantes do projeto. A cobertura tem como foco mostrar o que é central na vida de mulheres negras e indígenas, mães e trabalhadoras informais neste momento de pandemia mundial.

Segundo informações de apresentação do projeto, o objetivo é colocar no centro das discussões “questões que sejam de amplo interesse público – uma vez que essas mulheres são a maior parte da população brasileira – e que, por ora, ainda estão fora da cobertura da grande imprensa, onde a prioridade é o debate sobre saúde pública” (COVID-19, Cobertura Especial, 2020). As produções são publicadas nos sites de AzMina, data\_labe, Énois e Gênero e Número. Percebemos, no entanto, que em G&N o especial ganha mais espaço, com uma seção separada para todos os conteúdos e reportagens que estão sendo produzidos no decorrer da iniciativa. Giulliana Bianconi, Cofundadora e Diretora da organização, destacou que a Cobertura Especial foi uma iniciativa da G&N (2020, Entrevista à autora). Consideramos assim que Gênero e Número está à frente da cobertura, também por levarmos em consideração sua estrutura como organização de mídia, que se diferencia do formato de Revista Digital (AzMina), Laboratório de dados (data-labe) e Agência/laboratório de Jornalismo (Énois).

Deste modo, optamos por seguir a linha cronológica do acontecimento pandemia do novo Coronavírus, a partir da Cobertura Especial “Covid-19”, tendo como base para a construção do *corpus* de pesquisa as reportagens publicadas no site de G&N. A escolha se deve também por uma questão de organização da pesquisa, considerando que as reportagens são republicadas pelos veículos de jornalismo envolvidos na cobertura especial, e tendo em vista que nos demais sites não há uma seção separada como em G&N, mas conteúdos localizados por TAG’s como #coronavírus #covid, ou em subdivisões de seções. Consideraremos para a análise as reportagens do projeto publicadas de março a agosto de 2020 no site da G&N. Esta data foi escolhida em função de uma limitação temporal, visto que esse é um fenômeno ainda em andamento, e essa pesquisa precisa respeitar uma data viável para que possa ser realizada adequadamente, respeitando um cronograma para término desta etapa da pesquisa. Deste modo, nosso olhar para cobertura da pandemia é também um recorte, ou seja, vamos olhar para esse projeto em um momento e um foco específicos.

Figura 2: Seção "Covid 19, Cobertura Especial



Fonte: Gênero e Número.

A seguir, apresentamos brevemente as organizações de mídia que fazem parte do projeto “COVID-19, Cobertura Especial”.

### 3.2.1 G&N e o jornalismo em perspectiva de gênero

A Gênero e Número (G&N), uma organização de mídia independente de jornalismo de dados com enfoque em gênero, surgiu em 2016 com o propósito de dar visibilidade às questões que considera relevante para o debate sobre a equidade de gênero. A G&N tem o jornalismo de dados como “carro chefe” da produção de conteúdo, e se define “como startup e organização de mídia independente que valoriza a inovação nas práticas e na forma de se relacionar com as audiências, abraçamos com entusiasmo plataformas online e presenciais e formatos diversos para expandir debates e narrativas” (GÊNERO E NÚMERO, 2019, S/N)<sup>15</sup>.

Gênero e Número diz atuar a partir da diversidade e transparência como valores que guiam o trabalho jornalístico, além de afirmarem que a independência editorial é algo inegociável para a equipe.

A Gênero e Número é apartidária, propõe-se a aprofundar temas principalmente relacionados a uma agenda de direitos a partir de dados e de vozes legítimas e comprometidas com o diálogo amplo que a democracia pressupõe. Acreditamos que nosso trabalho é extremamente relevante num país onde a qualidade do debate sobre gênero precisa melhorar, onde diversos dados importantes ainda não têm a visibilidade e discursos radicalizados têm se sobreposto à informação verificada e de qualidade. É comum que se confunda esse jornalismo de nicho com ativismo, mas a nossa missão é produzir jornalismo plural e preciso. (GÊNERO E NÚMERO, 2019, S/N).

A sede da organização de mídia independente está localizada no Rio de Janeiro, e conta com colaborações constantes de jornalistas, programadores/as e designers vivendo em outras regiões. Atualmente a equipe é composta por dez profissionais, que além das jornalistas inclui Socióloga, Designer, Cientista Social e Assistente Administrativa. Também fazem parte da organização sete conselheiros consultivos que atuam em diferentes campos (terceiro setor, mídia, mercado e academia), e são chamados para expor suas visões e expertises nas discussões sobre diferentes temáticas, além de eventualmente votarem sobre questões de maior abrangência para o desenvolvimento da organização.

O jornalismo de dados desenvolvido pela G&N é possível a partir de bases construídas ou abertas, organizadas pela equipe de profissionais da mídia independente. O objetivo principal é extrair o máximo de informação importante e relevante para cada tema apresentado e que atendem à proposta editorial. De acordo com Andrielle Guilherme et. al

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.generonumero.media/institucional/>. Acesso em: 8.jan.2020.

(2019), dados como os obtidos e apresentados pela organização podem ajudar a subsidiar a construção de políticas públicas no país.

A análise de dados é orientada para produção de conteúdo disponível no site, e também para produções restritas a assinantes. Na área destinada aos dados em Gênero e Número, também são incluídas pesquisas e publicações com rigor acadêmico, ou seja, além das produções jornalísticas, o site incorpora trabalhos e resultados obtidos a partir de pesquisas desenvolvidas em universidades e instituições de ensino.

O modelo de negócios de G&N passa pelos leitores (as), visto que são eles que apoiam o trabalho a partir do financiamento e, além disso, também recebe doações de organizações filantrópicas e pessoas físicas. A *startup* mantém um sistema de assinatura de newsletter Premium, e de apoiadores que podem contribuir com valores a partir de R\$12. Quem realiza a doação de mais de R\$50 por mês é considerado assinante engajado, conforme explicam Andrielle Guilherme et.al (2019, p. 264), e além de receber os editoriais por e-mail, também é convidado a participar das atividades organizadas por Gênero e Número, tais como “encontros virtuais com jornalistas e colunistas; sessões especiais de exibição dos minidocumentários produzidos pela Gênero e Número; palestras; cursos; encontros. Também recebe desconto nas inscrições em eventos em que a gratuidade não é possível”, além de visitas a redação da G&N. A “receita” também é conquistada a partir de eventos relacionados a temas considerados relevantes para o cenário da equidade de gênero, por meio do desenvolvimento de certas tecnologias, como aplicativos, e publicações impressas ou digitais.

Na página inicial, dez seções separadas por categorias reúnem conteúdos com a mesma temática, são elas: Trabalho, Política, Direitos Reprodutivos, Cultura, Ciência e Educação, Violência, Esporte, Mobilidade, Latinoamérica e Justiça. Além das notícias compartilhadas diariamente, o sumário encontrado no site da G&N permite que os leitores (as) naveguem pelas seções *Histórias*, *Edições*, *Vídeos*, *Entrevistas* (área editorial), *Dados de Bolso*, *Dados Abertos* (área dados), *Diálogos GN*, *Republique* (área de cursos e eventos), *Sobre*, *Conselho Consultivo e FAQs*. Também é possível acessar a seção “Coordenadas Políticas”, que apresenta notícias e grandes reportagens multimídias; e a área “DOC GN”, com a produção de conteúdo audiovisual, como reportagens, séries e documentários, que buscam aprofundar o debate sobre gênero, raça e direitos no Brasil, apresentando questões e personagens invisibilizadas e silenciadas através de narrativas que buscam inspirar a reflexão e inspirar a empatia.

Segundo Andrielle Guilherme et.al (2019, p.275) a produção de conhecimento da Gênero e Número “vem contribuindo para o combate à invisibilidade não só de dados, como

também de estratégias que favorecem a emergência de soluções coletivas para problemas vividos na esfera individual”. Ainda, a utilização das plataformas midiáticas no processo de disseminação das narrativas em perspectiva de gênero e comprometida com o enfrentamento das desigualdades é também um processo de alfabetização midiática e um movimento de reivindicação de voz às mulheres antes silenciadas.

Na cobertura especial “Covid-19”, G&N é quem está à frente do projeto e surgiu com a iniciativa. Gênero e Número também figura com mais conteúdos produzidos e em parceria com as demais organizações participantes, dando voz e espaço às experiências de diversas mulheres. Contudo, a construção de toda a Cobertura Especial é colaborativa, e envolve profissionais de outras organizações de mídia. A seguir, apresentamos as parceiras do projeto “Covid-19”:

#### **A) Revista AzMina**

A Revista AzMina, criada em maio de 2015 através de um projeto de financiamento coletivo, surgiu com a proposta de ser “uma fonte de informação e educação feminista e independente” e “uma publicação online e gratuita para mulheres de A a Z”<sup>16</sup>. A revista é um projeto da ONG AzMina, uma instituição sem fins lucrativos, que busca através da cultura e da informação alimentar o debate e empoderar mulheres, especialmente para combater as diversas violências que atingem as mulheres brasileiras.

A ONG se mantém com a promoção de palestras, consultorias e cursos, e com a revista que passou a ser “o carro-chefe da associação para o jornalismo investigativo funcionando por meio de crowdfunding, assinaturas, recursos de editais e fundações de apoio” (SCHANDER, Gabriela; BERTASSO, Daiane, 2019, p.43). Esse modelo de “negócios” de mídia acaba influenciando diretamente os modos de produção de conteúdo jornalístico, como relatou Carolina Oms, cofundadora e diretora executiva da ONG, em entrevista às autoras Daiane Bertasso e Gabriela Schander:

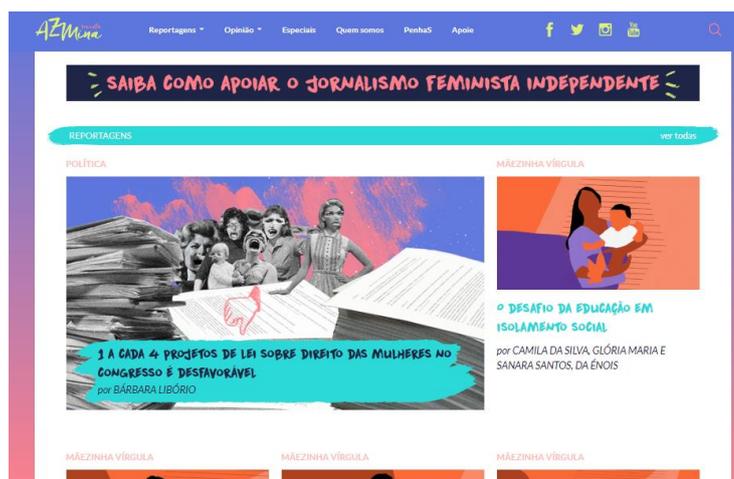
Tem diferença de trabalhar sem a preocupação dos anunciantes porque mesmo quando você se propõe, como as revistas femininas hoje se propõem, a falar de feminismo, não adianta você se dizer feminista, mas continuar reforçando os mesmos padrões de moda e beleza do resto das páginas que não são reportagens. Isso oprime e cria padrões inatingíveis do mesmo jeito, e a gente não faz isso na revista, a gente fala de todos os corpos, todas as vivências, todos os espectros e também por essa questão dos anunciantes. (SCHANDER, Gabriela; BERTASSO, Daiane, 2019, p.43 ).

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://azmina.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 25.jun.2020

Segundo Heloisa Santos (2019, p.17)<sup>17</sup> a revista AzMina “se propõe a gerar a transformação social de forma mais participativa, mobilizando por meio da conscientização e de ações próprias”.

Figura 3: Página inicial do site da Revista AzMina



Fonte: AzMina

A divisão da revista AzMina acontece a partir das seções “Reportagens”, “Especiais” e “Opinião”. Nas subdivisões, é possível encontrar colunas que tratam de temas como Mulheres Negras e Feminismos Negros, Mulheres Transgêneros e ainda Relatos Pessoais (“Divã d’AzMina”). As reportagens abordam diferentes e variados assuntos, pautando especialmente assuntos relacionados à saúde, corpo e sexualidade. Além disso, a seção “Especiais” apresenta reportagens investigativas em profundidade.

Em relação à cobertura especial “Covid-19”, os conteúdos podem ser encontrados na seção “Instituto AzMinA”, divisão “Projetos”, subdivisão “Cobertura do Coronavírus”. Neste espaço, além de explicar os pilares e o funcionamento da iniciativa, a revista lista todas as reportagens produzidas pelo projeto. Ainda, conforme descreve AzMina, dentro os assuntos abordados pela cobertura está o tema da saúde pública, mas com foco na perspectiva transversal que aborda gênero, raça e território, para tratar dos impactos e consequências do Coronavírus “em assuntos como acesso a direitos reprodutivos, violações de direitos de mulheres encarceradas, os desafios de trabalhadoras moradoras de favelas ao acesso à

<sup>17</sup> SANTOS, Heloisa Souza dos. “Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista: análise do Think Olga e Revista Azmina”, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2019.

informação e serviços públicos, impactos econômicos em territórios populares e racismo ambiental” (Revista AzMina, 2020, COVID-19, Cobertura Especial). Ao refletir sobre o discurso de AzMina, Gabriela Schander e Daiane Bertasso (2019) concluem que o jornalismo da revista e seu viés de gênero representam um potencial transformador em muitos conteúdos produzidos.

## B) data\_labe

Um laboratório de dados e narrativas na favela da Maré – Rio de Janeiro, esse é o data\_labe. Criado em 2015 nas dependências do “Observatório de Favelas”, e em parceria com a “Escola de Dados”, o Laboratório se estabelece atualmente como organização autônoma e autogerida. Conforme o data\_labe, as ações “são organizadas em três eixos: jornalismo; formação; e monitoramento e geração cidadã de dados”<sup>18</sup>.

As questões do imaginário construído sobre a cidade e seus habitantes estão no centro dos projetos desenvolvidos pelo data\_labe. Desde seu surgimento, o laboratório já desenvolveu reportagens, consultorias, relatórios analíticos, oficinas e eventos que levam em consideração “as potências e complexidades dos territórios populares e de seus moradores”. No site, além das reportagens também seções de conteúdos em Podcast e Mapas interativos.

Figura 4: Página Inicial do site do data\_labe



Fonte: data\_labe

A equipe conta com jornalistas, designers, gestores e “pesquisadores de origem popular que acreditam no futuro democrático a partir de narrativas dissonantes e diversas”

<sup>18</sup> Disponível em: <https://datalabe.org/sobre/>. Acesso em 27. Jun. 2020.

(data\_labe, “Quem somos?”, documento virtual não paginado). Os conteúdos produzidos estão sempre disponíveis no site<sup>19</sup> do laboratório, e são encaminhados para uma rede de newsletter, serviço disponível para assinatura, e estão disponíveis nas redes sociais Twitter, Instagram, Facebook e Médiun.

### **C) Énois, Escola de Jornalismo**

Fundada em 2009 pelas jornalistas Amanda Rahra e Nina Weingrill, a Énois surgiu por meio de um trabalho voluntário no Capão Redondo, conhecido a época como um dos bairros mais violentos da periferia de São Paulo. Atualmente Énois é conhecida como a Escola Livre de Conteúdo Jovem, que através do jornalismo estimula os jovens a pensarem sobre suas comunidades e realidades. O projeto da escola foi constituído em 2012 com o propósito de formar alunos do Ensino Médio a partir das ferramentas do jornalismo e da pesquisa e, assim, estabelecer um diálogo com a educação. Em 2014, as jornalistas fundadoras do Énois criaram a primeira escola online de jornalismo do Brasil voltada ao público jovem.<sup>20</sup>

Na Escola de Jornalismo, os cursos são gratuitos e apresentados a partir de videoaulas, com instrutores especialistas e tutoriais para passar os materiais utilizados, buscando uma linguagem inovadora para a educação online. De acordo com dados da Énois, aproximadamente 70% dos jovens que participaram da formação presencial cursam atualmente uma faculdade (com o PROUNI). “Destes, metade trabalha com jornalismo ou na área de comunicação de empresas, agências, ONGS e fundações privadas. Muitos possuem projetos próprios e de atuação local – com coletivos formados também por outros jovens” (Énois, “Como tudo começou”, documento virtual não paginado). Além disso, Énois produz regularmente reportagens e projetos sobre consumo, violência contra jovens da periferia, política para jovens, entre outros temas.

---

<sup>19</sup> <https://datalabe.org/sobre/>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://enoisconteudo.com.br/como-tudo-comecou/>. Acesso em: 28.jun.2020.

Figura 5 Página inicial do site da Escola de Jornalismo Énois



Fonte: Énois

Na cobertura especial Covid-19, além de compartilharem as reportagens produzidas pelo projeto, encontradas a partir da TAG #EspecialCovid<sup>21</sup>, a Escola de Jornalismo Énois também lançou uma biblioteca no WhatsApp, onde convida lideranças comunitárias de diversos territórios para receber e compartilhar informações que são checadas sobre o novo Coronavírus.

Após a apresentação do projeto Covid-19, estabelecemos que o *corpus* de pesquisa será composto pelos conteúdos publicados de março de 2020 a março de 2021. Na plataforma de Gênero e Número há um espaço separado para todas as reportagens da cobertura especial, disponível desde o dia 19 de março, data inicial do projeto. Contudo, para compreendermos o que é uma cobertura jornalística em perspectiva de gênero, precisamos primeiro discutir sobre como analisar tais questões, ou seja, questões de gênero e suas categorias sociais. Por isso, buscamos o apoio teórico-metodológico tanto do campo da comunicação e jornalismo, quanto dos Estudos de Gênero e Estudos Culturais Feministas. Só assim, pensamos ser possível compreender a complexidade das experiências que constituem os acontecimentos e que são configuradas em narrativas jornalísticas com real poder de transformação social, política e cultural.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://enoisconteudo.com.br/2020/04/14/especialcovid/>. Acesso em: 26.jun.2020

## 4 ARTICULANDO MÉTODOS E EPISTEMOLOGIAS ENTRE JORNALISMO E FEMINISMOS

Construir narrativas é construir (e compartilhar) experiências temporais, que afetam as pessoas de diferentes modos. Nos capítulos anteriores buscamos todos os aportes que consideramos necessários para entender nosso objeto de estudo: as narrativas jornalísticas feministas e interseccionais. Nosso esforço se constitui na defesa da importância em trazer uma verdadeira imbricação entre os campos em destaque aqui. Primeiro, ao olhar para o jornalismo, precisamos compreender as transformações que vêm ocorrendo com o passar do tempo, não apenas em sua prática, mas principalmente no âmbito acadêmico. Olhar o jornalismo pelo viés da narrativa é se atrever a superar visões consagradas sobre sua configuração. E, por falar em atrevimento, pensar a narrativa feminista no jornalismo exige de nós principalmente o questionamento da forma de produção do conhecimento e suas bases e valores, como neutralidade, imparcialidade e objetividade, valores os quais o campo do jornalismo também compartilha.

Assim, apresentamos nossa proposta metodológica, inspirada nos movimentos de Luiz Gonzaga Motta (2013), e nas contribuições epistemológicas feministas já apresentadas anteriormente, retomadas no item “4.1 Para uma análise feminista da narrativa jornalística”. Já no último item deste capítulo, apresentamos o *corpus* de pesquisa e mais detalhes sobre a construção das reportagens analisadas, dispostas em “4.2 Seleção e definição do *corpus*: as reportagens publicadas em G&N na seção Covid-19 - cobertura especial”.

### 4.1 ANÁLISE FEMINISTA DA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Iniciamos este item com o compromisso de seguir no pensamento e caminho epistemológico construído a partir de perspectivas diferentes, as quais consideramos de grande potencial, que vêm dos estudos em jornalismo, estudos feministas e de gênero, já apresentados anteriormente. Nossa proposta, no entanto, não é a de um modelo fixo e imutável, que pode ser aplicado em análises e pesquisas com a garantia de um mesmo resultado. Pelo contrário, adotamos aqui uma posicionalidade que nos coloca em relação direta com nosso objeto, valorizando a experiência, a subjetividade e parcialidade como vetores essenciais na construção do conhecimento científico. Para Rayza Sarmiento (2019, p. 108), assumir uma perspectiva feminista, que ilumina as “diferentes faces das vivências das mulheres (classe, raça, etnia, geração, região, sexualidade, dentre outras), pode colaborar para

a compreensão mais aguda sobre a forma como tais experiências são narradas e interpretadas pelas metodologias vigentes”.

Em sua proposta metodológica intitulada “roleta interseccional”, Fernanda Carrera (2021) demonstra a importância de identificar na análise que o objeto em estudo pode ser atravessado por diferentes opressões de gênero, classe, raça e outras categorias sociais que devem ser acionadas durante todo o percurso de pesquisa. A roleta é pensada a partir de duas etapas fundamentais. A primeira da conta de construir “a silhueta do objeto analisado a partir de oito categorias fundamentais (gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, peso, geolocalização e idade)”, enquanto a segunda “é o estudo da complexidade que envolve cada marcador relevante para o objeto e de seus atravessamentos e interseções” (CARRERA, Fernanda, 2021, p. 4) A autora também defende que o estudo em uma perspectiva interseccional deve se aprofundar no entendimento acerca das disputas, delineamentos e pressupostos “que regem estes marcadores em um dado contexto sociocultural e histórico, assim como os imperativos, os silenciamentos e os fatores impositivos, inclusive para o desenvolvimento do conhecimento sobre o tema” (ibidem). Deste modo, compreendemos que a interseccionalidade está alinhada à categoria experiência em uma perspectiva epistemológica, e, portanto, devemos acioná-la sempre que necessário durante o percurso de análise das reportagens selecionadas.

Fernanda Carrera (2021, p.4), afirma que uma “análise interseccional é, por definição, um manifesto para o reconhecimento das opressões e dos privilégios que acometem as diferenças”, e por isso, os estudos no campo da Comunicação têm como intenção “perceber as marcas destas flutuações e negociações na materialidade, nos processos e nas práticas comunicacionais, revelando como estes espaços também podem ser lugares de reforço e manutenção de desigualdades sociais”.

Compreendemos que nossa adaptação é singular, por olhar para um fenômeno específico que aqui nos interessa, mas ao mesmo tempo é coletiva, pois assim como outros movimentos de crítica feminista e propostas metodológicas vêm fazendo, questionamos os pilares do modelo tradicional de fazer ciência, ao passo que buscamos a devida valorização e legitimação desse movimento epistemológico. Essa é, em nossa opinião, uma das contribuições mais significativas das epistemologias feministas para repensar o jornalismo. Como destaca Margareth Rago (1998, p.373), o “feminismo tem produzido não apenas uma crítica contundente ao modo dominante de produção de conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nessa esfera”. Ainda, na visão da autora:

não é demais reafirmar que o principal ponto da crítica feminista incide na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, conforme apontam as feministas, os conceitos com que trabalham as ciências humanas são identitárias e, portanto, excludentes (RAGO, 1998, p. 374).

Essa é uma das mais importantes contribuições trazidas pelas propostas feministas, pois permite a “entrada de um novo agente epistêmico, que confere à subjetividade um lugar legítimo no fazer científico e dá corpo (e gênero) ao sujeito produtor(a) de conhecimento” (SARMENTO, Rayza, 2019, p.107). Seguir, portanto, o caminho de novas epistemologias feministas é aderir ao exercício de questionar os fundamentos da ciência atual, e propor uma nova relação para a teoria e prática no âmbito da pesquisa. Além disso, em uma análise feminista as categorias analíticas que assumimos devem ser instáveis, já que “teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos”. (HARDING, Sandra, 1993, p. 11).

Para alcançar esse objetivo, precisamos partir de algum lugar. Retomamos, então, nossa compreensão de que toda narrativa tem um propósito, portanto não é ingênua (Motta, Luiz Gonzaga, 2005). Diferente do que pretendem alguns estudos sobre a configuração narrativa no jornalismo, aqui esse propósito não precisa ser desvendado a partir de uma minuciosa e pragmática análise. Isto porque, nosso objeto empírico, a Cobertura Especial Covid-19, realizada coletivamente por organizações independentes de mídia, tem um objetivo claro e direto desde seu início, em março de 2020: uma narrativa em perspectiva de gênero, com foco em interseccionalidades como raça, classe e territorialidade.

Portanto, o que buscamos não é apenas desvendar as estratégias que ajudam a ordenar e dotar o acontecimento de sentido durante a composição da intriga. Mais do que isso, nossa pretensão é identificar quais possibilidades de transformação para a configuração da narrativa jornalística são abertas ao colocar em prática um olhar posicionado, e fundamentado nas experiências de mulheres e suas múltiplas realidades. Experiências individuais com dimensões temporais distintas, mas que ao serem narradas alcançam a coletividade. Além disso, nos interessa compreender como é realizada e o que é uma cobertura jornalística em perspectiva de gênero.

Recuperamos as categorias tempo e experiência por considerá-las fundamentais em nossa proposta: uma análise feminista da narrativa jornalística. De acordo com Elton Antunes (2014, p. 162), “qualquer informação jornalística supõe um saber encarnado na experiência, uma memória como condição de compreensão dos acontecimentos postos em tela e uma

expectativa de consequências, um horizonte para tais fatos”. Por isso, tal como Rayza Sarmiento (2019, p. 113), defendemos a possibilidade de, “a partir do diálogo com a epistemologia feminista, pensar a construção metodológica que leve em consideração a forma como desigualdades de gênero organizam as interações sociais e, conseqüentemente, a cobertura jornalística sobre uma série de temas”. Dessa forma, tomamos como base um protocolo metodológico proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013), a “Análise Pragmática da Narrativa Jornalística”. Partindo do processo formulado pelo autor, iniciamos nossas adaptações, propondo as categorias tempo e experiência como centrais, e seguindo o caminho das principais contribuições das epistemologias feministas, para analisar a série de reportagens publicadas pela Cobertura Especial Covid-19. Tais categorias também nos ajudaram a pensar a composição de questionários direcionados a todas as/os profissionais que atuaram na Cobertura Especial no período selecionado por essa tese.

Neste sentido, como movimento inicial, enviamos um questionário específico para a Gênero e Número, tendo em visto que é nela que nos concentramos para a captação das reportagens da cobertura, para que possamos caracterizar e compreender melhor as ações e objetivos da Cobertura Especial, e para captar dados que consideramos importantes sobre quem são essas/esses profissionais e quais experiências compartilham. Contudo, a única resposta que obtivemos a partir dos questionários foi da Cofundadora e Diretora da Gênero e Número, Giulliana Bianconi.<sup>22</sup> As respostas da profissional, tanto sobre a G&N como organização, quanto como sobre sua participação na cobertura especial, também nos ajudaram nas reflexões do próximo capítulo sobre os resultados da análise das reportagens selecionadas.

#### **4.2.1 Uma proposta metodológica**

Inspiradas nos movimentos e passos metodológicos propostos por Luiz Gonzaga Motta para uma Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, e ancoradas nas contribuições das epistemologias feministas, seguimos para a construção de um quadro de movimentos

---

<sup>22</sup> Embora de início as organizações participantes da cobertura especial tenham aceitado participar da pesquisa, não tivemos respostas dos questionários enviados. No trajeto da análise, em uma nova tentativa, enviamos um novo questionário para as três profissionais que mais produziram conteúdos para a especial covid-19, as quais aceitaram participar da pesquisa no primeiro contato estabelecido. No entanto, até a finalização desta tese, as profissionais (todas da G&N) não responderam os questionários, os quais foram enviados mais de uma vez. Sendo assim, não foi possível coletar essas vozes. Esse movimento seria importante para refletir sobre a construção de estratégias para além do que a análise da narrativa permite ver, ou seja, para perceber se a experiência e vivência das profissionais interfere ou não nas escolhas que resultam na construção narrativa, a partir do que suas respostas poderiam nos dizer ou não.

metodológicos que nos ajuda a compreender as estratégias que configuraram narrativas feministas e interseccionais na cobertura jornalística da pandemia do Coronavírus no Brasil. Em sua metodologia, Luiz Gonzaga Motta (2013, p.2) destaca que a narratologia, considerada a teoria da narrativa, é tanto um campo quanto um método para análise das práticas culturais. A narratologia “estuda os sistemas narrativos no seio das sociedades”, e também “procura entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, compreensão e expressão narrativa da realidade”. Conforme o autor, as ações temporais de passado, presente e futuro são integradas pela narrativa.

Os meios de comunicação configuram diferentes narrativas para despertar efeitos em suas audiências, pois sabem que suas experiências são construídas narrativamente. Quando partimos desse entendimento, conseguimos nos dar conta de que as narrativas midiáticas “não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013. p. 3). Portanto, as relações culturais estabelecidas no ato de narrar precisam ser consideradas pela análise, pois “as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira. Como analisar narrativas sem considerar tudo isso?” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013, p.121). Conforme destaca o autor, “as narrativas são relações argumentativas que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades, e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e poder”. (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013, p. 3).

Para realizar a análise pragmática da narrativa, Luiz Gonzaga Motta (2013) ressalta que o processo deve levar em consideração não apenas histórias completas e integrais, mas principalmente um conjunto disperso de notícias, publicadas isoladamente sobre um mesmo tempo, em uma determinada periodicidade. É função da analista reunir as notícias e criar uma narrativa completa, que passam a fazer parte de um acontecimento integral. É a partir da realidade manifesta em narrativas, reforça, que passamos a compreender o mundo e a construir nossas identidades e histórias, além de refletir sobre as dimensões temporais de passado, presente e futuro. “A análise deve, portanto, compreender as estratégias e intenções textuais do narrador, por um lado, e o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor, por outro lado” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013, p.3). Além disso, as narrativas jornalísticas devem ser observadas a partir de suas estratégias comunicativas, suas significações e jogos de linguagem. Para realizar essa tarefa, Luiz Gonzaga Motta (2013) propõe seis movimentos de análise que devem ser aplicados nas

narrativas em questão, não precisando obedecer a uma ordem lógica, ficando a critério da analista por onde começar. São eles: *1º movimento: Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico; 2º movimento: identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; 3º movimento:: a construção de personagens jornalísticas (discursiva); 4º movimento: estratégias comunicativas (divididas em a)estratégias de objetivação e b)estratégias de subjetivação: construção de efeitos poéticos); 5º movimento: a relação comunicativa e o “contrato cognitivo”; e 6º movimento: Metanarrativas - significados de fundo moral ou fábula da história.*

Apesar de observar que há “avanços que indicam uma criatividade própria do campo e a busca por uma melhor adequação metodológica ao objeto particular” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2017, p. 8), o desafio sempre estará no modo como operamos a análise da narrativa jornalística. Deste modo, levando em consideração e recuperando nosso objetivo central de compreender a configuração das narrativas jornalísticas feministas interseccionais, e também por já existir certa familiaridade com as narrativas, tendo em vista que estamos acompanhando a cobertura Especial Covid-19 desde seu início, optamos por tomar como base inicial os movimentos propostos pelo autor, mas adaptando ao nosso propósito de pesquisa, e conectando às bases teóricas que nos interessam e de onde partimos. Assim, além de realizarmos adaptações ao nosso objeto de estudo, nos arriscamos também a atualizar a nomeação dos movimentos utilizados, para que assim possamos nos aproximar daquilo que estamos chamando neste trabalho de uma *análise feminista da narrativa jornalística*.

Recuperamos alguns passos indicados pelo autor em seus movimentos, mas absorvendo algumas contribuições epistemológicas feministas, que direcionam nosso olhar para as questões de gênero e suas interseccionalidades, nas dimensões sociais, culturais e econômicas trazidas pela narrativa analisada. Optamos por experimentar a perspectiva interseccional aplicada à pesquisa em jornalismo, com foco na configuração narrativa, reconhecendo que seu uso ainda é incipiente nesta área (LAGO, Claudia et al., 2018). De modo geral, no campo da Comunicação, as pesquisas ora enfocam as relações raciais, ora as de gênero, sendo o cruzamento dos marcadores - gênero, raça e classe, muito recente (ESCOSTEGUY, Ana Carolina, 2020). Ao realizar um estudo sobre a imprensa negra e feminista, Flavia Rios e Viviane Gonçalves Freitas (2018, p. 41, grifos nossos) indicam que as análises vigentes acompanham, quase sempre, “*ou os estudos de gênero, em sua vertente sobre a análise feminista, ou os estudos sobre relações raciais, que aborda a imprensa negra e a mobilização do ativismo negro. No Brasil, são dois campos de estudos que andam em linhas paralelas, com raríssimos pontos de diálogo*”. Para Rayza Sarmiento (2020, p.33) as categorias

desenvolvidas pelos estudos feministas “podem, e devem, ser mobilizadas para o estudo dos meios de comunicação, seja para confirmar hipóteses ou documentar processos, visíveis na mídia, de mudança social. Sendo assim, reforçamos a pertinência da adoção do referencial interseccional como estratégia teórico-metodológica aliada aos passos da análise da narrativa jornalística, propostos nessa pesquisa. A partir da proposição de Luiz Gonzaga Motta (2013), apresentamos os movimentos elaborados por nós. Ressaltamos, porém, que a nossa proposta se trata de uma adaptação e, portanto, a descrição abaixo dos passos metodológicos já diz respeito aos movimentos aplicados na análise. A seguir, descrevemos as etapas e movimentos assumidos para esta pesquisa:

### **1º movimento - Dimensões temáticas do acontecimento**

A cobertura especial “Covid-19” realizada pela Gênero e Número, em parceria com as organizações Revista Azmina, Énois e data\_labe, tem como objetivo a produção de conteúdos informativos sobre a pandemia do Coronavírus no Brasil, sob a perspectiva de gênero e suas interseccionalidades. Por ser uma cobertura especial, há uma seção específica para a publicação de reportagens, não se tratando assim de histórias desconexas que vão surgindo ao longo de meses. Há certa cronologia na intriga, que vai sendo construída junto ao acontecimento real. No movimento proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013), é o analista que deve observar a recorrência de um mesmo tema em notícias isoladas, e identificar histórias que parecem desconexas e descontínuas, para então reconstituir de forma coerente a narrativa jornalística.

Neste caso, a identificação inicial da narrativa como um acontecimento específico, localizado em um determinado espaço e tempo, já está dada, visto que a estamos acompanhando em uma única plataforma de mídia, seguindo um caminho que possui um marco cronológico - o início da pandemia do Coronavírus. Contudo, não deixamos de ordenar os fatos, visto que a narrativa da “Covid-19” se constitui de forma plural. Ou seja, não estamos falando apenas de um enredo singular, mas de histórias em movimento, que ao serem narradas vão construindo novas intrigas. É por isso que neste primeiro momento nosso objetivo se concentra em descobrir quais são as conexões da narrativa em questão, ou seja, delinear as dimensões temáticas do acontecimento e sistematiza-las, afim de encontrar pistas sobre como as intrigas narrativas são configuradas.

Conforme Luiz Gonzaga Motta (2013, p.4), “na análise da narrativa jornalística é preciso, pois, conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativa

cronológico para compreender o tema como síntese”, e esse é o nosso primeiro passo. Neste movimento separamos as narrativas a partir de eixos temáticos, com o objetivo de identificar quais pautas são mais recorrentes, e em que medida elas vão ao encontro da agenda de questões proposta pelos movimentos e estudos feministas e de gênero. Assim, a partir do primeiro movimento de análise, torna-se possível identificar quais dimensões temáticas ajudam a configurar a narrativa feminista e interseccional sobre a Covid-19 no Brasil. Esse movimento é importante para que possamos compreender como o jornalismo pode utilizar pautas feministas como uma potente ferramenta no seu objetivo de contribuir com a construção social da realidade, já que por muito tempo a imagem da mulher na mídia passava por representações estereotipadas, e as pautas do “universo feminino” eram sempre as mais amenas e pertencentes ao espaço privado.

Ainda, segundo Luiz Gonzaga Motta (2013, p.5), este movimento permite identificar aspectos importantes sobre as estratégias narrativas utilizadas pelas jornalistas e os efeitos de sentido pretendidos com elas e, ao remontar a história, “permite a observação de um fundo de significações parciais da narrativa que modificam o objeto observado”, ou seja, nos permite dar contornos genéricos de como cada eixo temático foi tratado na narrativa como um todo, tendo em vista a impossibilidade de relatar em detalhes todas as dimensões da construção da intriga em cada reportagem separadamente.

## **2º movimento:** Estratégias Comunicativas

Em sua proposta original, esse movimento busca identificar os recursos e jogos de linguagem que camuflam a presença da narradora, já que na prática jornalística há um distanciamento do quem narra, e também reconhecer seus dispositivos narrativos. Entretanto, neste trabalho tomamos a experiência como categoria central para a construção de narrativas, e isso implica considerar também a experiência profissional das jornalistas e seu papel ativo na configuração de histórias sobre a pandemia. Ao invés de buscar “capturar as sutilezas desse jogo de contrários, observar os efeitos de real e os efeitos poéticos do jornalismo” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013, p. 9), a partir das estratégias que constituem significações, nosso objetivo é capturar a presença ou não de marcadores da experiência das narradoras a partir da sua posicionalidade na pré-figuração textual, como a tomada de decisões sobre escolhas de pauta, fontes e escolhas temáticas das histórias narradas; e na identificação gerada a partir dos recursos linguísticos mobilizados que, na dimensão da interpretação textual, despertem sentimentos, sentidos e significados, acionados em uma perspectiva interseccional;

Deste modo, são duas as estratégias que queremos desvendar:

a. *Estratégias de posicionalidade*

Neste movimento é onde buscamos identificar a presença ativa das jornalistas e suas escolhas que ajudam na mediação entre acontecimento e leitoras/es. Segundo Luiz Gonzaga Motta (2013, p.9) a principal estratégia textual na narração jornalística é provocar o efeito do real. “O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro”, e “oferece ao leitor um lugar empírico desde onde se pode observar o mundo, compreender o passado e especular sobre o futuro”. Esse é um ponto fundamental, pois ao acionar dimensões temporais a narrativa ajuda a construir, compreender e compartilhar experiências. Além disso, se tratando de narrativas feministas, essa estratégia apresenta grande potencialidade para questionar as normas e valores tradicionais e impostos pela sociedade como aceitáveis. Em se tratando de mulheres, há toda uma história de conquistas e direitos que reflete na atualidade, e sobre a qual podemos vislumbrar mais transformações para um futuro.

É aqui que conseguimos visualizar mais detalhes de quem está por trás dessas narrativas e do trabalho jornalístico que está sendo realizado, evidenciando também quais os principais desafios da iniciativa e as contribuições dessa experiência para o campo. Ainda, a partir deste movimento tornamos possível conhecer quem são as jornalistas/profissionais que assinam as reportagens, e o seu nível de envolvimento com a cobertura, ou seja, quem são as que mais participam da produção de conteúdo e qual posicionalidade assumem.

As estratégias de posicionalidade dizem respeito à instância da produção textual da narrativa e por isso o texto é concebido como “ponto de referência entre alguém que construiu argumentativamente sua expressão narrativa para induzir seu interlocutor a interpretar os fenômenos relatados conforme sua intenção” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013, p. 127). Diferente do autor, que em sua proposta original considera a versão de neutralidade e objetividade jornalística, neste passo propomos e nos concentramos na posicionalidade, considerando a presença e escolhas das narradoras e do projeto em si, não apenas nas reportagens, mas a partir dos dados coletados nos questionários aplicados. “Para as epistemologias feministas, o conhecimento é sempre posicionado e contrário à imparcialidade, uma vez que é necessário ser parcial, se comprometer com o saber produzido na busca pela mudança social” (RODRIGUES, Maria; DE ARAÚJO MENEZES, Jaileila, 2013, p. 3). Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 10), em sua proposta original, destaca que neste

momento devemos aplicar perguntas como: “que recursos da linguagem jornalística procuram ancorar os fatos relatados na realidade empírica? que operações de linguísticas realizam a tarefa de convencer o leitor que o texto é uma representação fiel da verdade e da realidade do mundo? Que recursos criam essa referencialidade”, e ainda “que expressões criam a atualidade? que expressões criam uma referencialidade geográfica?”<sup>23</sup>.

Outro fator crucial que pode nos dar pistas de qual é o posicionamento assumido pela cobertura frente a narrativa que constroem sobre o acontecimento pandemia no Brasil, é a escolha das fontes, os espaços ocupados por suas vozes e a separação entre quem é fonte especializada e quem é fonte testemunha e, a partir disso, protagonista da história narrada. A conexão e problematização de diferentes categoriais sociais atravessam as estratégias de posicionalidade, e tornam possível refleti-las a partir de uma perspectiva interseccional. Deste modo, informações sobre identificação das pessoas, lugares, datas, dados e pesquisas são essenciais, especialmente para situarmos aqui uma parcialidade, ou melhor, uma posicionalidade. A cobertura especial faz uso de diversos recursos, tendo em vista que é divulgada em uma plataforma digital que facilita a utilização e visualização dos mesmos (fotos, vídeos, infográficos, áudios, produção de dados e etc). Esses recursos de linguagem também serão considerados para análise.

#### *b. Estratégias de identificação*

Essa é a estratégia que tem relação direta com a dimensão subjetiva, tanto da narradora quanto das fontes e protagonistas. Consideramos estratégias de identificação aquelas as quais buscam despertar determinados sentimentos, emoções e experiências, a partir da narração de histórias (principalmente de mulheres) e suas distintas realidades envolvendo um mesmo acontecimento. As estratégias de identificação existem na dimensão da interpretação textual, ou seja, daquilo que a narrativa desperta a partir do texto posto em tela. No contexto comunicativo em questão devemos considerar que há dois lados, um que diz respeito as estratégias e intenções do narrador (sua posicionalidade) e outro, que busca respostas das

---

<sup>23</sup> Embora muito produtiva para a análise da narrativa jornalística, a proposta metodológica de Luiz Gonzaga Motta (2013) apresenta limitações quando pensada no contexto desta pesquisa, considerando que estamos olhando para uma narrativa feminista interseccional da pandemia no Brasil, realizada coletivamente por organizações independentes, portanto uma produção diferente da que observamos na cobertura diária de outros veículos de comunicação do país. Neste sentido, a adaptação da proposta do autor, incorporada à conceitos e processos metodológicos das epistemologias feministas, torna-se essencial para cumprir os objetivos lançados neste trabalho.

leitoras/es que interpretam a realidade atualizando as marcas deixadas no texto a partir de suas próprias vivências e conhecimentos, e de sua identificação.

De acordo com Luiz Gonzaga Motta 2013, p. 11), os recursos podem vir também como manchetes, títulos ou chamadas para as notícias, e geram diversos efeitos de sentido emocionais, ou seja, “ recursos linguísticos e extra linguísticos remetem os receptores a estados de espírito catárticos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, ironia, et.”, e exatamente por isso são eles que “promovem a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos e promovem sua compreensão como dramas e tragédias humanas”.

Quem tem a vida narrada? Quem são as mulheres da Cobertura Especial Covid-19? Também nesta estratégia identificamos com mais complexidade as categorias interseccionais e a forma como a narrativa constrói e apresenta as mulheres sobre quem fala. Conforme o autor, são os personagens que realizam ações/funções ao longo da narrativa. “No jornalismo as personagens costumam ser fortemente individualizadas e transformam-se no eixo das histórias. Os designantes das personagens, tais como nomes, identificadores e co-referências devem ser particularmente observadas” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013, p.7). No caso desta pesquisa, não estamos trabalhando com um jornalismo tradicional, de “referência”, mas sim com uma proposta coletiva, colaborativa e em rede. Além disso, sua posicionalidade nos chama a observar os fenômenos narrativos por outro viés. É por isso que apostamos não na individualização das personagens, mas na sua coletividade, no modo como a experiência individual se torna coletiva quando narrada. Não estamos falando aqui de uma categoria “universal” (a mulher), pelo contrário, percebemos e consideramos como as mulheres experienciam situações de distintos modos, considerando as interseccionalidades às quais pertencem (como raça, classe, geração, etnia e etc.). E é exatamente essa pluralidade que torna campos problemáticos mais complexos, e ao mesmo tempo aproxima experiências individuais, tornando-as coletivas, mesmo que vivenciadas em tempos muito diferentes.

A construção de um perfil, no entanto, “não é mera reprodução ou reflexo do ‘real’, é uma construção que mobiliza a subjetividade do repórter. O seu papel não se limita a ‘descrever’ pessoas que existem na vida real” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013 p. 8, destaques do autor). O feminismo tem buscado ferramentas analíticas que permitam compreender as diferentes relações de poder que instauram posições de desigualdade às mulheres. Na busca por promover mudanças nesse contexto, “o conceito de interseccionalidade tem sido bastante útil para analisar essas diferentes categorias que perpassam a vida das mulheres” (RODRIGUES, Maria; DE ARAÚJO MENEZES, Jaileila, 2013, p. 4).

As metodologias feministas, além de buscarem promover uma mudança social, também trazem a preocupação de resgatar as experiências femininas, e a importância de usar linguagens não sexistas (SARMENTO, Rayza, 2019). É aqui que podemos observar: o engendramento das categoriais sociais, os jogos de poder, o uso de verbos (prospectivos, de sentimentos, negativos, de advertência ou conselho); o uso de adjetivos (afetivos ou não) e/ou estigmatizados (o vilão, a heroína, etc.), a caracterização das protagonistas e a configuração de experiências, que são expostas e reconstituídas pela narrativa. Ou seja, é a estratégia que mais completa a análise de sentido, que aqui consideramos como repletos de significados sociais e culturais.

**3º movimento:** Campos problemáticos na narrativa da pandemia do Coronavírus no Brasil.

Novamente precisamos afirmar: nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a jornalística. Além disso, no campo há uma determinação ética ou moral que sempre perpassa as histórias narradas. Conforme Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 14), “nenhuma notícia está nos jornais sem que haja uma razão ética ou moral que justifique seu relato. É o pano de fundo sobre o qual se desenvolve a sequência de notícias sobre um determinado assunto”. Para o autor, os significados simbólicos estão ainda mais presentes em dramas e tragédias relatadas jornalisticamente. A narrativa representa também uma ruptura ou transgressão em relação a algo ou alguma coisa que era considerado estável. Tanto jornalista quanto leitora acionam uma memória cultural para recompor histórias, as quais são narradas com mais ou menos sentimentos, que podem despertar desde comoção até perplexidade ou compaixão. “Estimulados pela linguagem dramática do jornalismo (verbal e imagens) leitores, ouvintes e telespectadores se evadem das determinações históricas, penetram transitoriamente em universos imaginários afetivos, experimentam fugazmente o campo da intemporalidade e das indeterminações” (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2013, p. 14).

Assim sendo, a notícia também realiza uma experiência estética e emocional, que alcança o plano do simbólico e das significações profundas. Como sinaliza Luiz Gonzaga Motta (2013, p. 15), contadas e recontadas pelas notícias diárias, as fábulas “revelam os mitos mais profundos que habitam metanarrativas culturais mais ou menos integrais do noticiário: o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida [...] a família é um valor supremo e assim por diante”. Aqui não nos interessa os mitos, mas sim as histórias cotidianas e recorrentes das mulheres na realidade brasileira e, a partir delas, os campos problemas que emergem da

narrativa proposta pela cobertura. Deste modo, este movimento busca identificar os campos problemáticos reconhecidos e ressignificados descortinados pela narrativa, ou seja, quais campos problemáticos que expressam pautas feministas são recuperados e/ou lançados pela narrativa.

Neste momento também realizamos um fechamento da intriga, recuperando as histórias contadas pela cobertura especial, e relatando quais transformações a narrativa propõe. Ou seja, destacar os campos problemáticos através das histórias das mulheres em evidência na narrativa, buscando identificar se aparecem: as dificuldades, os desafios, as conquistas, os direitos e outras questões levantadas pelos movimentos feministas, para refletir até que ponto o conteúdo analisado propõe mudanças estruturais na forma como as mulheres e suas vidas são narradas no jornalismo brasileiro, ou se ainda podemos encontrar resquícios das fábulas e contos de fada que limitam à vida e a liberdade das mulheres na sociedade atual. Também aqui localizamos os campos problemáticos em uma perspectiva interseccional, ou seja, refletindo de que modo os problemas expostos, sejam eles já existentes ou ressignificados pela pandemia, são complexificados quando categorias sociais diferentes se engendram.

Para elucidar melhor o que cada movimento de análise propõe, articulamos os passos no quadro abaixo:

Figura 6: Quadro dos movimentos metodológicos aplicados



Fonte: elaborado pela autora

Contudo, relembramos que em uma análise feminista as categorias não devem ser estáveis nem fixas. Assim, assumimos que ao longo da observação das reportagens, novos questionamentos podem surgir, fazendo necessário que incorporem outras categorias ou modos de olhar para as narrativas analisadas. No próximo item apresentamos o *corpus* de pesquisa, a Cobertura Especial Covid-19, e as reportagens selecionadas para análise.

#### 4.3 SELEÇÃO E DEFINIÇÃO DO CORPUS: AS REPORTAGENS PUBLICADAS EM G&N NA SEÇÃO "COVID-19 - COBERTURA ESPECIAL"

No dia 16 de março de 2020 a iniciativa da organização de mídia Gênero e Número, em parceria com a Revista Azmina, Énois e data\_labe, a “Covid-19 - Cobertura Especial”, colocava na rede sua primeira reportagem. Com o objetivo de noticiar a crise sanitária que se instalou no Brasil em decorrência da pandemia do Coronavírus, a produção de informação iniciou “tendo como premissa mostrar com dados e com histórias de vida como essa pandemia aprofunda o contexto de desigualdades da sociedade brasileira” (Relatório Especial Covid, 2020, p. 3).



Uma das estratégias utilizadas na composição das reportagens é a produção de dados para ajudar a contextualizar e explicar os efeitos da pandemia em diferentes setores, especialmente os mais vulneráveis da população. Em relação à G&N, o relatório destaca que a organização produziu reportagens, visualizações de dados e vídeos que abordam temáticas como “mercado de trabalho, maternidade, condição de mulheres encarceradas, acesso a direitos pela população LGBTQ+ e outros, sempre relacionando-os aos impactos causados pela pandemia de covid-19 no Brasil e no mundo”, além disso, “mais de 70% contaram com análise de dados que orientam as narrativas e que são traduzidas à audiência por meio de imagens estáticas ou interativas, disseminadas em ambientes sociais, além dos sites” (Relatório Covid-19, 2020, p.14).

Levando em consideração que a iniciativa de realizar uma cobertura especial sobre a pandemia partiu de Gênero e Número, e que em seu site há um espaço específico e separado para a publicação das reportagens (diferente das outras organizações), optamos por considerar para análise os conteúdos publicados no período que compõe o primeiro ano da pandemia do Coronavírus no Brasil, de março de 2020 a março de 2021, compartilhados pela GN na aba “Especial Covid-19”. No período indicado, contabilizamos 49 reportagens – as quais estão descritas no Apêndice 1: tabela de eixos temáticos –, com foco em gênero, raça, classe social e territorialidades, construídas com base de dados, fontes, recursos de linguagem e temáticas que contextualizam as experiências coletivas e individuais de cada personagem ou problema em questão, e das quais emergem estratégias narrativas importantes que ajudam a configurar a cobertura especial como uma produção jornalística feminista e interseccional.

## **5 COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUINDO NARRATIVAS: A PERSPECTIVA FEMINISTA E INTERSECCIONAL NA COBERTURA “ESPECIAL COVID-19”**

No último capítulo desta tese, apresentamos os resultados da análise da narrativa sobre a pandemia do Covid-19, refletindo sobre como a perspectiva feminista e interseccional atravessa as histórias contadas por essa produção jornalística. Com a aplicação dos movimentos metodológicos propostos, foi possível identificar quais temáticas ajudam a construir a narrativa sobre o Coronavírus no Brasil; a partir de eixos centrais, apresentados no item 5.1 *“Desigualdades, Trabalho, Saúde, Maternidade e Violência: a composição da intriga e seus eixos temáticos”*.

Após realizar identificar a conexão entre as 49 reportagens selecionadas, que nos permitiu criar a separação por eixos temáticos, desvendamos as principais estratégias comunicativas, localizadas no item “5.2 Estratégias posicionalidade e identificação e a mobilização de experiências”. Enquanto as estratégias de posicionalidade dizem respeito a dimensão da produção narrativa em nível de composição textual, as quais apresentam os pontos de partida das organizações e das/os profissionais envolvidos na produção de conteúdos, as estratégias de identificação buscam reconhecimento de suas leitoras/es a partir das histórias narradas, promovendo a conscientização sobre a existência de outras realidades. O viés interseccional atravessa a construção de todas as estratégias propostas pela cobertura especial, configurando uma narrativa atenta às diferentes categoriais sociais, problematizando-as a partir de aspectos históricos, culturais e econômicos ao refletir sobre a pandemia na vida de diferentes mulheres.

Por fim, no item “5.3 Os campos problemáticos na pandemia do coronavírus no Brasil”, apresentamos quais os campos problemáticos reconhecidos e ressignificados são expostos e revelados pela cobertura especial. Deste modo, a narrativa realiza o que nomeamos como uma conexão de problemáticas sobre a pandemia. Os campos problemáticos podem ser considerados como uma potência mobilizadora em relação ao acontecimento, e às narrativas que deles fazemos.

### **5.1 DESIGUALDADES, TRABALHO, SAÚDE, MATERNIDADE E VIOLÊNCIA: A COMPOSIÇÃO DA INTRIGA E SEUS EIXOS TEMÁTICOS**

Nosso primeiro movimento de análise tem como objetivo identificar quais eixos temáticos estão presentes na configuração da intriga narrativa. Ou seja, seguindo a perspectiva de gênero e interseccionalidades proposta, quais questões vêm à tona, que pautas são abordadas e como são escolhidas as histórias que compõem cada reportagem. Por se tratar de uma cobertura jornalística especial que segue o curso de um acontecimento, a pandemia do Coronavírus, e embora seja realizada coletivamente, e suas publicações estarem localizadas em um lugar específico, a seção “Especial Covid-19”, na página da organização Gênero e Número, nossa reconstituição inicia com a disposição ordenada das reportagens. Contudo, não deixamos de realizar a reconstituição da intriga, realizada a partir dos movimentos propostos citados no capítulo anterior. Assim, nosso primeiro passo é identificar quais temáticas dão suporte para a discussão sobre a pandemia no Brasil proposta pela cobertura.

Para alcançar a organização das reportagens por grupos temáticos, iniciamos com a leitura de títulos e linhas de apoio, as quais nos dão pistas do objetivo do texto e de quais questões são abordadas; logo após, realizamos uma leitura completa, atenta aos detalhes e destaques de cada reportagem, citadas na Tabela de Eixos Temáticos (Apêndice 1). Deste modo, foram encontrados cinco eixos temáticos principais: Desigualdades/Vulnerabilidades, Trabalho, Saúde, Maternidade e Violência contra a mulher. Listamos a seguir quais critérios utilizamos para realizar a separação dos textos e sua disposição em cada um dos cinco eixos temáticos.

Figura 8: Critérios de separação das reportagens por eixos



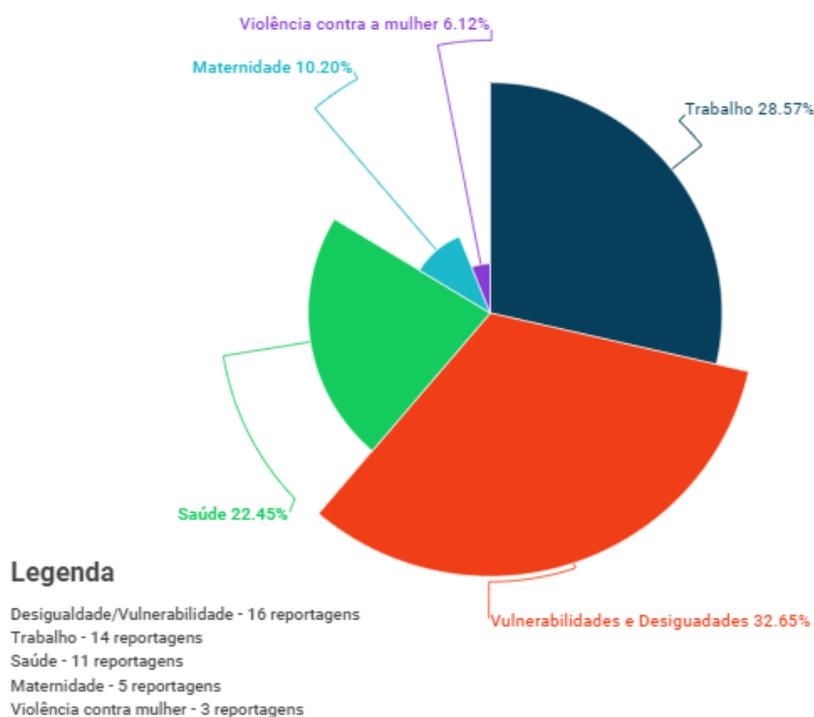
Fonte: autora

Em primeiro lugar buscamos encontrar conexões entre as reportagens publicadas pela cobertura especial. No site da G&N elas são organizadas cronologicamente, ou seja, da primeira reportagem publicada desde o início do projeto, em março de 2020, até a última que configura o período de análise, março de 2021. Nesse processo, identificamos ligações temáticas entre as reportagens, de modo que fomos separando-as, até concluir a composição e

a nomeação de cada eixo temático, citados anteriormente. De um total de 49 reportagens, o eixo temático de maior expressão é Desigualdades/Vulnerabilidades, que conta com 16. A temática Trabalho é composta por 14 reportagens, seguido dos eixos Saúde, com 11; Maternidade, com cinco e Violência contra a mulher com três.

Figure 1: Divisão percentual de eixos temáticos

## DIVISÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS



Fonte: autora

As reportagens sobre **Desigualdades/Vulnerabilidades** exploram os impactos da pandemia na vida de mulheres desempregadas, periféricas, e de populações vulneráveis, como povos indígenas e LGBTQ+, por exemplo. Os subtemas vão estampando também problemas antigos e cada vez mais crescentes, como o desamparo de famílias periféricas, o desemprego e a fome. Problemas cotidianos ganham uma dimensão diferente com a chegada do Coronavírus, e a narrativa do eixo vai demonstrando essa transformação a partir das pautas abordadas. As reportagens demonstram como o fechamento de creches e escolas gera preocupação em relação a alimentação das crianças que fazem parte de uma constituição familiar vulnerável, apresentam projetos direcionados às mulheres, periferias e zonas rurais

durante a pandemia; refletem sobre o maior risco de contágio em comunidades quilombolas, sobre a ausência de dados de cor e raça relacionados à covid-19, sobre a escassez de recursos do governo destinado as populações vulneráveis durante pandemia, e o caso das mulheres migrantes que não conseguem deixar o presídio durante a pandemia por falta de endereço físico. Além dos problemas discutidos e expostos pela cobertura especial, também aparecem ações positivas que contribuem para pensar transformações e soluções para a crise sanitária, como o papel de lideranças femininas e comunitárias no combate à covid-19. Essa é uma das características que nos possibilita reconhecer uma prática feminista visível assumida e colocada em prática pelo projeto.

Um dos dados mais importantes desta pandemia, quando pensamos pelas lentes de gênero, é refletir sobre as profissionais da área da saúde que estão na linha de frente do combate ao coronavírus, assunto recorrente na Covid-19 – Cobertura Especial, localizado no eixo temático **Trabalho**. Além deste subtema, também encontramos no eixo discussões sobre a informalidade do trabalho doméstico e PEC das domésticas; liderança política feminina; condições precárias de trabalho para mulheres; a vulnerabilidade de trabalhadoras informais; o isolamento e o home office, que do ponto de vista das trabalhadoras informais pode ser compreendido como privilégio; e a falta de apoio de políticas públicas. Além disso, o eixo Trabalho, segundo com maior número de reportagens, apresenta informações e conteúdos que tratam da exposição e dos riscos da informalidade; debatem a importância da atuação de mulheres frente às pesquisas; revelam os riscos e abusos sofridos por profissionais cuidadoras; indicam a desigualdade social e racial na distribuição de bolsas de pesquisa e também entre as docentes de ensino superior; e dão destaque às enfermeiras como profissionais na linha de frente do combate ao vírus. É neste eixo que o caráter de denúncia da narrativa torna-se mais expressivo, com reportagens que descortinam problemas, indicam pontos frágeis relacionados às temáticas apresentadas, e cobram soluções através de um texto mais incisivo.

Os principais subtemas que ajudam a configurar a narrativa através do eixo **Saúde** na cobertura Especial Covid-19 são aborto e direitos reprodutivos, que abordam a dificuldade de acesso a procedimentos e métodos contraceptivos durante a crise. Também compõem o eixo reportagens que pautam as consequências sociais e econômicas do Zikavírus para mulheres que precisam se dedicar exclusivamente aos filhos; as dúvidas de gestantes durante a pandemia; os impactos do isolamento sem suporte psicológico para mulheres encarceradas; a suspensão de tratamento hormonal, e a suspensão de cirurgias para a população trans. A temática da saúde da mulher é algo central no movimento feminista brasileiro, principalmente

a partir dos anos 1980, embora tenha sido “particularmente sensível e controverso devido à sua abrangência temática e às relações com o Estado que ele implica” (PINTO, Céli Regina, 2003, p.83). Ao colocar o tema em destaque, a cobertura vincula-se aos princípios feministas e busca inserir novas problematizações ao campo do jornalismo, diferente das que geram preconceitos e estereótipos, como no caso da sub-temática do aborto.

Embora o **eixo Maternidade** seja menos expressivo na composição narrativa configurada pela cobertura especial Covid-19, devido ao baixo número de reportagens publicadas, seus subtemas são de grande importância para refletir sobre a realidade e os problemas das mulheres no país. O eixo apresenta discussões sobre o ativismo de mulheres durante a pandemia; as dificuldades acadêmicas para negras e mães que trabalham remotamente; o suporte emocional e financeiro que as redes de apoio oferecem às mulheres afetadas pelo isolamento social; os cuidados com recém nascidos durante a pandemia; as realidades de mães chefes de família e mães solas negras; o desafio da educação para mães e filhos em isolamento, e a reestruturação do papel das mães e das educadoras. Embora constituído por apenas quatro reportagens, uma delas chama atenção pelo seu formato, que agrupa seis textos assinados separadamente com temas conectados sobre maternidade. Podemos concluir que se trata de uma grande reportagem multimídia, que contém fotos, vídeos explicativos, fotos de arquivo pessoais, dados apresentados em infográficos, destaques de fala, e diferentes protagonistas e fontes acionadas ao longo da narrativa sobre maternidade e pandemia.

No eixo temático constituído por temas relacionados à **Violência contra mulher**, é possível identificar uma discussão voltada às situações de violência doméstica; redes de apoio às mulheres e violência doméstica contra mulheres negras. Os relatos pessoais das personagens e testemunha mobilizam diferentes sentidos e sentimentos na narrativa. As fontes especializadas acionadas ajudam a construir uma narrativa pedagógica, que ensina as mulheres a enxergar as situações de violência as quais estão submetidas, e também orienta sobre como pedir ajuda nesses casos. De acordo com Céli Regina Pinto (2003), na década de 1980 a violência contra a mulher ainda era um tema considerado tabu, pertencente a esfera privada. Foi a partir da militância constante e do surgimento de um “feminismo de prestação de serviço” (ibidem) que esse panorama tomou outros rumos, especialmente a partir de 1985 com a criação da primeira delegacia especializada (PINTO, Céli Regina, 2003). A refletir sobre a história do feminismo no Brasil, com foco na questão da violência contra a mulher, a autora conclui que a militância feminista, o próprio feminismo e as delegacias da mulher não resolveram essa questão, levando em consideração que nas últimas décadas é possível

observar um aumento dos casos de violência no país, mas “para a mulher houve um avanço fundamental quanto à questão da violência: ela se tornou reconhecida como vítima, daí ter direito ao tratamento dado pelos órgãos públicos às demais vítimas” (PINTO, Céli Regina, 2003, p.82).

Deste modo, compreendemos que a cobertura especial segue temáticas importantes e de destaque nas manifestações dos movimentos feministas brasileiros. Ainda, observamos que quando se trata de falar sobre a vida e a experiência das mulheres, conteúdos relacionados à trabalho, saúde, maternidade, desigualdades e violência geralmente ganham mais espaço em veículos de comunicação e organizações de jornalismo independente. Em diferentes plataformas e veículos jornalísticos, é possível observar que tais temáticas geralmente são explanadas a partir de falas e opiniões de fontes oficiais, experts no assunto, pautando relações de causa e consequência, com termos técnicos ou posições imparciais. Assim, o esforço da produção jornalística em análise vai para a construção de informação que ultrapassa essas barreiras, e coloca em foco as experiências das mulheres e suas realidades, não generalizando um contexto, mas especificando como cada tema, cada problemática afeta diferentemente a vida de mulheres conforme seus marcadores de classe, raça, territorialidade, geração e outras interseccionalidades, ou seja, uma contribuição positiva para repensar tais pautas no jornalismo contemporâneo.

Compreendemos ainda, que o jornalismo praticado pela cobertura não pretende apenas construir imagens das realidades as quais relata, mas procura fornecer informações suficientes que ajudam suas leitoras/es a pensar sobre elas/es mesmos e sobre o outro, mesmo que não reconheçam de imediato a experiência pela sua realidade individualizada. Os sentidos que emergem de cada eixo temático proposto pela narrativa atuam em conjunto com a descrição de problemas e suas consequências, mas também a partir da proposição de soluções alternativas, mais próximas das vivências expostas. As histórias postas em tela pela cobertura especial buscam repassar ao público uma visão mais compreensiva sobre cada assunto, não apenas reportando-os, mas focando em pontos fortes e fracos dos jogos de poder que os envolve. As estratégias comunicativas - expostas no próximo item -, subdivididas em posicionalidade e identificação, atuam nesse processo buscando aproximação ou distanciamento, reconhecimento ou diferença, visibilidade ou invisibilidade. São elas que configuram, ou não, a narrativa a partir de uma perspectiva feminista e interseccional da pandemia do coronavírus no Brasil, com foco na centralidade das experiências de mulheres.

## 5.2 ESTRATÉGIAS DE POSICIONALIDADE E IDENTIFICAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

A discussão a seguir apresenta as estratégias comunicativas encontradas na narrativa em análise, com destaque para quais foram mais acionadas durante este um ano de produção da cobertura especial Covid-19, período proposto por este trabalho, e por quais dimensões de experiência são percebidas, ou seja, se acionadas por jornalistas ou fontes e personagens da narrativa. A identificação dessas estratégias constitui o segundo movimento de análise, o qual tem como objetivo reconhecer as marcas deixadas no texto pela instância de produção, como escolha de fontes e enquadramentos, profissionais e organização que mais se destacam no projeto, recursos de linguagem e recursos visuais, que imprimem na narrativa os pontos de partida e a posição que a cobertura busca ocupar no debate temático sobre a pandemia. Ainda, neste movimento, identificamos a construção de vínculos pela dimensão interpretativa, através do compartilhamento de experiências, emoções e sentimentos, do reconhecimento e da identificação com as histórias narradas. Com a aplicação do segundo movimento de análise, foi possível observar dois tipos de estratégias comunicativas principais, nomeadas neste trabalho como de posicionalidade e de identificação.

Para cumprir sua proposta de ser uma cobertura sobre a pandemia no Brasil com foco em gênero, raça e territorialidade, as organizações envolvidas na cobertura utilizam tais estratégias na construção da narrativa como um todo. Compreendemos que esse estilo não diz respeito apenas a um jornalismo de subjetividade, ou seja, uma maneira de “potencializar o jornalismo [...] uma forma de assegurar espaço para pessoas e grupos cujas representações foram historicamente mancadas” (MORAES, Fabiana; GOUVEIA, Diego, 2018, pp.111-112), mas uma produção de informação atravessada pela experiência, que aciona uma perspectiva feminista e interseccional durante todo o processo de atuação e produção de conteúdo, sem deixar de lado princípios centrais do campo jornalístico para a produção de informação. Contudo, é preciso referenciar que essa é uma característica possível de uma cobertura jornalística seriada e temática, que não realiza uma cobertura diária do acontecimento, como na produção *Hard News*, e, portanto, tem em mãos a possibilidade de complexificar e acrescer diferentes recursos e estratégias às reportagens.

Neste mesmo caminho, identificamos que a interseccionalidade também é uma escolha possível de ser trabalhada com mais complexidade, tornando-se uma potencialidade expressiva na busca por transformação na produção de informação e conhecimento por parte do jornalismo em questão. Deste modo, ao analisar a interseccionalidade a partir dos

movimentos de análise, privilegia-se o uso da denominação como um termo guarda-chuva, que tanto valoriza experiência e conhecimento corporificado quanto reconhece a existência de uma constelação de diferenças que operam conjuntamente ao gênero (COLLINS, Patrícia Hill, 2017). A importância de levar em consideração o cruzamento entre categorias sociais para conseguir avaliar a realidade de forma mais complexa é uma preocupação visível da cobertura. Ao recuperar a discussão teórica e conceitual sobre a interseccionalidade e suas implicações, apresentada anteriormente nesta pesquisa, é possível afirmar que tal perspectiva é utilizada pela especial Covid-19 no acionamento tanto de estratégias de posicionalidade quanto de identificação. Na narrativa composta por 49 reportagens foi possível perceber que o engendramento de categorias sociais, sendo as mais expressivas de gênero, raça, classe; territorialidade e sexualidade, acontece de modo transversal, ou seja, perpassa toda a construção narrativa das histórias e das experiências. Entender o contexto das realidades e mulheres apresentadas a partir de lentes interseccionais é reconhecer que suas experiências são fragmentadas, ou seja, “estas pessoas não sofrem opressão ora por serem imigrantes, ora por serem racializadas, ora por serem mulheres, mas sempre em uma combinação de todas estas estruturas, formando um bloco identitário relativamente autônomo” (CARRERA, Fernanda, 2020, pp.7-8)

Isto posto, destacamos que os marcadores sociais visíveis na narrativa são importantes para a compreensão dos sentidos e dos enunciados que ela propõe e, portanto, são destacados no acionamento e na explicação das estratégias de posicionalidade e identificação, e no modo como elas se manifestam nas reportagens selecionadas. No movimento de análise das estratégias comunicativas levamos em consideração a forma como a cobertura especial expressa a perspectiva interseccional, e discutimos o seu uso na construção da narrativa sobre a pandemia no Brasil proposta por essa produção jornalística. Assim, buscamos refletir sobre as potencialidades e transformações que tais estratégias podem apresentar ao campo do jornalismo, considerando sua relação intrínseca com as epistemologias feministas discutidas nesta pesquisa.

### **5.2.1 Estratégias de posicionalidade na narrativa da Especial Covid-19**

As estratégias de posicionalidade dizem respeito a dimensão da produção narrativa em nível de composição textual, que demonstram os pontos de partidas das organizações e das/os profissionais envolvidos para as abordagens temáticas de cada eixo. Relacionadas à fase prefigurada da narrativa – na qual se encontra a dimensão da ação das jornalistas, com base

nos valores, regras e normas que influenciam os seus modos de ser e agir (RICOEUR, Paul, 1994) –, as estratégias comunicativas de posicionalidade têm como propósito possibilitar a configuração de novas narrativas sobre a pandemia, colocando em foco a vida e as vozes de mulheres, através de recursos visuais e de linguagem, e de uma prática jornalística que busca transcender o habitual. É neste momento que podemos perceber um conjunto de saberes que são internalizados pelas jornalistas e acionados na interpretação dos fatos.

Na identificação das estratégias de posicionalidade, observamos que a Especial Covid-19 atua a partir de um jornalismo com olhar politizado, que pretende mostrar outras representações de mundo, outros modos de narrar as histórias, especialmente de mulheres, que possam se diferenciar das que são apresentadas pelo jornalismo hegemônico e tradicional. Tal processo é percebido nas escolhas das profissionais, mas também pelo modo como estão posicionadas, e/ou como escolhem se posicionar frente ao desafio de narrar a pandemia por uma perspectiva feminista e interseccional.

Na cobertura em questão, a neutralidade, um dos valores pilares do campo do jornalismo, dá lugar à posicionalidade, uma característica que demonstra um paralelismo entre o estilo de jornalismo assumido pela cobertura, e premissas de movimentos e metodologias feministas. Se pensarmos, assim como Donna Haraway (1995), que todo conhecimento é situado, tanto histórico quanto socialmente, e, portanto, inevitavelmente parcial, compreendemos com mais clareza a constatação inicial de que, nesta narrativa, a neutralidade dá lugar a uma posicionalidade, ou seja, uma objetividade feminista e corporificada. Isso porque precisamos considerar que cada profissional possui uma bagagem atravessada por diversas experiências, que se modificam e se constituem em outras a cada nova vivência. Para além disso, é imprescindível reconhecer que o campo do jornalismo carrega valores e normas próprios que guiam uma produção, e que buscar transformar a prática não significa abandonar totalmente tais premissas, mas sim transforma-las, incorporando parâmetros que são tão caros às organizações enquanto trabalham sob o viés feminista e de gênero. Assim, ressaltamos que “a noção de imparcialidade sustentada no jornalismo é, em si mesma, um obstáculo para a ampliação da pluralidade” (MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia, 2010, p. 60), pois além de reforçar a opressão, ela coloca como posição universal um ponto de vista privilegiado de grupos específicos. Neste sentido, a objetividade corporificada formulada por Donna Haraway nos ajuda a entender essa transformação para a posicionalidade proposta pelo projeto, pois ela

não nega a importância de visões objetivas que possibilitem a formulação de explicações sobre as complexidades do mundo. Neste sentido, ela nos abre possibilidades para refletir sobre outras produções de conhecimento, como é o caso

do jornalismo, que ainda demonstra uma ligação íntima com os fundamentos modernos que ilusoriamente propiciariam o acesso a uma realidade objetiva única e, portanto, totalizadora (COSTA, Jéssica. 2019, p.58)

Inspirando-nos na concepção da autora, e a partir das constatações adquiridas no processo de análise das reportagens acionado no segundo movimento, o qual teve como base pressupostos das epistemologias feministas e do jornalismo, já mencionados anteriormente, é que propomos a posicionalidade como uma estratégia significativa e potencial para uma prática jornalística feminista. Assim, compreendemos que a proposição de transformações que a narrativa nos convoca a refletir deve levar em consideração tanto práticas e técnicas do trabalho jornalístico, quanto os conceitos que as guiam e direcionam. Para Jéssica Costa (2019, p.17), “questionar os já questionados fundamentos do jornalismo, mas a partir de uma perspectiva de gênero, significa a possibilidade de mudar o olhar sobre a profissão e redefinir suas técnicas a partir de novos objetivos”. É neste caminho que as estratégias de posicionalidade estão inseridas.

O jornalismo feito pelo projeto pretende atuar como voz solidária, que busca participar da mesma experiência do público, embora como narrador privilegiado. Essa é uma das características da cobertura coletiva e colaborativa Especial Covid-19. O papel assumido pela G&N, especialmente, ou seja, sua posicionalidade, demonstra o compromisso com um jornalismo que não apenas apresenta os números da pandemia ou informa sobre os serviços essenciais, mas procura alternativas, conteúdos e ferramentas que possam ser usadas por suas leitoras/es para mudar suas realidades. Nomeamos a organização Gênero e Número como referência para falar da cobertura especial por alguns motivos principais: a) por identificar que a articulação do projeto partiu da G&N (BIANCONI, Giulliana, 2020); b) por constatar que as profissionais de G&N são as que mais participam da produção de reportagens; e c) por observar que no desenvolvimento da cobertura especial, a autorreferência da Gênero e Número nas reportagens é mais notável em relação às outras organizações participantes – AzMina, data\_labe e Énois. Contudo, não deixamos de perceber a potencialidade que essa mudança de paradigma proposta pelo projeto representa ao atuar de forma coletiva, afastando-se do modo competição que afeta os veículos de comunicação do país para atuar a partir da colaboração.

As estratégias de posicionalidade nos permitem pensar como as fontes e personagens são mobilizadas neste sentido, e como a cobertura em si se coloca frente aos temas que apresenta, considerando ainda como a experiência das próprias jornalistas influenciam e/ou modificam esse processo. A cobertura atua mostrando que há outras representações do

mundo, outros modos de contar e narrar essas histórias, a partir da adoção de determinadas estratégias pertencentes à posicionalidade, conforme demonstramos e explicamos a seguir.

#### a) **Autorreferência:**

Para Sandra Depexe e Márcia Amaral (2010, p. 212), a autorreferência é compreendida como um termo que “alude a um movimento autônomo de exposição ou de visibilidade em torno de si. Esse movimento encadeia o ato ou o efeito de referir, contar ou relatar alguma ação ou característica própria do sujeito, que é simultaneamente referente e actante do ato narrativo”. As autoras acrescentam ainda que no campo da comunicação social o termo é citado para qualificar ou nomear uma determinada estratégia acionada pelos veículos e organizações. A autorreferencialidade pode incluir ainda “as categorias de autoelogio, autopromoção, autocrítica, autorreflexividade e autocitação, dentre outras” (ibidem). As jornalistas reforçam seus valores e constroem sua memória ao se autorreferenciar, do mesmo modo, essa estratégia contribui para sua apresentação à sociedade como detentoras de um saber e poder de fala. Ao expor características da sua atuação profissional que consideram importantes, as profissionais evocam fatos de uma memória coletiva que envolve a categoria jornalística, ao mesmo tempo em que “colocam-se em oposição a outros grupos [...] esse é, portanto, lugar de lutas pelo sentido da profissão, ou seja, local estratégico em que os atores buscam um consenso provisório sobre suas competências típicas e sua autoridade (LOPES, Fernanda, 2007, p.3).

No caso da cobertura especial covid-19, percebemos que a autorreferência é acionada principalmente como *autovalidação*, direcionada às suas leitoras/es, ou seja, como modo de legitimar sua posicionalidade e atuação frente às questões esclarecidas e nomeadas, como é possível observar nos trechos abaixo:

A **Gênero e Número** mapeou iniciativas de ajuda a **mulheres que sofrem violência doméstica durante o isolamento social** causado pela pandemia de covid-19. São serviços gratuitos — públicos ou oferecidos por organizações civis — de acolhimento, atenção psicológica, atendimento jurídico, canal para denúncias, entre outros. A ferramenta será atualizada constantemente com outras iniciativas. (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 2, 30/04/2020, destaques nossos).

Em entrevista à **Gênero e Número**, Xavier ressalta a importância de um discurso claro sobre a gravidade do coronavírus para **as populações periféricas**, lembra que as pessoas mais vulneráveis não contam com o governo para resolver seus problemas e compara os efeitos da pandemia ao do furacão Katrina, que devastou Nova Orleans (EUA) em 2005: “**A população negra vai sair devastada neste processo**. Com muitos problemas de saúde, muitos problemas econômicos, muitos problemas de discriminação e violência, muito próximo a esse efeito de uma

intempérie ambiental”. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 3, 16/04/20, destaques nossos)

O aborto é um destes temas, e foi para entender como a mídia vem tratando do assunto que a **Gênero e Número** se debruçou sobre os dados levantados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) e o Observatório de Sexualidade e Política (SPW) nos últimos três meses, já que a pandemia começou a ser notícia no país ainda em fevereiro. (SAÚDE, REPORTAGEM 7, 14/05/20).

Em **artigo publicado** na última semana, a antropóloga Carmela Zigoni, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), traz à tona a contenção de gastos da pasta e analisa seus efeitos. Os dados foram confirmados pela **Gênero e Número** no Portal da Transparência do governo federal. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 10,28/05/20).

Apesar do trabalho colaborativo das organizações que participam da cobertura especial, a posicionalidade que prevalece é a da Gênero e Número. Além de referir a si própria, nomear-se nas reportagens demonstra seus interesses editoriais, que vão ao encontro das temáticas abordadas pela cobertura especial. Para Fausto Neto (2008), a autorreferência tem a responsabilidade de estabelecer um novo vínculo com os leitores e, por consequência, proporcionar visibilidade no modo como a informação é produzida. Essa estratégia demonstra também a maneira como o trabalho jornalístico funciona frente aos acontecimentos, especialmente ao descrever sua atuação, suas escolhas e operações. Deste modo, a escolha por essa estratégia busca “destacar a existência do ‘jornalismo personagem’, cuja chamada de atenção destaca um contemplar sobre si mesmo, enfatizando apenas a enunciação nas quais se engendram suas performances.” (FAUSTO NETO, Antônio, 2008, p. 99).

Ao reconhecer que a G&N assume um protagonismo narrativo no que diz respeito a produção de conteúdo na cobertura, precisamos considerar sua atuação não apenas neste projeto, mas de modo geral. A organização de mídia se reconhece como uma empresa social que produz jornalismo guiado por dados, e em perspectiva de gênero e raça, com objetivo de qualificar o debate em busca da equidade de gênero (G&N, SOBRE, s/p). Por participar de uma prática profissional não habitual (se confrontada ao jornalismo hegemônico), compreendemos que as profissionais carregam consigo uma experiência guiada pelos valores da organização, mas também constituída pelas suas próprias lutas, vivências e interesses. Ao utilizar a autorreferência como estratégia para validar sua atuação, acreditamos que G&N não está apenas buscando legitimar o seu lugar dentro de um projeto colaborativo, mas dentro de um campo tradicional que, assim como outras instituições e poderes da sociedade, ainda questiona suas vozes e seu desempenho, especialmente por propor uma visão de mundo diferente. Essa característica fica ainda mais visível quando a cobertura aborda temas e

problemas complexos e ainda incipientes na agenda midiática do país, e que lançam um olhar interseccional para clarear sua posicionalidade, como demonstram os trechos selecionados:

Em fevereiro deste ano, a **Gênero e Número** lançou o Open Box da Ciência, uma cartografia que destaca o **protagonismo de 250 mulheres em cinco áreas da ciência**. No levantamento, foi registrada **baixa presença de mulheres negras** nas listas das cinquenta primeiras protagonistas mulheres de cada área de conhecimento da cartografia, principalmente nas áreas da Saúde e de Biológicas, que atuam diretamente na pesquisa e no combate à doença. (TRABALHO, REPORTAGEM 14, 10/07/20).

Em parceria com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), lançamos há três dias a pesquisa “A **Vida das Mulheres** durante a Pandemia”, para identificar como elas estão vivenciando a crise atual causada pelo novo coronavírus. **Trabalho, renda, violência familiar, cuidados e tarefas domésticas estão entre os assuntos abordados**. A SOF é uma organização feminista de assessoramento que trabalha com movimentos sociais e órgãos públicos mirando a articulação de mulheres (VULNERABILIDADE/DESIGUALDADE, REPORTAGEM 4, 30/04/20).

Na terra de Zumbi dos Palmares, onde **pretos representam apenas 5,5% da população**, eles têm **12 vezes mais chances de morrer de covid-19 do que brancos e pardos**. E mais que três vezes do que a média dos brasileiros. **Dados da Secretaria de Saúde de Alagoas, acessados pela Gênero e Número em 27 de maio**, mostram a diferença acentuada em um dos três estados da federação que têm divulgado números relacionados ao novo coronavírus por raça (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 13, 29/05/20).

Ao propor uma narrativa sobre a pandemia que tem como foco uma perspectiva de gênero e suas interseccionalidades, a cobertura coletiva e colaborativa assume um desafio de falar por outro viés, diferente do que se observa na maioria dos veículos de comunicação do Brasil e do mundo. Cláudia Lago et. al. (2021) relatam que uma pesquisa realizada nos países da Inglaterra, Quênia, Estados Unidos, África do Sul, Nigéria e Índia sobre matérias jornalísticas da COVID-19, constatou a invisibilidade das mulheres nas narrativas. De acordo com as autoras, o relatório indica que “as vozes (rostos) das mulheres foram marginalizadas na cobertura da pandemia, mais do que o costureiro” (LAGO, Cláudia et.al., 2021, p.100). Em relação ao Brasil, ao analisar o caderno “Boas ações na pandemia”, de O Globo, as autoras concluem, dentre outras coisas, que “nenhuma das matérias, ao tratar especificamente da COVID-19, adota uma perspectiva de equidade gênero que dê conta da forma específica como mulheres e homens são atravessados pela pandemia” (LAGO, Claudia et.al., 2021, p.104), ou seja, a transformação desse panorama ainda é uma luta existente no campo do jornalismo, principalmente no período pandêmico.

Tendo em vista a situação relatada, a busca por legitimidade através da autorreferência passa a fazer sentido também pelo viés feminista e político que a cobertura assume. Embora

os feminismos tenham evoluído ao longo das décadas, conquistando seu espaço no âmbito social, cultural e político, e produzindo conhecimento situado a partir das lutas pelas quais atuam, seu reconhecimento enquanto movimentos sociais que produzem saber e buscam, sobretudo, uma transformação das realidades opressoras com as quais somos diariamente confrontadas, ainda é questionado e desestabilizado por visões conservadoras. A ocupação dos espaços formais e da esfera pública por mulheres, seja de forma organizada, por movimentos feministas, ou individual, não aconteceu sem constrangimentos. De acordo com Rayza Sarmiento et. al (2021, p. 303), essa situação está relacionada a “clássica divisão dos espaços públicos e privados muito questionada pelos estudos feministas. Historicamente os espaços públicos são ocupados por homens e são acessados e mantidos por dinâmicas de poder; já os espaços privados estão associados às mulheres”. Ao assumir um olhar politizado que preza pela produção jornalística guiada por dados de gênero, raça e territorialidade, a cobertura especial se insere neste lugar de busca constante por validação, em que as fronteiras do jornalismo e feminismo se encontram e convergem, na proposta de um novo modo de fazer e transmitir conhecimento.

Além disso, também é notável sua pretensão de legitimar o papel assumido algumas vezes como propositora de soluções e alternativas, característica potente dos movimentos feministas, demonstrando que a cobertura também atua diretamente no enfrentamento da crise, conforme observamos nos trechos abaixo:

Pesquisa sobre como mulheres vivenciam o isolamento social e laboratório com soluções para periferias e zonas rurais **estão entre as novas iniciativas da Gênero e Número para o enfrentamento da crise.** [...] Diante da pandemia causada pelo novo coronavírus, a **Gênero e Número** tem se organizado com diversas instituições **para criar e impulsionar projetos** que se adequam ao momento atual. Esta semana, dois deles estão em marcha, **além da cobertura especial que, desde março, desenvolvemos com a Revista AzMina, ÉNóis e DataLabe.** [...] (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 4, 30/04/20).

[...] Os telefonemas fazem parte **de um levantamento realizado pela Artigo 19, em parceria com a revista AzMina e a Gênero e Número, para identificar como está o serviço de aborto legal no Sistema Único de Saúde (SUS) durante a pandemia** do novo coronavírus. Entre 27 de abril e 4 de maio deste ano, as **organizações entraram em contato** por telefone com os 76 hospitais que realizavam a interrupção legal de gravidez, identificados em 2019 pelo Mapa do Aborto Legal, da Artigo 19. (SAÚDE, REPORTAGEM 10, 02/02/20)

A estratégia da autorreferência não é algo novo no jornalismo, mas o seu uso pela cobertura demonstra um modo diferente de organização do discurso, no qual há a necessidade de aproximação com o outro a partir da legitimação gerada pela narrativa, permitindo a criação de vínculos sensíveis ao colocar em foco a posicionalidade assumida pelo projeto. A

função do jornalismo no mundo contemporâneo, convencionalmente compreendida pela sociedade, é um processo de construção de identidade ainda em andamento, e visível pela autorreferencialidade, pois “envolve imersão numa estrutura de poder, relações com outros grupos, negociação de autoridade, aprimoramento de capacidades técnicas, concepção de uma ética própria, enfim, estabelecimento de fronteiras” (LOPES, Fernanda, 2007, p.13).

É preciso ressaltar ainda que o conteúdo da especial covid-19 é produzido majoritariamente por mulheres: de 17 profissionais que assinam as reportagens, apenas dois são homens (APÊNDICE 2). Além disso, as três que mais contribuem com a cobertura são profissionais da Gênero e Número – 1ª) Maria Martha Bruno, diretora de conteúdo e jornalista, atua na organização desde 2018; 2ª) Vitória Régia da Silva, repórter da G&N, onde está desde 2017; e 3ª) Lola Ferreira<sup>24</sup>, também repórter. Esse fator traz indicativos de um posicionamento assumido que atravessa a narrativa como um todo. O caminho para o enfrentamento das desigualdades de gênero também passa por dentro das redações de jornalismo do país. Possibilitar uma produção feita majoritariamente por mulheres e para mulheres é um desvio transformador em um campo de viés masculinista e desigual, como é o do jornalismo (VEIGA DA SILVA, Márcia. 2014).

O que a autorreferência como estratégia de posicionalidade demonstra é que mesmo traçando um caminho potencial e inovador, as mulheres ainda são postas à prova, especialmente no que diz respeito a realização de seus trabalhos, e na produção de conhecimento científico. Contudo, é inegável a importância dessa autoafirmação, ou “autovalidação”, enquanto organizações produtoras de narrativas sobre a pandemia, tendo em vista o panorama de desinformação e desorientação, especialmente por parte do governo federal, frente aos acontecimentos advindos da crise instaurada pelo vírus. Demonstrar a sua legitimidade é mais do que transparecer um processo de produção, é reverberar uma voz compartilhada tanto por profissionais quanto pelas fontes e personagens das histórias narradas. É dizer: estamos aqui, e nossas vozes são válidas e importam. É, muito além disso, notabilizar que essas realidades marginalizadas, invisibilizadas e negadas existem e são muitas, e a narrativa da cobertura especial, através da sua posicionalidade expressa e validada por si e por suas leitoras/es, tem o poder e a possibilidade de mostra-las ao mundo.

## **b) Territorialidades**

---

<sup>24</sup> Durante o período inicial de análise, Lola Ferreira estava entre as profissionais apresentadas na página “Sobre - Equipe” no site da organização de mídia Gênero e Número. Contudo, em uma nova conferência na data de 11 de nov. 2021, notou-se que ela não está mais entre as profissionais apresentadas nesse espaço, mas continua a assinar matérias e reportagens como “Repórter” da G&N.

As reportagens da cobertura especial demarcam lugares de fala ao referenciar em que bairro, comunidade e/ou cidade moram as/os personagens a quem se refere, e de onde partem as fontes acionadas, característica que consideramos como estratégia de posicionalidade, já que um dos diferenciais da cobertura é a perspectiva de gênero, raça e territorialidades. O potencial do uso da estratégia de territorialidade é o seu poder de acionar outros marcadores sociais ao indicar localizações, não apenas nomeando lugares, mas refletindo sobre eles a partir de suas características culturais, sociais e temporais. Por exemplo, ao abordar as mulheres da periferia, a territorialidade aciona questões de classe e raça, pois esse é um lugar que carrega marcas de um contexto geopolítico das cidades, especialmente quando situadas em determinados estados brasileiros, como é o caso de Rio de Janeiro e São Paulo, principais territorialidades citadas pelas reportagens.

Mesmo que não haja marcadores de renda aparentes e expressos pela narrativa, as mulheres periféricas convocadas pela cobertura carregam uma marcação de classe (e, em geral, também de raça) implícita, que evocam características identitárias, territoriais e culturais. A pandemia narrada pela cobertura demonstra como as mulheres de periferia são afetadas diferentemente pelo vírus e suas consequências econômicas e sociais. Mas, a descrição de suas territorialidades não passa apenas pelo enfrentamento dos problemas cotidianos, agora ressignificados, mas sobretudo pelas experiências que fazem com que esses lugares apresentem características identitárias e de vulnerabilidades tão únicas entre si, e ao mesmo tempo coletivas em relação ao reconhecimento de lugares periféricos e às margens de forma geral no país. A falta de informação, as dificuldades de acesso à saúde e educação e o abandono político, por exemplo, são marcas de territorialidades específicas, reconhecidas apenas pela sua localização. Isso ocorre também pela herança colonialista impregnada em nosso país, a qual abafa e invisibiliza as vozes suburbanas e seus problemas.

O papel da cobertura especial é a busca por usar a territorialidade como estratégia para dar visibilidade aos sujeitos esquecidos, especialmente neste momento de pandemia, como é o caso de comunidades periféricas e indígenas. Neste sentido, dizer que uma personagem ou fonte é de um determinado lugar, é nomear uma diferença, demarcar uma autenticidade e suas subjetividades, as quais nos revelam quais marcadores sociais atravessam suas realidades, e fazem com que suas experiências sejam diferentes. Para Fernanda Carrera (2021) a comunicação precisa reivindicar dinâmicas de opressão que ainda são negligenciadas nos estudos interseccionais do campo, não restringindo os marcadores a gênero, raça e classe, mas compreendendo a importância de outras avenidas identitárias, “como geolocalização,

sexualidade, deficiência, idade e peso”, que não são apenas marcadores fundamentais da diferença para a constituição dos sujeitos, “como são, muitas vezes, estruturas que complexificam as experiências sociais e as escolhas em gênero, raça e classe (CARRERA, Fernanda, 2021, p. 20).

Nesta perspectiva, identificamos a territorialidade como estratégia potente, que não apenas fala de geolocalizações relegadas às margens, mas atua como elo entre marcadores constituintes das realidades narradas, como podemos ver abaixo:

**Favelas do Rio de Janeiro criaram um painel próprio de acompanhamento da covid-19**, onde os dados diferem dos dados oficiais. O painel Covid nas Favelas traz números de 15 comunidades. Enquanto a Prefeitura aponta 94 casos e 18 óbitos na Rocinha, o painel mostra 97 e 40, respectivamente. Outro **problema dos dados da Prefeitura é a inclusão de favelas em bairros vizinhos de realidade socioeconômica totalmente distinta**, como a **comunidade de Rio das Pedras**, cujos números são espalhados pelos **bairros de Jacarepaguá e Itanhangá**, ambos de classe média, na Zona Oeste. (Reportagem 8, desigualdade/vulnerabilidade, 14/05/20).

**Pacoval fica a cerca de 60 km do centro de Alenquer**, com necessidade de barco e mais um caminho por uma estrada “terrível”. De Alenquer até **Santarém** são mais de 80 km. **Ou seja, se um membro de alguma das 400 famílias do quilombo adoecer e precisar de cuidados mais intensos, precisa se deslocar por, no mínimo, 140 km.** Essa distância, conta Edilton Pacoval, uma das **lideranças quilombolas da comunidade**, é fundamental para que o **lugar crie e fortaleça suas próprias medidas de prevenção à covid-19** (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 7, 14/05/20).

Num dia normal, **as ruelas do Aço são inundadas por crianças e vira-latas correndo, enquanto adolescentes reunidos em grupo batem papo nas esquinas ou no portão de algum vizinho.** É assim no “Vagão” ou na “De alta”, **divisões da favela criada pelo governo estadual** como um projeto de moradia provisória na década de 1960 e, oficialmente, batizada de **Vila Paciência** (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 6, 08/05/20).

Para Moanan, **ter uma equipe majoritariamente negra é um ingrediente fundamental para criar identificação.** Ela acredita que **a representatividade estimula os adolescentes da favela** a se enxergarem nela com mais facilidade. (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 6, 08/05/20).

**Paraisópolis**, boa parte da população trabalha com serviços. **São diaristas, empregadas domésticas, porteiros e zeladores. Entre eles, as mulheres estão entre os mais vulneráveis**, avalia Cerqueira. “**Tem muitas mães solos aqui.** Elas são as chefes de família, que cuidam de tudo. Essas mulheres precisam de apoio financeiro, porque estão sem ter como sustentar a casa.” (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 5, 30/04/20)

São milhares de mães que vivem situação similar. Em **São Paulo**, 7 em cada 10 mães cuidam sozinhas ou quase sozinhas dos filhos, o que representa 69% de todas as mães paulistanas, segundo pesquisa da Rede Nossa São Paulo. **A diferença também é vista pelo território, já que a chance de ser mãe chefe de família na periferia é até 3,5 vezes maior do que no centro expandido de São Paulo.** (MATERNIDADE, REPORTAGEM 4 – TEXTO 2, 18 /06/20).

Há na territorialidade uma dimensão simbólico-cultural acionada pela narrativa, onde os locais postos em tela são repletos de significados construídos a partir de dimensões temporais e das experiências compartilhadas, criando assim fronteiras visíveis em relação aos territórios privilegiados. Beatriz Becker acredita que as desigualdades existentes entre comunidades, que afloraram com o combate ao vírus, o medo cotidiano em relação à morte e o sofrimento causado pela perda de milhares de vidas, “poderiam se tornar uma oportunidade de valorização da ética da alteridade, da construção de outros modelos de desenvolvimento social para a humanidade e para o Brasil contemporâneo e de novas práticas jornalísticas (BECKER, Beatriz, 2021, p.18). Neste caminho, essa estratégia atua na busca pelo reconhecimento do lugar de fala, tanto da cobertura, quanto de suas fontes.

A nossa proposta é ambiciosa. **Nossas maiores conexões são no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas estamos alcançando o Brasil todo.** Estamos em posição estratégica neste sentido”, afirma Leão. “As mães que cuidam de filhos e avós são as mais vulneráveis tanto econômica quanto física e emocionalmente. **Eles estão na ponta da pobreza.**” (MATERNIDADE, REPORTAGEM 1, 03/04)

[Pergunta] Desde o início, existe um discurso **de que o coronavírus é “democrático”**, no sentido de que não escolhe vítima, deixando todos indiscriminadamente vulneráveis. Diante **dos dados da pandemia na população negra**, é possível manter essa percepção? [Resposta] Ele não tem nada de democrático. Aliás, **ele tem “preferências”**. **E os negros são um dos grupos preferidos dele.** Se não está conosco agora a maior carga da pandemia, ela gosta sim de gente hipertensa, a maioria negra; gente diabética, a maioria negra; **gente que não tem condição de se higienizar, a maioria negra, né?** É claro que se você olha o histórico da pandemia, tem essa sensação de que dá em rico e pobre, preto e branco, mulher e homem, mas na prática, o estrago... acho que o boletim revela um pouco isso, de quantos morrem, quantos se recuperam. E isso tem que estar no nosso radar, muitos não vão se recuperar da pandemia porque podem até não morrer, mas o que a gente está chamando de recuperação? **Então, quando você vê alguém dizendo “eu tive coronavírus e estou aqui”, será que isso vai ser a regra para a população negra?** (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 3, 16/04/20).

**Alagoas não possui uma política sequer que vise à melhoria da qualidade de vida da população negra.** Na verdade, **a agenda dessa população vem sendo negligenciada no estado**”, completa Santos. A Secretaria de Saúde do estado não comentou os números, nem respondeu se algum episódio ou situação poderia explicar a taxa de mortalidade alta em uma população tão pequena. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 13, 29/05/20).

Destacamos, ainda, que a territorialidade é uma estratégia presente com mais expressividade nas reportagens sobre desigualdades/vulnerabilidades, fato compreensível quando localizamos espaço e temporalmente os lugares de quais fala a cobertura especial. Deste modo, a estratégia mobiliza questões essencialmente atreladas aos territórios apresentados. Favela, periferia e comunidade são palavras que nomeiam as localizações geográficas referidas. Essas são expressões já convencionadas no discurso social das cidades,

e que remetem às leitoras/es uma dimensão da experiência acionada a partir do vivido, ou ainda, experiências adquiridas pela mídia e pelas histórias do convívio social. Neste sentido, afirmar uma territorialidade não é apenas localizar geograficamente uma cidade, estado ou país, mas sim colocar no mapa mental de significações, e do jornalismo enquanto campo informativo, comunidades e espaços invisibilizados, que ganham destaque para além das tragédias e desastres costumeiramente apresentadas pelos veículos de comunicação do país.

As questões culturais são de extrema importância na descrição das territorialidades, pois são elas que marcam a diferença entre regiões e situações de desigualdades. Por exemplo, ao falar em Nordeste, associamos o lugar narrado à problemas que ganham mais visibilidade na mídia, no imaginário social e no senso comum, como a pobreza, a fome, o desemprego, devido principalmente às condições precárias de habitação, saneamento, e a falta de acesso a informações, pelas quais são submetidas determinadas populações desta região. Do mesmo modo, quando falamos em periferias, são as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo as mais lembradas, pois ganham maior visibilidade midiática, também por serem destas localidades as maiores favelas da América Latina (Rocinha - RJ, Paraisópolis e Heliópolis - SP, por exemplo) tanto positiva quanto negativa, por exemplo, em notícias sobre violência, tráfico de drogas, mas também sobre cultura, turismo e diversidade. Além das cidades já mencionadas, a cobertura especial também nomeia outras territorialidades ao estender suas pautas para Pernambuco, Ceará, Salvador, Bahia, Pernambuco, Recife, Goiás, Minas Gerais, Porto Alegre, Florianópolis, Manaus e Tocantins. A divulgação das informações com base em territorialidades é um aspecto fundamental no jornalismo proposto, especialmente para auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade e opressão, moradoras de periferias e comunidades. Embora o conteúdo seja recebido por um público específico de leitoras, que segundo Giulliana Bianconi, cofundadora e diretora da G&N, é formado por “maioria mulher, com graduação, residentes no Sudeste e no Sul, principalmente” (Entrevista à autora, 2020), acreditamos que pôr esses dados em circulação contribui para o debate público sobre as desigualdades de gênero e suas interseccionalidades e, deste modo, a criação de uma consciência crítica e coletiva.

Mesmo com um público restrito, assumir uma postura plural contribui para um movimento de troca entre diferentes mulheres. Segundo bell hooks (2018), já que são as mulheres de classe privilegiada que a mídia em geral costuma ouvir, ou neste caso, as que

mais tem acesso às informações disponíveis pela G&N<sup>25</sup>, é preciso que atuem em conjunto, com o objetivo de beneficiar as mulheres e suas diferenças, e mostrar a importância e a necessidade do feminismo na vida de todas.

### c) Escolha das fontes

As mulheres da cobertura especial Covid-19 são muitas e representam muitas também. De modo geral, podemos destacar que a narrativa coloca em foco a voz e dá visibilidade às mulheres de periferia, mulheres negras, mulheres que vivenciaram violência doméstica, mães solas, mulheres que participam de coletivos, ongs, iniciativas, ações e instituições voluntárias; profissionais de diversas áreas de atuação, professoras de universidades, pesquisadoras, e etc. Márcia Amaral (2015, p.44) reflete que “o discurso jornalístico se constrói sobre estratégias polifônicas de evocação de vozes alheias”. A autora acredita também que as fontes “reforçam os efeitos de realidade pela interpelação de sua experiência” (AMARAL, Márcia, 2015, p.51), especialmente as testemunhais.

Neste trabalho consideramos que há dois tipos de fontes principais que realizam ações nas narrativas, as *especializadas* – profissionais ou pessoas especialistas que retêm um conhecimento específico e reconhecido sobre o assunto em questão –, e as *testemunhais*, que são “consideradas aquelas que presenciaram o fato, que participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele” (AMARAL, Márcia, 2015, p.50). A escolha das fontes é uma característica relevante a ser observada na análise da narrativa, pois ao realizar um arranjo específico de atores e suas falas, a cobertura legitima suas vozes. Em relação as fontes especializadas, lugar ocupado neste projeto principalmente por mulheres, ao observarmos o papel assumido por cientistas, por exemplo, compreendemos que esse é um “importante aspecto a ser considerado na perspectiva do jornalismo como espaço para a divulgação científica e mediação entre esses especialistas e a sociedade” (MASSARINI, Luisa et.al, 2021, p. 5).

De modo sistemático, podemos mensurar o número de fontes, e algumas de suas características reveladas pela narrativa, a partir da separação dos eixos temáticos, realizada no primeiro movimento de análise. Assim sendo, tem-se a seguinte contagem: a) **Fontes no eixo Desigualdades/Vulnerabilidades**: especializadas: 17, sendo três homens e 14 mulheres; e 18

---

<sup>25</sup> Segundo Giulliana Bianconi, cofundadora da GN, o perfil das pessoas que apoiam financeiramente a organização é constituído por maioria mulheres, com graduação, residentes principalmente no sul e sudeste do Brasil.

fontes testemunhais , sendo 14 mulheres, 3 homens e 1 travesti; **b) Fontes no eixo Trabalho:** 33 especializadas, sendo 28 mulheres e cinco homens, na faixa etária dos 30 aos 50 anos; testemunhais são 17 fontes, todas mulheres; **c) Fontes no eixo Saúde:** especializadas são 23 fontes, divididas em 22 mulheres e um homem; testemunhais são 13, sendo 11 mulheres e dois homens; dentre essas estão mulheres e homens que se auto identificam como trans. Fontes na faixa etária de 20 aos 36 anos; **d) Fontes no eixo Maternidade:** oito especializadas, destas são sete mulheres e um homem; e testemunhais 14, todas mulheres entre 19 e 51 anos, a maioria na faixa dos 30 anos, que são mulheres periféricas, mulheres negras e donas de casas; por fim, **e) Fontes no eixo Violência:** seis especializadas, sendo cinco mulheres e um homem; testemunhais são 2, mulheres na faixa etária dos 40 aos 60 anos.

Se na cobertura de desastres as testemunhas assumem um papel fundamental, já que “a elas cabe, sobretudo, comunicar a experiência de ter visto ou vivido uma situação extrema, ou seja, descrever (AMARAL, Márcia, 2015, p.50)”, na narrativa da pandemia não poderia ser diferente. Dar visibilidade as pessoas não representadas cotidianamente no âmbito midiático é um dos efeitos buscados pelo uso de fontes testemunhais no jornalismo (AMARAL, Márcia, 2015). O testemunho revela a experiência direta e imediata vivenciada por alguém sobre determinado acontecimento, para então comunicar outra pessoa que não passou pela mesma experiência. Deste modo, o testemunho cria um espaço propício para a mobilização de respostas afetivas e políticas, especialmente sobre situações e experiências de sofrimento. Ou seja:

o testemunho midiático instaura uma experiência na qual os públicos das mídias são inscritos em uma condição moral orientada no sentido afetivo da identificação e responsabilização para com os sofredores, no da empatia e da solidariedade a esses sujeitos, mas também no sentido da indignação, ódio ou ressentimento de *nós* contra *aqueles* que causam sofrimento aos *outros* (ANTUNES, 2012). Essas múltiplas formas de articulação do testemunho midiático revelam a complexidade da dimensão política desse fenômeno, especialmente naquilo que ela evidencia sobre as formas de interação entre testemunhas *na* mídia e testemunhas *através* da mídia (LAGE, Leandro, 2018, p.135)

O uso do testemunho pelo viés politizado, o qual faz emergir dimensões afetivas e emocionais, é uma das características que estruturam as estratégias narrativas da prática jornalística em questão, especialmente porque ele é capaz de mobilizar experiências e o reconhecimento de vivências e situações específicas.

Em relação às personagens, podemos perceber a pluralidade que a cobertura deseja alcançar. As histórias individuais narradas pelas mulheres das reportagens são também histórias coletivas. Na pandemia do Coronavírus no Brasil há muitas mulheres de periferia,

desempregadas e que carregam preocupações frente aos desafios impostos pelo vírus, como a alimentação dos filhos e o sustento do lar. Também há muitas mães solas que tiveram que abandonar o emprego para se dedicar ao trabalho não remunerado do lar, além dos cuidados com os filhos e familiares. As fontes testemunhais narram a experiência de muitas mulheres, não só durante a pandemia, mas em tempos diferentes de suas vidas. E sua apresentação traz traços de uma interseccionalidade ativa na escolha de suas vozes:

**Jennifer, mulher negra, moradora de Itaquera, na Zona Leste de São Paulo, é mãe solo de quatro filhos** (entre dois e 16 anos). O pai das crianças não tem emprego formal e paga cerca de 300 reais por mês de pensão. É com seu trabalho de diarista que Jennifer garante a maior parte do sustento da casa. (TRABALHO, REPORTAGEM 2, 24/03/2020)

Este também é também o caso de **Marina Mathey, artista de 27 anos, moradora do Grajaú**, na zona sul de São Paulo. A travesti, como se identifica, começou o tratamento hormonal pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em meados de 2019. (SAÚDE, REPORTAGEM 5, 16/04//2020)

Por ser, **como ela mesmo descreve, uma “mulher negra, gorda, favelada e lésbica”, a carioca** trata na sua arte da interseccionalidade dessas identidades e do impacto dissona sua vida. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 15, 29/06//2020)

Na margem direita do Rio Tapajós, o distrito de Alter do Chão, que faz parte do município de Santarém, no Pará, é onde vive **Val Munduruku, jovem ativista indígena e estudante** de Gestão Pública da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 14, 10/06//2020)

Nos relatos das enfermeiras e técnicas de enfermagem, por exemplo, reconhecemos as histórias de muitas instituições de saúde no país. Considerados culturalmente como trabalhos femininos em nossa sociedade, as profissionais que atuam na área da saúde enfrentam os desafios diários da falta de estrutura e gerenciamento e das condições muitas vezes precárias do sistema de saúde brasileiro. Além disso, encaram jornadas exaustivas, suportam pagamentos desiguais e desvalorização profissional. O trabalho do cuidado é difícil, complexo e sobrecarrega muito mais mulheres do que homens em nossa sociedade. As mulheres continuam “sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças” (ONU MULHERES, Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta, p. 1, 2020).

De acordo com Rayza Sarmiento (2021, p. 308), os estudos sobre fontes jornalísticas que consideram as dimensões de gênero “têm mostrado que as mulheres são menos ouvidas

na condição de especialistas e na condição de pessoas comuns [...]”, um quadro que a cobertura especial covid-19 busca modificar a partir da escolha de vozes que compõem a narrativa. A fala das fontes também ganha destaque visual nas reportagens, através do realce de determinados trechos de suas falas. Além do uso das aspas, característica exercida pelo jornalismo para referir-se a presença da voz do outro, os destaques de fala ocupam um lugar importante de autoridade, que chama atenção para suas palavras. As falas são “metáforas da pretensa abertura daquelas narrativas à palavra do outro. Mas não qualquer palavra. Trata-se de um depoimento, de um relato de experiências. Mas não quaisquer experiências” (LAGE, Leandro, 2018 p.121), são as experiências das mulheres das quais fala a narrativa. Os trechos extraídos das reportagens demonstram essa estratégia:

Figura 9: Exemplo de fala em destaque de uma fonte especializada

**“** *Quando essas outras mulheres não conseguem acessar o sistema, não levam os filhos de quem está encarcerada, o que gera questões e desgastes emocionais. Temos um ciclo de desgaste emocional, tanto das mulheres encarceradas, sem notícias de suas famílias, quanto de suas mães.*

Fonte: Especial Covid-19, Saúde, Reportagem 3, 02/04/20

Figura 10: Exemplo de destaque de fala de fonte especializada

**“** *Este atendimento às mulheres já vinha piorando antes da pandemia, e agora os serviços estão se utilizando também dessa nova desculpa para dificultar o acesso*

Fonte: Especial Covid-19, Saúde, Reportagem 10, 02/06/20

Figura 11: Exemplo de fala de fonte testemunhal

**“** *“Na casa de um dos idosos, eu não tinha alimentação. Precisava levar a marmita, mas a filha dele não me deixava colocar na geladeira. Como almoçava muito tarde, às vezes a comida azedava”.*

Fonte: Especial Covid-19, Trabalho, Reportagem 4, 30/03/20.

Figura 12: Fala em destaque de fonte testemunhal

“ *Somos exceção! Não é fácil sendo de onde a gente é, mas não é impossível. Se a gente conseguiu chegar à universidade, é porque recebemos suporte de outras instituições e pessoas, que nos ensinaram o que é Enem, o que é Prouni. Queremos ser essa referência para eles. A gente não tem pretensão de mudar tudo, mas alguém precisava começar, e a Moanan foi quem deu o empurrão*”, projeta a amiga Rayane Marques.

Fonte: Especial Covid-19, Desigualdades/Vulnerabilidade, Reportagem 6, 08-05-20

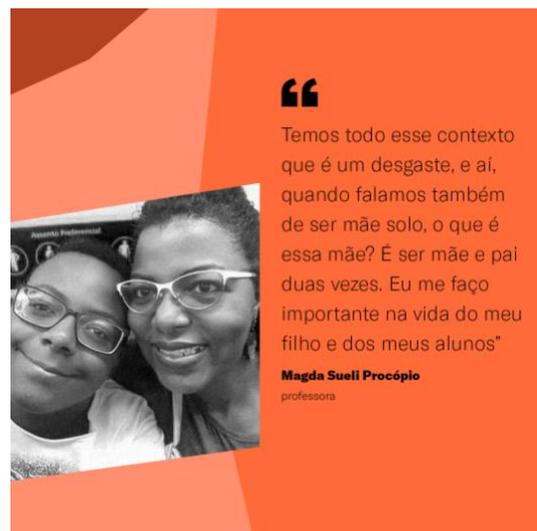
Em algumas reportagens, os destaques de fala vêm acompanhado de imagens das fontes. As fotos apresentadas pela narrativa também permitem as leitoras identificar quem são as mulheres que contam suas histórias, e demonstram seus pontos de vista sobre determinados assuntos. Em grande maioria, as fotos divulgadas são de arquivos pessoais, ou retiradas de redes sociais, o que consideramos uma nova realidade imposta pela pandemia na rotina profissional das jornalistas, já que seu trabalho em campo também foi afetado pela crise. De acordo com Leandro Lage (2018), uma notável “evidência do apelo testemunhal é a presença do corpo, que carrega consigo as marcas visíveis da experiência vivida e atua, em primeiro lugar, como princípio de atestação do depoimento (LAGE, Leandro, 2018, pp. 121-122), característica visível nos exemplos abaixo:

Figura 13: Destaque de fala e foto de fonte testemunhal



Fonte: Especial Covid-19, Maternidade, Reportagem 4, 18/06/20

Figura 14: Destaque de fala e foto de fonte testemunhal



Fonte: Especial Covid-19, Maternidade, Reportagem 4, 18/06/20

Figura 15: Foto divulgada de fonte testemunhal



Fonte: Especial Covid-19, Desigualdades/Vulnerabilidades, Reportagem 5, 30/04/20

Figura 16: Exemplo de imagem de fonte especializada



Fonte: Especial Covid-19, Saúde, Reportagem 11, 17/06/20

Figura 17: Exemplo de destaque de imagem de fonte especializada



Fonte: Especial Covid-19, Trabalho, Reportagem 14, 10/07/20

Ao produzir informação a partir das experiências compartilhadas pelas fontes especializadas e testemunhais, a cobertura especial contribui para o debate social sobre importantes questões, como a conciliação entre o trabalho remunerado e não remunerado na vida das mulheres, especialmente mulheres negras e chefes de família, um ponto muito discutido e exigido também pelos movimentos feministas. Ainda, segundo o relatório da ONU Mulheres (2020, p.2), “garantir a dimensão de gênero na resposta requer alocar recursos suficientes para responder às necessidades de mulheres e meninas”. Incluir lentes interseccionais na cobertura de uma pandemia é demonstrar as necessidades e as vivências diferentes de mulheres a partir de suas marcações de classe, raça, geração, territorialidade e entre outras categoriais sociais importantes.

A narrativa da cobertura é composta também por histórias que gostaríamos de ouvir mais vezes, como da presença de mulheres negras ocupando cargos de liderança e

reconhecidos em espaços públicos e privados. Os relatos das professoras, pesquisadoras, diretoras e coordenadoras de institutos de pesquisa, acionadas como fontes especializadas, apresentam bem mais que experiências vividas durante a pandemia. A narrativa articula passado e presente ao apresentar relatos das personagens sobre situações que ilustram o racismo estrutural presente em nossa sociedade.

Mulheres negras enfrentam barreiras e demonstrações de racismo diariamente no Brasil, tendo em vista que este é um problema estrutural da sociedade contemporânea. De acordo com Joan Scott (1990, p. 21), “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, atrelado a outras categorias essas relações se tornam mais complexas e problemáticas. Deste modo, as vozes dessas mulheres, principalmente em destaque como fontes especializadas, quebram um paradigma machista no campo do jornalismo que prioriza a opinião de homens quando necessita de informações especializadas e autorizadas, ou mesmo seu testemunho sobre determinado acontecimento. Na cobertura especial covid-19, são as vozes das mulheres que reverberam e constituem a narrativa jornalística feminista e interseccional.

#### **d) Denúncia**

Uma das finalidades do campo do jornalismo é fiscalizar o poder público com objetivo de atender aos interesses da sociedade e fortalecer a democracia (REGINATTO, Gisele, 2018). Neste sentido, compreende-se que cabe ao jornalista fazer a denúncia, e “também cobrar a tomada de providência por parte das autoridades cabíveis (REGINATTO, Gisele, 2018, p.8). A denúncia é considerada neste trabalho como estratégia de posicionalidade, pois ao acioná-la a cobertura atua como espaço de visibilidade de questões problemáticas e ignoradas nos discursos sociais e políticos sobre o enfrentamento da pandemia, e principalmente como espaço de escuta de denúncias recebidas pelas fontes, sejam elas testemunhais ou especializadas.

O ponto central nesta estratégia é a ação de denunciar tanto pelo discurso das organizações do projeto, quanto pelas vozes que ganham espaço na narrativa. Entre as principais questões levantadas pela cobertura, as quais são caracterizadas como denúncias em relação ao enfrentamento da pandemia do coronavírus no Brasil, estão a falta de ações dos governos federais e estaduais direcionadas às comunidades periféricas, indígenas, quilombolas e LGBT+; as dificuldades enfrentadas pelas profissionais de saúde devido à falta de estrutura de sistemas de saúde e da instabilidade dos protocolos de enfrentamento

desenvolvidos; a falta de equipamentos e materiais em hospitais e unidades de atendimento, e a ausência de treinamentos e assistência psicológica para profissionais que atuam na linha de frente. Também são colocados em pauta situações problemáticas enfrentadas pelas trabalhadoras informais, como o abuso sofrido pelas domésticas, as quais denunciam experiências traumáticas que precisaram enfrentar durante a pandemia. Tais temas são colocados em pauta a partir da inclusão de denúncia, implícitas ou explícitas, para confrontar as diversas informações falsas que surgiram nesse período de pandemia, e que buscam agir como forma de conscientização sobre questões problemáticas existentes muito antes da crise, embora agora aconteçam de forma mais complexa, e com riscos maiores devido a propagação do vírus.

Atendemos uma doméstica que **há tempos vem passando dificuldades com a patroa**. Este ano ela foi para o litoral tomar conta do filho da empregadora, **mas não recebeu pelas horas extras que trabalhou na viagem**. Foram 32 dias direto. A patroa a fez assinar o caderno de horas com os horários que ela mesma determinou. Durante a pandemia, quer que a trabalhadora fique na casa, alegando que ela não tem filho. Depois da viagem, ela esteve apenas dois dias em casa e já está há 15 na casa da empregadora'. **O relato de Silvia Maria Silva dos Santos, presidenta do Sindicato das Domésticas do Município de São Paulo, mostra a escalada de abusos, que começa muito antes da pandemia e, de fato, remonta ao Brasil colonial.** (TRABALHO, REPORTAGEM 5, 02/04/20)

**As condições de trabalho que sempre foram precárias pioraram nesse período com a exposição:** é falta de insumos, de limpeza, higienização dos espaços. Temos um Cras (Centro de referência de assistência social) que ficou sete dias sem limpeza e higienização do espaço físico', **denuncia à Gênero e Número um grupo de profissionais que não quer ser identificado.** (TRABALHO, REPORTAGEM 12, 10/06/20).

[...] E os 600 reais oferecidos como solução pelo governo federal? **Os pedidos de renda emergencial esbarram na falta de documentos**, perdidos em enchentes provocadas pelas chuvas do último verão, e no desconhecimento sobre as ferramentas tecnológicas necessárias. É mais uma frente de trabalho aberta para o Levante Aço. **A experiência corrobora a percepção do quanto os direitos são negados à periferia.** (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 6, 08/05/20).

Se, por um lado, indígenas receberam cestas básicas, por outro, **não tiveram garantia de acesso a água potável, materiais de higiene e leitos no enfrentamento à covid-19**. Vetos de Jair Bolsonaro em lei que determina medidas proteção desses povos levaram o presidente da República a ser denunciado no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados pelo senador Fabiano Contarato (Rede/ES). Enquanto isso, **a subnotificação crônica faz com que o Ministério da Saúde registre menos óbitos contabilizados pela Associação dos Povos Indígenas (Apib)**, enquanto garimpeiros avançam pelos territórios, levando destruição e risco de contágio. (REPORTAGEM 16, DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, 29/06/20).

**Bruna Benevides, secretária de Articulação Política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), nega que o ministério tenha dado tais contribuições:** “Este é um tema recorrente que denunciamos. Há uma manipulação para fazer parecer que há algo sendo feito. Fazemos um monitoramento das ações

em prol da população LGBTQ+ e não temos conhecimento de nenhuma ação do ministério, até para que pudéssemos apoiar e fortalecer. E não somente a Antra, como a ABGLT [Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transexuais e Intersexos] e o Conselho Popular LGBTQ. **Estamos de olho na tentativa de manipulação de atividades e ações**". Ela conta ainda que a cartilha lançada pelo ministério foi alterada porque foi fruto de plágio de um documento que a Antra lançou em 18 de março, sobre cuidados para profissionais do sexo. **Sobre o apoio para travestis e transexuais no recebimento do auxílio emergencial, Benevides relata que, segundo a Antra, cerca de 70% da população trans não teve acesso ao auxílio, já que o aplicativo da Caixa não tem o campo "nome social"**. (DESIGUALDADE /VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 16, 29/06/20).

A partir desta estratégia, é possível observar que o caráter de denúncia, algo tão caro ao jornalismo brasileiro, é transformado a partir de uma perspectiva feminista e interseccional empregada pela cobertura especial. Por este ângulo, podemos refletir sobre uma mudança de paradigma dentro do campo, pois o caráter político das denúncias é manifestado a partir das experiências e das vozes das mulheres que falam à narrativa. A estratégia assume assim um caráter coletivo. As reportagens não denunciam uma pessoa específica ou situação particular – como as vezes acompanhamos nos grandes veículos de mídia ao anunciarem suas reportagens sobre escândalos de figuras públicas ou políticas, por exemplo –, mas problemas que atingem diferentes mulheres em diversas partes do país, e que são complexificados conforme seus marcadores de classe, raça, etnia e territorialidade. Como veremos mais adiante, as denúncias ajudam a identificar problemas reconhecidos que ganham novos contornos pela crise instaurada no país com a chegada do Coronavírus. As características desveladas pela análise podem ser identificadas nos exemplos abaixo:

Metade das professoras consultadas informou que conseguiu submeter artigos durante a pandemia. Entre homens, a proporção chega a 68%. Quando a pesquisa cruza gênero, raça e parentalidade, as diferenças são gritantes. **Enquanto 46% das docentes negras com filhos conseguiram submeter seus trabalhos durante o período, entre homens brancos sem filhos a proporção chega a 77%**. Vale apontar que a diferença entre mulheres negras com e sem filhos é de apenas dois pontos percentuais, enquanto entre mulheres brancas ela chega a onze pontos (MATERNIDADE, REPORTAGEM 5, 08/07/2020).

Desde que Jair Bolsonaro assumiu o poder, em 2019, **políticas sociais essenciais foram enfraquecidas, e os orçamentos para responder à violência contra as mulheres, drasticamente cortados**. Desse modo, as ativistas estão fazendo o trabalho **de instituições falhas ou desmanteladas**. "No momento, o que estamos fazendo é um paliativo, **já que o Estado não está se manifestando**", afirma Nascimento. (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 3, 11/05/20)

**A violência física e sexual contra mulheres aumentou durante o isolamento social provocado pelo coronavírus. O número de feminicídios cresceu 22% em 12 estados brasileiros nos meses de março e abril**, segundo um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. [...] **Ao contrário do que determina a norma técnica de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual do Ministério da Saúde**, segundo a qual não é necessário apresentar boletim

de ocorrência (B.O.) ou autorização judicial para realizar o procedimento em casos de violência sexual, **quatro hospitais mencionaram essa necessidade, enquanto três pediram um encaminhamento médico** (SAÚDE, REPORTAGEM 10, 02/06/20);

Nesta perspectiva, as fontes assumem um papel decisivo no fortalecimento e embasamento das denúncias. Outro ponto de destaque dessa estratégia é seu uso coletivo na especial covid-19, ou seja, estamos falando de reportagens produzidas colaborativamente entre quatro organizações de jornalismo e mídia, onde a competição é deixada de lado para dar espaço ao engajamento e fortalecimento de uma narrativa que busca transformação. As denúncias que partem de experiências coletivas e interseccionais demonstram como os problemas da sociedade brasileira atingem as populações de diferentes modos, especialmente as mulheres. Esse traço é visto também como prática de um feminismo em rede, onde “a capacidade de coletivizar demandas que pareciam individuais e relacionar tais reivindicações com as dinâmicas desiguais que atravessam a vida das mulheres de forma amplificada [...]” (SARMENTO, Rayza, 2021, p.19) floresceu nos movimentos sociais que atuam no âmbito digital.

Portanto, na construção da estratégia denunciativa é preciso que o engendramento das categoriais sociais não recaia em uma hierarquização ou sobreposição, ou seja, ao discutir a vidas das mulheres é necessário relacionar, por exemplo, que ser “negra e pobre tem um impacto diferente na vida produtiva e nas relações construídas. Contudo, isso não pode ser feito isolando as ‘variáveis’ ou pensando causalidades entre elas, e sim a partir de como esse todo se constrói diante dos cruzamentos de marginalizações” (SARMENTO, Rayza, 2020, p.6). Essa é uma característica potente para se pensar nas transformações do jornalismo, sobre tudo a partir do viés feminista.

#### **e) Mediação e trânsito de informações**

Angústias, temores, medos, dúvidas e inseguranças, essas são as principais características que convocam e imprimem a necessidade de esclarecimentos sobre a pandemia da Covid-19 no Brasil, papel que assume a cobertura especial. Mediar e possibilitar esse movimento através da informação é o ponto chave dessa cobertura. Em situações que se revelam como acontecimentos extremos, por exemplo pandemias e catástrofes, o papel do jornalismo como mediador é acentuado. No caso de uma cobertura especial temática e posicionada, “transforma[-se] a informação técnica e dispersa em informação acessível e

concentrada, adquir[indo] alto nível de relevância, podendo significar a tomada de decisões pela população que dizem respeito à sua sobrevivência” (REGINATO, Gisele, 2019, p. 232). Ao analisar a cobertura jornalística sobre as vacinas no Brasil, Luisa Massarani et. al (2021, p.4) identificam que o jornalismo “assume funções sociais relevantes, como a prestação de serviço, ao informar sobre campanhas de vacinação; a divulgação científica, ao explicar conceitos e pesquisas; e a promoção da saúde [...]”. Essas características são visíveis também na cobertura sobre a pandemia realizada pela especial Covid-19, como podemos observar na estratégia de posicionalidade apresentada neste item.

Como mencionado outras vezes, as abordagens temáticas retratam realidades muitas vezes esquecidas ou apagadas das notícias sobre o coronavírus no Brasil, e que, no entanto, são as mais afetadas e necessitadas de informação. Assim, a estratégia de posicionalidade discutida neste tópico tem como objetivo trazer de forma simples e clara – integrando recursos textuais e visuais –, informações que são direito dos cidadãos, especialmente situados em comunidades periféricas, e que não são específicas da pandemia, mas que foram deixadas de lado em função do agravamento da crise. Informações relacionadas a questões trabalhistas, acesso à saúde, educação e amparo em situações de violência, por exemplo, são trazidas à tona pelas reportagens, que optam em sua grande maioria por apresentar soluções alternativas, como iniciativas de ONG’s, entidades e movimentos sociais, especialmente por serem mais acessíveis às comunidades de quais falam. Essa característica está ligada a uma posição de crítica à atuação dos governos para as populações mais vulneráveis. Portanto, o papel como mediadora de informações que podem mudar suas realidades e ajudar nos problemas cotidianos é assumido através da divulgação de projetos, explicação de leis, termos, conceitos, pesquisas, e da divulgação de ações comunitárias e independentes.

Contudo, é preciso considerar que a mediação é um processo complexo de produção de sentido. O jornalismo como mediador da realidade cumpre um decisivo papel na transposição dos acontecimentos que ocorrem no mundo, e contribui para a produção de conhecimento social. Portanto, mais uma vez indicamos que a objetividade dá lugar à posicionalidade na cobertura analisada, pois a mediação leva em consideração valores e experiências particulares tanto das organizações quanto das/os jornalistas que produzem narrativas, as quais contribuem na configuração de um ponto de vista feminista e interseccional, o qual chega as leitoras/es com uma carga de significados diferente de alguma outra narrativa sobre a pandemia no Brasil.

Os trechos abaixo, retirados das reportagens, nos dão a dimensão de como essa estratégia é acionada.

**Nos bairros mais pobres do Rio de Janeiro, ativistas estão usando o WhatsApp para divulgar informações básicas sobre a evolução da pandemia e medidas de higiene para evitar a infecção.** Por meio de mensagens de texto e de voz, memes chamativos e infográficos, elas compartilham dicas sobre o acesso ao auxílio financeiro emergencial e **orientam sobre como obter ajuda em caso de violência doméstica** (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 3, 11/05/2020);

No entanto, em uma conversa sobre como tinha engravidado, **ela contou que o parceiro tinha tirado a camisinha sem avisá-la e sem seu consentimento. Cristina não sabia que isso era uma forma de violência sexual. Conhecido como stealthing, o ato de tirar o preservativo sem consentimento da mulher é considerado violência sexual e, portanto, é crime no Brasil. Com posse dessa nova informação, Cristina soube então que sua gestação era resultante de uma violência sexual e, portanto, tinha direito ao aborto dentro da lei no Brasil.** Procurou então o serviço do SUS e conseguiu interromper a gestação. Apesar de ser um direito, o acesso ao aborto dentro da lei nem sempre é garantido. (SAÚDE, REPORTAGEM 8, 20/05/20);

**A PEC igualou os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores urbanos e rurais,** incorporando novos direitos, entre eles: recolhimento de FGTS pelo empregador; **jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais; pagamento de hora extra; auxílio-creche; indenização em caso de demissão sem justa causa; respeito a acordos estabelecidos em convenções coletivas.** Promulgada em 2013, a Proposta de Emenda à Constituição foi regulamentada dois anos depois, pelo Senado, quando finalmente passaram a valer sete dos benefícios estabelecidos no texto. (TRABALHO, REPORTAGEM 6, 02/04/20)

**O DIU é o método contraceptivo mais eficaz disponível no SUS** – as chances de engravidar com o dispositivo são pelo menos 10 vezes menores do que com a pílula e 20 vezes do que com a camisinha. Porém, ele ainda não é oferecido em todas as capitais. (SAÚDE, REPORTAGEM 6, 20/04/20)

Se estiver com dificuldades para seguir o pré-natal por causa de exames e consultas desmarcados na rede pública ou privada, a mulher pode denunciar na secretaria municipal de saúde da cidade onde mora. É a secretaria que precisa oferecer uma alternativa e atender a demanda, mesmo que seja em outro posto de saúde. [...] **Ter um acompanhante é um direito da mulher. Conhecida como Lei do Acompanhante, a lei nº 11.108 obriga serviços de saúde público ou privado a permitirem que a gestante tenha um acompanhante no trabalho de parto, parto e pós-parto nos hospitais.** (SAÚDE, REPORTAGEM 2, 02/04/20).

As explicações apresentadas pela narrativa também indicam como as diferentes intersecções entre as categorias, especialmente gênero, raça e classe, fazem com que as mulheres vivam experiências diversas, e ao mesmo tempo únicas, de opressão e privilégios. (BACH, Ana María, 2014). Neste sentido, a interseccionalidade atravessa novamente o acionamento das estratégias de posicionalidade, nos mostrando quem são as mulheres que necessitam de esclarecimentos e direcionamentos para conseguirem enfrentar a pandemia dentro de suas realidades, já que são elas as que mais são abandonadas e esquecidas pelas ações do governo. Por outro lado, lembradas e representadas por outras iniciativas que se debruçam na busca por facilitar e melhorar suas vidas. Essa particularidade da narrativa pode

ser observada, por exemplo, ao colocar em foco os desafios acentuados para mulheres, mães, negras e periféricas durante a pandemia. Para esclarecer o modo como a interseccionalidade opera, as reportagens também exploram pesquisas, descrevem conceitos, e comparam situações considerando o engendramento das categorias sociais.

Uma pesquisa realizada pelo Data Favela e pelo Instituto Locomotiva aponta que **as favelas do Brasil têm 5,2 milhões de mães**. Destas, 72% afirmam que a alimentação de sua família ficará prejudicada pela ausência de renda durante o isolamento social, 73% dizem que não têm nenhuma poupança que permita manter os gastos sem trabalhar por um dia que seja, e 92% dizem que terão dificuldade para comprar comida após um mês sem renda. (MATERNIDADE, REPORTAGEM 3, 10/05);

Com os recursos arrecadados, o **Mãos de Maria** mantém a distribuição gratuita de marmitas e remunera 20 mulheres que trabalham no restaurante e foram alunas de um curso de culinária que é oferecido desde 2006 pela associação de Mulheres de Paraisópolis. **Outras iniciativas lideradas por mulheres tentam minimizar os efeitos da pandemia na favela**. Rejane Santos, com o Emprega Comunidade, **lançou o programa Adote uma Diarista**. Qualquer pessoa pode doar para que as empregadas domésticas cadastradas recebam por três meses uma cesta básica, um kit de limpeza e R\$ 300. **O Costurando Sonhos, outro negócio social liderado por mulheres**, produz máscaras que são distribuídas em Paraisópolis e financia a capacitação das costureiras, remuneradas pela produção das máscaras (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 5, 30/04/20).

‘Esse é o movimento que devemos focar: cuidar de uma mãe não é função só do companheiro. É da sociedade. **O que faz uma mãe solo não é a ausência de um marido, é a inconsciência e desumanidade popular**’, analisa. (MATERNIDADE, REPORTAGEM 4, TEXTO 5, 18/06/2020).

‘Quando a mulher tem um filho, dois ou mais e o pai da criança não assume, isso leva **a mulher que já está na precariedade a uma condição de maior pobreza, é isso também que chamamos de feminilização da pobreza**’, explica o demógrafo José Eustáquio Alves. (TRABALHO, REPORTAGEM 3, 27/03/20)

O uso de dados como contribuição para a construção de informação não é algo novo no jornalismo, mas a forma como são usados, ou melhor, quais dados ganham visibilidade, é que fazem a diferença na narração das histórias sobre a pandemia, e essa é uma estratégia que perpassa todos os eixos temáticos encontrados e analisados neste trabalho. Para Andrielle Guilher et.al (2019, p.265), “combinação entre estatística, transparência e acesso à informação, fortalecida no contexto digital, colabora com o embasamento de estratégias que visam melhorar as condições sociais”. Esse estilo de configuração da informação, com base em bancos de dados, é uma característica da produção jornalística de Gênero e Número que reflete diretamente no projeto da cobertura, especialmente por contribuir com abordagens de caráter feminista, e também uma tendência do jornalismo contemporâneo como um todo. Além do uso de dados, os hiperlinks também estão presentes em muitas reportagens da narrativa, guiando as usuárias/os para sites que trazem informações complementares as

apresentadas pela reportagem. As tecnologias digitais oportunizam aos meios de comunicação diferentes formas de relação com o público, que resultam em novos processos de leitura, e potencializam as características do jornalismo. A combinação e integração de elementos configura um formato específico de linguagem: a hipermídia. Contudo, esse formato requer ir além da simples disposição das formas expressivas em um único conteúdo. Para Raquel Longhi “a hipermídia atua para a criação de narrativas nas quais o acompanhamento de informações adicionais ao texto significa, por si só, um elemento fundamental da informação on-line”, (LONGHI, Raquel, 2009, p.192). Na linguagem hipermídia, as narrativas são compostas por elementos textuais, visuais, interativos, entre outros, características que podemos observar na configuração narrativa do projeto especial covid-19.

Deste modo, o texto, elemento central na produção jornalística, ganha uma nova formatação. Segundo João Canavilhas (2014, p.4), nesse formato o texto “transforma-se numa tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos ligados através de hiperligações (links), ou seja, num hipertexto”, como é possível ver nos trechos abaixo:

Em âmbito nacional, o ministro Dias Tofoli, presidente do Conselho Nacional de Justiça, assinou em 17 de março a **recomendação 62** que orienta as administrações penitenciárias de todos os estados sobre práticas e medidas a serem adotadas no sistema penal e socioeducativo para proteger detentos no contexto da covid-19. No documento, mulheres e adolescentes que amamentam ou que têm filhos menores de 12 anos, além de indígenas e pessoas com deficiência, são prioridade nas recomendações. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 2, 07/04/20).

Todas essas mulheres estavam organizando suas viagens com apoio da iniciativa **Milhas Pela Vida das Mulheres**, que ajuda brasileiras a abortarem legalmente em países onde o procedimento é permitido. (SAÚDE, REPORTAGEM 8, 15/05/20).

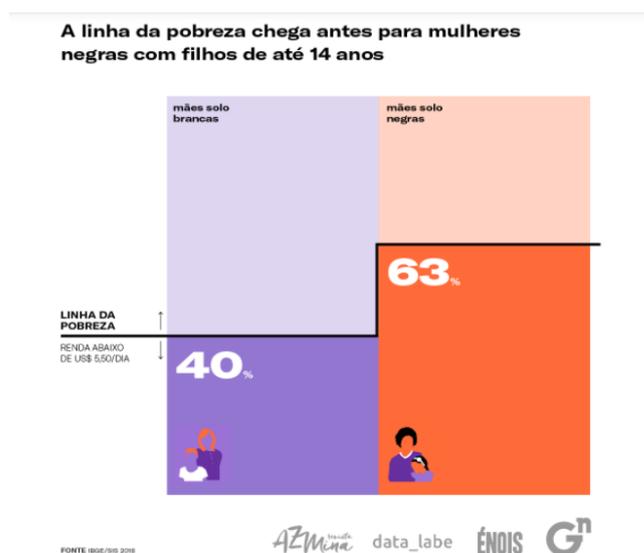
No país, 84,7% dos auxiliares e técnicos de enfermagem são mulheres. Entre os profissionais com ensino superior, elas são 86,2%, segundo a **pesquisa** “Pesquisa Perfil da Enfermagem” do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). (TRABALHO, REPORTAGEM 1, 19/03/20)

Outra característica do jornalismo proposto pela cobertura especial através das reportagens hipermídia é a interatividade. Fundamental na busca por atender a demanda por conteúdos inovadores, e essencial no campo da comunicação, a interatividade é “a capacidade gradual que um meio de comunicação tem para dar maior poder aos utilizadores tanto na seleção de conteúdos (‘interatividade seletiva’) como em possibilidades de expressão e comunicação (‘interatividade comunicativa’)” (ROST, Alejandro, 2014, p. 55). O conceito de interatividade pode ser definido como elo entre as leitoras/es e os meios, “porque permite abordar esse espaço de relação entre ambas as partes e analisar as diferentes instâncias de

seleção, intervenção e participação nos conteúdos do meio. Insere-se nessas zonas de contacto entre jornalistas e leitores, que as tecnologias têm alargado e simplificado. (ROST, Alejandro, 2014, p. 53).

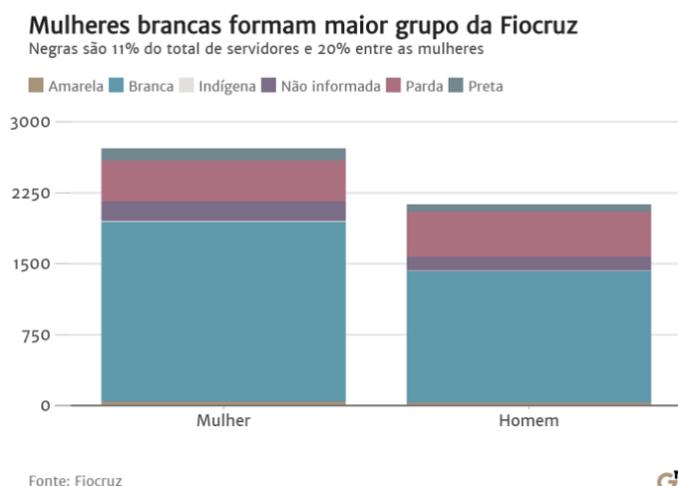
A infografia está presente nesta produção como uma forma interativa de leitura capaz de gerar engajamento. O infográfico interativo é um elemento capaz de combinar recursos e potencializar a apresentação das informações, tornando-se uma ferramenta que contribui com a narrativa ao “evidenciar detalhes muitas vezes difíceis ou quase impossíveis de serem explicados através de uma narrativa jornalística textual convencional” (TEIXEIRA, Tatiana, 2008, p. 164). Ao incorporar este elemento, a reportagem apresenta informações sobre a pandemia no Brasil a partir do cruzamento de dados e de categoriais sociais, como raça e classe. A infografia possibilita as leitoras/es compreender de forma mais clara os dados dispostos no texto, e os motivos pelos quais a pauta abordada é tão importante, pois refletem situações de opressão e vulnerabilidade específicas vivenciadas por mulheres durante a pandemia da covid-19 no Brasil, situações essas que são diferentes para cada uma pela forma como estão posicionadas socialmente, ou seja, de acordo com suas especificidades de classe, raça, gênero, territorialidade e outros marcadores. Para além de fazer vislumbrar a interseccionalidade implicada nos problemas relacionados à pandemia, os infográficos permitem visualizar que situações individuais fazem parte de problemas coletivos das mulheres brasileiras, como a fome, a pobreza, as questões trabalhistas e etc.

Figura 18: Reportagem 4 – Maternidade, 18/06/20



Fonte: Cobertura Especial Covid-19

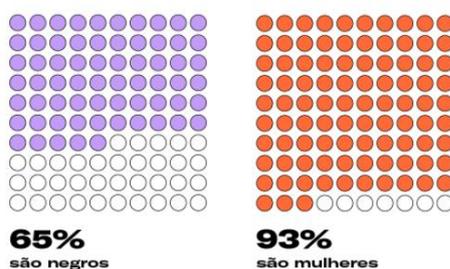
Figura 19: Reportagem 8, Trabalho, 08/05/20



Fonte: Cobertura Especial Covid-19

Figura 20: Reportagem 5, Trabalho, 02/04/20

**PERFIL DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS NO BRASIL (2018)**  
Das 6,2 milhões de pessoas que estavam empregadas no serviço doméstico, mais de 3,9 milhões eram mulheres negras



FONTE: IPEA

AZMina data\_labe ÉNOIS G<sup>n</sup>

Fonte: Cobertura Especial Covid-19

Consideramos que os infográficos interativos, aqueles nos quais as leitoras têm autonomia para escolher qual informação desejam ver, representam uma característica importante proposta pela cobertura especial. Como exemplo, algumas reportagens sobre violência apresentam mais do que dados atualizados sobre as situações vivenciadas por mulheres durante a pandemia. É a partir da base de dados organizada pelo projeto, que a narrativa consegue apresentar tanto ferramentas e ações tradicionais de instituições que atuam no combate à violência, quanto soluções alternativas oferecidas por entidades diversas, como redes de apoio, ONG's e coletivos, que buscam alcançar diferentes mulheres e suas diferentes situações de violência. São iniciativas que consideram os marcadores sociais e trabalham a

partir deles para criar soluções e alternativas eficientes, condizentes com o contexto atual da pandemia.

Em novembro de 2019, junto com a co-fundadora Pâmela Oliveira, decidiu direcionar seus esforços de voluntariado a criar o próprio coletivo, **o projeto Pretas Ruas**. A motivação principal era a invisibilidade, a ausência de projetos específicos eficientes direcionados a essa parcela da população. O Pretas Ruas também tem foco no acolhimento de mulheres que vivem em abrigos, trabalhando principalmente no resgate da sua identidade e autoestima. [...] E a percepção dela se confirma. **Dados do Ministério da Saúde, compilados pela Secretaria de Vigilância em Saúde, referentes ao ano de 2017, mostram que mulheres são as principais vítimas de violências motivadas exclusivamente por uma pessoa estarem situação de rua: 56,3%. E pessoas negras são 55,8% de todas as vítimas. Não por acaso, Pretas Ruas foi o nome escolhido para o projeto de Pamella.** (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 12, 28/05/20)

Nos bairros mais pobres do Rio de Janeiro, ativistas estão usando o WhatsApp para divulgar informações básicas sobre a evolução da pandemia e medidas de higiene para evitar a infecção. Por meio de mensagens de texto e de voz, memes chamativos e infográficos, elas compartilham dicas sobre o acesso ao auxílio financeiro emergencial e **orientam sobre como obter ajuda em caso de violência doméstica** (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 3, 11/05/2020)

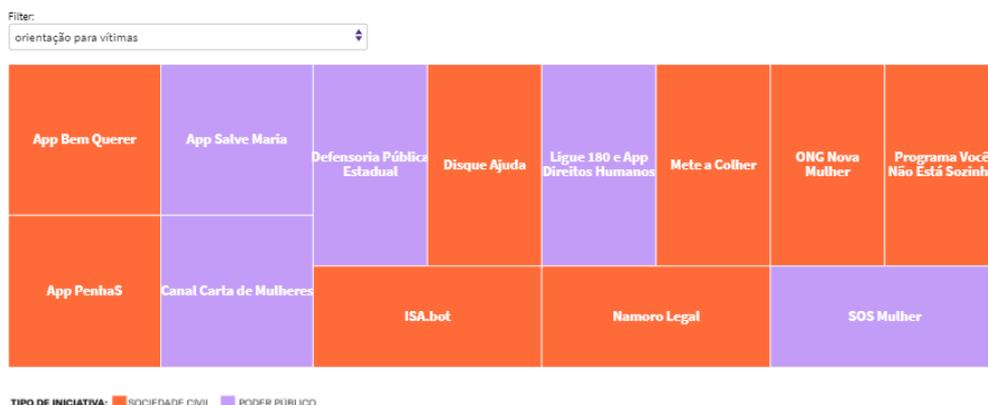
O infográfico interativo divulgado pela cobertura especial em uma das reportagens sobre violência, permite que as leitoras/es encontrem as iniciativas de ONG's, redes de apoio e movimentos sociais, bem como de instituições oficiais, como delegacias da mulher, de acordo com sua territorialidade, oferecendo a elas autonomia para que vejam o conteúdo com o qual mais se identificam, como demonstra a figura abaixo:

Figura 21: Infográfico interativo – autonomia das leitoras/es

### Encontre serviços de apoio a vítimas de violência doméstica

Confira no mapa abaixo iniciativas gratuitas em todo o país, oferecidas por órgãos públicos e instituições privadas durante a pandemia de covid-19

Filtre por tipo de serviço para saber mais sobre os projetos



TIPO DE INICIATIVA: ■ SOCIEDADE CIVIL ■ PODER PÚBLICO

A Flourish hierarchy chart

Fonte: Cobertura Especial Covid-19

Algumas pautas são trabalhadas nas reportagens no formato de entrevista, em que as informações apresentadas pelas fontes especializadas são transmitidas pela narrativa textual de forma simples e clara, sem usar termos técnicos e explicações complexas, oferecendo às leitoras uma síntese sobre cada tema abordado. As respostas e explicações proporcionadas pelas reportagens cumprem a função de facilitar o trânsito de conhecimentos de distintos campos e de permitir às leitoras o acesso a fontes especializadas que talvez não estivessem disponíveis de modo rápido e fácil. Informar sobre os direitos das mulheres na área da saúde, por exemplo, abre um horizonte possível para lutar e enfrentar as estruturas e relações de poder nas quais as mulheres estão inseridas.

A cobertura assume o papel de mediadora ao esclarecer, por exemplo, as principais dúvidas das gestantes frente à pandemia. Porém, particularizando a situação e colocando as experiências cotidianas das mulheres como foco e ponto de partida, um viés metodológico feminista. Essas escolhas demonstram um posicionamento da cobertura, tanto pela escolha dos temas postos em tela, quanto das escolhas de fontes especializadas e autorizadas. Ou seja, a experiência das mulheres assume um protagonismo narrativo, contribuindo para a produção de informação e de um conhecimento situado que escuta e valoriza suas vozes, reiterando um posicionamento feminista.

A reportagem formato de entrevista possibilita a mediação de assuntos relacionados à saúde. Com a chegada da pandemia do Coronavírus, muitas dúvidas assombraram a população e, por sua vez, aos/às leitores/as, em relação aos cuidados necessários para evitar o contágio, os grupos de risco e as formas de acesso a serviços, especialmente, aos de saúde. De acordo com Gisele Reginatto (2019, p. 232), “o jornalismo deve fazer a mediação entre os fatos e o leitor porque é seu papel adaptar o discurso especializado em uma linguagem acessível ao público e escolher a melhor forma de fundamentar a informação”. A opção pela entrevista pode ser atribuída a uma estratégia de aproximação com o leitorado, bem como de simplificação de informações mais complexas. A estratégia de posicionalidade apresentada neste item, mediação e trânsito de informações, demonstra como a produção de conteúdos emprega esforços para traduzir informações que são complexas, com o objetivo de torná-las acessíveis a uma pluralidade de leitoras/es, para que além de adquirir informações relevantes, também possam mudar suas realidades a partir delas.

#### **f) Orientação pedagógica**

A última estratégia de posicionalidade identificada é o discurso pedagógico assumido pela cobertura – o objetivo de orientar as mulheres que estão encontrando diferentes e diversas dificuldades neste período de pandemia, portanto, aspirando a transformações em uma determinada realidade, característica do agir feminista. O tom pedagógico, explicativo e conselheiro é algo que acompanha a produção jornalística direcionada para mulheres há muitos anos no Brasil (BUITONI, Dulcília, 1990). Com o objetivo de veicular modos de ser e estar no mundo, a imprensa feminina atua[va] através de um “jornalismo de amenidades, esclarecimentos, serviço, entretenimento” (BUITONI, Dulcília, 1990, p. 11). Contudo, neste trabalho, estamos falando de uma cobertura de viés feminista e interseccional, e, portanto, é preciso ressaltar que há uma diferença entre o que conhecemos por imprensa feminina e imprensa feminista. Segundo Dulcília Buitoni (1990), o que distingue os dois gêneros é o sentido político assumido pela produção feminista, que é engajada na luta pelos direitos das mulheres.

Assim como Márcia Veiga da Silva (2014), compreendemos o jornalismo como um tipo de conhecimento social, e o identificamos como instituição com traços pedagógicos, a qual é capaz de influenciar a rotina dos indivíduos e seu agir social. Nesta perspectiva, o discurso pedagógico usado como estratégia de posicionalidade pela narrativa é reformulado, e distancia-se daquele empregado pela imprensa feminina tradicional. O discurso assumido é o de orientador e proponente de soluções a partir de sugestões de modos de agir frente aos problemas causados pela pandemia na vida das mulheres. Para Jéssica Costa (2018, p. 200), a perspectiva de gênero e feminista pode promover possibilidades práticas e reflexivas, novas e transformadoras ao jornalismo, “indicando a potencialidade do campo para a produção de outros sentidos sobre a sociedade em direção à transformação social”. A posicionalidade assumida pela cobertura é explicitada também a partir desta tentativa de diálogo com suas leitoras/es, onde é a voz das/os profissionais envolvidos na produção que as guiam ao indicar caminhos e compartilhar seus conhecimentos enquanto detentoras de um saber. Com a aplicação desta estratégia podemos projetar possibilidades do uso da perspectiva feminista interseccional na busca pela transformação social, sobretudo apoiada em uma produção jornalística posicionada. As orientações são, principalmente, relacionadas aos problemas econômicos e de saúde pelos quais passam as mulheres, como nos mostram os exemplos abaixo.

Caso a violência de fato aconteça, **a primeira coisa a ser feita é** chamar a polícia ou ir até uma delegacia de polícia ou Casa da Mulher Brasileira, fazer o boletim de ocorrência e pedir a medida protetiva, **orienta a promotora Valéria Scarance**. É importante levar todas as provas que tiver, como fotos, vídeos, mensagens ou gravações. **O telefone para chamar a polícia é o 190 e, se for à delegacia, deve levar o documento de identidade**. Agora, se a mulher percebe que há risco de violência durante esse período por conviver com alguém com histórico de agressão, as especialistas dão algumas dicas para se proteger dentro de casa. (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 1, 03/04/20)

#### **Instruções para mães e recém-nascidos:**

##### **UBS**

- Vacinas: serão realizadas de forma normal nas unidades de saúde
- Consultas: também seguirão normalmente para quem puder ir até os postos; as visitas de agentes comunitários de saúde também estão normais

##### **Em casa**

- **Mantenha o** local que o bebê está limpo e higienizado
- Antes de tocar no bebê, lave bem as mãos e passe álcool em gel
- **Evite** tocar nas vias respiratórias dos recém-nascidos
- **Evite** a circulação de visitas no seu domicílio
- **Limpe** bem os objetos do bebê
- É difícil, mas, se possível, **evite os beijos!**
- Fique em casa! (MATERNIDADE, REPORTAGEM 2, 16/04).

Para os profissionais de saúde, o Ministério da Saúde criou um canal de teleconsulta psicológica por meio de videochamada, o TelePsico Covid-19, que começou a funcionar na última terça-feira (19 de maio) e segue até o fim de setembro, segundo informações do ministério. **O contato deve ser feito pelo telefone 0800 644 6543 para marcar a consulta**, que poderá contar também com o atendimento de um psiquiatra, se necessário. (Reportagem 10, trabalho, 28/05/20).

#### **Algumas sugestões de como ajudar mulheres em situação mais vulnerável:**

- **Dispense** sua diarista ou empregada doméstica, para que ela não se exponha ao vírus, mas pague pelos dias de trabalho dispensados, se você tiver condições;
- **Faça o mesmo** com outras profissionais que prestam serviço normalmente para você, como manicures, professoras, terapeutas, etc;
- **Procure orientar** sobre os benefícios disponibilizados pelo governo, informe e ajude nos processos;
- **Se puder fazer** doações em dinheiro, **faça**;
- **Se puder doar** comida, **doe**;
- **Pressione** o governo por políticas contra a crise focadas nas populações vulneráveis. Atitudes individuais não são suficientes. **Você pode fazer isso via** abaixo-assinados, denúncias, pressão nas redes sociais e e-mails para os políticos. (TRABALHO, REPORTAGEM 2, 24/03/20)

Uma das funções do jornalismo pode estar “na reprodução e circulação do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade” (VEIGA DA SILVA, Márcia; FONSECA, Virgínia, 2011, p. 185). Essa reprodução de conhecimentos está estritamente ligada às fontes acionadas no processo de produção narrativa, pois são elas que ajudam no reconhecimento de saberes e culturas invisibilizadas, ou seja, decidem quais ganham visibilidade, e quais são deixados de lado. Uma escolha que leva em conta, principalmente, para quem se está falando e de quem se fala. Já verificamos com esta análise que as mulheres são maioria nas vozes reverberadas na

narrativa do projeto, especialmente no que diz respeito as fontes especializadas, o que também julgamos ser uma estratégia de posicionalidade. Sendo assim, essa preocupação pedagógica de informar cria uma rede de saberes reconhecendo vozes silenciadas, uma rede entre as diferentes mulheres envolvidas na cobertura: as que falam *para* (jornalistas e fontes – especializadas e testemunhas) e as que *ouvem e compartilham*, em certa medida, as orientações repassadas pela narrativa. Dessa forma, o jornalismo produzido pela cobertura é capaz de apresentar um conhecimento social, cultura, e, sobretudo, técnico e científico, por meio de ensinamentos que ajudam a construir realidades. (VEIGA DA SILVA, Márcia; FONSECA, Virgínia, 2011), e também a transformá-las, ancorados nas vozes das fontes especializadas. A narrativa pedagógica fala para mulheres, mães, trabalhadoras, chefes de família:

A psicóloga e educadora Elânia **Francisca explica que contar a verdade para a criança, assim como Renata fez, é o melhor caminho.** “É importante que a criança saiba tudo que está acontecendo, usando uma linguagem adequada à sua idade”, diz. Ela explica que a imaginação da criança é grande e que omitir a verdade dela, tentando protegê-la, pode gerar um sofrimento ainda maior. “Ela pode pensar: ‘minha mãe me abandonou, minha mãe sumiu, minha mãe foi embora, ela nunca mais vai voltar’”. **Por isso é importante explicar sempre para a criança o que está acontecendo”, afirma – confira dicas de materiais para fazer isso ao fim da reportagem** (TRABALHO, REPORTAGEM 10, 28/05/20).

O maior medo das mulheres entrevistadas é faltar comida para os filhos, seguido do receio de não conseguir pagar o aluguel e ser despejada. **Para quem tem contrato, o despejo pode ser evitado.** “O proprietário teria que entrar com ação para a pessoa sair e, nesse caso, existe argumento para defesa”, **explica a advogada Bruna Ksumoto**, professora de direito civil na pós-graduação da PUC São Paulo. **Ela orienta as mulheres** a priorizarem o essencial, como compra de alimentos, luz e água, e negociarem o que não der para pagar. “Liga para o locatário, liga pros bancos e informa a situação. Tente negociar”.

Serviço

A **psicóloga e educadora Elânia Francisca dá dicas de materiais** que ajudam a explicar o coronavírus e a pandemia para crianças:

1. Livro digital explica pandemia O livro “Somos heróis – Cuidados para o coronavírus ir embora” aborda os diversos aspectos da pandemia com linguagem lúdica para as crianças. O livro está disponível para download gratuito aqui.
- 2- Livro de atividades A Leiturinha e a PlayKids prepararam um livro de atividades sobre coronavírus. De forma lúdica e didática, ele ajuda a explicar os cuidados necessários. Ambos estão disponíveis para download gratuitamente.
- 3 – Vídeos explicativos: Outra opção são vídeos para crianças explicando o que é o coronavírus e a importância da higienização. Abaixo alguns canais no Youtube:
- 4 – De Criança Para Criança O Show da Luna! Canal da Charlotte CPB Kids Palavra Cantada (TRABALHO, REPORTAGEM 10, 28/05/20).

Preocupada com o acesso a anticoncepcionais, ela criou um grupo de suporte à contracepção e inserção de DIU no município. **Amorim contou que**, foi necessário sensibilizar as secretarias municipal e estadual de Saúde para garantir um fornecimento mínimo de DIU de cobre para o grupo. **As mulheres interessadas podem ligar para a rede de apoio para tirar suas dúvidas, entender os critérios para a inserção do DIU e marcar consultas presenciais**, realizadas em um setor do Instituto de Saúde Elpídio de Almeida. Funcionando há três semanas, o grupo já

tem uma lista de espera de 598 pessoas e, até quinta-feira (16), havia colocado 56 DIUs, de acordo com a médica. (SAÚDE, REPORTAGEM 6, 20/04/20).

O discurso pedagógico empregado pela cobertura especial está ancorado em dois pilares: no reconhecimento da voz de quem fala e no agir feminista que busca transformação social (e, sobretudo, no fazer jornalismo), com objetivo maior de possibilitar mudanças na vida das mulheres, e contribuir com alternativas que as ajudem a enfrentar as crises pelas quais são submetidas com o agravamento da pandemia e de suas situações de vulnerabilidades. Reconhecer tais problemas e atuar na busca por proposições, ainda que não sejam soluções absolutas, visto que este papel foge as mãos do jornalismo, é um dos desafios pelos quais passa a cobertura coletiva e colaborativa, desafio este que acreditamos ter sido efetivado, levando em consideração a proposta do projeto. Possibilitar uma ampliação de vozes no discurso noticioso e “o exercício de alteridade dos profissionais para o conhecimento do Outro podem ser caminhos para contribuir para importantes transformações sociais e culturais” (VEIGA DA SILVA, Márcia; FONSECA, Virgínia, 2011, p.191). Transformações que não precisam limitar-se à imprensa feminista, mas que cabem ao jornalismo de modo transversal, especialmente quando fala de e para mulheres.

### **5.2.2 Estratégias de identificação na narrativa da Especial Covid-19**

As estratégias de identificação buscam despertar o reconhecimento a partir das histórias narradas (consequência direta das vozes acionadas pelas estratégias de posicionalidade), promovendo a conscientização sobre a existência de outras realidades. Deste modo, as leitoras/es podem se identificar ou não nos relatos e experiências, fator que contribui para despertar um senso crítico, de reflexão sobre o mundo ao nosso redor, já que “o leitor não pode testemunhar e interpretar todos os aspectos que constituem o acontecimento e é a partir daí que o jornalismo [feminista] se torna necessário para ajudar a explicar o mundo” (REGINATO, Gisele, p.231, 2019). As estratégias de identificação atuam também pela mobilização de experiências, atribuídas e compartilhadas pela narrativa a partir da articulação de categoriais sociais, como raça, classe e territorialidade, e pelo viés da subjetividade via aproximação e desabafo coletivo.

Assim como identificado nas estratégias de posicionalidade, os relatos pessoais das fontes testemunhais têm o poder de acionar sentidos, sentimentos e emoções. Por exemplo, a narrativa sobre o desamparo, a expressão do medo, da insegurança ou de como as violências aconteceram em determinadas situações pode gerar identificação imediata das leitoras/es com

a situação vivenciada, e ajuda a construir um mapa mental sobre as temáticas. No caso da violência, a identificação também contribui para que as mulheres adquiram conhecimentos que podem mudar suas realidades e suas relações pessoais e/ou profissionais.

A experiência passa a ser atribuída a partir dos relatos que vão constituindo o imaginário social. Quando compartilhadas, as histórias articulam significados e representações capazes de criar vínculos tanto com a dimensão da produção, quanto com as mulheres ouvidas pelo projeto. A busca por despertar uma sensação de experiência coletiva, mas com suas especificidades, também é percebida a partir das estratégias de identificação. As reportagens trazem à tona as vozes de mulheres, mães, indígenas, negras, periféricas, em situação de vulnerabilidade e violência. Por seu potencial de ordenar os fatos, tornando a experiência acessível e apreensível, bem como o de criar outras experiências (RICOEUR, Paul, 1994), a narrativa que aplica lentes de gênero e suas interseccionalidades às discussões sobre um determinado acontecimento apresenta um novo modo de compreender a realidade, especialmente colocando em foco problemas econômicos, sociais e culturais de uma sociedade, como é o caso do Brasil. Essa é uma característica elucidativa da perspectiva interseccional na produção jornalística feminista, que inclui, por exemplo, “a agenda de raça, classe e gênero, a partir das vozes das mulheres negras, sujeitos políticos nas lutas por direitos” (FREITAS, Viviane. 2018, p. 148).

Contudo, é necessário afirmar que na narrativa os sentidos, as emoções, as representações e as realidades não são fixas ou estáveis. As experiências tampouco, porque quando compartilhadas e reconhecidas são atualizadas pelo olhar de quem as lê e interpretadas nas narrativas que delas são feitas. Conclui-se que as estratégias de identificação, mobilizadas na cobertura especial, manifestam-se sobretudo via o apelo às emoções e o acionamento do desabafo

#### a) **Apelo à emoção**

Chamamento, convocação, invocação. Essas são algumas das definições para a palavra apelo. No jornalismo, o apelo emocional é reconhecido com mais facilidade em produções sensacionalistas ou melodramáticas, que fazem uso excessivo de expressões e adjetivos que buscam despertar emoções primitivas e, portanto, é muitas vezes associado a algo negativo, pois foge aos princípios de neutralidade, imparcialidade e objetividade, tão caros ao campo do jornalismo. De acordo com Márcia Amaral, na imprensa sensacionalista é possível identificar algumas regras definidoras da produção discursiva de informação, tais como

a intensificação, o exagero [...]; a valorização da emoção em detrimento da informação; a exploração do extraordinário e do vulgar; a valorização de conteúdos ou temáticas isoladas e sem contextualização; a produção discursiva na perspectiva trágica, erótica, violenta, ridícula, insólita, grotesca ou fantástica [...] entre outras (AMARAL, Márcia, 2004, p.24)

Em casos como coberturas jornalísticas sobre determinados acontecimentos e tragédias, a exemplo da cobertura analisada nesta pesquisa, também é possível observar o acionamento de emoções e sentimentos. Contudo, diferente da prática sensacionalista associada ao negativo, neste caso o apelo emocional contribui para esclarecer determinados fatos e evidenciar pontos de vista diferentes. Os relatos testemunhais que expressam subjetividades a partir desse apelo geram efeitos emocionais que ilustram as experiências, e também produzem “a possibilidade de provas de verdade que podem esclarecer os aspectos iniciais do fato e, até mesmo, ajudar no apontamento de causas, motivos e consequências da tragédia – ainda que não possam fornecer certezas absolutas” (MOTTA, Juliana; AMARAL, Márcia, 2016, p. 87).

É preciso compreender, então, que a emoção é uma “experiência subjetiva, tanto psíquica quanto física, diante de um fato que se manifesta, onde o organismo parece ser levado a uma disposição para a ação. É, portanto, de ordem afetiva, mas também de um imaginário sociodiscursivo no qual é sancionada pelas normas sociais” (HUBERTY, Daniela; AMARAL, Márcia, 2019, p. 5). A identificação, que nessa estratégia ocorre pelo apelo emocional, é constituída pelo reconhecimento de características ou de uma origem em comum, partilhadas por pessoas, grupos ou ideais (HALL, Stuart, 2014). Estritamente ligada às questões identitárias e aos processos de subjetivação, a identificação é “um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre ‘demasiado’ ou ‘muito pouco’, uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade” (HALL, Stuart, 2014, p.106).

É preciso compreender que as identidades são construídas multiplamente através de práticas discursivas e de determinadas iniciativas e estratégias (HALL, Stuart, 2014), para então refletir sobre o caráter condicional da identificação. Ao invocar o apelo emocional, as estratégias comunicativas apresentadas neste item convocam o reconhecimento a partir de situações, temporalidades e problemas específicos, os quais veem à tona pela pandemia da covid-19. Deste modo, as experiências individuais narradas alcançam uma dimensão coletiva que está sempre em transformação, pois afeta e se imiscuem na subjetividade de diferentes mulheres conforme estão posicionadas social, cultural e economicamente.

Conforme explica Tatiane Leal (2017), as motivações que levam alguém a se envolver em um movimento fazem parte do plano individual e são de ordem emocional. Porém, “para que esse movimento se torne social é preciso que haja um compartilhamento dessas emoções e que os indivíduos se conectem uns aos outros. Isso exige um processo de comunicação de uma experiência individual para outras” (LEAL, Tatiane, 2017, p.182). Este também é o caminho lançado pelas estratégias de identificação. O sentimento de pertencimento, ou melhor, o reconhecimento de experiências é acionado a partir da convocação de emoções na narrativa, que aqui denominamos como apelo emocional.

Os relatos pessoais das experiências de diferentes mulheres na cobertura especial ressaltaram o cruzamento entre categoriais sociais, um caminho que a narrativa busca percorrer de forma transversal. Portanto, a narrativa nos instiga a pensar como as vivências e as vulnerabilidades são atravessadas por condições de gênero, classe, raça e outros marcadores. Para Kimberly Cresshaw (2004), ao combinar categorias estruturantes é que podemos pensar as diferentes situações de vulnerabilidades das mulheres. Além disso, a apresentação de personagens narrando por si só suas vivências e experiências materializa o problema, dá rosto às vozes plurais que a narrativa apresenta, e transforma essas mulheres no retrato da pandemia no Brasil.

A contribuição dos relatos das fontes testemunhais são exemplos de porque precisamos pensar no engendramento dos marcadores. São as diferentes intersecções entre as categorias que direcionam as mulheres a experimentar situações únicas de vulnerabilidade e/ou privilégios (BACH, Ana María, 2014). Ressaltamos, ainda, que não é possível eleger uma experiência feminina “única”, pois “a questão não é o que é a experiência, mas como, por meio da experiência, os sujeitos são transformados” (RODRÍGUEZ, Selen, 2017, p. 40). E a pandemia da covid-19 transformou as experiências cotidianas das mulheres e suas relações com o mundo social, conforme demonstra a narrativa.

‘Certos tipos de situações a gente está acostumada, **mas com a covid-19 a tensão é muito grande**. O que mais pega é a parte psicológica, **a enfermagem tá doente na parte psicológica de lidar com tantas mortes**. Pacientes que eram o filho de alguém, era a mãe de alguém’, diz Marina Ribeiro dos Santos, 34 anos, técnica de enfermagem no Hospital Municipal de Parelheiros, em São Paulo (TRABALHO, REPORTAGEM 10, 28/05/20)

‘Minha prioridade nessa pandemia é manter o meu hormônio.’ A angústia vem do DJ e dançarino Aru Macedo, de 23 anos. [...] **Com o avanço do novo coronavírus, Macedo reviveu um problema já conhecido para homens e mulheres transgênero: o distanciamento entre o sistema de saúde e os corpos trans** (SAÚDE, REPORTAGEM 5, 16/04/2020).

Grávida de seis meses, ela teme não ter um acompanhante durante o seu trabalho de parto. **Como ela, muitas outras gestantes encaram medos e dúvidas em relação ao coronavírus em grupos de redes sociais de grávidas.** É que com a crise na saúde, **a insegurança dessas mulheres em relação ao que vão encarar durante a gestação e no parto aumenta** (SAÚDE, REPORTAGEM 2, 02/04/20).

[...] “Esse mês eu consegui quatro diárias no valor de R\$150, mas só pude ir em três. Recebo R\$500 do bolsa família. **Desses R\$950, gasto R\$200 com a alimentação. Já gastei R\$100, que deu pra comprar dois pacotes de feijão, dois óleos, e seis leites. As crianças estão comendo cuscuz de manhã e arroz, feijão e macarrão no almoço, mas os alimentos não vão durar por muito tempo, e eu não sei como vou mantê-los**”, conta. A maior quantia da renda mensal (R\$ 550) vai para o pagamento do aluguel (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES REPORTAGEM 1, 02/04/20).

É importante para perceber **que não sou só eu que estou surtando**, é uma situação sem precedentes para todo mundo. **Mãe já nasce com culpa e, nessa rede, conseguimos perceber que não temos controle sobre o que está acontecendo** (MATERNIDADE, REPORTAGEM 3, 10/05).

Marlene pega três ônibus para chegar a esta residência, na Zona Sul do Rio de Janeiro, e à outra, na Zona Oeste, onde cuida de uma idosa de 82 anos. **Em meio à pandemia de coronavírus** e ao isolamento social em boa parte do país, a cuidadora tem conseguido chegar aos seus destinos, **ao contrário de várias colegas que, com as restrições de mobilidade, chegaram a ser barradas em estações de trem do Rio por não conseguirem apresentar um documento que provasse seu vínculo empregatício.** Com funções que transitam entre as de enfermeiras e empregadas domésticas, estas profissionais sempre tiveram que lidar com informalidade laboral, cargas de trabalho exaustivas e rotinas estressantes (TRABALHO, REPORTAGEM 4, 30/03/20).

“**É um privilégio. Eu tive a oportunidade de continuar trabalhando, pagando meu aluguel, e ver minha filha começar a dar os primeiros passos, logo no fim de abril.** Foi um dia incrível. **Com a quarentena, eu comecei a criar rotinas com ela, que por ficar fora no trabalho eu não tinha, e tinha que confiar no que a tia da creche ou a avó paterna estava fazendo.** Mas é diferente: elas não dormiam de mãos dadas, o banho só eu entendo, os desenhos específicos. Então, para mim foi o melhor presente que eu poderia ter recebido”, analisa. (MATERNIDADE, REPORTAGEM 4, TEXTO 5, 18/06/2020)

É por isso que a experiência compartilhada se torna tão importante, porque tem o poder de alcançar diferentes públicos, de se fazer reconhecer por outras mulheres, e mesmo que não haja uma identificação direta, no sentido de “eu já vivi isso”, ainda há uma adesão pela causa – a luta contra o racismo, sexismo e estruturas opressoras –, e são essas histórias que, quando em destaque pelo jornalismo, podem contribuir com a transformação da realidade social. Ao notabilizar as exclusões que atravessam a atuação das mulheres e impedem que suas vozes sejam ouvidas, é preciso considerar “que esses processos de injustiça são marcados, também, por outras formas de discriminação que envolvem fatores como classe, regionalidade e raça, por exemplo, que afetam, ainda, as possibilidades de enfrentamento dessas situações de exclusão e injustiça” (SARMENTO, Rayza, 2021, p. 304). Os casos de racismo também fazem parte dos relatos das experiências pessoais das fontes, em que o tema

reflete uma luta coletiva. Mulheres negras enfrentam barreiras e demonstrações de racismo diariamente no Brasil, tendo em vista que este ainda é um problema estrutural da sociedade contemporânea.

“A **questão racial ficou muito latente** para mim quando estava buscando estágio em uma multinacional. Segundo a seleção, **os primeiros três colocados iriam para a próxima fase. Eu fiquei em terceiro, mas chamaram a pessoa que ficou em quarto lugar, que era uma mulher branca**”. (REPORTAGEM 12, EIXO TEMÁTICO TRABALHO, 10/06/20).

Para Mychelle, pesquisadora negra e uma das personagens apresentadas pela narrativa, visível no trecho acima, foi durante uma seleção de estágio, mas para outras mulheres esses tipos de violência e opressão acontecem em diferentes situações e tempos, sejam elas jovens, adultas ou idosas. Podemos entender que uma das principais diferenças da cobertura especial é a forma como a narrativa evidencia as mulheres negras, por exemplo, como a divulgação de seus trabalhos a frente das pesquisas sobre a covid-19 é construída. Enquanto em outras notícias de jornais e veículos de comunicação brasileiros o destaque é a rapidez com que uma pesquisadora sequenciou o genoma, nas reportagens do projeto percebemos os sentidos mobilizados no discurso de conquista, ou seja, a falta de representatividade de mulheres negras como docentes, nos centros de pesquisas, e principalmente a luta contra o racismo, sexismo, e contra as estruturas opressoras e relações de poder que tentam excluí-las destes e de muitos outros espaços públicos.

Figura 22: Foto de capa de reportagem



Fonte: Especial Covid-19, 2020.

A invisibilização é, muitas vezes, uma característica do espaço midiático, o qual torna-se, portanto, “um lugar de contínua disputa de experiências, no qual sujeitos subalternizados reivindicam a interrupção da sua percepção de exterioridade e o domínio de suas próprias

narrativas” (CARRERA, Fernanda, 2020, p.8). Embora o Brasil seja o país com maior número de pessoas negras (auto declaradas pretas/os e pardas/os) fora do continente africano (LAGO, KAZAN, THAMANI, 2019), com aproximadamente 55% da população, essa realidade está “distante de ser refletida na mídia: seja no perfil racial dos/as profissionais, nos regimes de visibilidade na publicidade, ou nas fontes, sejam indiretas ou personagens das reportagens e matérias. (ibidem, pp.387-388). Por isso, relatar as vivências e situações de desigualdades as quais estão submetidas as mulheres negras é uma potencialidade na construção narrativa jornalística, que abre possibilidade para que os conteúdos comportem a discussão de tais temáticas também pela atestação vinda dos relatos das experiências.

“O que me impacta é que **as mulheres negras se cobram demais**, mesmo em um momento de pandemia. Por mais que eu esteja trabalhando muito, **acho que não posso errar. Isso porque, se errarmos, como mulheres negras vamos ser cobradas imediatamente por conta do racismo**. E isso vai ser diferente de uma mulher não negra.” (TRABALHO, REPORTAGEM 14, 10/07/20)

“**Acredito que ser mulher negra é resistir e ser resiliente. Não temos um minuto de paz, mas sempre seguimos**. Quanto a ser sapatão, as pessoas nunca acreditaram na minha orientação sexual por eu ser mãe, e muitos homens não respeitam isso. Para mim, o mais importante é que meus filhos me respeitam” [...]

**O trabalho informal é uma questão de raça e gênero no Brasil:** 47,8% das mulheres negras têm trabalho informal, segundo a **Síntese de Indicadores Sociais** do IBGE. “O recorte adicional por sexo nas atividades econômicas revela que a participação das mulheres no trabalho informal é superior à dos homens para a maior parte dos grupos de atividade econômica”, concluem os autores da pesquisa, que faz uma análise das condições de vida dos brasileiros.” (TRABALHO, REPORTAGEM 2, 24/03/20)

‘**Capacidade e inteligência nós temos, mas somos pretos. No Brasil, o racismo é muito velado, então, já percebi que, quando as pessoas me veem pessoalmente, elas têm um olhar de espanto, de que não era o que esperavam como uma pesquisadora ou gestora**’, diz Alves. (TRABALHO, REPORTAGEM 14, 10/07/20).

Na graduação, eu vivia uma coisa muito interessante. **Eu era da favela, estava no ensino superior, mas não me encontrava. Não me sentia pesquisadora, mas ao mesmo tempo eu já era**. No entanto, eu não tinha o mesmo perfil daquela população ali. **Naquela época, eu não percebia como eu era a única negra da turma. Eu cresci pensando que, por ser negra e mulher, tinha que estudar muito, não poderia ter vacilos**. Então, eu tentava não me incomodar com o meio e só cumprir minha meta”, conta Regina Fernandes Flauzino, vice-diretora do Instituto de Saúde Coletiva da UFF e doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. (TRABALHO, REPORTAGEM 14, 10/07/20).

O discurso testemunhal de mulheres como característica da narrativa feminista é movido por um despertar de responsabilidade, e pelo comprometimento que se baseia na empatia, no reconhecimento da experiência e sua identificação a partir dela. Ao colocar em foco as dificuldades enfrentadas de acordo com o engendramento de categorias, a narrativa

demonstra como ser mulher, mãe, negra, periférica (por exemplo), tem um impacto diferente na construção das relações sociais e na vida produtiva. Mas, essa reflexão não pode ser feita de modo que essas categorias sejam isoladas, ou seja, não é uma ligação de causalidade, mas sim como essa totalidade é construída através das marginalizações cruzadas. (SARMENTO, Rayza, 2020). Para Selen Rodríguez (2017, p. 34, tradução nossa), “situar a experiência é assumir a responsabilidade por aquilo que observamos ou somos solicitados a observar; estar sujeito a ser transformado no ato de conhecer em um determinado tempo e lugar”.

A partir da expressão dos relatos a experiência ganha centralidade, de modo que esse discurso demonstra uma visão específica do acontecimento, que tem o poder de alcançar uma coletividade pelo relato das injustiças, do sofrimento, das vulnerabilidades. A interpelação à identificação das leitoras é transportada pela mobilização de sentimentos, emoções e significados históricos e culturais que os temas trazem à tona. Deste modo, “a encarnação do testemunho, para o jornalismo, torna-se não apenas um mecanismo de atestação, mas um critério de verdade (LAGE, Leandro, 2014, p. 128)”, e, na perspectiva feminista, esse critério diz respeito a valorização das vozes e experiências das mulheres.

Esse apelo testemunhal acionado pelo relato das fontes e suas vivências pode inspirar a participação ativa das leitoras através da afetação, e da geração de um reconhecimento com a causa que enseja a mobilização de ações públicas e transformadoras da realidade. Nas reportagens sobre violência, por exemplo, as marcas da experiência são reveladas pelas evidências encarnadas no testemunho corporificado, aquele que transmite a verdade a partir da dor, da angústia, da insegurança. Além disso, as histórias das personagens vão sendo contadas também a partir da percepção de suas vulnerabilidades em diferentes tempos de suas vidas, e de como o enfrentamento à crise sanitária mudou seus posicionamentos frente à e determinadas situações. Abaixo, alguns exemplos de relatos extraídos das reportagens:

**‘Ele veio me dar um soco e eu pedi para não bater porque tinha uma cliente vindo, então ele saiu e disse que ia comprar uma arma e me matar’,** conta ela. Uma vizinha ouviu a gritaria e chamou a filha de Maria, que buscou a mãe e, juntas, foram à delegacia. **Maria pediu uma medida protetiva e, depois de saber que o marido tinha viajado à casa de praia da família, voltou para casa.** Dois dias após a denúncia, ele foi informado sobre a medida protetiva por telefone –uma das formas de notificação adotadas pela Justiça em diversos estados, com o intuito de agilizar o procedimento e proteger os servidores públicos dos riscos de contaminação do coronavírus. **Na ligação, o agressor disse à oficial de justiça que, por conta disso, voltaria à capital para matar a mulher. Também por telefone, ele ameaçou a filha de morte, que teve tempo apenas de tirar a mãe de casa e retornar à polícia.** (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 1, 03/04/20).

**Filha de mãe passadeira e pai pedreiro,** a pesquisadora é apaixonada por matemática desde criança. Juliane gostava de resolver todos os problemas dos livros

que tinha acesso na escola pública. [...] **Mais velha entre quatro irmãos, ela começou a trabalhar em um emprego de meio período e no resto do tempo estudava sozinha e com o apoio de um cursinho gratuito.** “Foi muito difícil. **Minha mãe fez muito sacrifício para que os quatro filhos pudessem estudar.** Quando consegui aquele trabalho, tudo o que eu ganhava ia para minha mãe” (TRABALHO, REPORTAGEM 9, 19/05/20).

Mãe solo, recém-formada e cheia de planos para construir um futuro melhor para si e para a filha, **Cristina\*, 28 anos, ficou em choque e sem saber o que fazer quando soube que estava grávida.** Evangélica, ela era completamente contra o aborto. “Justamente por haver formas de evitar a gravidez, mas o que eu não via é que ainda assim há outras formas inesperadas de acontecer”, conta. Mas ao se ver grávida, pensando em abrir mão de todos seus planos de uma vida melhor para si e para a filha, começou a mudar de ideia. **“Estive no lugar de tantas outras mulheres e senti o peso dessa situação, as negações, as frustrações, o desespero, a depressão, o isolamento, a solidão. Isso me fez repensar. Então pedi a Deus que me ajudasse, sem colocar minha vida em risco”** (SAÚDE, REPORTAGEM 8, 20/05/20).

Trajetórias de vida singulares, mas que demonstram a forma como problemas relacionados à fome, desemprego, direitos reprodutivos e violência atingem as mulheres brasileiras de diferentes modos. O relato dessas histórias, os quais dão mobilizam as experiências, por uma perspectiva feminista e interseccional acionada na cobertura, é o que permite ser compreendido como diferencial no campo do jornalismo proposto pelo projeto. Diferente das estratégias de posicionalidade, em que o uso de fontes testemunhais é uma escolha da dimensão do fazer, com objetivo de reformular a produção jornalística a partir de uma perspectiva feminista e interseccional, nas estratégias de identificação é o compartilhamento de histórias vindas dessas fontes que mobilizam experiências e permitem o uso do tom emocional no relato da vida tal qual vivida pelas personagens, ações que possibilitam a aproximação e o reconhecimento das leitoras/es com e pela narrativa, e que valorizam e legitimam as vozes de mulheres como contribuição para a construção de um conhecimento social. Essa é uma característica de destaque na cobertura especial, que permite compreendê-la como uma produção inovadora e com potencialidades de mudança no campo do jornalismo, especialmente de caráter feminista.

#### **b) Acionamento do desabafo**

Um espaço de escuta e troca de experiências, um lugar em que o desabafo não passa despercebido, e é acionado na narrativa como estratégia de identificação. Assim compreendemos o movimento exercido pela narrativa na tentativa de gerar aproximação e engajamento com suas leitoras/es, e o reconhecimento de que através do agir feminista, a

produção jornalística dá visibilidade às vozes marginalizadas e aos seus esgotamentos e situações precárias promovidas pela pandemia.

O desabafo é identificado a partir de algumas falas que se aproximam do caráter denunciativo, mas que nessa estratégia assumem o compromisso de ressignificar o imaginário social sobre determinadas temáticas a partir de relatos que envolvem sentimentos, emoções, descrição de territórios e situações específicas. É também a partir desabafo que os conflitos são revelados, dão a conhecer a realidade a partir dos relatos do vivido.

Ao interpretar a narrativa, os tempos passado, presente e futuro são reorganizados a partir da leitura e da aproximação direta ou indireta com a experiência em cena. O desabafo se conecta com a parte mais subjetiva das fontes, sejam elas testemunhais ou especializadas, e a tradução de suas falas e vivências são trazidas ao texto pela dimensão da produção com características literárias, as quais guiam a construção de sentidos e significados. O reconhecimento e aproximação são acionados a partir da intersecção de categorias como classe, raça, geração. A estratégia de desabafo se aproxima de um fazer subjetivo, com traços identitários ressaltados pela narrativa. A prática jornalística de relatar um acontecimento não é específica da atualidade e, portanto, “guarda resquícios de um jornalismo ligado à literatura, os melodramas e folhetins, onde é preciso por em jogo o sensível de uma situação” (HUBERTY, Daniela; AMARAL, Márcia, 2013, p.6).

Contudo, a identificação de e para com as subjetividades só é alcançada a partir do movimento de ressignificação das experiências. A narrativa é atualizada na leitura, e as emoções emergem a partir da interpretação que dela fizemos. A emoção, despertada a partir do desabafo, também contribui para que o jornalismo reafirme a sua credibilidade, especialmente porque os relatos partem das fontes acionadas na narrativa e suas verdades, sobretudo as testemunhais.

O carrinho de mão segue pelas ruas acidentadas, sacolejando dezenas de embalagens de alimentos. **O atrito entre o arroz e o feijão compõe um barulho ritmado, mas é abafado pelo palpitar acelerado do coração de Moanan Couto.** Enquanto equilibra os itens no compartimento, **a jovem de 20 anos questiona se as 300 cestas básicas arrecadadas serão suficientes para as famílias que ficaram ainda mais vulneráveis com a pandemia do novo coronavírus. A ponderação é interrompida pelos gritos das crianças que, ao reconhecê-la, abandonam a brincadeira e correm ao seu encontro. O abraço, porém, terá que ser negado. Determinação da Organização Mundial da Saúde (OMS).** Com carinho, ela explica por que é preciso evitar o contato e pergunta se já lavaram as mãos. **“Mas, tia, como eu vou lavar a mão se tá faltando água?”, retruca uma das crianças. Por trás da máscara, a boca engole em seco.** A recomendação da OMS parece simples: para se proteger do coronavírus, lave as mãos com água e sabão. **Mas o mínimo aqui é luxo. Couto sabe que certas realidades estão muito distantes do acesso a direitos básicos** (REPORTAGEM 6, DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, 08/05/20).

**‘Eu sou mais uma brasileira que ganha um salário mínimo, e só com o salário mínimo já não dá para pagar as contas fixas. A cesta básica é muito cara, o gás é surreal. A gente mora de aluguel. É um impacto extremo na nossa renda.** Eu tenho contas fixas para pagar, não posso simplesmente esperar o salário cair na conta, sem saber quanto SERÁ’ (TRABALHO, REPORTAGEM 7, 30/04/20)

A estratégia de desabafo também é utilizada para humanizar o relato, de modo que a emoção não está presente apenas na dimensão interpretativa da recepção, mas nas vozes que contam suas histórias. O uso do próprio verbo “desabafar” para sinalizar determinadas falas constitui-se como recurso linguístico utilizado pelas narradoras. Desabafar é colocar para fora algo que sufoca, é tornar livre uma voz, um apelo, uma necessidade. No eixo temático trabalho, por exemplo, essa estratégia dá destaque a um desabafo coletivo de uma classe de profissionais mulheres que sofrem os efeitos de um sistema nacional de saúde mal gerenciado e afetado ainda mais pela crise sanitária que se instalou no país. Consideramos que destacar personagens como enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem, por exemplo, é transformar um ponto de vista sobre a profissão e a área da saúde, que geralmente é apresentado na mídia por médicos, especialistas ou governantes.

O tom de seus desabafos é definido também pelas suas situações de vulnerabilidades, sejam elas de raça, classe, geração ou gênero, e pelos problemas sociais, econômicos e culturais impostos pela pandemia em suas rotinas. Ao mesclar medo, insegurança, angústia, dúvidas e dor, as experiências relatadas tornam-se o fio condutor entre tantas histórias narradas pela cobertura especial.

**‘Se antes a conta já não fechava para a gente, agora é ainda pior’. O desabafo de Fabiana Rodrigues da Silva, 35 anos, mãe de Alex, de 2 anos, ressoa nas mais de 11 milhões de mães solo no Brasil que vivem diariamente o impacto da pandemia causada pelo novo coronavírus, de acordo com dados levantados pelo IBGE em 2018.** (MATERNIDADE, REPORTAGEM 4, TEXTO 1, 18/06/2020).

**‘O que dá medo é a nossa saturação mental e física. Nós já trabalhamos em um ambiente bem estressante e, com uma doença tão perigosa, a insegurança também aumenta.** A gente não sabe o que vem por aí’, **desabafa a enfermeira,** que trabalha na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital São Paulo (TRABALHO, REPORTAGEM 1, 19/03/20).

Marcela\*\*, moradora de Florianópolis (SC), estava há meses na fila de espera para colocação do DIU no SUS. Mas, antes da consulta, recebeu a notícia de que o serviço estaria suspenso por tempo indeterminado. **“Lamentei no telefone e me disseram que não era hora de pensar nisso”, desabafou.** (SAÚDE, REPORTAGEM 6, 20/04/20).

Após sua consulta ser desmarcada no final de março, **Lorena pensou em procurar uma emergência no SUS, mas teve medo, por ser do grupo de risco da covid-19 (asma, obesidade e diabetes).** Desde então, **sofre com a falta de informações sobre sua situação.** “Para piorar, meu convênio não tem emergência obstétrica e ginecológica em Porto Alegre. Só no município de Canoas. E ir lá, durante o surto,

sendo do grupo de risco, é inviável”, **desabafou**. “**Até achar uma solução, sofro com cólicas e com a possibilidade de engravidar, já que o DIU deslocado não garante minha proteção.**” (SAÚDE, REPORTAGEM 6, 20/04/20).

Edna faz parte de um grupo de nove mulheres que estavam com viagem para a Colômbia organizada para fazer um aborto e tiveram os planos interrompidos pela pandemia. **Presas no Brasil, onde não têm direito de escolha, se viram correndo contra o tempo.** “Porque a gravidez não espera a pandemia passar”, **desabafa** uma delas. (SAÚDE, REPORTAGEM 8, 15/05/20)

As estratégias de identificação, observadas a partir da disposição dos recursos de linguagem, mas principalmente na dimensão da interpretação textual da narrativa, é um movimento que auxilia a construção de um quadro de significados e informações compreensíveis sobre os temas em questão. Deste modo, “o conhecimento baseado na própria experiência pode proporcionar saberes que tendem a beneficiar as pessoas que vivenciam uma realidade parecida com a analisada” (SELISTER-GOMES, Mariana; CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana; 2019, p. 58). Assim, estratégias narrativas que geram identificação a partir da experiência narrada são acionadas, despertando sentimentos e emoções, e dando pistas das dificuldades e problemas enfrentados pelas mulheres e populações vulneráveis durante a pandemia no Brasil.

O contar histórias ocupa um lugar essencial na exposição das experiências das mulheres, pois são os relatos que vão constituindo o imaginário social. As leitoras, ao se identificarem com a narrativa, ativam em sua memória situações temporais diferentes, e passam a refletir sobre o assunto em questão a partir desse compartilhamento de experiência, o qual articula sentidos, significados, representações que criam realidades e vínculos entre a dimensão da recepção (de quem a cobertura busca alcançar e de quem efetivamente alcança), e daquelas que têm suas vidas narradas, afinal, são as experiências cotidianas e a bagagem cultural que cada indivíduo possui que vai direcionar seu modo de interpretação das informações que recebe.

### 5.3 OS CAMPOS PROBLEMÁTICOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL

Ao se inscrevem em determinadas narrativas temáticas, os acontecimentos podem gerar conflitos, discordâncias, contradições e tensões, criando barreiras de visibilidade e buscando soluções apropriadas, fazendo assim com que emergjam da narrativa determinadas questões problemáticas. Contudo, “um problema é formado de uma multiplicidade de elementos constitutivos, dispostos numa relação de integração, ao mesmo tempo que se entrelaça com outros problemas conexos. Podemos falar, então, de um campo problemático (QUÉRÉ, Louis,

2005, p. 72). Tais campos apresentam uma potência mobilizadora em relação ao acontecimento, e são intensificados a partir dos discursos que deles construímos. O domínio para que possamos compreender os acontecimentos também é fornecido pelo campo problemático, o qual tem a capacidade de identificar causas e efeitos, encontrar soluções comparáveis e entender quem são as pessoas afetadas por ele (QUERÉ, Louis, 2005).

Neste sentido, consideramos que a narrativa produzida pela cobertura coletiva e colaborativa Especial Covid-19 realiza o que chamamos neste trabalho de conexão de problemáticas. Ou seja, ao apresentar campos problemáticos já reconhecidos socialmente, a narrativa joga luz a campos problemáticos instaurados e/ou ressignificados pela pandemia. Essa característica narrativa alinha essa prática jornalística ao princípio de que “não é suficiente afirmar que informar é papel do jornalismo, mas sim que o jornalismo deve informar de modo qualificado (REGINATTO, Gisele, p. 224, 2019) mas, sobretudo, do ponto de vista feminista, vislumbra-se seu vínculo com uma prática transformadora da realidade social. A conexão de problemáticas fica visível em diferentes momentos da narrativa, e nos fazem acionar discussões necessárias e por vezes esquecidas por grande parte dos meios de comunicação, especialmente ao contextualizar a crise sanitária que passa a fazer parte da rotina das populações mais vulneráveis com o avanço do vírus no país. Os conteúdos nos trazem pistas de reformulações necessárias ao jornalismo como um todo, ao discutirem causas, consequências, as vivências e os problemas cotidianos enfrentados por diferentes mulheres no período pandêmico.

Deste modo, podemos perceber como as características dos campos se conectam, em alguns casos, e proporcionam reflexões mais complexas sobre o acontecimento, que acabam inseridas na agenda midiática e na sociedade em geral. Ao pautar campos problemáticos importantes, a narrativa também realiza uma conexão com problemas que vão surgindo com o avanço da pandemia no país. A falta de informação e orientação em uma situação extrema como a pandemia, os impactos do enfrentamento ao Coronavírus, que impossibilita não só o trabalho, como o acesso a saúde e à alimentação adequada oferecida às crianças; o aumento de casos de violência e falta de ações e informação destinada as populações mais vulneráveis, como periféricas, negras, indígenas e LGBTQ+, por exemplo, são campos problemáticos descortinados pela cobertura especial.

A narrativa problematiza também a situação de mulheres que precisaram largar seus empregos para ficarem em casa por conta da impossibilidade de acesso das crianças a creches e escolas. São elas geralmente que precisam assumir as tarefas do lar e dos cuidados, fator esse que traz diversas e diferentes consequências, não apenas econômicas, mas sociais e

psicológicas, dependendo de suas posições de classe, raça, territorialidades, geração e outros marcadores. Assim, a cobertura especial também passa a apresentar dicas, por exemplo, de como as famílias devem agir caso suas filhas e filhos não estejam recebendo a merenda escolar, conforme imagem abaixo.

Figura 23: orientação repassada pela cobertura covid-19

**MEUS FILHOS ESTÃO SEM MERENDA, E AGORA?**

Alimentação é um direito civil, mas nem sempre respeitado! Com o fechamento das escolas e sem merenda, fiquem atentos/as às alternativas:

**CRAS (Centro de Referência de Assistência Social):** Existem mais de 1 mil postos espalhados nos territórios periféricos e de vulnerabilidade. Em SP, para saber o mais próximo da sua residência ligue para o 156 ou acesse o site da Prefeitura. Já no RJ, por conta da pandemia do coronavírus, os CRAS estão funcionando somente das 10h às 14h e com agendamento, para evitar aglomerações.

**Restaurantes populares:** em SP, a Prefeitura anunciou o Bom Prato Express, serviço que realizará distribuição de refeições prontas em embalagens descartáveis para consumo em domicílio. As unidades dos restaurantes populares Bom Prato estão fechadas temporariamente. Já no RJ, os restaurantes populares de Bangu, Bonsucesso e Campo Grande ampliaram atendimento para oferta de jantar, das 17h às 20h. O café da manhã custa R\$ 0,50 e almoço e jantar, R\$ 2.

**ONGs:** muitas delas estão trabalhando ativamente nas periferias, mande aquela mensagem aos seus familiares ou amigos e se informe para saber se tem uma perto de você.

**Instituições religiosas:** elas também são espaços que rotineiramente distribuem alimentos e cestas básicas.

**COVID-19**  
COBERTURA ESPECIAL

AZMina data\_labe ÉNOIS G<sup>n</sup>

Fonte: Cobertura Especial Covid-19 – Vulnerabilidade, reportagem 1, 02/04/20

Nas 49 reportagens analisadas, separadas em cinco eixos temáticos, foram encontrados campos problemáticos significativos, como: as consequências da impossibilidade do trabalho – e com isso as dificuldades de acesso à saúde e alimentação; os índices de desemprego e trabalhadoras/es informais; o papel social das mulheres na pandemia, que precisam largar seus empregos para cuidar das famílias (e com isso acabam em situação de vulnerabilidades); a precarização do trabalho na área da saúde; fome e situação de vulnerabilidade; e a preocupação sobre a qualidade da alimentação de jovens e adolescentes; a falta de informação e atenção dos governos com as comunidades periféricas; falta de assistência a povos indígenas

durante o isolamento social; subnotificação crônica de dados sobre raça, classe, geração e outras categoriais sociais; dificuldades de acesso à educação e falta de representatividade de mulheres negras nas universidades e espaços públicos; o aumento de casos de violência e a subnotificação dos mesmos devido ao isolamento social.

Sendo assim, compreendemos que esse acontecimento específico é composto por outros em seu interior, expressados a partir dos campos problemáticos revelados pela narrativa. A cobertura jornalística não apenas dá visibilidade às problemáticas já reconhecidas no Brasil, mas principalmente mobiliza campos novos e/ou ressignificados a partir do avanço do vírus. Com o trabalho realizado pela produção em questão, passamos a perceber a pandemia como um acontecimento que também é jornalístico, e que ao compor intrigas convoca diferentes personagens e fontes, e articula a narrativa a partir de estratégias comunicativas específicas, que demonstram a perspectiva feminista interseccional assumida pela cobertura. Para melhor compreensão de como é realizada essa conexão, realizamos uma sistematização dos principais campos problemáticos levantados pela narrativa.

### **5.3.1 Campos problemáticos reconhecidos e ressignificados**

Alguns acontecimentos estão intrinsecamente ligados a tensões histórico-sociais que refletem em campos problemáticos existentes e já reconhecidos em nosso país. A pandemia da covid-19 é um exemplo de como determinadas questões conflituosas podem ser identificadas mesmo em uma situação inédita e desconhecida. A narrativa da cobertura especial desperta o interesse coletivo e promove o reconhecimento ao dar visibilidade a situações já existentes na sociedade. Por ser um fenômeno de ordem hermenêutica, o acontecimento, por um lado, “pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas”, e por outro lado “faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (QUERÉ, Louis, 2005, p.60). Assim, os acontecimentos instauram problemas novos, pois possuem uma dimensão inaugural com “poder de abertura e de fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação” (ibidem).

Portanto, consideramos que além dos campos problemáticos já reconhecidos, a narrativa da especial covid-19 estampa campos novos e ressignificados, os quais são constituídos exclusivamente pelos efeitos da pandemia no país. Na análise das reportagens selecionadas por este trabalho, foi possível identificar cinco campos problemáticos reconhecidos, ou seja, existentes antes da pandemia, que emergiram junto às histórias e vozes

visibilizadas pelo projeto, e cinco novos campos problemáticos, nomeados como ressignificados.

Nas temáticas abordados pela cobertura especial, com destaque para as que pautam as questões de violência, são expostos campos problemáticos que merecem extrema atenção em nossa realidade social, e que existem muito antes da pandemia, ainda que agora alcancem uma complexificação maior, como: políticas sociais enfraquecidas no país nos últimos anos; a violência como um obstáculo para a garantia dos direitos humanos de mulheres e meninas; e o Brasil como um dos países mais violentos para mulheres. Os questionamentos levantados acerca da temática violência refletem discussões centrais dos movimentos sociais feministas, que dizem respeito a liberdade de ir e vir de mulheres e meninas no **país considerado um dos mais violentos do mundo**. Quando incorporada pelo discurso jornalístico, sobretudo pelas vozes que contam suas experiências e vivências, a narrativa não só denuncia e expõe um problema reconhecido socialmente, como convoca suas leitoras/es com um discurso pedagógico que as ensina a reconhecer determinadas situações de violência em suas relações sociais, ou das pessoas com as quais convive.

Ao colocar em foco esse campo problemático, em destaque no parágrafo anterior, a narrativa indica a falta de discussão pública sobre esse fenômeno, fator que contribui para que as relações de poder desiguais de gênero se perpetuem na sociedade. A cobertura especial também funciona como espaço de denúncia sobre a falta de comprometimento dos governos com o enfrentamento da violência contra a mulher, e dá visibilidade a iniciativas e projetos independentes e comunitários que atuam combatendo tais situações:

**Desde que Jair Bolsonaro assumiu o poder, em 2019, políticas sociais essenciais foram enfraquecidas, e os orçamentos para responder à violência contra as mulheres, drasticamente cortados.** Desse modo, as ativistas estão fazendo o trabalho de instituições falhas ou desmanteladas (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 3, 11/05/2020).

**Mesmo em tempos “normais”, o Brasil é um dos países mais violentos do mundo para mulheres. Em 2018, quase 70% das mulheres mortas no país eram negras,** segundo dados do Governo Federal. Nascimento culpa o racismo estrutural e os estereótipos raciais de gênero por exacerbarem essa violência, juntamente com a pobreza e a discriminação, que também afetam desproporcionalmente as mulheres negras. (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 3, 11/05/2020)

**Eu tinha plena consciência da violência transfóbica na empregabilidade, mas por um momento me enganei porque acreditei que, por ter construído um currículo internacional e aproveitado tudo que a universidade pode me oferecer, eu tinha rompido essa barreira e iria conseguir trabalhar como professora de geografia. Mas isso não aconteceu, e a ficha caiu”,** conta Sorrequia. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 15, 29/06/20).

Embora nos últimos vinte anos seja possível identificar uma melhoria na coleta de dados sobre casos de violência contra a mulher, o que possibilitou cobranças mais incisivas dos movimentos feministas, e a utilização de tais dados pelo Estado para pensar políticas públicas eficientes (ENGEL, Cíntia, 2020), a transformação desse panorama é uma busca constante. De acordo com Cíntia Engel (2020, p. 5), essa melhoria em relação a obtenção dos dados sobre violência “foi gradual, está em curso, e muito sensível às instabilidades políticas”, uma característica ressaltada pela narrativa da cobertura. Sendo assim, fazer com que o problema da violência contra as mulheres permaneça na agenda midiática de forma constante, não apenas como um indicador de um problema ressignificado pela pandemia, como veremos mais adiante, é uma proposta transformadora do projeto para a produção de um conhecimento situado, que leva em considerações as diferentes situações e seus riscos para mulheres de acordo com seus atravessamentos de classe, raça, geração, território e outros, com o objetivo de informar e, principalmente, de ajudar a mudar a realidade de suas leitoras/es.

Com a imposição de *lockdowns* e isolamento social como medidas protetivas contra o coronavírus, especialmente nos primeiros meses de pandemia, muitas mulheres não tiveram escolhas e passaram a estar confinadas com parceiros violentos, expostas a um risco maior de sofrer violência de gênero e doméstica. Neste sentido, o **aumento de casos de violência doméstica com a pandemia da Covid-19** é a ressignificação do campo problemático reconhecido discutido anteriormente. Por estarem presas com seus agressores, buscar apoio com amigos e familiares e denunciar os abusos sofridos tornou-se extremamente difícil, se não impossível. Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) em agosto de 2021, demonstrou que a violência contra a mulher cresceu em 20% das cidades analisadas durante a pandemia. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgou que as denúncias de violência contra a mulher representam 30% do total de recebidas no Disque 100 e no Ligue 180, canais oficiais para realização das denúncias de violência, no ano de 2020. Esse quadro demonstra como a pandemia complexificou um problema já existente na vida de muitas mulheres brasileiras. O efeito colateral das medidas de distanciamento e de isolamento social para conter a disseminação do vírus pode ser identificado nas vozes das diferentes mulheres que relatam suas experiências de violência em uma narrativa que apresenta o problema a partir da sua coletividade, ou seja, mostrando que os casos relatados não são situações isoladas, mas vivenciadas por diferentes mulheres em todo o país durante a pandemia.

**A história de Maria traz à tona como a pandemia de Covid-19 está tornando ainda mais complexa a questão da violência doméstica.** As determinações de distanciamento social obrigaram os órgãos responsáveis a adaptarem sua forma de atuação para garantir a manutenção dos serviços, como com as notificações de medidas protetivas por e-mail, telefone e whatsapp. **“Estamos vivendo uma situação excepcional, de pandemia, em que é preciso equilibrar a segurança das vítimas e a preservação da saúde de profissionais, para a proteção das vítimas”,** explica a promotora pública de São Paulo, Valéria Scarance. **No entanto, nem todas as medidas adotadas têm sido efetivas** (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 1, 03/04/20)

**À medida que a pandemia de coronavírus forçou um número sem precedentes de pessoas ao confinamento, a violência contra mulheres e meninas aumentou em âmbito internacional.** Centrais telefônicas de apoio em todo o mundo registram **um número recorde de ligações**, e as Nações Unidas vêm alertando sobre uma crescente “pandemia silenciosa”, instando os governos a fazer mais para proteger as mulheres durante a crise. (VIOLÊNCIA, REPORTAGEM 3, 11/05/2020).

**Uma mulher negra, periférica ou na favela, vivendo essa situação, já vai ser difícil. A campanha em que o vizinho liga e denuncia é legal, é importante criar essa rede.** Mas é preciso esforço de pensar políticas pública com mulheres, com especialistas do campo, para que chegue de fato nesses lugares através das prefeituras e com serviços de ponta”, avalia. [...] “O Ligue 180 foi uma conquista superimportante da antiga Secretaria de Política para Mulheres, mas era integrado a toda uma rede de serviços. Era uma política conjunta, que ainda que não funcionasse perfeitamente, tinha uma estrutura. **Neste momento, só impulsionar, apesar de ser importante, é completamente insuficiente para dar vazão aos casos de violência que vêm ocorrendo”,** avalia (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES REPORTAGEM 10, 28/05/20)

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) acompanhou mês a mês, desde o início da vigência das medidas de isolamento, a situação da violência contra mulheres e meninas em todos os estados brasileiros. Uma das observações diz respeito a redução de uma série de crimes contra as mulheres, o que indica, segundo o Fórum, que elas estão encontrando dificuldades maiores de realizar as denúncias durante esse período. A nota técnica divulgada em 24 de julho de 2020 identificou que “todos os estados acompanhados apresentaram reduções no número de medidas protetivas de urgência concedidas no período entre março e maio de 2020, em comparação com o mesmo período do ano passado” (FBSP, 2020, p.8).

Apresentar esse campo problemático pelo viés do testemunho das fontes que compartilham suas histórias e experiências é um diferencial narrativo proposto pela cobertura. Mais do que indicar dados e relatórios sobre as situações de violência contra a mulher durante a pandemia, as reportagens corporificam o problema através das vozes acionadas, e, sobretudo, demonstram como a violência é diferente quando atravessada por marcadores sociais de classe, raça e territorialidade. A posicionalidade assumida pela narrativa ao tratar deste campo problemático traz indicativos de como a produção jornalística apoiada em uma perspectiva feminista e interseccional é importante para abordar as diferentes realidades e

situações enfrentadas pela população brasileira, especialmente ao falar de mulheres e para mulheres.

A **dificuldade de acesso à educação e baixa representatividade de mulheres, negras e periféricas nas universidades e no mercado de trabalho** é outro campo problemático reconhecido convocado pela narrativa. Estar na linha de frente, seja no campo acadêmico ou no mercado de trabalho, nem sempre é estar visível. Mas, além da falta de visibilidade, o acesso a meios para ocupar um lugar no âmbito público ainda é um problema enfrentando por mulheres negras e periféricas no Brasil. Essa realidade começa, por exemplo, com a dificuldade de acesso à educação, fator que gera baixa representatividade delas nas universidades e, posteriormente, nos mercados de trabalho.

No eixo Trabalho a Cobertura Especial compartilha a experiência de personagens com histórias parecidas entre elas e tantas outras mulheres negras no Brasil, que dão conta da problemática aqui abordada. Ao colocar em evidência tais questões, a narrativa indica problemas específicos e questionados pelos movimentos feministas, como a baixa representatividade de mulheres negras nos espaços públicos. A falta de ações afirmativas para reduzir a diferença entre brancas e negras no âmbito acadêmico também é abordada como uma consequência de um governo despreparado e ineficiente.

Embora na Ciência a presença das mulheres seja cada vez mais expressiva, **nos cargos de gestão a proporção de homens é maior**. Isso acontece nas empresas também. **Ainda há sub-representação nos altos cargos de gestão na ciência. É uma tendência histórica, que precisa de muita política pró-ativa para se transformar**”, diz a vice-presidente. (TRABALHO, REPORTAGEM 13, 25/06/20)

Ainda na graduação, ela conviveu com essas desigualdades na sala de aula. **Entre os 60 alunos do curso na Universidade Federal da Bahia de 2008, apenas cinco eram mulheres**. Juliane acredita que esse cenário está em transformação, **mas que o espaço para a voz das mulheres nas ciências exatas ainda é limitado**. “Para assinar um estudo com um grupo de pesquisa, tem o primeiro autor, segundo autor. Os homens têm mais espaço e isso faz diferença” (TRABALHO, REPORTAGEM 9, 19/05/20).

As relações construídas na universidade eram com pessoas brancas. **Eu estudei em espaços em que as pessoas brancas se dizem detentoras da verdade, a maioria dos autores eram homens e havia, no máximo, uma ou duas autoras, todas brancas e europeias**. Nesse processo, **eu quase me perdi, porque não me reconhecia nesse espaço e nesse tipo de conhecimento**. Foi nesse momento que comecei a **questionar essas ausências no espaço acadêmico**, pontua Nascimento (TRABALHO, REPORTAGEM 14, 10/07/20)

A cearense, que mora há quase 25 anos no Distrito Federal, conta que por ser bissexual tem **que levar em conta sempre o quão diversa e segura é a empresa na busca por um novo trabalho**: “Eu fico muito mais seletiva com relação às oportunidades que estou buscando. Faço uma pesquisa sobre a empresa para ter certeza que é um ambiente diverso e que tem uma filósofa parecida com a minha. **Sou mais consciente das coisas que tenho que procurar para me sentir mais**

**segura. Isso limita minhas oportunidades, que já são poucas”** (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 15, 29/06/20).

Um dos **caminhos para reduzir a diferença entre negros e brancos na docência da pós-graduação são políticas de ações afirmativas**. Em junho, **essas políticas foram atacadas pelo o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, cujo último ato antes da demissão foi revogar a portaria que trata de políticas de inclusão em programas da pós**. Contestada pela oposição no Supremo Tribunal Federal e alvo de grande reação de movimentos sociais, a decisão de Weintraub foi cancelada pelo Ministério da Educação. (TRABALHO, REPORTAGEM 14, 10/07/20).

‘O principal fator não está relacionado à covid-19 especificamente, porque **sistematicamente existe um problema de acesso ao mercado de trabalho para essa população. Isso está ligado a muitas questões, como o preconceito com pessoas LGBT+ que não estão dentro da heteronormatividade e ao fato de que essa população é ‘expulsa’ da escola devido à LGBTfobia e acaba não completando a educação formal para que possa acessar cargos e ser competitiva dentro do mercado de trabalho**’. De acordo com a pesquisa, 3 em cada 10 dos desempregados estão sem trabalho há 1 ano ou mais (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 15, 29/06/20).

O problema das dificuldades de acesso à educação passa por diferentes variáveis que interferem no funcionamento do sistema de ensino no país como um todo. Para Ana Carolina Querino, Cleiton Euzebio de Lima e Nina Madsen (2011, p.130), o “cenário educacional no Brasil atual apresenta complexidades múltiplas e profundas. Tem-se um sistema ineficiente, de baixa qualidade e estruturado sobre uma base de discriminações e desigualdades cruzadas[...]”. A exclusão social e a reprodução de padrões discriminatórios perpassam os diferentes âmbitos da nossa realidade, especialmente o cultural. Contudo, quando pensamos no campo da educação, algumas variáveis se sobressaem na estrutura de desigualdades impostas às populações. As categoriais de gênero, raça e classe constituem a “tríade da exclusão brasileira” do acesso à educação, pois quando essa questão foi pensada, junto à reformação dos currículos escolares, “não se pensou, na mesma medida, na elaboração de políticas que garantissem a real possibilidade de um acesso de qualidade às populações historicamente excluídas do processo educacional e, conseqüentemente, do exercício da cidadania no país” (QUERINO, Ana Carolina; EUZEBIO DE LIMA, Cleiton; MADSEN, Nina, 2011, p. 132).

Outra questão revelada pelo campo problemático diz respeito às desigualdades de gênero encontradas no mercado de trabalho, algo que começa com os espaços ocupados na universidade, já que os papéis culturais atribuídos culturalmente às mulheres influenciam a escolha dos cursos de graduação e/ou pós-graduação em que elas se concentram. Há, ainda, outras questões chaves que devem ser levadas em consideração sobre tais problemas, principalmente pelas narrativas jornalísticas, quando refletimos sobre os desafios para

transformar essa realidade de desigualdades. Uma delas é que “ainda persistem as desigualdades no campo do saber no ensino superior. [...]. Há uma sobre-representação das mulheres nas ciências humanas, sociais, na área de educação, e sub-representação nas engenharias e ciências físicas” (QUERINO; EUZEBIO DE LIMA; MADSEN, 2011, p. 135).

Para além de focar nas desigualdades de gênero, a narrativa possibilita à discussão atuar de forma interseccional ao demonstrar como essa realidade desigual é ainda maior para mulheres negras, quando comparadas às mulheres brancas e aos homens, tanto no acesso à educação, e conseqüentemente aos espaços universitários, quanto na ocupação de cargos no mercado de trabalho. Pensar o gênero de forma transversal, ou seja, independente do assunto ser relacionado às mulheres, e considerar as implicações que as categoriais sociais e seus engendramentos trazem, é uma ferramenta potente e transformadora para a construção de conhecimento no jornalismo, uma virada epistemológica que a cobertura especial propõe e tenta colocar em prática em suas reportagens.

Dos campos problemáticos relacionados às profissionais da área da saúde, surgem reflexões potentes, entre elas, como os papéis de gênero determinados socialmente criam estruturas de poder nos ambientes de trabalho, interferindo no reconhecimento e criando barreiras para o trabalho exercido por mulheres. Afinal, conforme Bonetti (2012) é preciso que pensemos gênero não apenas como categoria, mas como forma de produzir conhecimento sobre o mundo social. No Brasil, as mulheres estão ainda mais expostas ao contágio do Coronavírus e de qualquer outra doença, pois são geralmente elas que atuam na linha de frente, fazendo os primeiros contatos e atendimentos em todas as situações, por serem maioria como enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem, e agentes de saúde. Ao abordar essa questão, a narrativa traz à tona questões sobre as **condições precárias para profissionais da área da saúde e a desvalorização do trabalho de profissionais mulheres** como campo problemático reconhecido. Entre as principais causas dessa situação estão o acúmulo de vínculos empregatícios, ambiente não saudável e o desrespeito com pausas, ritmos e funções, fatores que afetam muito mais as mulheres do que os homens, se levarmos em consideração as divisões sociais, culturais e econômicas entre os sexos no Brasil.

As profissionais também **destacam o quanto a área não é reconhecida e valorizada**. “Agente trabalha muito e tem gente que precisa ter dois empregos para poder pagar as contas. **Aplausos na janela são ok, mas o governo não tem dado condições boas para gente trabalhar**”, pontua Cristiana. (TRABALHO, REPORTAGEM 10, 28/05)

Tatiane Araújo também destaca como **a diferença imposta pelos papéis desempenhados pelos gêneros na sociedade impacta as profissionais da enfermagem**: “Infelizmente, a questão do gênero influencia no reconhecimento,

porque **o trabalho da mulher é visto com menos valor que o do homem**. Há ainda aquele **ideal culturalmente construído de que a mulher nasceu para cuidar, para ser mãe, para dar carinho**. No Dia Internacional da Enfermeira, você vê homenagens associando a enfermeira ao anjo, amor, caridade, mas nunca à profissão, ao trabalho, à qualidade técnica”.” (REPORTAGEM 1, TRABALHO, 19/03/20)

Assim como Renata, **17.098 profissionais da área de enfermagem foram diagnosticados com o vírus, sendo 14.560 mulheres**, segundo os últimos dados do Comitê Gestor de Crise do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Destes, 156 vieram a óbito, sendo 99mulheres. **Os números refletem o perfil feminino e negro da profissão de enfermagem: 86% dos profissionais são mulheres e a maioria (53%) são negras**. (REPORTAGEM 10, 28/05/20)

A área da **assistência social é formada majoritariamente por mulheres**, e isso, elas acreditam, está diretamente associada **à forma como são escanteadas no acesso a melhores condições de trabalho** (REPORTAGEM 12, TRABALHO, 10/06).

‘Somos trabalhadoras mais invisibilizadas, nossas condições de trabalho são extremamente precárias. **Isso tem uma dimensão de classe, pois atendemos os mais empobrecidos; de gênero, pois somos mulheres; e de raça, pois somos em sua maioria mulheres negras**’, avaliam (REPORTAGEM 12, TRABALHO, 10/06).

A narrativa também demonstra como a prevalência de mulheres na área da saúde decorre das dificuldades de acesso à educação e melhores condições de trabalho. Além das profissionais alocadas em cargos referentes à saúde, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADContínua), utilizada pela cobertura como fonte de dados em uma das reportagens do eixo trabalho, existe uma maioria feminina em outras profissões que foram profundamente atingidas pela quarentena de prevenção ao coronavírus, entre elas estão cozinheiras (82%), especialistas em tratamento de beleza (94%), trabalhadores de limpeza (70%) e balconistas e vendedoras de loja (61%).

A desvalorização e precariedade no trabalho das profissionais mulheres afeta principalmente as populações mais vulneráveis, as quais são ainda mais impactadas com os reflexos da pandemia, entre eles o desemprego, a fome, e a falta de assistência, questões abordadas pela narrativa ao revelar o campo problemático em questão. Os enquadramentos temáticos articulados pelas notícias em pautas de saúde, “podem influenciar a opinião pública, as atitudes individuais e as políticas de saúde, uma vez que ele define não apenas a abordagem do tema, mas também possíveis soluções, o que atravessa os rumos do debate público” (MASSARINI, Luisa et.al., 2021, p.5). A desvalorização do trabalho de mulheres não é algo exclusivo do início da pandemia, mas esse cenário foi complexificado com a crise sanitária, e os problemas são ainda maiores quando observados a partir dos marcadores de raça, classe e territorialidade implicados na realidade social das mulheres.

Ao revelar esse campo como um problema já reconhecido, portanto existente, a narrativa da cobertura não apenas denuncia situações de descaso e precariedade, como busca ações coletivas e políticas, especialmente dos governantes, que possam mudar esse cenário independentemente da existência de uma pandemia, ou seja, a luta pela igualdade salarial, pelo reconhecimento e inclusão de mulheres e suas interseccionalidades em lugares públicos é uma convergência entre a narrativa feminista e a ação do discurso jornalístico sobre tais temáticas.

Contudo, a questão da **precariedade** também é ressignificada com a chegada da pandemia, especialmente **para mulheres trabalhadoras formais e informais, mães solo e chefes de família**. Ao notabilizar profissionais mulheres, a narrativa da cobertura especial ressaltou que a pandemia fez com que suas jornadas de trabalho dobrassem, já que além do trabalho remunerado, muitas ainda assumiram sozinhas as tarefas do lar e cuidados com as crianças. Além disso, propôs pensar a informalidade e a precariedade aí implicada, acionando diferentes questionamentos e pontos de vista, conseqüentemente, fez com que ficasse evidente que os problemas das trabalhadoras brasileiras são muitos e diversos. “Medo do contágio eu não tenho. **Tenho mais medo de não pagar as contas, de meus filhos ficarem no escuro, não terem refeição**. Isso é minha preocupação” (TRABALHO, REPORTAGEM 2, 24/03/2020). Outros relatos também revelam a precariedade que diferentes mulheres estão expostas:

“Os números mostraram que as **mulheres, mães, com mais de 1 filho e na sua maioria negras seriam um dos grupos mais afetados**. Alocar um valor emergencial para elas seria importante porque elas são a válvula motriz dentro desses territórios”, disse Márcio Love, coordenador de esportes da Cufa em entrevista à Gênero e Número. [...] **No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza**, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais, do IBGE. **Essa população, que já era vulnerável, nesse momento de pandemia está ainda mais à margem** (MATERNIDADE, REPORTAGEM 3, 10/05/20).

Conseguir dar conta do trabalho e ainda dedicar o tempo desejado à criação dos filhos é um privilégio. **Atualmente, o Brasil conta com mais de 11 milhões de mulheres chefes de família e, com a necessidade de alimentar, vestir e educar as crianças, elas dividem a rotina diária com avós, babás ou professoras da creche. Com a quarentena imposta pela pandemia, no entanto, tudo mudou, e a jornada tripla não só não diminuiu e parece estar mais longa, como se concentrou em um único espaço** (MATERNIDADE REPORTAGEM 4, TEXTO 5, 18/06/2020).

‘**O Coronavírus veio só para ampliar, é só mais uma oportunidade de ele não pagar pensão, não visitar**’, diz a professora Alessandra Biá, 32 anos, do Rio de Janeiro. Como ela, **várias mães solo relatam encarar um aumento das despesas com os filhos em casa, ao mesmo tempo em que deixaram de receber a pensão**, com a justificativa da crise econômica em decorrência da pandemia do novo coronavírus. (MATERNIDADE, REPORTAGEM 4, TEXTO 4, 18/06/2020).

Sem estabilidade, **sem possibilidade de trabalhar de casa, sem direitos trabalhistas e sem benefícios do governo, Jennifer é o retrato de como as trabalhadoras informais estão sendo afetadas pela pandemia do coronavírus** (Covid-19) no Brasil. (TRABALHO, REPORTAGEM 2, 24/03/20)

‘A experiência que definimos hoje de maternidade é desumana, violenta, de solidão e sobrecarga. **A questão agora não é nem mais segurar a curva, mas não cair do precipício, porque já estávamos na beirada antes mesmo de chegar o coronavírus**’ (MATERNIDADE REPORTAGEM 4, TEXTO 1, 18/06/2020).

Em meio à pandemia, relatos em profusão mostram **direitos não cumpridos e empregadores sem empatia. Mas o coronavírus apenas evidenciou um quadro que mudou quem do esperado nos últimos sete anos.** (TRABALHO, REPORTAGEM 6, 02/04/2020)

Os processos de precarização da vida de mulheres, em especial negras, periféricas e que contemplam outras diversidades, têm se intensificado com as crises as quais vive o Brasil, sobretudo por conta da pandemia da Covid-19. Produzir novas narrativas a partir de vozes e vivências silenciadas como as das recém nomeadas é um imperativo no combate às desigualdades de gêneros, raças, de gerações e de territórios, pois a esfera simbólica pode produzir nova compreensão social com um horizonte para a equidade.

Nesta mesma perspectiva, surge a discussão de um campo problemático reconhecido que aborda um fenômeno cada vez mais em evidência nos movimentos sociais e pesquisas feministas. Histórica e culturalmente, a sociedade em geral perpetua a noção de que “mulheres são essencialmente aptas a exercer atividades de cuidado e que essa responsabilidade é um elemento ‘natural’ feminino”, algo que “posiciona e atribui às mulheres as tarefas vinculadas ao cuidar” (SARMENTO, Rayza, 2021, p. 310). Tal ideia implica no que podemos compreender como **a feminização do cuidado**, um problema que sobrecarrega mulheres nas suas diferentes vivências e relações sociais. De acordo com um relatório divulgado pela ONU Mulheres, o trabalho não-remunerado continua afetando mais as mulheres, especialmente em tempos de pandemia. Ainda, “devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres, que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças” (ONU MULHERES, 2020, p.1). A narrativa demonstra como essa feminização modifica a rotina das mulheres independente da pandemia, e as sobrecarrega de diferentes maneiras.

**No Brasil existe uma feminização do cuidado**, por isso, o impacto na vida laboral é muito maior para a mulher, seja ela mãe, avó ou tia. **Existe um impacto diferenciado na vida das mulheres**, que mudaram o curso da vida com a chegada da criança, também no âmbito profissional e econômico. Os planos de trabalho e

estudos dessas mulheres sofrem uma mudança brusca, porque muitas delas deixaram de trabalhar para cuidar dos seus filhos, o que significa uma renda a menos, pontua Pimentel. (SAÚDE, REPORTAGEM 2, 02/02/2020).

Ainda hoje, **o cuidado com familiares e filhos é visto como responsabilidade quase exclusiva das mulheres**. Em tempos de isolamento social, e sem ver os filhos, poderá haver algum impacto na rotina e estrutura dessas famílias, cujas mães/responsáveis estão presas? (SAÚDE, REPORTAGEM 3, 03/04/2020).

Com mais pessoas da família fora dos espaços de trabalho e educação, **há uma tendência de que todas as questões familiares e domésticas sobrecarreguem mais as mulheres na quarentena**. “Em alguns lares isso pesa muito, porque tem que resolver a casa, a comida, os filhos, estudos dos mais velhos”, diz Ana Cristina. **Investir na comunicação da família e na divisão justa de tarefas é um caminho comum para as gestantes e todas as mulheres – e vai além pandemia**. (SAÚDE, REPORTAGEM 2, 02/02/2020).

A feminização do cuidado é uma realidade que coloca as mulheres em risco por estarem mais expostas às doenças, já que estão inseridas diretamente no trabalho do “care”, ou seja, aqueles relacionados ao cuidado, tanto nas profissões que compõem a área da saúde, quanto nos trabalhos domésticos. A maternidade também está inserida nesse panorama. Para Milena Freire de Oliveira-Cruz et. al (2020, p.43) “os valores sociais associados ao cuidado e ao afeto são estruturantes para as desigualdades de gênero ainda hoje, tendo reflexo direto na dimensão do trabalho doméstico/privado, sendo a maternidade um dos eventos centrais para essa relação”. A maternidade também é fundamentalmente associada à uma experiência que constitui o feminino, portanto recai sobre as mulheres o cuidado materno e, principalmente, as cobranças sobre ele. O trabalho doméstico também é culturalmente atribuído às mulheres, que em situação de distanciamento social, ou home office, veem essa carga ser aumentada por tentarem conciliá-los aos trabalhos de “care” dos quais tornam-se responsáveis.

Embora o ambiente virtual tenha proporcionado uma rede de reflexões sobre questões maternas para uma pluralidade de mulheres que conseguem interagir e trocar experiências (DE OLIVEIRA-CRUZ, Milena et. al, 2020), nas produções jornalísticas a maternidade é uma pauta ainda pouco abordada. Uma das características do âmbito digital é que as redes “expandem as possibilidades das práticas comunicacionais de diversos grupos, que tanto constroem quanto se apropriam de sentidos sobre a maternidade à medida em que compartilham informações, criam e consomem diferentes conteúdos *online*” (DE OLIVEIRA-CRUZ, Milena et. al, 2020, p. 48). Deste modo, ao revelar o campo problemático da feminização do cuidado e sobrecarga para mulheres, um cenário já existente na sociedade brasileira, mas agora acentuado pela pandemia, a cobertura especial proporciona às suas leitoras/es revelações e discussões importantes e pouco abordadas na mídia hegemônica, que acompanham a agenda dos movimentos feministas brasileiros, permitindo à produção

jornalística observar realidades específicas que constituem situações e problemas vivenciados por diferentes mulheres em todo o país, uma característica que se sobressai como diferencial do projeto.

A Especial Covid-19 expõe problemas sociais e vulnerabilidades que não são exclusivos dessa crise sanitária, mas que vêm sendo acentuados em um contexto histórico e cultural. A falta de saneamento básico, o desemprego, a fome, as doenças e condições precárias em determinadas localidades, resultado da **falta de ações e informação dos governantes para comunidades periféricas e população vulnerável**, são situações reconhecidas quando falamos sob a perspectiva geopolítica do Brasil. Expor esse campo problemático é manter no foco das discussões, relações sociais e midiáticas questões importantes que muitas vezes se tornam invisíveis, ou são marginalizadas com a chegada de um novo acontecimento que desvia a atenção dos governantes. A cobertura especial busca reforçar o debate sobre tais problemas, demonstrando que novas situações de vulnerabilidade não excluem as antigas, nem os problemas enfrentados há muito tempo por determinadas populações.

As favelas têm problemas pré-covid, a **pandemia só veio para deixar latente uma fratura exposta desses territórios**. (MATERNIDADE, REPORTAGEM publicada em 10/05/2020, destaques nossos).

Para **suprir as faltas do poder público, lideranças comunitárias têm trabalhado para garantir a sobrevivência da população local**, de cerca de 100 mil habitantes, durante a pandemia. [...] A experiência de trabalho na favela fez as lideranças acreditarem que o governo municipal não chegaria em Paraisópolis (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 5, 30/04/20)

**A falta de água está entre os principais desafios enfrentados pelas favelas cariocas para se protegerem da covid-19**, doença que já dizimou 193 mil pessoas no mundo, mais de 8mil só no Brasil. O Aço, localidade do bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, é uma delas. **A maioria das 10 mil residências que compõe a favela não possui caixa d'água particular e depende de um único reservatório, cujo abastecimento é irregular. As condições sanitárias se agravam devido ao saneamento básico irrisório numa região onde inundações são frequentes. É possível observar o esgoto exposto no quintal de algumas casas, disputando espaço com as brincadeiras das crianças** (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 6, 08/05/20)

Neste contexto, a falta de ações afirmativas gera ainda mais desigualdades para e entre as populações mais vulneráveis. As mulheres, especialmente, permanecem às margens dos espaços de decisão e poder, enfrentam maiores dificuldades nas situações de vulnerabilidade, porque estão, muitas vezes, sobrecarregadas com as tarefas do espaço privado e de seus trabalhos, como é o caso das mães solo, chefes de família e trabalhadoras informais. As reportagens demonstram a importância de políticas públicas que considerem não apenas as

especificidades de gênero, mas principalmente as condições associadas à classe, raça e territorialidade, levando em conta que as populações periféricas são as que se encontram, em grande parte, mais desassistidas e desinformadas, principalmente neste período de pandemia, como relatam as reportagens. Para que haja uma transformação em busca de melhores condições de vida dessas populações, por exemplo, as que ainda enfrentam o problema da fome, é imprescindível manter esse olhar específico para o gênero e suas intersecções, pois “a existência de uma mesma proporção de homens e mulheres na pobreza não significa que ambos os grupos tenham as mesmas necessidades, que experimentem a pobreza da mesma maneira ou que tenham de seguir os mesmos caminhos para superar essa condição” (COSTA *et al.* 2005, p. 36).

Neste sentido, as reportagens concentram-se na reflexão sobre as desigualdades e dificuldades enfrentadas pelas populações vulneráveis, causadas pela falta de informação e atenção dos governantes, pautando problemas e sugestionando soluções a partir do acionamento de fontes especializadas que falam em concordância com as experiências narradas pelas fontes testemunhais. Assim, ações comunitárias, de ONG's e projetos sociais ganham destaque na atuação para combater os problemas e melhorar as realidades relatadas, uma narrativa que rompe com os discursos oficiais e objetivos do Governo e seus Ministérios quando o assunto é, por exemplo, a fome, as desigualdades sociais, a violência doméstica, o desemprego e tantas outras questões que perpassam a rotina das diversas populações brasileiras.

Ao identificar este campo problemático, percebemos que há uma conexão recorrente entre o que é reconhecido em nossa sociedade, e aquilo que emerge devido as situações causadas pela pandemia, como o fato de que **o impacto deste acontecimento é maior para a população preta, parda, indígena e LGBT+**, campo problemático ressignificado e exposto pela narrativa em questão. Ao refletir como a pandemia impacta mais as populações vulneráveis, observamos que estão implicadas questões que dizem respeito ao aumento da violência, a precarização do trabalho na área da saúde, as dificuldades das mulheres periféricas, chefes de famílias e mães solo, o descaso com as comunidades indígenas durante o isolamento social, e à falta de assistência e ações públicas para diferentes comunidades. As desigualdades sociais perpetuam os impactos da pandemia de modo a atingir principalmente as comunidades LGBT+, pretas, pardas e indígenas, um fator comprovado pela narrativa a partir do compartilhamento de experiências e da exposição de realidades pelas vozes de quem enfrenta tais dificuldades, e também de quem luta para mudar esse panorama.

Povos não têm órgão de saúde específico e não há planos direcionados para conter a pandemia; **lideranças e comunidades organizam suas próprias barreiras sanitárias e soluções para evitar explosão de casos e falta de alimentação.** [...] **Em meio a pandemia do Covid-19 quilombolas de todo o país,** especialmente da Região Norte, **amargam os efeitos de um país que não se preocupou em estabelecer políticas consistentes de apoio às comunidades nos últimos 132 anos,** e são obrigados a estabelecer, como sempre, suas próprias regras e mecanismos para sobreviver. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 7, 14/05/20).

**As pessoas vão às cidades buscar políticas públicas que não existem nas comunidades e trazem o vírus. Raríssimas comunidades têm posto de saúde e, quando têm, o médico vai mensal ou trimestralmente.** A saúde tem que ser buscada na cidade, a cesta básica, que a comunidade não produz, também, o serviço bancário, idem. Esses serviços são centralizados nos centros urbanos, alguns são centralizados nas capitais, afirma Nascimento. (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 7, 14/05/20).

‘Aqui a situação está bem crítica. Não temos testes e essas questões básicas. O isolamento social ainda é muito violado. Pela necessidade, as pessoas atravessam fronteiras para comprar comida ou mesmo para receber o auxílio emergencial. **Tem gente que está morrendo nos postos de saúde porque não conseguem chegar em um hospital no município,** desabafa Mundukuru. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 14, 10/06/20).

Além das questões mais urgentes, o deputado conta que há uma luta constante dentro do Congresso Nacional por maior atenção às políticas públicas para quilombolas. **“Os indígenas têm serviço especial de atendimento à saúde, isso é previsto, está na lei e tem no Ministério da Saúde um órgão específico. Não há o mesmo para quilombolas. Não há dúvidas de que é um povo invisibilizado.”** (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 7, 14/05/20).

‘A pandemia se tornou para nós o maior desafio, porque questões estruturais que já estão postas historicamente nas comunidades não foram resolvidas. A covid-19 só estampa um problema que estava lá, mas a doença vira uma oportunidade de dar visibilidade à ausência de políticas públicas e à forma que o Estado brasileiro majoritariamente racista se comporta junto a essas comunidades”, alerta Silva (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 7, 14/05/20).

**Pretos, pardos e indígenas possuem 22% mais chance de indicar falta de dinheiro como a maior dificuldade da quarentena que brancos e amarelos** (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 15, 29/06/20).

**Pessoas LGBT+s negras como Junger estão em uma situação de vulnerabilidade grave durante a pandemia** causada pela covid-19, revela a pesquisa diagnóstico LGBT+ na pandemia do coletivo Vote LGBT+, que trata dos desafios dessa comunidade no contexto de isolamento social. Realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio, por meio de formulário online, a pesquisa recebeu mais de 9.000 respostas das cinco regiões do país. [...] Divulgado neste domingo, 28/6, data marcada pelo Dia do Orgulho LGBT+, **o estudo aponta um índice inédito de vulnerabilidade LGBT+ em relação à covid-19 e revela que pessoas transgênero são as mais vulneráveis aos impactos do isolamento social, seguidas pelas pessoas pretas, pardas e indígenas.** Os bissexuais aparecem em terceiro. **Todos esses grupos estão na faixa de vulnerabilidade considerada grave** (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 15, 29/06/20).

As reportagens da cobertura especial demonstraram como o problema da **subnotificação de dados sobre raça, gênero, classe, etnia,** um campo ressignificado pela

pandemia, impacta essas comunidades vulneráveis, já que o descuido com a coleta de tais informações diminui e/ou torna inexistente a constituição de ações políticas específicas para essas populações. A inserção dos dados nos relatórios sobre a pandemia no Brasil não revela necessariamente seus efeitos, mas indicam como há um mascaramento da situação vivenciada por diferentes comunidades. Por exemplo, muitas pesquisas demonstram como o primeiro denominador comum de mortes por coronavírus é ser negro (a), um fator diretamente associado às desigualdades de classe. De acordo com Tatiana Muniz (2020, p. 84) essas assimetrias ficaram evidentes no contexto da pandemia “quando se começou a verificar que, proporcionalmente, morrem mais negros do que brancos no enfrentamento à doença, tendo em vista as vulnerabilidades socioeconômicas e de acesso à saúde às quais a população pobre e, majoritariamente negra, já está historicamente exposta”, característica que expõe o racismo institucional e estrutural inserido na organização social do Brasil. O problema da subnotificação de dados, e das implicações que os mesmos trazem ao pensar os impactos da pandemia para determinadas populações, vai sendo exposto nas reportagens da cobertura.

Os primeiros dados, divulgados no dia 10 de abril, revelaram **que a covid-19 é mais letal para pretos e pardos, que representam quase 1 em cada 4 brasileiros hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave (23,9%), mas chegam a 1 em cada 3 entre os mortos (34,3%)**. “Mesmo com o **mínimo de coleta dos dados**, há a percepção de que negros vão morrer mais”, alerta a assistente social Lúcia Xavier, coordenadora da ONG Criola, uma das 150 organizações que integram a Coalizão Negra por Direitos. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 3, 16/04)

**Ministério da Saúde incluiu os indicadores de raça/cor no boletim divulgado sobre a pandemia de coronavírus após pressão da Coalizão Negra por Direitos e outras organizações. Por que foi necessário esse movimento para que estes dados fossem disponibilizados?**

Esses **dados já estavam no sistema, mas não apareciam em lugar nenhum. Eles acham que esta informação não é relevante há muito tempo, e agora, neste governo, que não gosta de tratar das condições da população negra, ficou pior**. Então, você vai vendo que, tanto nos informes do Ministério da Saúde como no de outros, esses **dados mais qualificados, em torno de grupos como população negra, indígenas, vão desaparecendo**. E passa por quem capta a primeira informação, por quem analisa os dados e constrói os painéis de informação e pelas próprias instituições, que não exigem uma coleta refinada desses dados. É claro que o quesito raça/cor não é o único, mas você vê que há uma tendência em dizer que a população não gosta de ser inquirida sobre raça/cor, que se sente ofendida, que esse dado não serve para muita coisa. Se não for obrigatório ser preenchido, as pessoas pulam ou definem elas mesmas a raça/cor das outras. (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 3, 16/04)

‘Neste cenário podemos ter um **quadro de genocídio da população negra e periférica, com a absoluta falta de registros para se pensar em políticas de assistência à saúde. Sem os registros adequados, as pessoas vão morrer completamente invisibilizadas nesta pandemia**’, diz a defensora pública responsável pela ação, Rita Cristina de Oliveira. Das 27 unidades federativas do país, somente **Espírito Santo, Amazonas e Alagoas divulgamos dados de raça**

**relacionados ao novo coronavírus.** (DESIGUALDADES/VULNERABILIDADES, REPORTAGEM 7, 14/05/20).

A Portaria 344 do Ministério da Saúde, de 1º de fevereiro de 2017, determina que a coleta dos quesitos cor/raça é obrigatória pelos profissionais de saúde, respeitando os critérios de autodeclaração do IBGE. O documento visa padronizar a coleta destes dados nos sistemas de informação de saúde. **A ficha para notificação dos casos de covid-19 (da plataforma e-SUS Vigilância Epidemiológica), anexada ao processo, mostra o campo raça/cor para preenchimento. Em quase metade dos casos registrados em Alagoas (7.502) o item constava como “ignorado”, ou seja, não foi preenchido. [...]**

Ribeiro chama ainda a atenção para a **“crônica subnotificação dos dados de raça-cor”** no Ministério da Saúde: “Há uma batalha histórica para qualificar a coleta, a produção e a divulgação dos dados. Na portaria de 2017, está tudo muito bem descrito. Ele define ainda que as esferas de gestão estaduais e municipais têm responsabilidade na implementação. Mas há negligência nisso” (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 13, 29/05/20).

Disparidades e subnotificação

Existe uma **disparidade entre os números oficiais de afetados pela covid-19 e levantamentos de organizações indígenas.** Os números do Ministério da Saúde (2.085 casos confirmados e 82 óbitos) são muito menores do que os divulgados pela **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**, que também faz esse levantamento. De acordo com a organização, são 2.600 casos confirmados e 247 mortes pelo novo coronavírus (três vezes maior do que o dado oficial). [...] Uma outra crítica da organização é o fato de que **quando os indígenas conseguem ser atendidos pelo SUS, são cadastrados como pardos devido à falta de conhecimento dos profissionais de saúde.** Essa subnotificação dos dados **pode ter impactos concretos sobre a política de saúde indígena**, já que apenas 64% dos indígenas do país vivem em áreas rurais, enquanto o restante está nos centros urbanos, segundo censo do IBGE de 2010 (DESIGUALDADE/VULNERABILIDADE, REPORTAGEM 13, 10/06/20).

O descaso com o atendimento à população indígena também é uma realidade que emerge a partir do problema da subnotificação. Ao pontuar tais questões, a narrativa permite refletir sobre a importância de considerar a diversidade populacional do Brasil, e as especificidades regionais e territoriais na produção dos indicadores sociais que possam reproduzir com mais clareza as diferentes realidades afetadas pela pandemia da covid-19. Nesta perspectiva, tanto o emprego da categorial racial, como de etnia e classe, por exemplo, “deve garantir maior fidedignidade possível às realidades locais, especialmente porque tais dados são generalizados na interpretação dos indicadores nacionais” (MUNIZ, Tatiana, 2020, p. 87). Colocar em pauta a questão da subnotificação de dados de classe, raça e etnia, torna-se uma ferramenta importante de denúncia e cobrança, que incide diretamente na reflexão sobre o processo de tomada de decisões nas gestões de saúde do país. Proporcionar esse debate a partir das vozes de especialistas que pontuam as causas e consequências desse problema para a população brasileira é um movimento importante para configuração de uma narrativa jornalística feminista e interseccional.

A pandemia afetou diferentes serviços de saúde oferecidos à população brasileira, e o **impacto sobre os direitos reprodutivos das mulheres é um deles**. Suspensão da colocação do DIU pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desabastecimento de preservativos e anticoncepcionais em unidades básicas de saúde; vulnerabilidades e especificidades de homens e mulheres trans durante a pandemia (acentuadas por ela); e falta de oferta de serviços de aborto legal em hospitais brasileiros refletem alguns dos impactos da pandemia sobre os direitos reprodutivos das mulheres. A narrativa da cobertura especial apresenta a ressignificação deste campo problemático. Embora essas situações não sejam específicas da pandemia, levando em consideração que falhas no acesso e atendimento à saúde é um problema já reconhecido em nosso país, a crise sanitária acentuou as dificuldades relacionadas à saúde reprodutiva e sexual da população, e as mulheres são as mais afetadas neste campo problemático.

Governos como o da Argentina e México emitiram comunicados alinhados com a **Organização Mundial da Saúde (OMS) determinando** que estes serviços [direitos reprodutivos e aborto] constituem atividades **que não podem ser paralisadas por causa da crise atual**. Mas países como o Chile seguem os passos do **Brasil e não tocam no assunto**. (SAÚDE, REPORTAGEM 4, 16/04/2020);

Carolina Sales Vieira, ginecologista e professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), **demonstrou preocupação com o impacto da pandemia sobre os direitos reprodutivos**: “Muitos médicos, políticos e pessoas que trabalham com planejamento em saúde **não sabem quais são os serviços de saúde reprodutiva essenciais. E três não podem cessar: pré-natal, contracepção e aborto legal**.” A médica destacou que a continuidade desses serviços é uma medida que salva vidas, sobretudo em um contexto de caos na saúde, já que a suspensão pode ter como consequência o aumento da mortalidade materna. (SAÚDE, REPORTAGEM 6, 20/04/20).

Sempre foi essa guerra. **Um número grande de hospitais diz que oferece o serviço, mas, na verdade, ele não está disponível**. Neste momento, a política e o próprio Ministério da Saúde têm deixado de trabalhar essa questão, devido à pressão sobre tudo que envolve interrupção da gestação. **Este atendimento às mulheres já vinha piorando antes da pandemia, e agora os serviços estão se utilizando também dessa nova desculpa para dificultar o acesso**”, destaca Marcos Augusto Bastos Dias, ginecologista e obstetra do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. (SAÚDE, REPORTAGEM 10, 03/06/2020).

Segundo Rondon, o isolamento aumenta os episódios de violência contra a mulher, inclusive sexual, um dos fatores que pode levar as vítimas a buscarem o aborto legal: “Esses dados expressam problemas crônicos que temos no Brasil: baixa oferta desse serviço e dificuldade de acesso à informação sobre sua disponibilidade. **Esses problemas são anteriores à pandemia, já que a cobertura da interrupção legal da gravidez já era muito pequena para um país do tamanho do Brasil**”. (SAÚDE, REPORTAGEM 10, 10/06/20).

A sobrecarga no sistema de saúde brasileiro não é algo novo, mas esse problema foi acentuado com o coronavírus, fator que refletiu diretamente na qualidade da assistência à

saúde reprodutiva e sexual das mulheres. As reportagens também evidenciam que além da dificuldade de acesso a métodos contraceptivos, a qualidade de atendimento as mães e crianças desde o pré-natal até o parto diminuiu, e o acesso a diagnósticos precoces e à tratamentos de doenças foi dificultado, senão impossibilitado. Uma projeção realizada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) demonstra que em todo o mundo mais de 47 milhões de mulheres terão dificuldades para adquirir métodos contraceptivos durante a pandemia, um fator que pode resultar em aproximadamente 7 milhões de gestações não planejadas no período pandêmico (UNFPA, 2021). Neste sentido, a narrativa da especial covid-19 promove a reflexão sobre questões importantes direcionadas à saúde da mulher, além de revelar as dificuldades acentuadas que enfrentam durante a pandemia ao recorrerem ao sistema de saúde brasileiro, fator esse que pode colocar suas vidas em riscos, e gerar não só problemas de saúde, mas principalmente econômicos e sociais. Essa temática também reflete uma característica cultural e opressora da sociedade, que coloca inteiramente sob a mulher a responsabilidade pela reprodução. Embora muitos hospitais tenham cancelados cirurgias eletivas, as quais incluem vasectomias e laqueaduras, quando se fala sobre gravidez, as medidas de prevenção são direcionadas em grande parte às mulheres.

As reportagens da cobertura também apresentam um tema pouco debatido na grande mídia hegemônica – o aborto. Acreditamos que a escolha da discussão sobre o tema é também uma forma de conscientização, uma contribuição do jornalismo em busca de uma mudança social e política que favoreça as mulheres, especialmente em situações de vulnerabilidade. Segundo informações apresentadas pela narrativa, a pandemia criou obstáculos para a realização da interrupção da gravidez no sistema de saúde, tendo em vista que os atendimentos estão priorizando pacientes covid-19; aumentou a falta de respostas das unidades e instituições de saúde frente as solicitações de procedimentos de aborto antes garantidos, a falta de medicamentos ou de dinheiro para compra-los devido ao fechamento das fronteiras; o medo de sair de casa para procurar ajuda pelo risco de contágio de Coronavírus; as dificuldades de acesso para realização de exames; e o isolamento que coloca mulheres ao lado de pessoas que não as apoiam em suas decisões e as impedem de pedir ajuda, são alguns dos fatores apresentados.

A narrativa sobre o aborto apresenta duas características principais como as maiores contribuições para o debate do tema, que atualmente é inviabilizado por um governo extremamente conservador, que censura discussões relacionadas ao aborto e questões de gênero. A primeira delas é a apresentação de organizações e protocolos que ajudam mulheres que optam por interromper uma gestação. A riqueza de dados e a divulgação de informativos

produzidos pelas organizações ativistas, auxiliam as leitoras a criar uma rede de significados sobre o tema, que as ajuda a compreender como é a verdadeira realidade deste contexto na América Latina, e indiretamente aponta os problemas presentes no Brasil, sendo um deles o aborto clandestino que resulta em morte para muitas mulheres que realizam esse procedimento de maneira inadequada e sem segurança.

Outra contribuição fundamental é a descrição que caracteriza o que é um “Aborto Feminista”, revelada em uma das reportagens do eixo saúde (REPORTAGEM 11, SAÚDE, 17/06/20), que não só apresenta as organizações que auxiliam mulheres que optam pela realização do procedimento, como indica orientações de como encontrá-las, reforçando que mesmo durante a pandemia, em que o acesso à saúde, medicamentos e o isolamento social são dificultados, as mulheres abortam e precisam de assistência.

[Argentina] O aborto feminista é um aborto executivo, que **evita a burocratização do procedimento. E**, o mais importante, **a protagonista é a pessoa que vai abortar**. É um aborto que faz **uma pedagogia da escuta** — atenta e interessada — mas **sem impor nada**. Uma escuta para modicar uma situação particular, mas que pode ser um ponto de inflexão na vida de uma mulher. — Ruth Zurbriggen, uma das fundadoras do coletivo La Revuelta, que integra Socorristas en Red, uma articulação de feministas que acompanha abortos.

[Colômbia] Para nós, lésbicas feministas, o aborto feminista é um aborto seguro no sentido de que **deve ser livre de preconceitos, de questionamentos, de violências, de práticas heteronormativas que vivenciamos em atendimentos hospitalares**. É um aborto acompanhado por outras mulheres. **Não é somente a expulsão de um saco gestacional ou de um feto, mas também a possibilidade de resistir a um sistema que nos obriga a parir**. — Eliana Riaño-Vivas, ativista da rede feminista Las Parceras.

[Chile] Um aborto feminista é um aborto **acompanhado, cuidado, que questiona a heterossexualidade como instituição e também como prática sexual** — que por ser uma prática obrigatória, muitas vezes coloca as mulheres em risco. É também um **ato de rebeldia**, porque um dos **objetivos mais importantes do heteropatriarcado é que sejamos heterossexuais e mães**. — Viviana Díaz, médica e ativista da rede de acompanhantes de aborto Con Las Amigas y en la Casa.

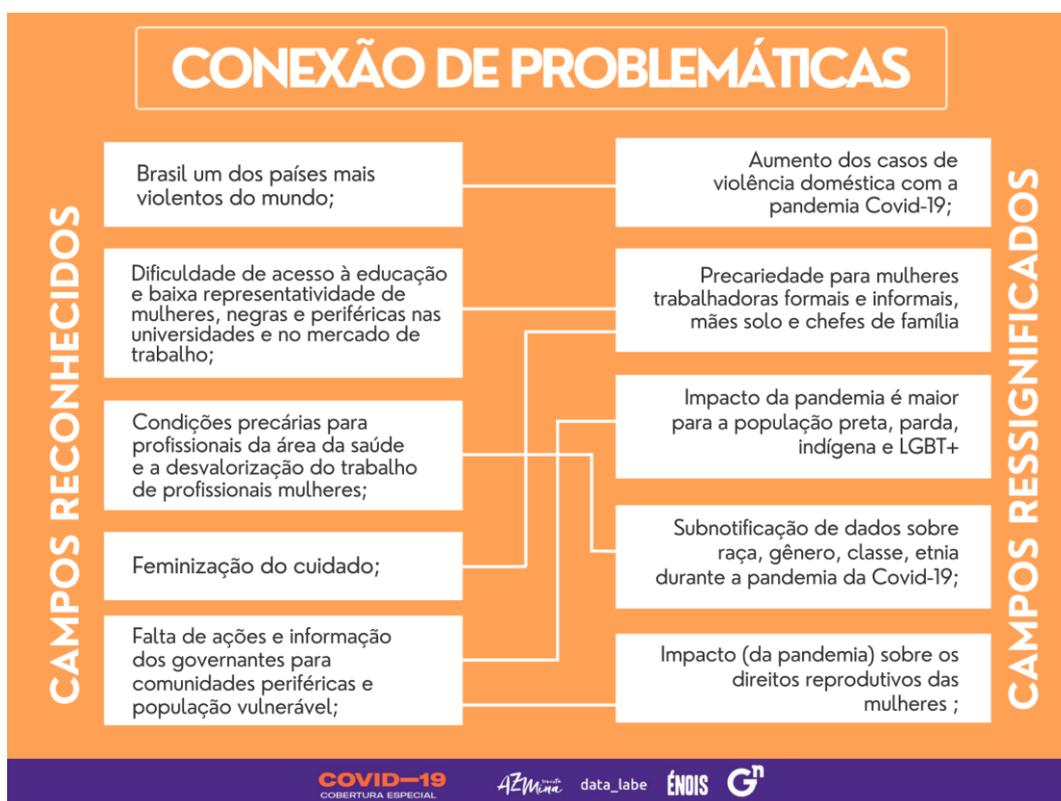
[Equador] Um aborto feminista é um aborto seguro, **acompanhado de informação**. É também um aborto livre de preconceitos, **de culpas, de justificativas**. Acompanhamos abortos sem a necessidade de perguntar os motivos que as mulheres têm para realizá-los. — Verónica Vera, ativista da rede feminista Las Comadres.

Apresentar o conceito de Aborto Feminista significa incluir na agenda midiática uma nova forma de discutir o tema, proporcionando novos conhecimentos às leitoras/es, que ao adquirirem podem compartilhar com outras pessoas, gerando uma nova narrativa a partir de um debate qualificado e inclusivo. Ao pautar tais temas, a cobertura configura uma narrativa que reflete de forma mais complexa, e levando em consideração os relatos das fontes, os quais

representam diferentes realidades das mulheres brasileiras, os impactos da pandemia nos direitos reprodutivos e na saúde das mulheres.

Os principais campos problemáticos revelados pela narrativa e expostos como acentuados pela pandemia estampam as desigualdades sociais do Brasil, e como as mulheres e seus atravessamentos de raça, classe, territorialidade, sexo, geração, etnia e outros, são mais afetadas pela crise sanitária e suas consequências sociais, culturais e econômicas. Ao se conectarem, os campos vão criando uma rede de realidades paralelas, envolvidas em vulnerabilidades, situações de descaso, precariedade, violência e invisibilidade das experiências coletivas no combate à covid-19 e suas ações.

Figura 24 Conexão de campos problemáticos da narrativa



Fonte: Elaborado pela autora

Embora alguns problemas existam muito antes da pandemia no Brasil, seu reconhecimento passa despercebido por governantes e, em alguns casos, pelo próprio campo do jornalismo. Neste sentido, o projeto da cobertura especial atua coletivamente como uma aliança no enfrentamento da invisibilidade dessas pautas e das vozes que as representam. Acreditamos que a utilização de dados coletados de modo científico e do acionamento de

fontes especializadas, e ao colocar em foco as experiências das mulheres e suas situações particulares na exposição dos problemas, a narrativa caminha rumo a uma reformulação da produção de conteúdo, permitindo-lhe contrapor-se ao tom usual de generalizações. Sendo assim, especifica como cada tema e campo problemático afetam diferentemente a vida de mulheres, conforme o engendramento das categorias sociais. Esse posicionamento configura uma contribuição para repensar tais pautas no jornalismo contemporâneo de caráter feminista, e pode indicar estratégias potentes para realizar abordagens de temas como desigualdades, saúde, trabalho, maternidade e violência.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a cobertura de eventos e acontecimentos desafiadores e únicos, como catástrofes, desastres e pandemias é sempre um desafio. Quando passamos a pensar as narrativas jornalísticas sob a ótica feminista e interseccional, essa missão torna-se ainda mais complexa e com muitos caminhos a perseguir. A cobertura da pandemia do Coronavírus no Brasil tem rendido diferentes narrativas e perspectivas nos diversos veículos de comunicação. Entretanto, é nos portais noticiosos independentes e populares que percebemos uma cobertura mais direcionada para questões sociais, econômicas e culturais, onde diferentes experiências atravessam as narrativas e transformam a própria prática jornalística. Para chegar ao entendimento de como são aplicadas lentes interseccionais na configuração narrativa durante a cobertura da pandemia do Coronavírus no Brasil, além de refletir sobre a importância das experiências, tanto das jornalistas quanto das fontes, na produção de conhecimento, esta pesquisa partiu do entrelaçamento entre os estudos feministas e de gênero com a pesquisa em comunicação, principalmente, aquela dedicada ao jornalismo pelo viés cultural.

Na história da humanidade, “associadas ao espaço privado do lar e da família, as mulheres tornaram-se silêncios nos grandes acontecimentos do mundo político: não aparecem nas narrativas sobre as guerras, as invenções científicas e os arranjos políticos que configuraram o mundo moderno” (LEAL, Tatiane, 2017, p.179). Esse é um paradigma que a cobertura especial Covid-19, realizada pela organização Gênero e Número – em parceria com Az Mina, data\_labe e Énois – pretende transformar, reconhecendo o protagonismo das mulheres tanto no enfrentamento da pandemia no Brasil, quanto nas consequências da crise sanitária que transformou suas realidades.

Para chegar a tais conclusões, partimos de um caminho teórico-metodológico que iniciou com o reconhecimento da produção de sentido como atividade primeira do jornalismo, e apostou em um olhar feminista interseccional que nos possibilitou eleger epistemologias fundamentais para analisar a narrativa em questão. Iniciamos com a compreensão de que a narrativa é um fenômeno heterogêneo, que se institui em um jogo de trocas, de agenciamento e reconhecimento, do outro e de si mesmo. A narrativa é um lugar contínuo de produção de sentido.

No ato de narrar as experiências articulam modos temporais distintos e ganham sentido. O tempo narrado desperta em cada sujeito experiências e sentidos diferentes, que estão de acordo com o tempo vivido de cada um, bem como seu reconhecimento (ou não) do mundo em narração. Ao compartilhar um determinado saber sobre o mundo, a narrativa não

só expressa valores, normas e regras reconhecíveis (ou não), como também configura novas realidades e deixa aberto um espaço para que novas experiências prosperem, tornando possível também o florescer de novas narrativas. As experiências, contudo, não podem jamais ser apreendidas em sua totalidade pela narrativa, ao mesmo tempo em que não mantêm seu estado vivo se não tecermos narrativas sobre elas (CARVALHO, Carlos A. de; LAGE, Leandro; 2014).

Indicamos neste trabalho que o potencial da narrativa contribui para que um novo modo de tecer histórias interfira na prática jornalística, dando espaço às vozes invisibilizadas, que geralmente não aparecem no modelo hegemônico e tradicional de jornalismo. Por isso, apostamos, sobretudo, em um *ponto de vista feminista* (HARDING, Sandra, 2009), certas de que assim as diferentes experiências possam fazer parte da construção do conhecimento, e de que sua aplicação em narrativas jornalísticas pode construir um caminho produtivo e potencial para transformar as práticas atuais. Nesta pesquisa, mobilizamos o conceito de experiência em duas formas: primeiramente como categoria epistemológica, e na sequência, investigamos sua potencialidade como categoria analítica. Como categoria epistemológica, abandona a concepção de sujeito universal, e complexifica o processo de ressignificação da objetividade ao incluir a categoria da experiência no processo de produção de conhecimento.

Diversas autoras e correntes têm desenvolvido reflexões sobre as variadas experiências e opressões que diferentes mulheres vivenciam. Nesta direção, outros marcadores afetam e atravessam as experiências, como raça, classe, geração, etnia, sexualidade, entre outros. A interseccionalidade problematiza a categoria “mulher universal” (HARDING, Sandra, 2009) e compreende as desigualdades para além das disparidades de gênero, já que “‘apenas gênero’ geralmente significa ‘apenas mulheres brancas’” (GILL, Rosalind; TOMS, Katie, 2019). Fizemos uso da metáfora da intersecção (CRENSHAW, Kimberlé, 2002, p. 177) para demonstrar como os eixos de poder estão estruturados de formas desiguais e, frequentemente, sobrepostos para diferentes grupos. Por exemplo, as mulheres racializadas muitas vezes estão em um espaço de cruzamento em que o racismo/xenofobia, as desiguais condições sociais e de gênero se encontram, produzindo uma constelação de diferenças.

Consideramos, ainda, que a experiência é marcada pela posicionalidade, ou seja, um modo de compreender o mundo que depende efetivamente do lugar e do modo como estamos posicionadas histórica e socialmente, um modo de saber baseado em um ponto de vista. Portanto, um dos primeiros e mais importantes passos ao adotar a experiência como categoria epistemológica e analítica, foi entender que ela não é unificada, e que “pode ser mobilizada de

várias maneiras, para diferentes propósitos e com diferentes resultados” (GRAY, Ann, 1997, p. 99).

Guiadas por esse percurso, partimos para a Análise Feminista da Narrativa Jornalística, uma proposta autoral, desenvolvida em diferentes etapas do processo de produção desta pesquisa. Sua constituição enquanto metodologia aplicável foi possível por vários fatores. Em primeiro lugar, buscamos realizar uma conexão entre os estudos de jornalismo e os estudos culturais feministas (também nos estudos de gênero), para que fosse possível realizar uma virada epistemológica ao colocar como ponto central conceitos e propostas analíticas de ambos os campos, sem eleger hierarquicamente um dominante para a proposta. De acordo com Monica Martinez, Claudia Lago e Vanessa Heidemann (2022) ainda há uma tênue relação dos estudos de comunicação com o conceito de gênero, especialmente em sua utilização enquanto categoria de análise. Ao realizarem um levantamento sobre estudos de jornalismo na base de dados da Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – entre os anos de 2016 a 2020, as autoras indicam um crescimento numérico de pesquisas que apresentam o conceito de gênero, porém, com apropriações teóricas ainda limitadas, que não dão conta de operacionalizá-lo (MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; HEIDEMANN, Vanessa, 2022). Com relação ao campo do jornalismo, o levantamento indicou que se por um lado os estudos de gênero seguem como tendência, notadamente atrelados aos jovens pesquisadores (as), por outro, “os trabalhos ainda não se apropriam de gênero como uma categoria que permite a análise relacional e, muitas vezes, nem do vasto conhecimento já produzido no interior do campo dos estudos de gênero que não são chamados para iluminar as pesquisas em jornalismo” (MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; HEIDEMANN, Vanessa, 2022, p.8). O levantamento também iluminou a ausência de trabalhos que apontem para a interseccionalidade, principalmente na relação gênero, raça e classe. Para as autoras, o engendramento dessas categorias sociais são “elementos constituintes e constitutivos do Jornalismo, tanto junto aos espaços profissionais, quanto na produção dos discursos circulantes, não sendo possível, portanto, não os trazer para o debate” (ibidem). Sendo assim, acreditamos que propor o estudo das experiências de mulheres na narrativa jornalística, sobretudo por uma perspectiva interseccional, é um passo para adentrar este espaço ainda em desenvolvimento nos estudos de jornalismo, e proporcionar novas formas de pensar teórica e metodologicamente essa tênue relação.

Ao refletir sobre as questões recém mencionadas, e levando em consideração a escolha de uma cobertura especial, construída colaborativamente e com delineações temáticas específicas, compreendemos que uma adaptação única, seja de uma análise narrativa ou de

uma metodologia feminista, limitaria nossa discussão e alcance de resultados, algo que buscamos superar ao eleger elementos potentes de diferentes propostas que poderiam nos levar a um caminho promissor. Sendo assim, ao selecionar passos específicos da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística (MOTTA, Luiz Gonzaga, 2014), eleger a experiência como categoria analítica e a interseccionalidade como elo que guia os caminhos epistemológicos escolhidos, lançamos nesta pesquisa a proposta da Análise Feminista da Narrativa Jornalística, constituída de três passos metodológicos diferentes, mas conectados sobretudo pela potência da experiência. Deste modo, a partir da coleta de 49 reportagens, publicadas no site da G&N no período que configura o primeiro ano da pandemia no Brasil, de março de 2020 a março de 2021, a análise iniciou com a aplicação de três movimentos: 1. Identificar os eixos temáticos da narrativa sobre a pandemia no Brasil; 2. Analisar estratégias de posicionalidade e identificação; e 3. Reconstituir campos problemáticos revelados pela narrativa.

Na discussão sobre os resultados, destacamos de início que a atuação coletiva entre as organizações durante o projeto é uma potencialidade que apresenta uma mudança de paradigma no campo do jornalismo. A proposta da cobertura afasta-se do modo competição que consome os veículos de comunicação do país, e passa a atuar a partir da colaboração. Observamos também que o jornalismo feito pelo projeto pretende atuar como voz solidária, buscando participar da mesma experiência de suas leitoras, embora como narrador privilegiado, um posicionamento que revela o engajamento que busca a narrativa da experiência. Há, porém, algumas limitações na realização do projeto. A mais significativa é com relação à distribuição dos conteúdos produzidos na página da Gênero e Número, que ainda alcança um público muito restrito, formado especialmente por mulheres, graduadas, residentes no sul e sudeste do Brasil.

Posto isso, a análise feminista da narrativa jornalística nos permitiu observar práticas transformadoras a partir de um conhecimento situado (SELISTER-GOMES, Mariana; CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana, 2019), vinculadas a princípios jornalísticos consagrados e frequentes no campo do jornalismo, que conferem à Covid-19 - Cobertura Especial um modo diferenciado e inovador de produzir conhecimento e informação qualificada e plural. Não foram apenas os eixos temáticos em si que nos fizeram chegar a tais conclusões, visto que são pautas recorrentes em diversos veículos de comunicação brasileiros, ainda que umas ganhem mais espaço que outras. Mas, o modo como a configuração narrativa sobre o Coronavírus foi se delineando a partir de eixos que são fundamentalmente amparados

em experiências de mulheres, fontes e personagens, que imprimem uma perspectiva diferenciada aos materiais jornalísticos.

Ao analisar as estratégias de comunicação, identificamos entre as mais salientes as estratégias de posicionalidade, que se manifestam em a) autorreferência, b) territorialidade, c) escolha de fontes, d) denúncia, e) mediação e trânsito de informações e f) orientações pedagógicas, e revelam características que dizem respeito a como a cobertura em si se coloca frente aos temas que discute, considerando, sobretudo, como a experiência das jornalistas influenciam e/ou modificam o processo de produção dos conteúdos. Deste modo, a cobertura mostra que há outras representações de mundo, e diferentes modos de contar e narrar as histórias das mulheres de quem fala.

As escolhas das fontes e personagens revelaram muito sobre a narrativa em questão, já que são majoritariamente mulheres. Mas, dizer apenas que as vozes das mulheres são maioria na cobertura especial Covid-19 não é uma característica de potencial transformação. Porém, quando observamos a representatividade que cada fonte e personagem carrega consigo, é possível dizer que a produção jornalística assume uma postura política e em perspectiva de gênero. Ao trazer à tona relatos, opiniões, questionamentos e experiências que falam a partir de pontos de vista de diferentes realidades enfrentadas por mulheres e demais populações vulneráveis, colocando em foco os marcadores sociais que atravessam as vivências (classe, raça, territorialidade, geração, etnia, e etc.) a cobertura atua em busca de combater a desinformação e proporcionar acesso a outras histórias, outras experiências, além de inserir sua posicionalidade sobre o acontecimento, e de buscar atuar como mediadora na resolução de problemas.

Outra estratégia de comunicação destaca é a de identificação, divididas entre a) apelo à emoção e b) acionamento do desabafo, as quais revelaram como o contar histórias ocupa um lugar essencial na exposição das experiências das mulheres, já que são os relatos que vão constituindo o imaginário social e que possibilitam criar redes de reconhecimento. Ao se identificar com a narrativa, o leitorado ativa em sua memória situações temporais diferentes, que possibilitam refletir sobre a pauta em questão a partir do compartilhamento de experiências individuais e coletivas, despertando emoções e articulando sentidos, significados e representações capazes de criar realidades e vínculos entre a dimensão da recepção, ou seja, de quem a cobertura especial busca alcançar e de quem efetivamente alcança, e daquelas que têm suas vidas narradas. Além disso, a identificação também é gerada pelo desabafo coletivo de problemas enfrentados pelas mulheres brasileiras, e reconhecidos nas vozes das personagens que protagonizam histórias na narrativa. Afinal, é a bagagem cultural e as

experiências cotidianas de que cada indivíduo que direcionam seu modo de interpretar as informações que recebe.

Os processos de precarização da vida de mulheres, em especial negras, periféricas e que contemplam outras diversidades, têm se intensificado pelas crises que estamos vivendo, sobretudo, por conta da pandemia da Covid-19. Tais questões tornaram-se visíveis nos campos problemáticos expostos pela cobertura. Sejam eles reconhecidos ou ressignificados, estampam as desigualdades sociais do país, e como as mulheres e seus atravessamentos de raça, classe, territorialidade, sexo, geração e etnia são mais afetadas pela pandemia da covid-19 e suas consequências sociais, culturais e econômicas. Ao se conectaram, os campos criaram uma rede de realidades paralelas, envolvidas em vulnerabilidades, situações de descaso, precariedade, violência e invisibilidade das experiências coletivas no combate ao coronavírus e suas ações.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa, ao trazer como proposta metodológica a Análise Feminista da Narrativa jornalística, identificou movimentos e características transformadoras na cobertura especial Covid-19, notabilizando como as estratégias comunicativas utilizadas na composição da narrativa podem ser consideradas potencialidades de transformação na produção jornalística. Além disso, a escolha de temáticas, fontes, personagens e campos problemáticos, os quais demonstram a diversidade de vivências e situações das mulheres na realidade contemporânea, – como a inclusão das histórias de mulheres negras, indígenas e de periferia – constituiu narrativas que exploram a experiência como um valor aplicável à construção de informação e conhecimento. Essas são características de destaque na narrativa da pandemia do Coronavírus no Brasil, o que qualifica a cobertura Especial Covid-19 como jornalismo feminista e interseccionalidades.

A partir do trabalho realizado, percebemos alguns ganhos com a aplicação da metodologia proposta. Entre eles, as possibilidades de explorar uma nova conceitualização para a estratégia de identificação denominada “apelo à emoção”. Observar o uso de emoções no jornalismo não é algo novo para o campo, mas pensa-las a partir de um viés epistemológico diferente, que considera o apelo emocional como característica que contribui para esclarecer determinados fatos ao possibilitar provas de verdade, ao ilustrar as experiências evidenciando pontos de vista diferentes, e ao convocar o reconhecimento a partir de situações, temporalidades e problemas específicos, pode ser uma virada de chave para analisar a utilização dessa estratégia nos estudos sobre jornalismo, e também para pensar transformações possíveis na prática jornalística e produção de conhecimento. Os resultados apresentados nesta tese também abrem caminho para novas discussões sobre jornalismo,

feminismo e estudos de gênero, uma área ainda em consolidação e necessitada de mais estudos que deem conta de conexões teóricas e epistemológicas, de metodologias abrangentes e discussões reconhecidas e aplicáveis em ambos os campos. Além disso, também esperamos contribuir com a afirmação e desenvolvimento dos Estudos Culturais Feministas, reconhecendo a importância de sua nomeação, e elegendo teorias, conceitos e ferramentas de análises do campo para este trabalho.

Produzir novas narrativas a partir de vozes e vivências silenciadas é um passo decisivo no combate às desigualdades de gêneros e seus atravessamentos de classe, raças, gerações, territórios e demais categoriais sociais, pois a esfera simbólica pode produzir nova compreensão social com um horizonte para a equidade, amparada na produção de conhecimento advinda do campo do jornalismo, especialmente no que diz respeito às narrativas sobre mulheres.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Márcia. “Regras absolutas não servem na cobertura de acontecimentos extremos”. Entrevista ao objETHOS, **Observatório da Imprensa**. 14 de abr. 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/objethos/marcia-amaral-regras-absolutas-nao-servem-na-cobertura-de-acontecimentos-extremos/>. Acesso em: 20 de abr. 2020

\_\_\_\_\_. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **LÍBERO**: São Paulo. v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. de 2015.

AMARAL, Márcia.; SOUZA, Elise Azambuja; RAMOS, Julia Capovilla Luz. Os sentidos do desastre em Mariana: campos problemáticos e polifonia na cobertura do portal Estado de Minas. *E-compós*, **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. v. 23, jan–dez, 2020, p. 1–2

ANTUNES, Elton. Narrativa. Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. In: FRANÇA, Vera.; MARTINS, Bruno Guimarães.; MENDES, André Melo. (Org). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**, 2013.

\_\_\_\_\_. O jornalismo é história malfeita?. In: LEAL, Bruno. ANTUNES, Elton. VAZ, Paulo Bernardo (org). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ASSIS, Evandro de; et.al. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa: vol. 4, n.1, p.3 - 20, Jan/Jun 2017.

BACH, Ana María. **Las voces de la experiencia**: el viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Biblos, 2010.

\_\_\_\_\_. Fertilidad de las epistemologías feministas. Belo Horizonte: **Sapere Aude**, 2014. v.5 - n.9, p.38-56.

BECKER, Beatriz. Reconfigurações do Jornalismo Audiovisual: um estudo da cobertura do Fantástico sobre a pandemia da Covid-19. **Lumina**, v. 15, n. 3, p. 6-22, 2021.

BENETTI, Marcia et al. O jornalismo como acontecimento. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: **Insular**, p. 143-164, 2010.

BIRD, Elisabeth; DARDENNE, Roberto. Mito, Registros e “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, e “estórias”**. Lisboa: Vega, 2a ed., 1999. p. 263-288.

BUITONI, Dulcilia H. S. Revistas femininas: ainda somos as mesmas, como nossas mães. **Communicare** (São Paulo), v. 14, p. 36-45, 2014.

BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **Labrys, Études Féministes**. jul/dez 2011 - jan/jun 2012.

BOSI, Eclea. **Cultura de massa e cultura popular**: Leituras de operárias. Petrópolis, Vozes, 1986.

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. LabCom, Covilhã, UBI, 2014.

CARRERA, Fernanda. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. **XXX Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, julho de 2021.

\_\_\_\_\_. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós, Pré-print**, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) **Pensamento Feminista Brasileiro** – Formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARVALHO, Carlos Alberto de. A tríplice mimese de Paul Ricouer como fundamento para o processo de mediação jornalística. **XIX Encontro da Compós**, PUCRio, Rio de Janeiro, RJ, junho de 2010.

\_\_\_\_\_. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricouer. **Matrizes** (USP. Impresso), v. 6, p. 169-188. 2012.

\_\_\_\_\_. **Uma necessária reavaliação conceitual e metodológica nos convoca**: comunicação, jornalismo e relações de gênero. Trabalho apresentado no GT Comunicação, Gêneros e Sexualidades da Compós, 2019. Disponível em: <https://www.compos.org.br/anais.php> Acesso:31 jul. 2019.

CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro. Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricouer para estudos em Comunicação: ação, narrativa e acontecimento. In: FRANÇA, Vera Veiga, et al. (org.). **Teorias da comunicação no Brasil**: reflexões contemporâneas. Salvador: Edufba, 2014.

COULDRY, Nick. **Media, society, world**. Cambridge: Polity, 2012.

COSTA, Joana Simões et al. A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. **Brasília: Ipea**, 2005.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo Feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: 2018.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília:Unifem, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CORRÊA, Laura Guimarães *et al.* Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018.

DEPEXE, Sandra.; AMARAL, Márcia. Publicidade autorreferencial do diário gaúcho: encenações do produto midiático e do leitor. **Em Questão**, v. 16, n. 1, p. 209-222, 2010.

DÍAZ, Isabel González. Mujeres que ‘interrumpen’ procesos: las primeras antologias feministas en los Estudios Culturales. **Estudios Feministas**, 2009, 17 (2), p.417-443.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

DE OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire et al. A maternidade “real” no Instagram. In: DE OLIVEIRA-CRUZ, Milene; MENDONÇA, Maria Colier de. (orgs). **Maternidade nas mídias [recurso eletrônico]**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. A contribuição do olhar Feminista?. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, p. 1-11, janeiro/junho 1998

\_\_\_\_\_. (orgs) **Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cartografias dos estudos culturais** – Uma versão latino-americana. 1. ed. Edição Online. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

\_\_\_\_\_. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **Matrizes**, 10 (3), 2016, p. 61-76.

\_\_\_\_\_. **Estudos culturais e feminismo ou estudos culturais feministas?** Trabalho apresentado no GT Cultura da Mídia, Compós, 2018. Disponível em: <https://www.compos.org.br/anais.php> Acesso: 31 jul.2019.

\_\_\_\_\_. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. In: **XXVIII Encontro Anual da Compós** – Anais do evento. Porto Alegre: 2019.

\_\_\_\_\_. Estudos culturais feministas: a importância de afirmar uma nomeação. **Líbero**, ano XXIII - no 46, jul./dez.2020

\_\_\_\_\_. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista ECO-Pós**, v. 23, n. 3, p. 103-138, 2020.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação. **Revista Contemporânea**, Salvador, v. 4, p. 65-82, 2006.

FAUSTO NETO, Antônio. Enunciação, Autorreferencialidade e incompletude. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 34, p. 78- 85, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Fragmentos de uma “analítica” da midiaticização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38194/40938>. Acesso em: 03 de nov. 2021.

FELIPPI, Ângela; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Título. **Rumores**, n. 14, vol. 7, p. 8-27, julho-dezembro 2013.

FERREIRA, Vanda. Conteúdos jornalísticos auto-referenciais: entre o jornalismo e a publicidade. **Caleidoscópio**: revista de comunicação e cultura, Lisboa, n. 5/6, p.129-142, 2005

FÍGARO, Roseli. Jornalismo e trabalho de jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Revista Parágrafo**, São Paulo: v. 2, n. 2, jul-dez. 2014.

FRANÇA, Vera. 2012. O acontecimento e a mídia. Galáxia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. ISSN 1982-2553, n. 24, 2012.

FREITAS, Viviane Gonçalves. Mulheres negras e imprensa feminista: vozes, interseccionalidade e cidadania. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 145-170, 2018.

GARAZI, Débora. Experiencia, lenguaje e identidad: Algunas notas sobre el concepto de experiencia en la obra de Joan W. Scott. In: **Trabajos y Comunicaciones**, 2da Época, nº 43, 2016.

GÊNERO E COVID-19 NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: dimensões de gênero na resposta. **ONU MULHERES**, 2021.

GILL, Rosalind.; TOMS, Katie. Trending now: feminism, sexism, misogyny and postfeminism in British journalism. **Journalism, Gender and Power**. Londres: Routledge, 2019, pp. 97-112.

GRAY, Ann. Learning from experience: cultural studies and feminism. In: McGUIGAN, J. (Ed.). **Cultural methodologies**. Londres: Sage, 1997. p. 87-105.

GUIA DE COBERTURA ÉTICA DA COVID-19. **ObjETHOS** – Observatório da Ética Jornalística. Florianópolis, 2020. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fobjethos.files.wordpress.com%2F2020%2F07%2Fguia\\_covid\\_objethos.pdf&clem=283028&chunk=true](chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fobjethos.files.wordpress.com%2F2020%2F07%2Fguia_covid_objethos.pdf&clem=283028&chunk=true). Acesso em: 20 out. 2020.

GUILHERME, Andrielle Cristina Moura Mendes et al. Jornalismo de dados e o combate à violência contra as mulheres: um estudo sobre a Gênero e Número. **Revista Latino-americana de Jornalismo**/, v. 2359, 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade [p.103-131]. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença** – A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARAWAY, Donna, Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial, **Cadernos Pagu**, (5), 1995, pp. 07-42.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, junho 2014 p. 61-73.

hooks, bell. **O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

\_\_\_\_\_. O olhar opositor: mulheres negras espectadoras. In hooks, bell. **Olhares negros** – raça e representação. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

HOLLOWS, Joane. Feminismo, estudios culturales y cultura popular. **Lectora**, n. 11, 2005, p. 15-28.

HUBERTY; Daniela. AMARAL, Márcia. A maior tragédia do Brasil: análise da emoção no discurso jornalístico de catástrofes ambientais. **V SIPECOM – Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação (Anais Eletrônicos)**. Santa Maria: UFSM, 2013, pp. 1-13.

LAGO, Cláudia; MARTINÊS, Monica. Quem são e o que estudam as/os pesquisadoras/es de gênero na comunicação. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

LAGO, Cláudia. KAZAN, Evelin. THAMANI, Manuela. **Jornalismo e Estudos de Gênero: e a interseccionalidade, onde está?** In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville: Intercom, 2018.

LAGE, Leandro. O acontecimento é o passado da notícia? In: LEAL, Bruno; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo; LAGE, Leandro. **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto (orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013.

LEAL, Bruno. ANTUNES, Elton. VAZ, Paulo Bernardo (org). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LEAL, Tatiane. Elas merecem ser lembradas: feminismo, emoções e memória em rede. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, p. 169-185, 2017.

LOPES, Fernanda Lima. Auto-referência, discurso e autoridade jornalística. **BOCC–Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação, Labcom**, 2007

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **MATRIZES**, São Paulo: V. 8 - Nº 1 jan./jun. 2014.

LONGHI, Raquel. Infografia online: narrativa intermídia. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, Ano VI, n. 1. jan./jun. 2009.

MARTINEZ, Mônica., LAGO, Cláudia.; LAGO, Mônica. Estudos de Gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio-agosto de 2016.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; HEIDEMANN, Vanessa. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil. **Revista Famecos**, v. 29, n. 1, jan-dez de 2022.

MASSARANI, Luisa et al. A vacina em pauta: a produção de sentidos na cobertura da Folha de S. Paulo. **Revista Contracampo**, v. 40, n. 1, 2021.

MORAES, Fabiana; GOUVEIRA, Diego. Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma metodologia do jornalismo de subjetividade. In: MARTA, Maia; MARTINEZ, Mônica (org). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas – Perspectivas Metodológicas**. Catarze, Santa Cruz do Sul, 2018.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 28., 2005, Rio de Janeiro. Anais do evento. Manaus: Intercom, 2005.

\_\_\_\_\_. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora. Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Juliana; AMARAL, Márcia Franz. Os testemunhos na cobertura jornalística do caso Kiss: transbordamento emocional e provas de verdade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, n. 1, p. 77-88, 2016.

MUNIZ, Tatiana. Covid-19 e os números: o quesito raça/cor e as controvérsias das notificações. **Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, p. 81-88, outubro 2020.

NIELSEN, Carolyn. Moving mass communication scholarship beyond binaries: A call for intersectionality as theory and method. **Media Report to Women**, v. 39, n. 1, p. 6-22, 2011.

OLIVEIRA, Vanessa. **A configuração da forma cultural do jornalismo independente nos territórios latino-americanos**. 2021. 339f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3137/1/Vanessa%20Costa%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

PAIVA, Raquel. Narrativas necessárias: novos formatos de jornalismo contra-hegemônico. In: MARTINEZ, Mônica; LAGO, Cláudia; STORCH, Laura (org). **Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2018.

PERIODISMO EM TIEMPOS DE #COVID19: Guía latinoamericana de cobertura. **Voces del Sur**, 2020. Disponível em: <http://www.vocesdelsurunidas.org/wp-content/uploads/2020/04/Manual-COVID19-OK.pdf>. Acesso em: 10. set. 20.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n. 6, 2005. p. 59-75.

QUERINO, Ana Carolina; EUZEBIO DE LIMA, Cleiton; MADSEN, Nina. Gênero, raça e educação no Brasil contemporâneo: desafios para igualdade. In: BONETTI, Aline; ABREU, Maria Aparecida (org). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

RAGO, Margaret. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (org). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp.: 21-42.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: SILVA, Gislene; KÜNSCH, Dimas; BERGER, Christa; ALBUQUERQUE, Afonso. (Org.). **Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. 1.ed. Salvador: Edufba, v. p. 119-138, 2011.

\_\_\_\_\_. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

\_\_\_\_\_. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. **XX Encontro da Compós**, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

RIBEIRO, Michel. A cobertura da pandemia do novo coronavírus trouxe maior credibilidade ao jornalismo. **Observatório de Imprensa**, 2 jun.2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/coronavirus-covid-19/a-cobertura-da-pandemia-do-novo-coronavirus-trouxe-maior-credibilidade-ao-jornalismo/>. Acesso em: 4 jun. 2020.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. t. 1. Campinas, SP: Papyrus, 1994

RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do pensamento negro brasileiro. **Cadernos Adenauer XIX**, n. 1., pp. 25-46. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2018.

RODRIGUES, Maria Natália Matias; DE ARAÚJO MENEZES, Jaileila. O desafio de pesquisar: reflexões sobre metodologias e feminismo a partir de uma experiência de pesquisa. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

RODRÍGUEZ, Selen Catalina Arango. Las transformaciones de la idea de experiencia femenina en gloria anzaldúa. **Xihmai**, v. 12, n. 23, 2017.

ROSS, Karen *et.al.* Women, men and news: it's life, Jim, but not as we know it. **Journalism Studies**. 2016.

ROST, Alejandro. Interatividade: definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, João (Org.). **“Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença”**. LabCom, Covilhã, UBI, 2014: pp. 25 – 52.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921a 2016)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

\_\_\_\_\_. Análise de enquadramento e epistemologia feminista: discutindo implicações metodológicas. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 28, n. 3, 2019, p. 97-117.

\_\_\_\_\_. O feminismo no jornalismo. **cadernos pagu**. N. 58, e205800. ISSN 1809-4449, 2020.

\_\_\_\_\_. Ativismo Feminista Online: mapeando eixos de atuação. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 19-37, 2021.

SARMENTO, Rayza et.al. Zika vírus e microcefalia nos discursos de mulheres no jornalismo e no Facebook. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 301-318, abr./jun. 2021.

SCHANDER, Gabriela Braga; BERTASSO, Daiane. Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, v. 6, n. 2, p. 35-52, 2019.

SCHWAAB, Reges. Jornalismo, interrupção: sondar, narrar, reconhecer. In: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo (orgs.). **Narrativas comunicacionais complexificadas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2014. p. 32 – 53.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp71-99.

\_\_\_\_\_. A Invisibilidade da Experiência. **Revista Projeto História**, No.16, Fevereiro, 1998, pp: 297-326.

\_\_\_\_\_. Experiência. In: LEITE DA SILVA, Alcione; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SELISTER-GOMES, Mariana; QUATRIN-CASARIN, Eduarda; DUARTE, Giovana. O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um estudo bibliométrico. **CS**, n. 29, p. 47-72, 2019.

TEIXEIRA, Tattiana. Que beleza! O infográfico e o jornalismo informativo. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azevedo; PICCININ, Fabiana (org.). **Edição de Imagens em Jornalismo**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008, pp.162-183.

WOMENS STUDIES GROUP (eds.). **Women Take Issue: Aspects of Women's Subordination**. London: Hutchinson, 1978.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Anais, Florianópolis, 2010.

TRAVANCAS, Isabel. Etnografia da produção jornalística – estudos de caso da imprensa brasileira. **BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH**, v. 6, n. 2, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma história de Quitéria: refletindo sobre como os corpos “pesam” no jornalismo. **Vozes e Diálogo**, v. 12, n. 02, 2013.

\_\_\_\_\_. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

\_\_\_\_\_. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, UFRGS, 2015.

\_\_\_\_\_. O encontro entre subjetividade e alteridade na crítica das práticas jornalísticas: aproximações de pesquisa. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 398-417, 1 jan. 2018.

VEIGA DA SILVA, Márcia; FONSCCECA, Virgínia. A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. **Verso e Reverso**, v. 25, n. 60, p. 183-192, 2011.

**APÊNDICE 1 – QUADRO DE REPORTAGENS/DIVISÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS**

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>REPORTAGENS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>VULNERABILIDADE/ DESIGUALDADE</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Como famílias estão se virando com a alimentação das crianças sem aulas nas periferias de SP e RJ. 02/04/2020.</li> <li>2) Como está a visitação nos presídios do Brasil em tempos de isolamento? 07/04/2020.</li> <li>3) Entrevista: “O coronavírus não tem nada de democrático. Ele tem ‘preferências’, e os negros são um dos grupos preferidos dele”. 16/04/2020.</li> <li>4) Mais dois projetos voltados para mulheres, periferias e zonas rurais durante a pandemia causada pelo coronavírus. 30/04/2020.</li> <li>5) Diante de geladeiras vazias, liderança feminina distribui marmitas em Paraisópolis. 30/04/2020.</li> <li>6) Mulher de Aço. – 08/05/2020.</li> <li>7) Falta de políticas específicas obriga quilombolas a contato externo e aumenta risco de contágio por covid-19. 14/05/2020.</li> <li>8) Ausência de dados raciais compromete combate à covid-19 nas periferias. 14/05/2020.</li> <li>9) Falta de endereço fixo impede mulheres migrantes de saírem de presídios de SP durante a pandemia. 25/05/2020.</li> </ol>	<b>16 REPORTAGENS</b>

	<p><b>10)</b> Muito discurso e pouco dinheiro: ministério de Damares gasta apenas R\$ 2 mil com mais vulneráveis na pandemia. 28/05/2020.</p> <p><b>11)</b> ENTREVISTA: “A ausência do Estado tem acelerado muito mais a mortalidade nos territórios indígenas”. 28/05/2020.</p> <p><b>12)</b> Em meio à pandemia de coronavírus, o apoio a quem não tem um teto. 28/05/2020.</p> <p><b>13)</b> Em Alagoas, pretos têm 12 vezes mais chances de morrer de coronavírus que brancos e pardos. 29/05/2020.</p> <p><b>14)</b> Em meio ao aumento de número de óbitos, população indígena sofre com falta de assistência e subnotificação dos casos de covid-19. 10/06/2020.</p> <p><b>15)</b> Pessoas trans e LGBTQ+ negras e indígenas estão mais expostas ao impacto da covid-19, aponta pesquisa. 29/06/2020.</p> <p><b>16)</b> Damares Alves investe em cestas básicas e cartilhas no enfrentamento à covid-19. 23/07/2020.</p>	
<p><b>TRABALHO</b></p>	<p><b>1)</b> Enfermeiras na linha de frente contra o coronavírus. <b>19/03/2020.</b></p> <p><b>2)</b> Trabalhadoras informais temem não ter como alimentar os filhos em crise do coronavírus. 24/03/2020.</p> <p><b>3)</b> Maioria entre informais, mulheres têm lugar central na inédita renda emergencial. 27/03/2020.</p> <p><b>4)</b> Cuidadoras enfrentam abusos e riscos na pandemia de coronavírus. <b>30/03/2020.</b></p> <p><b>5)</b> “Nossa lei é a que vale”:</p>	<p><b>14 REPORTAGENS</b></p>

	<p>com mais de 70% das domésticas na informalidade, condições de empregadores prevalecem sobre a PEC”. 02/04/2020.</p> <p><b>6)</b> PEC das Domésticas completa 7 anos golpeada por empregadores, economia e coronavírus. 02/04/2020.</p> <p><b>7)</b> Incerteza para trabalhadoras formais marca Dia do Trabalho atípico em meio à crise do novo coronavírus. 30/04/2020.</p> <p><b>8)</b> Eficientes contra o coronavírus, países governados por mulheres se destacam em políticas de igualdade de gênero. 08/05/2020.</p> <p><b>9)</b> Matemática contra o coronavírus. 19/05/2020.</p> <hr/> <p><b>10)</b> Quem cuida dos filhos das enfermeiras durante a pandemia? <b>28/05/2020.</b></p> <p><b>11)</b> Futebol além do campo. 07/06/2020.</p> <p><b>12)</b> Pesquisa expõe vulnerabilidade de profissionais da assistência social durante a pandemia de coronavírus. 10/06/2020.</p> <p><b>13)</b> Entrevista: “Saúde gera empregos qualificados, medicamentos, pesquisa, inovação. Não há antagonismo com a economia”. 25/06/2020.</p> <p><b>14)</b> Quatro mulheres negras à frente de pesquisas sobre a covid-19. 10/07/2020.</p>	
<b>SAÚDE</b>	<p><b>1)</b> Número de casos cai, mas efeitos da Zika permanecem no Brasil. 19/03/2020.</p> <p><b>2)</b> Grávidas e coronavírus: obstetras respondem dúvidas de gestantes. 02/04/2020.</p>	<b>11 REPORTAGENS</b>

	<ol style="list-style-type: none"> <li>3) Entrevista: “Com a escassez das visitas e a interrupção de projetos sociais, o impacto na saúde mental das presas será enorme”. 02/04/2020.</li> <li>4) Como vão os direitos reprodutivos na América Latina durante a pandemia do coronavírus. 16/04/2020.</li> <li>5) Isolamento social limita acesso de população a tratamento transexualizador no SUS. 16/04/2020.</li> <li>6) Pandemia dificulta acesso a contraceptivos no sistema de saúde. 20/04/2020.</li> <li>7) A mídia e o aborto no Brasil em tempos de pandemia. 14/05/2020.</li> <li>8) Elas iam abortar fora do Brasil, mas a pandemia impediu. <b>15/05/2020.</b></li> <li>9) Os corres de uma mulher trans na pandemia. 22/05/2020.</li> <li>10) Só 55% dos hospitais que ofereciam serviço de aborto legal no Brasil seguem atendendo na pandemia. 02/06/2020.</li> <li>11) Na pandemia, redes feministas se tornam ainda mais fundamentais para as mulheres que abortam na América Latina. 17/06/2020.</li> </ol>	
<p><b>MATERNIDADE</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Campanha cria rede de apoio a mães em estado de vulnerabilidade. 03/04/2020.</li> <li>2) Mães de recém-nascidos redobram cuidados diante da pandemia. 16/04/2020.</li> <li>3) Redes geram apoio para mães durante a pandemia. 10/05/2020.</li> <li>4) Um retrato das mães solo na pandemia. 18/06/2020.</li> <li>5) Pandemia acentua dificuldades para acadêmicas</li> </ol>	<p><b>4 REPORTAGENS + 1 GRANDE REPORTAGEM (COMPOSTA POR 5 TEXTOS ASSINADOS SEPARADAMENTE).</b></p>

	negras e mães. 08/07/2020.	
<b>VIOLÊNCIA CONTRA MULHER</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Atendimento à violência doméstica muda em meio à pandemia. 03/04/2020.</li><li>2) Iniciativas gratuitas ajudam vítimas de violência doméstica na quarentena. 30/04/2020.</li><li>3) Em tempos de coronavírus, mulheres negras assumem o protagonismo contra a violência de gênero. 11/05/2020.</li></ol>	<b>3 REPORTAGENS</b>



**APÊNDICE 2 – TABELAS DE PROFISSIONAIS QUE ASSINAM AS REPORTAGENS DA COBERTURA ESPECIAL COVID-19 CONFORME EIXO TEMÁTICO**

**Eixo temático: Vulnerabilidades**

<b>Autora</b>	<b>Organização</b>	<b>Nº de participações</b>
Elena Wesley	data_labe	2
Glória Maria	data_labe	1
Sanara Santos	data_labe	1
Lola Ferreira	Gênero e Número	4
Marília Ferrari	Gênero e Número	1
Sanny Bertoldo	Da redação (GN)	1
Letícia Ferreira	Azmina	1
<i>Maria Martha Bruno</i>	Gênero e Número	3
Leandro Barbosa	Gênero e Número	1
Vitória Régia	Gênero e Número	3

**Eixo Temático Saúde**

<b>Autora</b>	<b>Organização</b>	<b>Nº de participações</b>
Vitória Régia	Gênero e Número	3
Letícia Ferreira	AzMina	3
Lola Ferreira	Gênero e Número	2
Maria Martha Bruno	Gênero e Número	2
Sanara Santos	Énois	2
Bruna de Lara	x	1
Sanny Bertoldo	Gênero e Número	1
Helena Bertho	Azmina	1
Aline Gatto Boueri	Gênero e Número	1

**Eixo Temático Trabalho**

<b>Autora</b>	<b>Organização</b>	<b>Nº de participações</b>
Letícia Ferreira	Azmina	2
Helena Bertho	AzMina	1

Lola Ferreira	Gênero e Número	3
Flávia Bozza Martins	Gênero e Número	4
Giulliana Bianconi	Gênero e Número	1
Maria Martha Bruno	Gênero e Número	5
Vitória Régia da Silva	Gênero e Número	3
Sanny Bertoldo	Gênero e Número	2
Marília Ferrari	Gênero e Número	1
Camila da Silva	Énois	1
Rayane Moura	Énois	1

### Eixo Temático Violência contra a Mulher

<b>Autora</b>	<b>Organização</b>	<b>Nº de participações</b>
Elena Wesley	data_labe	1
Helena Bertho	Azmina	1
Macarena Aguilar e Bruna Pereira	do site <u>openDemocracy</u>	1
Mapeamento GN	Gênero e Número	1

### Eixo Temático Maternidade

<b>Autora</b>	<b>Organização</b>	<b>Nº de participações</b>
Sanny Bertoldo	Gênero e Número	2
Sanara Santos	Énois	2
Glória Maria	<u>Énois</u>	2
Maria Martha Bruno	Gênero e Número	2
Helena Bertho	<u>Azmina</u>	1
Vitória Régia da Silva	Gênero e Número	2
Camila da Silva	Énois	3
Lola Ferreira	Gênero e Número	2
Flávia Bozza Martins	Gênero e Número	1
Marília Ferrari	xxxx	1
Luciano Gomes	xxxxx	1

**TOTAL DE VEZES QUE PARTICIPOU DA PRODUÇÃO DE REPORTAGENS:**

<b>AUTORA</b>	<b>PARTICIPAÇÕES</b>
<b>Maria Martha Bruno</b>	12
<b>Vitória Régia</b>	11
<b>Lola Ferreira</b>	11
Letícia Ferreira	6
Sanara Santos	5
Flávia Bozza Martins	5
Sanny Bertoldo	5
Camila da Silva	4
Elena Wesley	3
Glória Maria	3
Marília Ferrari	3
Helena Bertho	3
Leandro Barbosa	1
Aline Gatto Boueri	1
Giulliana Bianconi	1
Rayane Moura	1
Luciano Gomes	1